



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

CAMILA VITO SILVA DE LIMA

TERRITÓRIOS INDUZIDOS EM GOIÁS
Os avanços das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial rural no período de
2003 a 2013

Anápolis

2018

CAMILA VITO SILVA DE LIMA

TERRITÓRIOS INDUZIDOS EM GOIÁS

Os avanços das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial rural no período de 2003 a 2013

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas.

Anápolis
2018

Ficha catalográfica

L732t	Lima, Camila Vito Silva de. Territórios induzidos em Goiás [manuscrito] : os avanços das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial rural no período de 2003 a 2013 / Camila Vito Silva de Lima – 2018. 175f. : il. Orientadora: Profª. Drª. Divina Aparecida Leonel Lunas. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018. Inclui bibliografia. 1.Geografia econômica – Territórios rurais. 2.Desenvolvimento sustentável - Goiás(Estado). 3.Agricultura familiar - Goiás(Estado). 4.Territórios da cidadania - Goiás(Estado). 5.Dissertações – TECCER – CCSEH/UEG. I.Lunas, Divina Aparecida Leonel. II.Título. CDU 911.373(817.3) (043.3)
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/CCSEH
CRB1/2385

CAMILA VITO SILVA DE LIMA

TERRITÓRIOS INDUZIDOS EM GOIÁS

Os avanços das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial rural no período de 2003 a 2013

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas
Orientadora/PPGTECCER/UEG

Prof.^a Dr.^a Adriana Aparecida Silva
Examinadora/ PPGTECCER/UEG

Prof. Dr. Pedro Rogério Giongo
Examinador/PPGDRS/UEG

Prof.^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel
Suplente/PPGTECCER/UEG

Prof. Dr. Mário César Gomes de Castro
Suplente/ Departamento de Economia/UEG-CSEH

Anápolis, ____ de _____ de 2018

Aos meus: Anderson, Gustavo Henrique e Beatriz.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o meu Senhor, Aquele que sustenta e permite a minha existência e a Quem devo toda obediência, toda honra e todo louvor, “pois Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória para sempre! Amém” (Romanos 11.36 – Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional).

Ao meu esposo Anderson e aos meus filhos Gustavo Henrique e Beatriz, pelo amor, carinho, apoio, companheirismo, compreensão, tolerância e orações. Amo vocês profundamente.

A minha mãe Fátima, meu padrasto João, meus irmãos Renan e Luiz Gustavo, minhas cunhadas Eliete e Camila, pelo apoio, preocupação, torcida e orações.

A família da fé da Igreja Presbiteriana Bom Pastor, principalmente à Juventude Bom Pastor, pelo apoio, preocupação, compreensão, torcida e orações.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas, pela confiança, atenção, dedicação, compreensão, carinho e cuidado.

Aos membros da banca examinadora, pela aceitação do convite, pela atenção dispensada e pelas valiosas contribuições ao estudo apresentado.

Aos meus colegas de trabalho, tanto da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), quanto da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo incentivo, amizade, ajuda, torcida e tolerância.

Aos meus amigos do mestrado da Turma TECCER 2016, pelo companheirismo e amizade e pelos momentos de alegria e descontração que desfrutamos.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG), personificada em cada docente e em cada técnico administrativo, pela contribuição fundamental em minha jornada acadêmica e pela difusão do ensino e da pesquisa à população goiana.

A todos aqueles que oraram e torceram por mim ao longo desta jornada.

*“Ouçam, escutem a minha voz; prestem atenção, ouçam o que eu digo. Quando o agricultor ara a terra para o plantio, só faz isso o tempo todo? Só fica abrindo sulcos e gradeando o solo? Depois de nivelado o solo, ele não semeia o endro e não espalha as sementes do cominho? Não planta o trigo no lugar certo, a cevada no terreno próprio e o trigo duro nas bordas? **O seu Deus o instrui e lhe ensina o caminho.** Não se debulha o endro com trilhadeira, e sobre o cominho não se faz passar roda de carro; tira-se o endro com vara, e cominho com um pedaço de pau. É preciso moer o cereal para fazer pão; por isso ninguém o fica trilhando para sempre. Fazem passar as rodas na trilhadeira, mas os seus cavalos não o trituram. **Isso tudo vem da parte do Senhor dos Exércitos, maravilhoso em conselhos e magnífico em sabedoria**”.*

Isaías 28.23-29 – Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional.

*“**Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos!**”.*

Romanos 11.33 – Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional.

*“**Meus amados irmãos, não se deixem enganar. Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, que não muda como sombras inconstantes**”.*

Tiago 1.16-17 - Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Dimensões do desenvolvimento social segundo Keller, 2013.....	24
Ilustração 02 – Ciclo de implantação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural.....	36
Ilustração 03 – Área total e quantidade de estabelecimentos agropecuários em Goiás segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	66
Ilustração 04 – Utilização das terras em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	68
Ilustração 05 – Distribuição da quantidade de cabeças de bovinos, suínos e aves e quantidade produzida de ovos de galinha e de leite de vaca em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	69
Ilustração 06 – Valor da produção vegetal em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	71
Ilustração 07 – Distribuição das receitas agropecuárias em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	72
Ilustração 08 – Distribuição das receitas não agropecuárias em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	73
Ilustração 09 – Pessoal ocupado com laço de parentesco em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	74
Ilustração 10 – Mapa de localização dos Territórios implantados em Goiás, 2016.....	82
Ilustração 11 – Mapa de localização do Território da Cidadania Das Águas Emendadas, 2016.....	84
Ilustração 12 – Mapa de localização do Território Rural Estrada de Ferro, 2016.....	90
Ilustração 13 – Mapa de localização do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, 2016.....	97
Ilustração 14 – Mapa de localização do Território Rural Médio Araguaia, 2016.....	103
Ilustração 15 – Mapa de localização do Território Rural Vale do São Patrício, 2016.....	109
Ilustração 16 – Mapa de localização do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, 2016.....	116
Ilustração 17 – Mapa de localização do Território da Cidadania Vale do Paranã, 2016.....	122
Ilustração 18 – Mapa de localização dos municípios integrantes do Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM, 2016.....	129

Ilustração 19 – Mapa de localização dos municípios integrantes do Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, 2016.....	135
Ilustração 20 – Evolução do IDHM dos Territórios e dos Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016.....	146
Ilustração 21 – Evolução da mortalidade infantil nos Territórios e dos Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016.....	148
Ilustração 22 – Evolução da população atendida com energia elétrica nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	151
Ilustração 23 – Evolução da população atendida com banheiro e água encanada nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	153
Ilustração 24 – Evolução da renda média <i>per capita</i> dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	160
Ilustração 25 – Evolução do Coeficiente de Gini dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016.....	162
Ilustração 26 – Evolução da proporção de pobres dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	165
Ilustração 27 – Evolução da proporção de extremamente pobres dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	167
Ilustração 28 – Evolução da população estimada beneficiária do PBF nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %).....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produtividade média por hectare de produtos selecionados da pecuária em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006.....	70
Tabela 02 - Territórios Rurais e Territórios da Cidadania implantados em Goiás, 2016.....	77
Tabela 03 - Aspectos demográficos e geográficos dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2010.....	141
Tabela 04 - Estatísticas descritivas dos aspectos demográficos e geográficos dos Territórios implantados em Goiás, 2010.....	142
Tabela 05 - Taxa média anual de crescimento populacional dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010 (em %)......	143
Tabela 06 - Estatísticas descritivas da taxa média anual de crescimento populacional dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	144
Tabela 07 - Estatísticas descritivas do IDHM dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	147
Tabela 08 - Estatísticas descritivas da mortalidade infantil dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	149
Tabela 09 - Estatísticas descritivas da proporção de população residente em domicílios com energia elétrica dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	150
Tabela 10 - Estatísticas descritivas da proporção de população residente em domicílios com banheiro e água encanada dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	152
Tabela 11 - Taxa de analfabetismo da população adulta e expectativa de anos de estudo dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010.....	155
Tabela 12 - Estatísticas descritivas da taxa de analfabetismo da população adulta e expectativa de anos de estudo dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	156
Tabela 13 - Distribuição da população acima de 18 anos segundo nível de instrução nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010 (em %)......	157
Tabela 14 - Estatísticas descritivas da distribuição da população acima de 18 anos segundo nível de instrução dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	158
Tabela 15 - Estatísticas descritivas da renda média <i>per capita</i> dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	161
Tabela 16 - Estatísticas descritivas do Coeficiente de Gini dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	163

Tabela 17 - Estatísticas descritivas da proporção de pobres e de extremamente pobres dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	164
Tabela 18 - Dados sobre o Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013.....	168
Tabela 19 - Estatísticas descritivas da quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos Territórios implantados em Goiás, 2004, 2007, 2010 e 2013.....	169
Tabela 20 - Participação setorial sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) total dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2000 e 2010 (em %).....	171
Tabela 21 - Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2000 e 2010 (em R\$ 1.000).....	173
Tabela 22 - Estatísticas descritivas do comportamento do PIB dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010.....	173
Tabela 23 - Comparação entre a proporção de população e a proporção do PIB dos Territórios e Grupos Comparativos em relação a Goiás, 2010.....	174
Tabela 24 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Das Águas Emendadas, 2010 e 2013.....	192
Tabela 25 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Estrada de Ferro, 2010.....	193
Tabela 26 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Rio Vermelho, 2010 e 2013.....	195
Tabela 27 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Médio Araguaia, 2010 e 2013.....	197
Tabela 28 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Vale do São Patrício, 2010 e 2013.....	200
Tabela 29 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros, 2010 e 2013.....	202
Tabela 30 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Paranã, 2010 e 2013.....	203
Tabela 31 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC dos Mun. Agrop. com Menor IDHM, 2010 e 2013.....	205
Tabela 32 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC dos Mun. Agrop. com Maior IDHM , 2010 e 2013.....	207

Tabela 33 - Proporção de população estimada beneficiária do Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás nos anos de 2004 e 2007 (em %)......210

Tabela 34 - Proporção de população estimada beneficiária do Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás nos anos de 2010 e 2013 (em %)......211

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Fases da transformação histórica do setor agropecuário brasileiro: do pós-guerra até o início do século XXI.....	58
Quadro 02 – Variáveis, definições e respectivas fontes dos dados utilizados para a caracterização dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania em Goiás criados em 2003.....	188
Quadro 03 - Medidas de dispersão, definições e notações utilizadas na análise estatística dos dados dos Territórios implantados em Goiás, 2018.....	79
Quadro 04 – Municípios que compõem os Grupos Comparativos (GC) em Goiás, 2018.....	80
Quadro 05 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Das Águas Emendadas segundo categoria e valor da produção, 2006.....	88
Quadro 06 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Estrada de Ferro segundo categoria e valor da produção, 2006.....	94
Quadro 07 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Vale do Rio Vermelho segundo categoria e valor da produção, 2006.....	101
Quadro 08 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Médio Araguaia segundo categoria e valor da produção, 2006.....	107
Quadro 09 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Vale do São Patrício segundo categoria e valor da produção, 2006.....	113
Quadro 10 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Chapada dos Veadeiros segundo categoria e valor da produção, 2006.....	120
Quadro 11 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Vale do Paranã segundo categoria e valor da produção, 2006.....	126
Quadro 12 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM segundo categoria e valor da produção, 2006.....	133
Quadro 13 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM segundo categoria e valor da produção, 2006.....	139
Quadro 14 - Resultados da Análise de Variância (ANOVA) com um único fator para as variáveis dos Territórios em Goiás, 2018.....	209

RESUMO

Por sua essência agropecuária aliada à concentração de terras e às desigualdades no campo, o estado de Goiás, a partir de 2003, passou a ser alvo da política de desenvolvimento territorial rural que possui como principal objetivo a dinamização socioeconômica de municípios alocados em regiões rurais que detêm potencial produtivo, mas que possuem complicadores, como baixos indicadores sociais e pouca infraestrutura para construir mercados e redes comerciais sozinhos. Inicialmente, 92 municípios goianos foram agrupados pelo governo federal em sete Territórios Rurais. São eles: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Estrada de Ferro, Médio Araguaia, Vale do Paranã, Vale do Rio Vermelho e Vale do São Patrício. Em 2008, quatro deles se transformaram também em Territórios da Cidadania: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã e Vale do Rio Vermelho. Desta forma, o principal objetivo deste estudo é identificar, por meio de indicadores socioeconômicos, se a política de indução de territórios rurais tem sido efetiva, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios goianos integrados aos Territórios. Para tanto, esta pesquisa utiliza o método de investigação quantitativa para traçar o perfil socioeconômico dos arranjos territoriais criados, bem como realizar a análise comparativa dos dados coletados para avaliar os efeitos da atuação governamental no período entre 1991 e 2010, ou seja, antes e depois da implantação da política. A delimitação temporal da pesquisa decorre, portanto, do período oficial intercensitário brasileiro, acrescida das informações Programa Bolsa Família até o ano de 2013. Os resultados obtidos demonstram que a política de desenvolvimento territorial tem impactado de forma positiva a população rural em Goiás, sobretudo em relação aos indicadores sociais, como, por exemplo, o maior acesso aos serviços públicos básicos. No entanto, apresentou acentuação das desigualdades entre os Territórios no que diz respeito à renda e sua distribuição, principalmente entre os Territórios Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã e os demais.

Palavras-chave: Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável; Territórios Rurais e Territórios da Cidadania; agricultura familiar; indução governamental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Because of its agricultural essence together with the land concentration and the inequalities in the rural environment, Goiás, since 2003, was reached by Brazilian rural territorial development policy whose main objective is the socioeconomic dynamization of counties in rural areas with potentialities, but with complications such as low social indicators and insufficient infrastructure to build markets and commercial networks autonomously. Initially, 92 counties of Goiás were grouped by the federal government in seven rural territories. They are: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Estrada de Ferro, Médio Araguaia, Vale do Paranã, Vale do Rio Vermelho and Vale do São Patrício. In 2008, four of them also became Territories of Citizenship: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã and Vale do Rio Vermelho. Thus, the main objective of this study is to identify, through socioeconomic indicators, if the policies of induction of rural territories have been effective, in order to promote the economic and social development of the counties of Goiás integrated to the Territories. For this, the study uses the quantitative research method to elaborate the socioeconomic profile of the created Territories, and also perform the comparative analysis of the data collected to evaluate the effects of government action in the period between 1991 and 2010, that is, before and after the implementation of said policy. The temporal delimitation of the results of the research is a consequence of the official intercensitary Brazilian period, together with the information of the Bolsa Família Program until 2013. The results of the research show that the territorial development policy positively impacted the rural population of Goiás, especially in relation to social indicators, such as greater access to basic public services. However, there was an accentuation of inequalities between the Territories in terms of income and their distribution, mainly between the Chapada dos Veadeiros and Vale do Paranã Territories and the others.

Keywords: Sustainable Rural Territorial Development Policy; Rural Territories and Territories of Citizenship; family farming; government induction; sustainable development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL: ABORDAGENS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.....	21
1.1 O EXEMPLO EUROPEU: O PROGRAMA LEADER.....	28
1.2 A ABORDAGEM BRASILEIRA: A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL	29
1.3 OS TERRITÓRIOS RURAIS E OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	34
1.4 NOTAS FINAIS.....	39
2 O MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO: DISPOSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E RESULTADOS LOCAIS	42
2.1 A TENDÊNCIA À INDUSTRIALIZAÇÃO: A AGRICULTURA CAPITALISTA.....	43
2.2 A TENDÊNCIA À RECAMPELINIZAÇÃO: A AGRICULTURA CAMPONESA.....	46
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REFLEXÃO TEÓRICA.....	49
2.4 A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO VERDE AO PRONAF.....	56
2.5 O SETOR AGROPECUÁRIO EM GOIÁS: ANÁLISE DOS DADOS CENSITÁRIOS.....	65
2.6 NOTAS FINAIS.....	75
3 DE DEPRIMIDOS A INDUZIDOS: O PERFIL DOS TERRITÓRIOS GOIANOS E OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	77
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DADOS.....	78
3.2 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TERRITÓRIOS IMPLANTADOS EM GOIÁS.....	81
3.2.1 Território da Cidadania Das Águas Emendadas.....	83

3.2.2 Território Rural Estrada de Ferro.....	89
3.2.3 Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho.....	96
3.2.4 Território Rural Médio Araguaia.....	102
3.2.5 Território Rural Vale do São Patrício.....	108
3.2.6 Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros.....	115
3.2.7 Território da Cidadania Vale do Paranã.....	122
3.2.8 Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM.....	128
3.2.9 Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM.....	135
3.3 OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: O ANTES E O DEPOIS DA INTERVENÇÃO ESTATAL.....	140
3.4 NOTAS FINAIS.....	174
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 178
 REFERÊNCIAS.....	 180
 APÊNDICES	 187

INTRODUÇÃO

A atual política de desenvolvimento territorial rural tem por objetivo a inserção competitiva nos mercados regionais de vasto número de municípios brasileiros rurais com baixo desempenho socioeconômico se comparados à média brasileira. Surge como consequência do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) idealizado em uma conferência nacional realizada em 2002 para debater as ações a serem tomadas para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Como principal legado do PNDRS tem-se a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A SDT foi a responsável pela elaboração dos principais programas relacionados política de desenvolvimento territorial rural implantadas desde 2003, a saber: os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), os Territórios Rurais (TRs) e os Territórios da Cidadania (TCs). Estes últimos, se apresentam com maior expressividade no período delimitado e, portanto, são o ponto central do presente estudo.

Com a mudança na conjuntura institucional, fomentada pela emergência de um governo esquerdista, o cenário de implantação do modelo atual da política de desenvolvimento territorial rural se altera e torna-se favorável a partir da disseminação de medidas por meio do Governo Federal com vistas a combater as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil. Tais medidas relacionaram-se, sobretudo, à redução da pobreza, à erradicação da fome e à oferta de serviços que somente podem ser providos pelo Estado, como energia elétrica e saneamento básico, muito deficitários durante o processo histórico de consolidação do Brasil como nação soberana. No meio rural, houve a implantação de programas de distribuição de terras por meio da Reforma Agrária e de liberação de crédito, além dos incentivos à comercialização. Neste sentido, o papel do Estado fora fundamental, uma vez que agiu como o principal financiador e, por consequência, com grande aumento dos gastos públicos, arrefecidos na década anterior em virtude do período de redemocratização e em atendimento às exigências do capitalismo neoliberal, parametrizada pelo Consenso de Washington, em virtude da abertura da economia brasileira ao mercado internacional.

Desta forma, a nova metodologia da política de desenvolvimento rural passa a considerar três aspectos fundamentais para a melhoria das condições de vida da população rural. A primeira mudança relaciona-se à abrangência espacial: o foco passa a ser uma determinada quantidade de municípios limítrofes, agrupados em um único território e não mais a cada

município isoladamente, constituindo um mercado regional, com possibilidade de diversificação e maior potencial produtivo e comercial. O segundo aspecto refere-se ao entendimento de que o rural está entrelaçado ao urbano e vice-versa, uma vez que um não se desenvolve sem o outro. Isto é, a complementaridade de ambos ocasiona a elevação das vantagens competitivas e fomenta o crescimento econômico de modo menos imperfeito. O terceiro fator reside no restabelecimento da função indutora do desenvolvimento ao Estado, por meio da melhoria de infraestrutura regional e da promoção de serviços públicos adequados e de qualidade, além de condicionar a criação de um capital social que participe da gestão do território constituído.

Em termos práticos, os Territórios Rurais foram criados com a finalidade de reunir o máximo de políticas públicas, algumas já existentes e outras recém-formuladas, de perspectiva tanto econômica, quanto social, relacionadas à assistência técnica, crédito rural, comercialização, estrutura fundiária, moradia, educação etc. em ambientes com limites contíguos, nos quais o governo seria o responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e materiais e, em contrapartida, a sociedade organizada, juntamente com os principais atores que influenciam o meio rural – os agricultores familiares e suas organizações, o meio acadêmico e a instância local do poder público –, seria a tomadora de decisões em relação aos possíveis investimentos a serem executados.

Posteriormente, houve aprofundamento da política territorial, com a criação dos Territórios da Cidadania, em municípios que já estavam integrados em Territórios Rurais e que apresentaram maior índice de vulnerabilidade social. Alguns dos critérios utilizados para a definição destes Territórios foram: menor IDHM, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de povos tradicionais, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, menor renda, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, dentre outros.

Destarte, a principal diferença entre os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania é o enfoque da atuação governamental: enquanto se buscava, nos Territórios Rurais, a inserção comercial da pequena produção rural, nos Territórios da Cidadania a intenção passa a ser, também, a inclusão e o progresso social da população como um todo.

No Brasil, em 2003, foram criados quarenta Territórios Rurais em vinte Unidades da Federação (GERALDI, 2012). Atualmente, existem 239 Territórios em todo o país que integram 3.591 municípios em todas as Unidades da Federação. Goiás possui onze Territórios Rurais em solo exclusivamente goiano, e, um conjugado com municípios de Minas Gerais e o

Distrito Federal, que é o Território das Águas Emendadas, que agrupam um total de 149 municípios, equivalente a 61% dos municípios goianos. Os Territórios criados em 2003 foram sete: Estrada de Ferro, Médio Araguaia e Vale do São Patrício, Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã e Vale do Rio Vermelho. Estes quatro últimos foram transformados em Territórios da Cidadania em 2008. (SIT. 2016). Portanto, os números revelam a importância em se pensar o desenvolvimento socioeconômico e humano em um estado brasileiro essencialmente rural.

Deste modo, o presente estudo se fundamenta na problemática de compreender se as políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas a partir de 2003 foram efetivas em Goiás ao ponto de elevar a qualidade de vida e a dinamização econômica da população residente nos municípios incorporados aos Territórios.

Para isso, o principal objetivo desta pesquisa é identificar, por meio de indicadores socioeconômicos, se a política de indução de territórios rurais tem sido efetiva, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios goianos integrados aos Territórios Rurais criados em 2003. Os Territórios Rurais constituídos após a delimitação temporal estão excluídos da pesquisa, a saber: TR Norte, TR Parque das Emas, TR Serra da Mesa, TR Sudoeste de Goiás e TR Vale do Araguaia. Já como objetivos específicos, têm-se:

- a) compreender o desenvolvimento rural e as políticas públicas federais de desenvolvimento territorial no período de 2003-2013;
- b) perceber a evolução do setor agrícola a partir do pós-guerra e a divisão dela resultante, com destaque para a categoria da agricultura familiar no Brasil, bem como a caracterização do meio rural goiano.
- c) caracterizar os Territórios Rurais e Territórios da Cidadania goianos a partir de dados socioeconômicos divulgados para os municípios deles integrantes; e, por fim,
- d) apontar os resultados da atuação governamental por meio da análise da evolução os indicadores no período entre 1991 e 2010.

Para melhor elucidação dos resultados da pesquisa, o presente estudo encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo busca compreender as abordagens teóricas contemporâneas acerca do desenvolvimento sustentável, da justiça social e as concepções da recente política de desenvolvimento territorial rural no Brasil, bem como explicar seu funcionamento. O segundo capítulo visa a conhecer a evolução do setor agropecuário e suas formas de apresentação, compreender a gênese e a legalização da agricultura familiar brasileira e retratar, em dados estatísticos, o meio rural em Goiás. Por fim, o terceiro e último capítulo

apresenta o perfil socioeconômico dos Territórios induzidos em Goiás entre 2003 e 2013 e a análise evolutiva de seus indicadores socioeconômicos como comprovação da efetividade das políticas implantadas, além da pormenorização da metodologia utilizada.

Enfim, pelas melhorias tanto sociais quanto econômicas que esta política pode gerar, esta pesquisa se torna relevante para verificar se houve verdadeira redução das disparidades sociais no meio rural e o grau de desenvolvimento delas resultantes para os municípios rurais de Goiás. Para a pesquisadora, torna-se mais uma oportunidade de aprendizado sobre a atuação do Estado em um setor de primordial importância para Goiás.

CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL: ABORDAGENS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

O termo desenvolvimento possui em sua raiz etimológica (do latim, *volvere*) a ideia de algo dinâmico, em movimento, que rumo a uma direção progressiva. (FAVARETO, 2007). Ao longo do tempo, a ideia de desenvolvimento esteve entrelaçada à de evolução, num sentido positivo que denota uma trajetória de crescimento.

Tal entendimento acarretou, inicialmente em âmbito acadêmico e, posteriormente, ao senso comum, a noção de que o desenvolvimento (sobretudo acrescentado da palavra “econômico”) seria sinônimo de crescimento econômico. Favareto (2007) destaca que esta compreensão esteve fortemente presente no pensamento dos intelectuais dos países periféricos, entre eles, o Brasil. Nesse sentido, o crescimento econômico seria o impulsionador do desenvolvimento – consenso já superado mediante a evolução do debate em torno do tema, mas que predomina no entendimento popular. Assim sendo, é válido afirmar que a conceituação acerca do que é desenvolvimento torna-se bastante complexa e controversa, sobretudo quando são acrescentados adjetivos ao termo como, por exemplo, desenvolvimento humano.

A Teoria Econômica – que destina uma área normativa exclusiva ao referido tema – distingue crescimento econômico de desenvolvimento econômico ao acrescentar ao significado deste último, a menção à sua trajetória e à condição de distribuição de seu resultado:

Assim, por crescimento econômico entende-se o aumento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita* ao longo do tempo. Este critério implica também uma melhor eficiência do sistema produtivo. E, por desenvolvimento econômico entendem-se, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis de produto nacional, as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. (MILONE, 2001, p. 514)

Grudem e Asmus (2016) corroboram com este pensamento ao afirmarem que o desenvolvimento econômico acontece com a elevação da produtividade atrelada à criação de produtos inovadores que, em última instância, resultam em eficiência econômica para a nação, um indicador que elevaria o bem-estar geral de seus habitantes.

No entanto, o sentido de desenvolvimento é mais profundo. Ao se retirar o prefixo “des”, têm-se a percepção de algo que estaria escondido, envolvido. Numa síntese com a concepção anterior, o desenvolvimento seria a descoberta de uma potencialidade escondida ou não aperfeiçoada. Nesse sentido, de acordo com Amartya Sen, o desenvolvimento seria senão a descoberta e o aprimoramento das capacidades dos indivíduos. Deste modo, Sen (2010) afirma que tais capacidades são aperfeiçoadas por meio de um processo de expansão das liberdades

individuais a partir de um comprometimento coletivo de toda a sociedade. Essas liberdades envolvem não somente a capacidade de consumo, mas consideram as esferas econômica, social e política. Conforme Sen (2010):

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. [...]. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p. 16-17)

Sen (2010) classifica as liberdades individuais em cinco tipos distintos que, se promovidos, levam a sociedade ao desenvolvimento e à justiça social. São elas: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Deste modo, as liberdades individuais assumiriam dois papéis fundamentais: seriam o meio de obtenção e o alvo a ser atingido no modo de pensar e praticar o desenvolvimento. Favareto (2007) chama a atenção quando afirma que esta abordagem elimina a concepção de que o desenvolvimento é um estágio a ser alcançado pela sociedade e, em lugar disto, a importância passa a ser da maneira como o desenvolvimento acontece.

Neste contexto, Favareto (2007) pondera que a ideia de desenvolvimento sofreu uma transformação a partir da década de 1970, ao deixar de ser considerado um conceito meramente econômico e assumir outros vieses, como o sustentável e o social, na busca por combater a degradação ambiental, a desigualdade e a pobreza. Deste modo, o desenvolvimento pode ser conceituado como

[...] evolução de uma configuração histórica determinada. Evolução que nada tem de linear, e que pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social. (FAVARETO, 2007, p. 84)

Em relação ao desenvolvimento social, Timothy Keller (2013), um teólogo dedicado aos problemas sociais, afirma que a pobreza é um fenômeno complexo, de dimensão estrutural, que não pode ser sanado por medidas isoladas, mas sim por meio de uma concertação social que envolva e transforme as esferas pública, privada, em âmbito individual e coletivo, relacionadas aos seus elementos materiais e imateriais, sobretudo a cultura, compreendida pelos aspectos morais, éticos e espirituais, bem como suas manifestações artísticas e religiosas. Em sua cosmovisão, o autor defende que a pobreza é resultado do somatório entre opressão, calamidades naturais e falhas morais individuais. A opressão pode ocorrer entre as classes sociais (ricos e pobres), agravadas ou não pelo Estado, como é o caso de sistema judicial que favorece os mais abastados financeiramente ou alíquotas de impostos que, proporcionalmente,

onerem mais os pobres em detrimento dos ricos, como os impostos regressivos (no caso brasileiro, ICMS, IPI, por exemplo). As calamidades naturais são acontecimentos que ocorrem além da capacidade de amplitude, previsão e combate pela ação humana, como as secas, as enchentes, o isolamento geográfico, e, até mesmo, individualmente, como as doenças, os acidentes, as deficiências. Já as falhas morais são aquelas que se referem ao caráter do indivíduo, como a negligência em relação ao uso dos recursos.

Em muitos países, governos corruptos, exigências financeiras opressivas e desastres naturais mantêm centenas de milhões de pessoas na pobreza. Nos Estados Unidos, o sistema educacional que a sociedade oferece aos jovens dos centros urbanos prepara-os para o fracasso. Quando acrescentamos transgressões pessoais e crime à enorme força da exclusão e da opressão, temos uma mistura cáustica que acorrenta os seres humanos à pobreza. Isoladamente, nenhum fator – programas de governo, política pública, convocação à responsabilidade pessoal, caridade particular – é suficiente para tratar o problema. (KELLER, 2013, p. 54-55)

Deste modo, Keller (2013) defende que uma das formas concretas de promover a justiça social por meio de políticas públicas, e, de modo mais amplo, o desenvolvimento humano, é a criação de programas que, ao invés de produzirem dependência, como nos casos da transferência de renda, resultem em autossuficiência por meio do próprio esforço, do próprio trabalho, da expansão das capacidades. E que, ainda, tenham o como agentes do desenvolvimento o próprio público-alvo:

“[...] se estamos falando de desenvolvimento comunitário, temos de ter em mente que os moradores da comunidade são ‘os agentes primários do crescimento’. Os próprios moradores da comunidade têm de ser os principais ‘locus de análise e planejamento’ e estar no controle do tipo e do ritmo de mudança que afetará suas famílias, vidas e situação econômica” (KELLER, 2013, p. 126).

Assim, a desigualdade social deve ser combatida em níveis progressivos, a partir do domínio particular ao macrossocial, do curto ao longo prazo, conforme demonstra a Ilustração 01.

A assistência está ligada à ajuda direta e imediata aos indivíduos em vulnerabilidade social para suprir necessidades materiais urgentes, como alimentação, saúde, higiene, dentre outras carências básicas. Nesse sentido, a medida assistencial deve ser particular e ocorrer em curto ou curtíssimo prazo. A criação de instituições de amparo à idosos ou aos órfãos são exemplos desse tipo de medida.

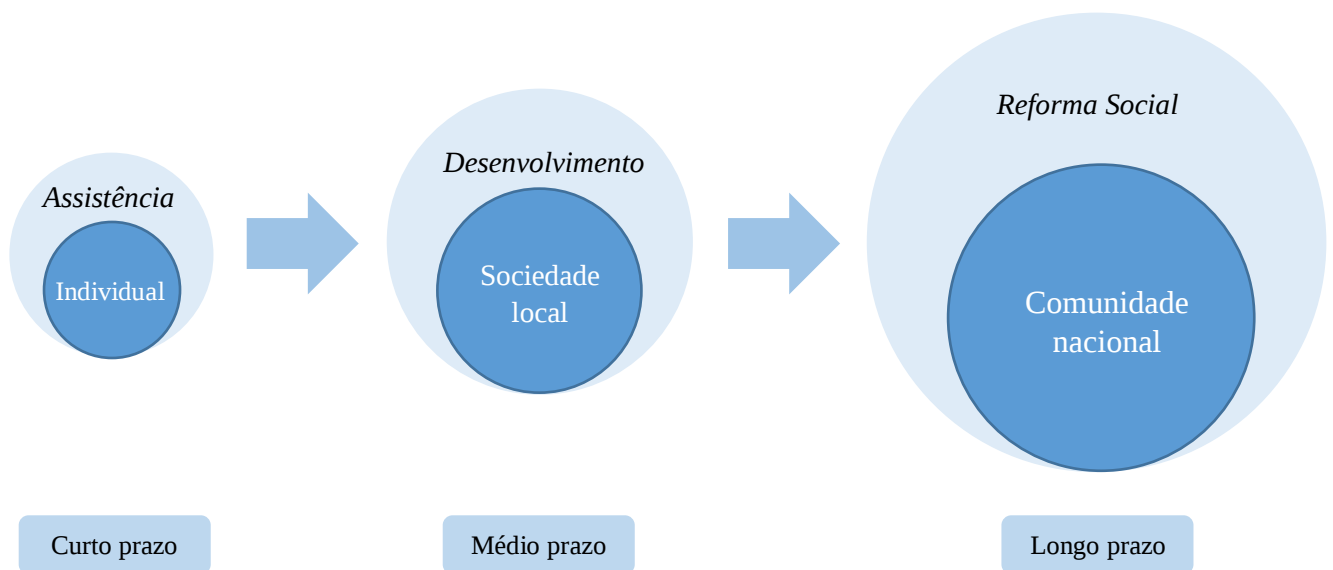
O segundo nível, denominado de desenvolvimento, ocorre quando são oferecidas à sociedade como um todo, com critérios impessoais, condições para que os indivíduos sejam autossuficientes e independentes de qualquer assistência. Para que ocorra o desenvolvimento de uma sociedade é preciso gerar empregos, oferecer serviços educacionais e de saúde

acessíveis e de qualidade, promover a qualificação profissional e viabilizar a aquisição de moradia própria em níveis adequados.

“‘Oportunidades’ podem incluir recurso financeiro, mas também acesso à educação, assistência legal, investimento em chances de emprego etc. Tais coisas não devem ser sobras nem esmolas, mas questões de direitos...” (WRIGHT, 1996 *apud* KELLER, 2013, p. 123).

Deste modo, por sua complexidade e gama de fatores envolvidos, o desenvolvimento tem custo elevado e acontece apenas em médio ou longo prazos. No entanto, não se trata apenas de destinar ou transferir recursos, antes, significa provocar o desenvolvimento endógeno com base no tripé: capital financeiro, capital social e capital religioso.

Ilustração 01 – Dimensões do desenvolvimento social segundo Keller, 2013



Fonte: KELLER, 2013, p. 122-132.
Organização: Elaboração própria.

Segundo Keller (2013), para que o desenvolvimento ocorra é preciso reter o capital financeiro, sem permitir que o mesmo escoe para outras localidades. O capital financeiro não se restringe à esfera da produção e comercialização de mercadorias. Também se relaciona à capacidade de gerar e manter a riqueza gerada dentro da comunidade: o Estado propicia infraestrutura, o setor privado investe e contrata mão de obra local e o consumo ocorre na mesma circunscrição.

Por capital social, Keller (2013) entende a qualificação e o constante treinamento dos membros da comunidade, sobretudo os mais jovens. Este contingente estaria apto a ocupar os empregos gerados pelo investimento do capital financeiro, a fim de evitar que seja necessária a

contratação de força de trabalho externa, que termine por transferir o consumo para outras comunidades. “Para que isso aconteça, as escolas têm de ser boas e os negócios e as instituições têm de empregar gente da comunidade, pois é assim que as pessoas tornam-se mais valiosas e produtivas à medida que aperfeiçoam suas habilidades” (KELLER, 2013, p. 126).

O capital religioso se refere à transformação moral e ética que as instituições religiosas podem causar na cultura em que estão inseridas. Estas podem se transformar em importantes instrumentos na formação de capital social e, também, podem ser úteis na disseminação de práticas que visem a valorização do patrimônio local. Grudem e Asmus (2016) acreditam que as reais transformações político-econômicas que levam ao desenvolvimento só ocorrem mediante a mudança cultural:

“A maneira mais efetiva de implementá-las e a única que trará uma transformação de longo prazo a uma nação, é persuadir seu povo a mudar quaisquer crenças culturais e tradições que estejam impedindo o desenvolvimento econômico” (KELLER, 2003, p. 329)

Em suma, de acordo com Keller (2013), o tripé capital financeiro-social-religioso precisa estar interligado e em coesão para que seja viabilizado o desenvolvimento em que os próprios beneficiários sejam os agentes do crescimento numa estratégia em que todos saem ganhando. Este modo de pensar é semelhante ao de Ortega (2015) quando trata acerca da política de desenvolvimento territorial rural, a ser detalhada nas próximas seções, em relação à participação dos atores sociais na formulação da política. Ortega (2015, p. 47-48) afirma que a concertação social na busca por um pacto territorial sempre resulta num “somatório diferente de zero”, o que não implica afirmar que todos são beneficiados de maneira igual, mas sim que o benefício é obtido por todos, em maior ou menor grau.

Por fim, ainda sob a óptica de Keller (2013), o desenvolvimento deve ter uma extensão, pois só pode ser sustentável à medida em que as estruturas sejam também modificadas. Deste modo, a última estratégia para a erradicação das desigualdades é a reforma social. Esta, precisa ocorrer a longo prazo e em âmbito macrossocial e visa modificar as causas da dependência da vulnerabilidade social, seja por meio de parcerias público-privadas ou de mudanças políticas ou jurídicas. O combate à corrupção, a mobilização por sistemas educacionais e de saúde menos excludentes, a escolha correta de governantes, dentre outras iniciativas, são indícios da busca pela reforma social.

Por sustentável, compreende-se o modo de praticar o desenvolvimento de maneira a modificar as estruturas e os processos a longo prazo, bem como corrigir inconformidades, para que os seus efeitos estejam disponíveis às gerações futuras (SEPÚLVEDA, 2005). Conforme Sepúlveda (2005), a compreensão do desenvolvimento sustentável inicialmente esteve restrita

à esfera ambiental, em razão de uma conceituação elaborada pela Comissão Brundtland em 1987 – comissão responsável pelas diretrizes para o meio ambiente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) – a qual afirmou o desenvolvimento sustentável “como o processo capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (NAÇÕES UNIDAS, 1987 *apud* SEPÚLVEDA, 2005, p. 34).

A evolução do conceito, entretanto, passou a integrar a vertente socioeconômica na qual o desenvolvimento sustentável abarca todas as dimensões da vida em sociedade e busca direcionar os investimentos financeiros e as inovações tecnológicas e de comunicação a fim de permitir o uso consciente da biodiversidade em favor do bem-estar social, em curto, médio e longo prazos. A esse respeito, Sepúlveda (2005), conceitua:

Em síntese, para que o desenvolvimento seja sustentável deve ser concebido como um processo multidimensional e intertemporal, no qual a trilogia equidade, sustentabilidade e competitividade se apoiem em princípios éticos, culturais, socioeconômicos, ecológicos, institucionais e políticos e tecnológico-produtivos. (SEPÚLVEDA, 2005, p. 36)

Sepúlveda (2005) considera o fator temporal como o de maior complexidade, pois além de ocorrer em escalas diferentes, é um elemento imaterial de difícil mensuração em políticas de desenvolvimento, uma vez que as necessidades futuras não são conhecidas. Por fim, o autor considera necessário a constante capacitação do capital humano e social, uma vez que o desenvolvimento só acontece e somente se sustenta por meio da ação humana conscientizada. É nesse sentido que Dias (2006), acrescenta que o desenvolvimento sustentável necessita, ainda, criar mecanismos para erradicação da pobreza, com o uso de políticas públicas que permitam melhorar a qualidade de vida da população, para que as necessidades básicas sejam satisfeitas de modo a existir uma relação harmônica e saudável entre a sociedade e a natureza, refletidas sobretudo na concepção de desenvolvimento rural sustentável.

Conforme Zylbersztain, Nassar e Neves (2000), a primeira conceituação acerca do desenvolvimento rural sustentável foi cunhada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1991. Assim, ao desenvolvimento rural sustentável estão relacionados

O manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação de mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (FAO, 1991 *apud* ZYLBERSZTAIN; NASSAR e NEVES, 2000, p. 264)

Nesse sentido, observa-se que as ações para o desenvolvimento rural sustentável devem incluir o uso correto dos recursos naturais e das novas tecnologias para resguardar o meio ambiente de ações danosas que levem ao desequilíbrio dos ecossistemas, e, por consequência, impeçam a continuidade da ação antrópica. Em consonância com a busca de garantir crescimento econômico atrelado à expansão das liberdades individuais, à melhoria da qualidade de vida e ao cuidado com o meio ambiente é estabelecida, no Brasil, em 2003, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, como medida de valorização do agricultor familiar, de sua relação com o meio ambiente e, principalmente, como meio de superação da fome e da pobreza.

É no primeiro mandato do Governo Lula que o Estado brasileiro assume que o desenvolvimento rural acontece com a ampliação do potencial produtivo e social, a partir da união de estratégias do próprio poder público, do mercado e da população rural, com a utilização de mecanismos materiais e simbólicos. Esses três agentes detêm diferentes papéis no processo desenvolvimentista: o poder público, em conjunto com a iniciativa privada, deve promover a expansão e o amplo alcance às oportunidades e aos recursos necessários relacionados aos meios de produção (terra, capital), à infraestrutura (bens e serviços públicos, estradas, escolas, unidades de saúde, iluminação, saneamento básico), ao conhecimento (treinamento, informação, pesquisa, inovação), e, até mesmo, às competências mercadológicas de fomento de emprego e renda. A população rural tem como ofício a assimilação, o melhor aproveitamento e a transformação das oportunidades e dos meios oferecidos em crescimento socioeconômico, que resulte em elevação de bem-estar. Neste cenário, a sociedade civil – conselhos, universidades, acadêmicos – surge como um apoio abrangente em todas as iniciativas: atua na mediação das relações entre os agentes, como meio de controle e fiscalização, na disseminação e orientação das políticas públicas e das ocasiões de mercado, como auxílio da tomada de decisão e na execução das estratégias adotadas. Portanto, trata-se de um processo de desenvolvimento que, em seu início, é induzido pelo Estado, e em segundo plano, pelo mercado, mas que, com o passar do tempo, se torna endógeno, por meio da ação do público-alvo.

Favareto (2010) entende a iniciativa do governo brasileiro em torno do projeto de desenvolvimento rural como um processo de aprendizado, a começar pela adaptação da experiência europeia ao contexto brasileiro, cuja elucidação ocorrerá na próxima seção.

1.1 O EXEMPLO EUROPEU: O PROGRAMA LEADER

A atual política de desenvolvimento territorial rural no Brasil foi fortemente influenciada pelo Programa LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais, criado em 1991 pela Iniciativa Comunitária da União Europeia como forma de dirimir as desigualdades entre as nações, sobretudo, Portugal, Espanha e Grécia.

De acordo com Ortega (2008), a primeira edição do Programa LEADER esteve direcionada especificamente aos países mencionados, uma vez que estes abrigavam as maiores “zonas desfavorecidas” da Europa, por possuírem maior quantidade de agricultores não integrados aos padrões tecnológicos intensivos da agricultura europeia. Deste modo, o referido Programa propunha um modo alternativo de desenvolvimento rural que não sobrecarregasse o Estado, não intensificasse a degradação ambiental, não causassem o endividamento do agricultor em razão da necessidade de grandes investimentos e da tomada de crédito e que, acima de tudo, não acarretasse a perda de população rural em virtude da tecnificação agrícola. Assim, nova abordagem surge, conforme Favareto (2010), a partir de dois elementos essenciais:

- 1) a mudança no enfoque dos investimentos, que não mais ocorreriam em nível setorial, mas sim em abrangência territorial;
- 2) o estabelecimento de estratégias do tipo “*bottom-up*” ou “de baixo para cima”, expressão melhor compreendida no contexto do Programa LEADER como “de dentro para fora”, pois buscam envolver os atores e recursos locais em integração horizontal, mutissetorial, interligada à integração vertical já observada nas especializações de cada setor e na direção das instâncias superiores de governo. Nesse sentido, a efetividade do Programa seria atestada pelo grau de interação entre todas as partes envolvidas, uma vez que é entendido como “um projeto de desenvolvimento territorial [que] surge como consequência do alinhamento de interesses” (FAVARETO, 2010, p. 24), os quais podem diferir de uma localidade em relação a outra, a depender da quantidade de recursos humanos e materiais disponíveis.

Apesar da necessidade de ajustes, o Programa LEADER apresenta resultados muito satisfatórios. Além da permanência ao longo de quase trinta anos¹ e a extensão das iniciativas a todos os países membros, conta, ainda, com a expressiva adesão dos atores sociais locais

¹ De acordo com Ortega (2008), a vigência inicial do Programa LEADER seria de 1991-1994. No entanto, atualmente, as ações estão planejadas até o ano de 2020. (ESTRADA, 2015).

confirmada pelo número de 2.300 Grupos de Ação Local distribuídos em toda a Europa – espécies de conselhos municipais que formulam os projetos a serem custeados pelo governo de acordo com as necessidades específicas de cada território, bem como pelo envolvimento da população como um todo (RAMOS; GARRIDO, 2010 *apud* MOYANO-ESTRADA, 2015).

Um dos aspectos positivos do Programa LEADER, apresentado por Ortega (2008) relaciona-se à importância dada às atividades rurais, que extrapolam a concepção do que é especificamente agrícola, isto é, prevalece a valorização do turismo, da ampliação da gama de produtos, da disseminação da cultura, da troca de saberes e experiências, dentre outros, pois,

Como atestam os documentos do programa a especificidade do mundo rural é sua diversidade, herança de uma história longa, rica e variada. É, em última instância, essa especificidade que tende a se transformar em mercadoria, não, porém, pelas mãos de grandes cadeias de produção e distribuição, mas pelas mãos e em benefício da população local e de seu território (ORTEGA, 2015, p. 100).

Como apontamento negativo, tem-se a observação feita por Favareto (2010) em citação a Ray (2001) e a Coelho *et al.* (2005) ao se referirem à escolha dos projetos que serão custeados no âmbito do Programa LEADER, que tendem a acentuar as disparidades entre as regiões uma vez que os territórios com maior número de recursos e melhor infraestrutura pré-existente tendem a possuir melhores condições de articulação dos atores e de elaboração de propostas e, portanto, de serem selecionados em detrimento dos apresentados pelas localidades mais carentes.

Por fim, é importante evidenciar que a importação da iniciativa europeia ao contexto brasileiro necessita de análise profunda em virtude de serem encontradas diferenças substanciais entre uma realidade e outra. É preciso ter em mente que os fatores relacionados à infraestrutura, ao nível educacional, à coesão social, à transparência pública, às dimensões geográficas (em caso municipal), às diferenças culturais e ao modo de pensar e praticar o setor agropecuário têm impacto decisivo nos resultados alcançados e podem levar à frustração dos objetivos propostos para o caso do Brasil.

1.2 A ABORDAGEM BRASILEIRA: A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, embora elaborada e executada no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, teve seus primórdios no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando da instituição do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)², a partir do financiamento de projetos de infraestrutura em âmbito intermunicipal, fato que se configura como o embrião da abordagem transcendente à esfera municipal. Ademais, ainda no Governo FHC foi criado o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, pela Medida Provisória n. 1999-13 de 14 de dezembro de 1999, que possuía como uma de suas áreas de competência, conforme o inciso XV, parágrafo 14, a “promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 2018, [on-line]). Foi também no governo FHC que ocorreu a elaboração do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), em 2002.

No governo Lula, o pontapé inicial para a instituição da política de desenvolvimento territorial rural foi a constituição da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDT) vinculada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como resposta às ações definidas no 1º PNDRS. A política de desenvolvimento rural teve como referência as diretrizes nacionais para a redução da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, sendo estes os eixos norteadores das ações para o desenvolvimento. Nesse sentido, o MDA foi o responsável por criar programas direcionados ao meio rural, especialmente, com enfoque nas áreas com maior quantidade de agricultores familiares, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, extrativistas, assentados da Reforma Agrária ou trabalhadores sem-terra³.

Assim, para a consecução de seus objetivos, a Política busca romper com o distanciamento entre o Estado e a Sociedade quando da formulação e implementação da intervenção pública. Para tanto, objetiva integrar o poder público e os atores sociais em um pacto para combater as desigualdades regionais historicamente criadas por meio do direcionamento da atuação pública com vistas a superar deficiências locais específicas que se constituem como entraves à expansão e à equalização das oportunidades a toda a população. A integração ocorre em virtude do constante diálogo entre o arcabouço político, institucional e humano que baseia a referida política. Além da SDT, este arcabouço compõe-se das seguintes institucionalidades: Rede de Organismos Colegiados para o Desenvolvimento Rural Sustentável, órgãos da Administração Pública Federal que atuam na promoção do desenvolvimento humano, governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e a população dos Territórios Rurais. (BRASIL, 2003)

² O Pronaf será concisamente apresentado na Seção 2.4 do Capítulo 2 deste trabalho.

³ Na formulação inicial da política pública, este grupo fora denominado como “demanda social”, pois a formalização da categoria só ocorreu em 2006, com a chamada Lei da Agricultura Familiar.

Como pressupostos fundamentais, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável entende que:

- 1) a diferenciação na intervenção governamental a os Territórios Rurais é vital, pois estes apresentam realidades e características distintas que impedem a aplicação de uma metodologia única a todos;
- 2) é estritamente necessária a promoção do acesso da população aos serviços e investimentos públicos (educação, saúde, moradia, segurança alimentar, saneamento básico, segurança etc.), ainda que os recursos econômicos não estejam disponíveis, a fim que as mesmas oportunidades sejam dadas a todos, sem distinção.
- 3) a gestão pública deve ser compartilhada por meio de instituições que dialoguem diretamente com os cidadãos a fim de proporcionar o atendimento da demanda específica e à solução de problemas locais.

Coube à SDT o papel de articuladora entre as diversas institucionalidades e os pressupostos básicos, uma vez que se constitui como instrumento-chave do Estado com a principal atribuição de conceber, planejar e executar o desenvolvimento rural sob duas ópticas: a econômica, relacionada à função produtiva do setor; e, a social, a partir da identificação dos municípios rurais “deprimidos”, em uma nova unidade de planejamento: o arranjo territorial. A SDT, além de dar continuidade à gestão do Pronaf Infraestrutura e Serviços e de instituir os Territórios Rurais, deveria buscar a integração entre a sociedade e o poder público (estadual e municipal) destas localidades. Caberia à SDT informar aos demais órgãos públicos em no âmbito das três esferas os Territórios em atividade para que estes também se tornassem alvo principal das políticas públicas por eles implementadas.

Consoante Ortega (2015, p. 32), os municípios deprimidos são aqueles que possuem “níveis baixos de desenvolvimento, de ritmo de crescimento e de potencial desenvolvimento”, ou seja, formados por municípios carentes de serviços públicos básicos (água canalizada, energia elétrica, educação, saúde), que possuem indicadores sociais inferiores aos valores nacionais, que apresentam pouco dinamismo econômico e baixa capacidade institucional, a qual pode ser entendida, conforme Bucher *et al.* (2000), como a habilidade de tomar decisões e executá-las de modo eficaz, eficiente e sustentável, bem como gerir e manter o desempenho organizacional em bons patamares, assim como prepara-la para absorver o impacto de possíveis mudanças. Em muitos casos, estes municípios se localizam próximos a outros em situação semelhante, onde formam regiões extensas de pobreza. É, por este viés, que a abordagem territorial se mostra ainda mais relevante. Para Brandão (2012):

As estratégias de atuação conjunta intermunicipal, fundamentais no enfrentamento de

problemas comuns, que extravasam os limites jurídico-administrativos, vocalizando, com maior potência, reivindicações supralocais, podem ter grande êxito. (BRANDÃO, 2012, p. 207-208)

De fato, a principal mudança ocorrida a partir da SDT foi o direcionamento da intervenção estatal a um aglomerado de municípios. O texto de referência para o Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado pelo MDA, é, nesta direção, claro e expresso quando argumenta que “a coordenação das ações de responsabilidade do MDA somente encontrará significado e projetará uma nova maneira de governar e de interagir com a sociedade civil se for adotada, *plenamente*, a abordagem territorial” (BRASIL, 2003, p. 25, grifo nosso). Ortega (2008) afirma que a justificativa deste novo enfoque parte do reconhecimento de que a dimensão municipal é “muito restrita”, ou seja, pequena para a enormidade do planejamento e dos esforços necessários para a promoção do desenvolvimento. E, em contrapartida, a dimensão estadual é “excessivamente ampla”, em razão da diversidade e das peculiaridades interiores ao nível estadual, para o caso brasileiro.

Assim, no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural, a noção de Território considera os elementos materiais (espaço, recursos e pessoas), bem como os elementos imateriais (identidade, cultura, sociabilidade), pois trata-se de

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p. 34)

Com base nesta definição, os Territórios Rurais foram estabelecidos conforme a predominância de elementos rurais⁴, sem desconsiderar os pequenos e médios aglomerados urbanos.

A definição operacional do Território pode ser complementada pela concepção formulada por Saquet (2007) quando afirma que o território é constituído a partir de relações materiais e imateriais de poder construídas historicamente, mas com significados diferentes para diferentes sociedades, que podem se alterar ou não ao longo do tempo de acordo com os novos comportamentos sociais incorporados. Nesse sentido, é preciso considerar as relações de dominação pré-existentes na delimitação do Território, tendo em vista que prováveis conflitos podem interferir na formulação e no controle social da indução estatal, sendo, portanto, um dos

⁴ Os elementos rurais são caracterizados por: ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica; população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. (BRASIL, 2005, p. 28, nota de rodapé 21)

principais obstáculos à coesão social e ao sucesso da política. Ortega (2015) observa que “a assimetria de poder nos territórios, tanto inter como intraclases, mantém-se presente [...] e precisa ser contornada para que se construam projetos de desenvolvimento virtuosos” (ORTEGA, 2015. p. 11).

É sob este entendimento, que a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável afirma que, para que o desenvolvimento aconteça, é fundamental que existam a coesão social e a coesão territorial. A coesão social se refere à capacidade que uma sociedade possui de produzir e manter um sentimento de pertencimento e de inclusão por meio da demonstração de respeito à diversidade, de equidade e de justiça social. A coesão territorial está relacionada à integração multidimensional das institucionalidades e dos recursos humanos e ambientais existentes no Território. (BRASIL, 2003)

Além dos parâmetros demográficos, Ortega (2008) explica que a implementação da política de desenvolvimento territorial foi norteadas pelas premissas elencadas a seguir:

- 1) os ambientes tidos como “essencialmente rurais” concentram maiores proporções de pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza;
- 2) o rural não é concebido apenas como o lugar das atividades agropecuárias, sendo, portanto, um espaço diferenciado que assume múltiplas funções;
- 3) o crescimento econômico não acontece em localidades isoladas, mas sim por meio da inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, integrados e fluidos;
- 4) para que as novas tecnologias produtivas e organizacionais sejam implantadas é preciso ocorrer o processo de descentralização administrativa;
- 5) a formação de uma nova governança dependeria de uma concertação social entre todos os atores envolvidos na forma de um pacto territorial para o desenvolvimento.

Pela complexidade dos inúmeros fatores envolvidos, as políticas públicas a serem implementadas nos Territórios devem, portanto, considerar as dimensões econômica, sociocultural, ambiental, política e institucional, a partir da integração territorial e multissetorial com a finalidade de solucionar as ameaças do presente com medidas eficazes também a longo prazo e que não comprometam o bem-estar das gerações futuras.

Em suma, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável é concebida, principalmente, por dois programas de abrangência nacional que são o reflexo da importância da abordagem territorial por parte do governo brasileiro. São eles: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), criado em 2003, e o Programa

Territórios da Cidadania (PTC), criado em 2008. Ambos se configuram no principal assunto da próxima seção.

1.3 OS TERRITÓRIOS RURAIS E OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Os programas públicos a serem implementados nos Territórios Rurais devem considerar as dimensões econômica, sociocultural, ambiental, política e institucional, a partir da integração territorial e multissetorial com a finalidade de solucionar as ameaças do presente com medidas eficazes também a longo prazo e que não comprometam o bem-estar das gerações futuras, a garantir o desenvolvimento rural sustentável. Assim,

Estas políticas deverão apoiar a formação de infraestruturas sociais e econômicas, favorecer o acesso aos serviços públicos essenciais e à assistência técnica qualificada, implementar mecanismos de desenvolvimento e de proteção social, promover o ordenamento territorial, incentivar a prática de inovações tecnológicas, sociais e institucionais e promover a diversificação econômica. As políticas de incentivo ao desenvolvimento territorial deverão conjugar, harmonicamente, as quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável: econômica, em que se destaca a competitividade territorial; sociocultural, na qual sobressai a equidade e o respeito pela diversidade; ambiental, na qual se enfatiza o conceito de administração e gestão da base de recursos naturais; político-institucional, em que ressalta o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.” (BRASIL, 2003, p. 31)

De acordo com Brasil (2005, p. 7), o objetivo principal que norteia a ação governamental no âmbito do Pronat é o de “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural”. Deste modo, o Estado intervém de múltiplas formas:

- 1) na delimitação do campo de ação de projetos de melhoria das condições sociais da população rural, à medida que o Estado é quem define os territórios;
- 2) no fomento de programas específicos à demanda social do meio rural;
- 3) na legitimação de instituições locais que planejem e executem projetos autônomos que visem ao bem-estar da população;
- 4) no provimento dos meios necessários à realização dos programas e dos projetos locais.

Em 2008, houve aprofundamento da política territorial em municípios que já pertenciam aos Territórios Rurais e que apresentaram maior vulnerabilidade social. Desta forma, foram concebidos os Territórios da Cidadania. Alguns dos critérios utilizados para a definição destes Territórios foram: menor IDHM, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de povos tradicionais, maior número de beneficiários do

Programa Bolsa Família, menor renda, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, dentre outros. A respeito da finalidade dos Territórios da Cidadania, Ortega (2015) explica:

Os TCs, portanto, por sua concepção e gerenciamento, diferem de outros programas de enfoque territorial por não se limitarem a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Pretendia, em seu lançamento, articular diferentes ações para promover o desenvolvimento, em que as ações governamentais tenham um papel mais intervencionista que aquele da criação dos Territórios Rurais, fundamentalmente de indução da constituição dos arranjos socioprodutivos territoriais. (ORTEGA, 2015, p. 43)

O PTC fortaleceu os avanços alcançados pelo Pronat e buscou, além do incremento econômico-produtivo, a promoção da cidadania, como acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação adequada, à assistência social, dentre outros serviços, com vistas, também, ao combate das desigualdades sociais.

Assim sendo, a principal diferença entre os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania é o enfoque da atuação governamental: enquanto se buscava, nos Territórios Rurais, a inserção comercial da pequena produção rural, nos Territórios da Cidadania a intenção passa a ser, também, a inclusão e o aprimoramento social da população.

Para definir os Territórios Rurais (e, posteriormente, da Cidadania), a SDT, por meio da análise de dados do IBGE, identificou 4.500 municípios distribuídos em 450 microrregiões classificadas como "essencialmente rurais", o que se traduz em 81,7% dos 5.056 municípios brasileiros à época e em um somatório de 50 milhões de habitantes (BRASIL, 2003, p. 21-22). Os critérios adotados para a definição das microrregiões “essencialmente rurais” foram a densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado e a população municipal de até 50 mil habitantes.

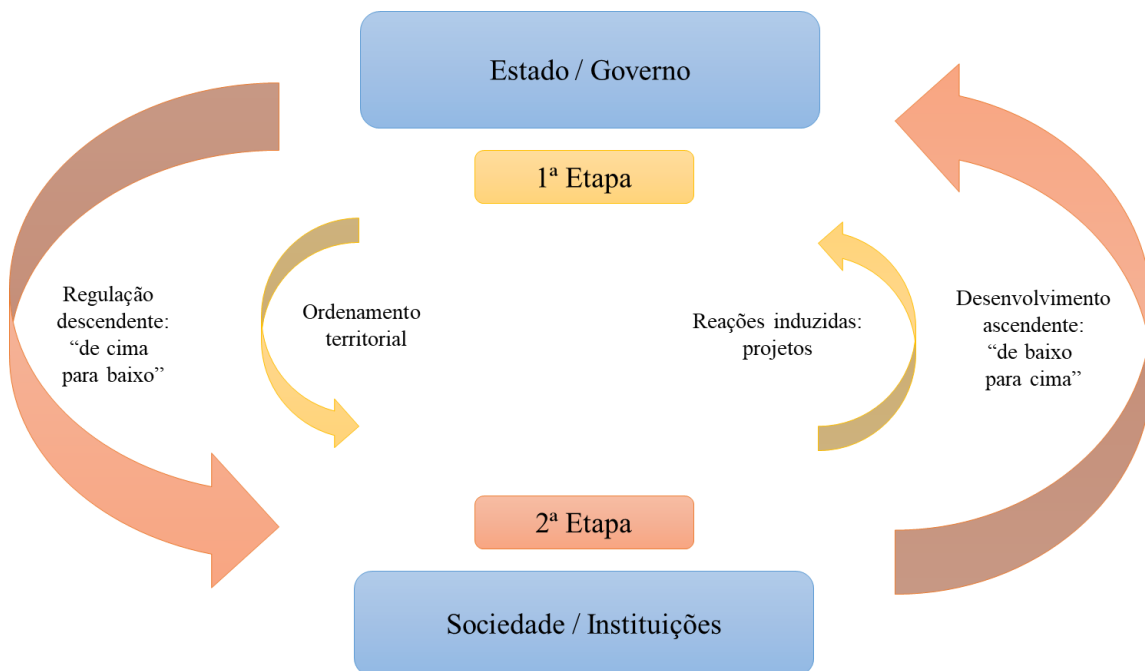
É importante salientar que a decisão acerca da delimitação dos Territórios não se restringiu apenas ao MDA, mas se configurou num processo deliberativo amplo, no qual foram consultadas as instâncias estaduais – compostas por membros do poder público estadual e da sociedade civil – para avaliação e possível agregação ou refutação de critérios seletivos. Deste modo, a aprovação final somente ocorreu mediante a anuência dos Conselhos Estadual e Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS/CONDRAF).

Inicialmente, por questões de restrição orçamentária, ocorreu o ordenamento das microrregiões prioritárias, isto é, aquelas que apresentaram características rurais aliadas à maior demanda social em cada Unidade da Federação. De acordo com o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, a demanda social deve ser compreendida como a mensuração do público-alvo da política: agricultores familiares, comunidades indígenas

e quilombolas, pescadores e extrativistas artesanais, famílias assentadas pela reforma agrária ou grupos de trabalhadores rurais que postulam acesso à terra, mobilizados ou não (BRASIL, 2005).

O ordenamento das microrregiões, além de se constituir como uma forma de classificação, está intimamente ligado à execução da política de desenvolvimento territorial à medida em que se relaciona ao processo de direcionamento da ação governamental, que se trata de uma resposta às situações específicas de cada Território e, por isso, se configura em critério de seleção à medida em que o Estado detém os recursos necessários para prover os gargalos neles existentes. É nesse sentido que a política de desenvolvimento territorial rural deve ser entendida pela ótica da concertação social, pois deve ser construída coletivamente, por meio de um ciclo que possui duas etapas, conforme a Ilustração 02 demonstra.

Ilustração 02 – Ciclo de implantação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural



Fonte: BRASIL, 2003.
Organização: Elaboração própria.

A primeira etapa caracteriza-se pela ação governamental de identificar os arranjos territoriais “deprimidos”, realizar um diagnóstico das precariedades e iniciar o processo de articulação e capacitação dos atores locais em relação ao conhecimento da política. A partir dessa articulação, é iniciada a fase de reação às propostas apresentadas pelo Estado, na forma de planejamento ascendente, no qual a sociedade civil organizada consolida a coesão social e inicia o processo de identificação das reais necessidades locais, a partir da elaboração de

projetos a serem financiados com recursos públicos, com o objetivo de transformar as condições “deprimidas” existentes, sempre com o protagonismo dos atores envolvidos.

Em seguida, a segunda etapa parte da seleção, estruturação e organização dos projetos submetidos pela sociedade civil organizada, bem como a destinação dos recursos demandados, os quais dão início à fase de controle social e execução dos projetos e, posteriormente, a avaliação dos resultados, repassados, em última instância, para o Estado com a finalidade de revisão e aperfeiçoamento da política adotada. Deste modo, o desenvolvimento acontece de baixo para cima (“*bottom-up*”), uma vez que os formuladores e executores da política são os atores locais e não o Estado, que apenas age como financiador e regulador, por meio de estratégias “*top-down*”. Ortega (2015) confirma que

[...] os processos de territorialização requerem, além da participação de forças locais, ações externas que, no caso dos territórios economicamente deprimidos, despertam pouco ou nenhuma atração por parte dos grandes capitais nacionais ou internacionais. Essa ação externa, portanto, nesses casos, só pode vir do Estado. E, assim, para criar as condições para o desenvolvimento, a ação governamental deve estar dirigida a investimentos em infraestrutura básica, de comunicação e transporte, energia, educação, saúde etc. Dessa maneira, para que se tenha êxito nos chamados territórios deprimidos, ou seja, para que sejam construídos processos virtuosos de desenvolvimento é preciso que as políticas públicas territoriais rurais adotem ações *top-down* combinadas com as *bottom-up*.” (ORTEGA, 2015, p. 33-34)

Na estratégia de planejamento ascendente, o capital social é fundamental na elaboração dos projetos e na destinação do recurso público, pois quanto maior a qualificação, maior a tendência à efetividade da política. Um dos principais desafios para a abordagem territorial relaciona-se à ausência de um sólido capital social à medida em que o novo modo de pensar e fazer a política de desenvolvimento carece de autogestão a fim de que as medidas de indução resultem em desenvolvimento endógeno. Por capital social entende-se como o relacionamento de confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre pessoas, coletividades e instituições em torno de um objetivo comum. A principal função do capital social é realizar a gestão social, que se refere, essencialmente, ao compartilhamento da responsabilidade acerca das diretrizes do planejamento ascendente do Território, isto é, o grau de envolvimento dos atores sociais em todas as fases de implantação da política (BRASIL, 2005). Assim, conceber o capital social como um ativo que estimula e executa o controle social num sistema de parcerias entre agentes públicos e privados, integrados horizontalmente e verticalmente, é essencial para que o desenvolvimento realmente aconteça.

Essa nova visão, conforme Brandão (2012), inicia-se com a abordagem transescalar do desenvolvimento territorial da mesma forma como o capitalismo se transforma. Para ele, as

políticas públicas devem se sobrepor às escalas convencionais (local, regional, nacional etc.), assumindo cruzamentos horizontais, de maneira atingir todos na mesma escala igualmente, e verticais, acima e abaixo do nível de quem implanta a política, a fim de ampliar os suas possibilidades de inclusão social e produtiva; e, acima de tudo, valorizarem a diversidade regional, não atribuindo-lhes o papel de vilões do desenvolvimento, mas como potenciais vantagens comparativas de um país rico e, ao mesmo tempo, complexo.

Contudo, é consenso que o capital social existente nos Territórios Rurais é deficitário em razão de fatores de diversas origens (econômicas, sociais, geográficas, educacionais, políticas) decorrentes do patamar inferior na qual se encontram estes arranjos. Como medidas de aprimoramento do capital social, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável buscou, além de propiciar o acesso à educação, à saúde e ao emprego, bem como a revisão das práticas políticas e a apresentação de soluções inovadoras para a valorização dos recursos naturais, humanos e culturais existentes, agregar o aparato acadêmico e científico aos Colegiados Territoriais por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), criados em parceria com as universidades públicas. De acordo com Cardoso Júnior, Lunas e Gomes (2017), o principal objetivo dos NEDETs é fornecer suporte aos Colegiados Territoriais

[...] em ações que promovam a gestão social e a inclusão produtiva, as quais englobam processo de planejamento, organização das atividades dos colegiados, elaboração de projetos técnico-produtivos, controle social e das políticas públicas, bem como possibilitar o acesso aos programas direcionados à agricultura familiar nos Territórios (CARDOSO JÚNIOR; LUNAS; GOMES, 2017, p. 40).

O Colegiado Territorial é o principal legado do Pronat, pois é em seu ajuntamento que a participação social efetivamente acontece. O Colegiado Territorial se trata de uma espécie de conselho deliberativo formado por instituições da sociedade civil e do poder público, que possuem poder equivalente na tomada de decisão e que realiza o planejamento, a tomada de decisão e o controle das medidas

A participação no Colegiado Territorial deve ser ampla e favorecer à diversidade étnica, de gênero, racial e de faixa etária a fim de que todos os grupos estejam representados e tenham ativa participação. Além da diversidade de atores, é necessário considerar, também, a pluralidade de concepções e representação de interesses, de modo a fortalecer os mecanismos de gestão social e fornecer distintas concepções ou visões, complementares ou divergentes, para que se negocie entendimentos e acordos sobre os rumos do desenvolvimento do território e, conseqüentemente, sobre o meio rural.

Ortega (2015) enxerga limites e potencialidades nas políticas adotadas. Como potencialidades estão a superação da dicotomia rural-urbano, a estratégia de pensar em regiões e não mais em municípios isolados e a mobilização do capital social. Dentre os limites, estão o tamanho e o recorte dos territórios, a dificuldade de mobilização do capital social, à medida em que existem conflitos. Para ele, a presença forte do Estado é fator primordial para alavancar o desenvolvimento.

Geraldi (2012) quando analisa mais detidamente o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), conclui que, posto em prática, o capital social concebido nos moldes da política como ordenamento social que viabiliza a ação coletiva, não leva em consideração as estruturas de poder existentes antes da formação do território por parte do Estado, acarretando uma cooperação superficial entre os agentes e um empoderamento limitado às institucionalidades que já realizam o controle social. Desta forma, o poder que leva à autonomia e à decisão pelos indivíduos não é adensado e, nem mesmo, construído. A gestão social, assim, pertence às instituições que atuam nos limites do território.

Portanto, segundo Geraldi (2012) a intervenção do Estado na dinâmica social dos meios rurais como pretexto para a erradicação da pobreza apenas serve para reproduzir o modo capitalista de produção, uma vez que a impossibilidade de produzir e consumir é tida como o entrave à geração de riqueza e não como a consequência de um sistema desigual.

1.4 NOTAS FINAIS

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável tem início a partir da implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), estabelecido em 2002 por meio de deliberações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), cuja principal decisão foi a mudança do enfoque das políticas públicas de desenvolvimento rural até então executadas: a adoção da perspectiva territorial, com a abrangência de municípios com características semelhantes e geograficamente próximos.

É consenso entre os estudiosos de que a nova metodologia adotada pelo Estado no modo de pensar e praticar o desenvolvimento rural sustentável passou a considerar três aspectos fundamentais: juntamente com a abordagem territorial, com o agrupamento de municípios limítrofes, há também o viés multissetorial, com a percepção de que o rural e o urbano são complementares e interdependentes e, ainda, a busca pelo fortalecimento dos princípios da

concertação social, na qual estão integradas a ação do poder público e do capital social existente.

Para tanto, houve a criação de novo aparato institucional em 2003, a partir da transformação do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da alteração da sigla do CNDRS para CONDRAF, a fim de evidenciar os objetivos das novas políticas públicas de desenvolvimento rural: reforma agrária e agricultura familiar; e, sobretudo, da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão responsável pela intervenção governamental em âmbito territorial.

A abordagem territorial foi o cerne dos três principais programas formulados pela SDT em seus primórdios, sendo elas: os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), este implantado em 2008 e os dois primeiros em 2003. Tais programas surgiram no contexto do Governo Lula como medidas auxiliares na busca pela redução da pobreza, da erradicação da fome e do maior acesso aos serviços públicos básicos, no contexto do Programa Fome Zero.

O Pronat foi estabelecido como ferramenta de direcionamento da intervenção estatal e, por isso, tem a finalidade de reunir o máximo de programas públicos já existentes como, por exemplo, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços, Programa Luz para Todos, Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros, em municípios rurais com indicadores econômicos abaixo dos padrões estadual e nacional. Nos Territórios Rurais o governo é o responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e materiais no âmbito de cada programa e, em contrapartida, a sociedade organizada e os atores envolvidos seriam os tomadores de decisões em relação ao uso dos recursos. A essência do Pronat é a inserção econômico-produtiva dos municípios.

O PTC surgiu como continuidade do Pronat e a manutenção de seu modo de funcionamento, porém com o aprofundamento da ação estatal em municípios rurais com elevada vulnerabilidade social, com falhas no atendimento de serviços básicos relacionados à saúde, infraestrutura domiciliar e educação, ou seja, além do foco econômico, buscou-se também a inclusão social, sendo esta o elemento de diferenciação em relação ao Pronat.

Para ambos os Programas – Pronat e PTC – não foi encontrado arcabouço normativo definido, composto por leis, decretos e/ou resoluções, mas apenas Documentos de Referência e Manuais Orientativos, fato que dificulta a compreensão mais aprofundada dos objetivos

fundamentais da intervenção governamental e confere instabilidade quanto à continuidade dos programas.

O funcionamento da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável baseia-se na combinação de estratégias “*top-down*” e “*bottom-up*”. Em resumo, de acordo com o ciclo de implantação da política, na primeira etapa o Estado realiza o ordenamento territorial e o levantamento dos atores sociais existentes nas localidades, bem como o seu acionamento a partir da instituição do Colegiado Territorial. Nesta fase, portanto, a mobilização parte de cima para baixo. Como consequência, o Colegiado Territorial elabora projetos de atendimento às demandas específicas ao Território e, assim, norteia a ação estatal, sendo um mecanismo de direcionamento que parte de baixo, do alvo, para cima, o executor. Na segunda etapa, o Estado aprova os projetos submetidos, fornece os recursos materiais e financeiros e executa a regulação dos investimentos. Em contrapartida, o Colegiado Territorial executa os projetos e realiza o controle social da política. Novamente, parte-se da indução do governo à prática do desenvolvimento endógeno pelos atores locais.

CAPÍTULO 2. O MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO: DISPOSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E RESULTADOS LOCAIS

O reconhecimento da relevância do setor agropecuário como parte essencial ao desenvolvimento do capitalismo moderno ocorreu a partir do final da Segunda Guerra Mundial, no período entre 1945 e 1968 (VEIGA, 2012, p. 103), momento no qual os países capitalistas desenvolvidos – diferenciados por Veiga (2012) pelo termo “centrais” –, tiveram que lidar com a questão do abastecimento alimentar interno. Abramovay (2012) aponta dois fatores essenciais para a incorporação da agropecuária ao sistema capitalista: a distribuição atomizada das unidades agropecuárias e a intervenção do Estado enquanto regulador (para baixo) dos preços dos produtos alimentícios. De acordo com o autor, este movimento representou “um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade” (ABRAMOVAY, 2012, p. 35) uma vez que as políticas adotadas visavam, num primeiro momento, a redução do percentual gasto com a alimentação no âmbito do orçamento doméstico dos trabalhadores. Em decorrência, haveria, simultaneamente, o barateamento da reprodução da força de trabalho e a liberação de parcela considerável da renda do trabalhadores para a aquisição de bens de consumo de maneira a impulsionar o crescimento dos outros setores da economia.

Segundo Ploeg (2008), o meio produtivo rural é segmentado em três tipologias teóricas de agricultura, que são distintas, mas, ao mesmo tempo, estão articuladas: a agricultura capitalista, a agricultura empresarial (ou familiar) e a agricultura camponesa. A principal diferença entre as tipologias está na escala⁵ de produção, em que a pequena escala de produção, em grande parte, está relegada à agricultura camponesa e, em outro extremo, a grande produção pertence, geralmente, à agricultura capitalista. A agricultura empresarial possui escalas que variam entre a pequena e a grande escala sendo considerada, portanto, como intermediária.

A articulação entre as concepções teóricas da agricultura se dá pelas direções diversas, denominadas de “processos de desenvolvimento”, que afetam os ambientes econômico, social, ambiental e político da realidade na qual estão inseridas. São elas: a industrialização e a recampesinização. Tais direções e suas consequências são abordadas nas próximas seções deste

⁵ A escala refere-se ao quantitativo de fatores que são necessários para alcançar determinado nível de produção. “Os rendimentos de escala referem-se à proporção de aumento do produto quando os insumos aumentam proporcionalmente entre si” (PINDYCK; RUBINFELD, 2005, p. 196). Os rendimentos podem ser *crescentes* – quando a produção cresce em proporção maior em relação ao aumento dos insumos –, *constantes* – quando a produção cresce na mesma proporção em relação ao aumento dos insumos – e, por fim, *decrescentes* – quando a produção cresce em menor proporção em relação ao aumento dos insumos.

capítulo, assim como o surgimento da agricultura familiar como um provável balanceamento entre ambas as tendências. A partir de então, são expostas algumas considerações sobre a referida categoria no Brasil e sua participação no setor agropecuário goiano.

2.1 A TENDÊNCIA À INDUSTRIALIZAÇÃO: A AGRICULTURA CAPITALISTA

O rápido período de recuperação do pós-guerra, ocorrido tanto na Europa Ocidental, como nos Estados Unidos e no Japão, somente fora possibilitado mediante a intervenção do Estado com o advento da modernização agrícola com o usufruto da tecnologia herdada do período bélico. De acordo com Veiga (2012), o padrão modernizador surgiu nos Estados Unidos e se disseminou pelos demais países centrais. Este embasava-se em três premissas:

- a) nível da oferta sempre superior à demanda, o que necessitaria o contínuo aprimoramento da tecnologia;
- b) fixação do nível de preços dos produtos alimentares em padrões reduzidos, mas que, ao mesmo tempo, garantissem uma renda mínima aos agricultores e a valorização fundiária;
- c) controle do tamanho da população rural, com vistas a aumentar progressivamente o tamanho das propriedades.

A formação do cenário para a propagação do advento modernizador contou, como já mencionado, com a intervenção crescente do Estado, que agiu, inicialmente, por intermédio de dois mecanismos essenciais: a constituição de um meio técnico-científico-informacional e o investimento indireto no setor. Estes, se deram por meio da concessão de financiamentos com recursos públicos, da criação de políticas fiscais e comerciais para garantir o equilíbrio do promissor setor agropecuário e do controle constante dos preços dos alimentos.

O meio técnico-científico-informacional, nos termos de Santos (2010), teve de ser criado em virtude da busca pela crescente racionalização econômica, sobretudo com a finalidade da criação de meios para a adaptação dos fenômenos naturais às exigências do capitalismo globalizante. Nesse sentido, a informação, que deve ser, obrigatoriamente, de fácil e rápido acesso, se transforma em peça-chave na internacionalização do mercado e do capital. A ciência necessita encontrar-se no mesmo ritmo, pois está incumbida de produzir as inovações tecnológicas que possibilitam a elevação da produtividade com a redução de custos, e, conseqüentemente, o atendimento à uma demanda externa em ascensão. Com o advento científico, torna-se necessária, então, a prática, que nada mais é do que a técnica, a fim de

corrigir desvios e aprimorar a tecnologia e a ciência. A partir daí foram criados institutos de tecnologia, escolas agrícolas, laboratórios, centros de pesquisa, dentre outros e, também, os grandes conglomerados industriais ou impérios alimentares, no entendimento de Ploeg (2008).

Esses fatores compeliram a produção agropecuária à mais significativa nuance do capitalismo no setor agropecuário: a constante tendência à industrialização de todo o processo produtivo, suprimindo a intercomplementariedade, inerente à atividade agropecuária, entre o tempo, o espaço e o trabalho. Assim, na chamada agricultura capitalista, estes três elementos são desintegrados, na busca pela elevação da produtividade em um modo de produção em que a remuneração do capital é o elemento preeminente.

Como consequência, a essencialidade da natureza enquanto fonte de alimentos e matérias-primas perde relevância e termina por produzir relações de controle, vazias, mecanizadas e artificiais. Deste modo, “os alimentos não são mais produzidos e processados – eles são projetados” (PLOEG, 2008, p. 22). O meio ambiente também sofre, deixa de ser preservado e os resultados danosos dos processos não-naturais passam a ser negligenciados. Veiga (2012) atenta para a eficiência da moderna agricultura capitalista, possibilitada pelo uso intensivo de tecnologia, porém ao custo de externalidades negativas, cuja regulação devida pelo aparelho estatal é inexistente, mas, ao contrário, é por ele incentivado:

As práticas da agricultura moderna têm contribuído para a degradação ambiental em todas as regiões do mundo. Graças aos avanços tecnológicos, tornou-se possível, durante o século XX, o cultivo de solos frágeis, o que contribuiu para um aumento substancial da erosão. Nos sistemas de irrigação é muito comum o desperdício d'água. O uso indiscriminado de agrotóxicos envenena os rios e os próprios consumidores. E todas essas práticas têm sido estimuladas pelas políticas agrícolas adotadas durante os últimos sessenta anos. [...]. Tais questões aumentam a complexidade das decisões em matéria de política agrícola e parecem estar apontando para uma completa redefinição dos critérios até aqui utilizados para julgar a própria eficiência dos diversos sistemas agrícolas (VEIGA, 2012, p. 133-134).

Nesta trajetória, a tecnologia se torna o elemento fundamental, constitutivo não somente dos insumos e dos meios de produção, mas também dos produtos finais da agricultura capitalista. Entretanto, alguns autores, como Gérard Dorel (1985 *apud* VEIGA, 2012) discordam da centralidade da evolução tecnológica no âmbito do processo produtivo. Conforme o autor, as alterações na demanda, principalmente relacionadas ao aumento do poder aquisitivo, o acesso ao crédito, a consolidação das redes de distribuição atreladas ao melhoramento da infraestrutura e a especulação fiscal e fundiária, foram os principais motores do avanço industrial no setor agropecuário.

De acordo com Goodman et al.,1987 *apud* Veiga, 2012, a crescente utilização da tecnologia na agropecuária deve ser compreendida sob os conceitos, simultâneos ou não, de “apropriacionismo” e de “substitucionismo”.

O “apropriacionismo” está relacionado à adequação de algumas etapas do processo produtivo ao modelo industrial. Em um primeiro momento, na agricultura, as fases de preparação e de colheita foram industrializadas com o uso de meios de produção mecanizados, como tratores e colheitadeiras. Posteriormente, a apropriação ocorreu durante o próprio processo produtivo, de maneira interna, com o uso de adubação química e sementes transgênicas. Na pecuária, os principais avanços foram no campo da genética, da reprodução e da nutrição animal.

O “substitucionismo” relaciona-se com a troca de um insumo ou produto extrativo ou agropecuário, por similares sintéticos, produzidos em laboratórios industriais. Essa substituição acontece tanto no ramo alimentício (leite em pó, margarina etc.), como na indústria química (detergentes, sodas, etc.), têxtil (tecido do tipo tãctel), de fármacos (medicamentos) e cosmética (perfumes).

É preciso, no entanto, ter cautela quanto ao entendimento de que o setor agropecuário, no futuro, se tornará um ramo específico do setor industrial. Conceber a industrialização como direção apenas indica as transformações que podem ocorrer no modo de produção. É segundo esse pensamento que se entende a singularidade da atividade agropecuária, uma vez que esta possui limites naturais que estão além do controle humano e que dificilmente serão suplantados pela tecnologia. Quem conforma a produção vegetal são os próprios organismos que compõem o ecossistema. Conforme Veiga (2012), a função humana na produção agropecuária é apenas a de um suporte para condicionar o crescimento orgânico e, posteriormente, recolher e comercializar o que as leis naturais irão produzir.

Além disso, no setor agropecuário, o trabalho humano não pode ser totalmente industrializado. As revoluções tecnológicas atingiram os meios de produção, mas não completamente o fluxo e a dinâmica do trabalho, pois este também continua a depender dos ciclos biológicos da natureza, bem como a divisão do trabalho baseada no modelo fordista. Isto, por quatro razões básicas defendidas por Abramovay (2012): a) não há como sequenciar os processos de trabalho a fim de proporcionar aumentos significativos de produtividade. Numa cultura essencialmente artesanal, como a do café ou do fumo, a produtividade do campo, ou seja, o tamanho da safra, é o que determina o número de pessoas necessárias à colheita e a divisão do trabalho não é aplicável; b) na agropecuária, as unidades de comando, controle e

execução se fundem, não havendo a hierarquização, e, portanto, a divisão de tarefas; c) por se tratarem de seres vivos, na produção agropecuária existe certa “identificação pessoal” com o produto, o que não ocorre na indústria; e, por fim, 4) o ritmo do trabalho, tanto individual, como coletivo, no setor agropecuário, é ditado, em grande parte pela própria natureza e não por um processo autômato, como ocorre nas indústrias altamente especializadas.

Ainda assim, o avanço da industrialização na agropecuária é inegável. Atualmente, a expressão mais concreta deste fenômeno está no modelo agroexportador, com o uso força de trabalho assalariada, cuja dinamização ocorre pela agricultura capitalista e pelos “impérios alimentares”, que buscam elevar, constantemente, sua lucratividade. Portanto, a agricultura capitalista funciona de maneira cada vez mais fluida, globalizada e imperialista. Ademais, é preciso reconhecer os avanços ocasionados pela expansão do capitalismo sobre a agricultura, tais como, a expansão do ensino, as novas tecnologias que alcançam as categorias produtivas que tenham como insumo os recursos naturais (fármacos, cosmética, química, alimentícia, têxtil etc.), o desenvolvimento da ciência, as novas técnicas de controle biológico, climático, ambiental, dentre outros.

Contudo, há sempre um movimento de resistência. Este é a recampesinização.

2.2 A TENDÊNCIA À RECAMPESINIZAÇÃO: A AGRICULTURA CAMPONESA

Com o advento da globalização, o controle exercido pelo modo capitalista de produção repercute nas economias locais, o que leva a uma permanente dependência dos mercados de *commodities* e ao nivelamento dos preços aos padrões internacionais praticados nas bolsas de mercadorias. O rebaixamento dos preços faz com que muitos produtores rurais busquem soluções alternativas para garantir a sobrevivência no campo. “Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*.” (PLOEG, 2008, p. 23, grifos do autor).

A recampesinização possui caráter dinâmico e tem evoluído ao longo do tempo, sobretudo nos países europeus. Fato que, para Ploeg (2008) pode ser comprovado pelo aumento quantitativo dos produtores rurais que adotaram, em maior ou menor grau, mecanismos de retorno à condição camponesa, como a intensificação do trabalho no processo produtivo, e, também, pela mudança qualitativa refletida na diminuição da dependência do mercado de insumos, por exemplo, caso em que muitos produtores deixaram de comprar fertilizantes químicos e passaram a utilizar métodos de adubação orgânica.

A condição camponesa está fundamentada na co-produção e na cooperação entre o produtor, a natureza e seus pares em relações que se complementam e garantem a sobrevivência de todos. A cooperação, assim como todas as relações intrínsecas ao modo de vida camponês, é marcada por critérios morais, emocionais, étnicos, religiosos, tradicionais e, até mesmo, de subserviência a poderes externos ou superiores e, em termos econômicos, se traduz na verticalização na comercialização do produto agregado da comunidade camponesa (PLOEG, 2008). A cooperação é tida como uma válvula de escape nos casos em que se faz necessária maior resistência à dependência dos ditames do mercado, pois é um processo que visa fortalecer a produção local e a repartição equânime dos resultados das vendas. Deste modo, é essencial que a economia camponesa esteja inserida em pequenas comunidades rurais, nos quais seus integrantes partilhem dos mesmos valores e o mesmo modo de viver (ABRAMOVAY, 2012).

A co-produção relaciona-se ao entendimento de uma outra característica da economia camponesa que, conforme a ótica de Ploeg (2008), trata-se do desvio dos mercados de insumos, tão somente com o objetivo de efetivar o manejo sustentável dos recursos que dispõe, sobretudo àqueles relacionados ao ecossistema local. Deste modo, o camponês produz, mas utiliza uma parcela de sua produção para garantir a reprodução, isto é, devolve parte daquilo que produz para que a natureza absorva e mantenha seu equilíbrio biológico, o que resulta numa progressiva elevação da produtividade. Apesar de manter afastado do mercado de insumos, o camponês não está indiferente a ele, uma vez que integra-o pelo lado da comercialização da fração excedente de sua produção – aquela que não foi utilizada no consumo interno e nem na reprodução. Nesse sentido, o camponês é um agente autônomo, que tem a posse e o controle integral de todas as atividades realizadas na e para a sua unidade produtiva, sendo, também, multifuncional e autossuficiente.

Com isso, o camponês atua com a intensificação do trabalho que, preponderantemente, é familiar. Na agricultura camponesa, a propriedade dos meios de produção e, principalmente, da terra, pertence à família produtora e a produção tem duplo caráter: é mercadoria quando é comercializada e é não-mercadoria quando é usada para o consumo familiar ou no processo de reprodução. Apesar de ser proprietário dos meios de produção, o camponês não pode ser considerado como um capitalista no sentido marxista, uma vez que utiliza sua própria força de trabalho e a de sua família, sendo, portanto, um ser “autoexplorado”. Deste modo, o trabalho familiar não é assalariado: todos os membros da família trabalham, inclusive em atividades não agropecuárias, para garantir o equilíbrio entre a quantidade de trabalho necessária e a plena satisfação das necessidades familiares (PLOEG, 2016).

No entanto, é importante não confundir a agricultura camponesa com a contemporânea agricultura familiar. Abramovay (2012) refuta a ideia da existência de uma agricultura camponesa em contextos de capitalismo avançado e defende, em contrapartida, a existência da agricultura familiar, que não pode ser generalizada como pequena, mas que absorve elevado grau de intervenção pública e de inovações tecnológicas. Segundo o autor, a principal diferença entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar é a forma de inserção nos mercados. A agricultura familiar está integrada aos mercados, enquanto que a agricultura camponesa apresenta, em relação aos mercados, uma racionalidade econômica parcial, incompleta. Assim sendo, a unidade de produção familiar, semelhantemente à camponesa, é gerida pela família, porém não pode se dissociar de seu caráter mercantil, o principal elemento que as distingue.

A natureza incompleta ou parcial da racionalidade econômica da agricultura camponesa está relacionada aos valores culturais, morais e éticos que norteiam a tomada de decisão. A esfera social não se encontra dissociada das demais áreas da vida em comunidade, sobretudo, da atividade econômica. Ao contrário, a esfera econômica está subordinada ao modo de viver do camponês. Nos mercados onde o camponês atua, portanto, imperam as relações de reciprocidade, muito diferentes do que ocorre dentro do sistema capitalista. Sabourin (2011, p. 21) ressalta que a reciprocidade pode ser definida antropologicamente como “um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos”.

Uma importante contribuição de Ellis (1988, apud ABRAMOVAY, 2012) está ligada à percepção de que os camponeses só conseguem se inserir parcialmente em mercados se os mesmos forem imperfeitos – estruturas monopolistas ou oligopolistas, do lado da oferta e estruturas de monopólio e oligopólio do lado da demanda –, o que significa que “a transformação dos produtos em mercadoria depende de vínculos, em geral, personalizados, onde os preços são ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda praticamente inexistem” (ABRAMOVAY, 2012, p. 114-115).

Por isso, é importante destacar que o modo de produção camponês não implica em isolamento e autossuficiência. A integração incompleta aos mercados revela ligações econômicas peculiares. Além da flexibilidade entre comercializar ou consumir sua produção, a alternatividade reflete as várias opções de que o camponês dispõe em utilizar os seus produtos caso a comercialização não seja viável, por não terem sido adquiridos fora da unidade produtiva camponesa. Assim, a não participação momentânea no mercado pouco afeta a subsistência do camponês e a sua reinserção pode ocorrer a qualquer tempo.

Entretanto, para que as estratégias anteriormente mencionadas sejam bem-sucedidas é preciso que os mercados imperfeitos apresentem uma “formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência” (ABRAMOVAY, 2012, p. 129) que domina a formação dos preços e as condições comerciais, a disseminação das informações, a rede de compradores e vendedores e são fornecedores do crédito e de infraestrutura. Consequentemente, essas relações (re)produzem e aprofundam a pobreza material da agricultura camponesa que, em muitos casos, somente pode ser superada quando os camponeses passam a praticar a agricultura como um tipo de profissão e não mais como uma condição de vida e se tornam agricultores empresariais – ou familiares, de acordo com a definição legal brasileira.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

A agricultura familiar surgiu nos países centrais como uma categoria social que serviu (e ainda serve) como instrumento para que o Estado tenha o controle da oferta de produtos agrícolas, sobretudo a de alimentos, a princípio em nível local, mas que atingiu, acelerada e progressivamente, o patamar global. (VEIGA, 2012; ABRAMOVAY; 2012). Nos Estados Unidos, esteve concentrada nas regiões de maior disseminação da modernização agrícola, o que reafirma sua elevada capacidade de assimilação da tecnologia tanto no pós-guerra, quanto nos dias atuais. Como já mencionado, não deve ser rotulada como “pequena” conquanto a área das propriedades não é fator decisivo na obtenção de alta produtividade e, ainda, com a integração aos mercados e a constante inovação são capazes de obter rendimentos crescentes.

A agricultura familiar se desenvolveu fundamentada na gestão familiar do processo e da unidade produtiva, e, também da aplicação do trabalho dos membros da família e de agregados. Entende-se por “familiar” os laços criados por relações de parentesco ou em decorrência do matrimônio. Ainda que as transformações tecnológicas e sociais tenham alterado a composição e a dinâmica familiar – como as relações de gênero e tamanho das famílias, “o parentesco ainda é um laço social básico na reprodução da empresa rural” (ABRAMOVAY, 2012, p. 202). Contudo, a necessidade de a força de trabalho ser composta unicamente por membros da família se tornou secundária, sendo necessária e viável, na maioria dos casos, a contratação de trabalho assalariado, resguardando a direção e o controle da unidade produtiva à esfera da família, sobretudo no âmbito da comercialização.

Nos dias atuais, a agricultura familiar possui crescente grau de flexibilização, oportunizada pelos fenômenos da agricultura em tempo parcial, da pluriatividade e do

surgimento das ocupações não-agrícolas. Estes resultam de um transcurso evolutivo de dissociação entre o meio rural e o setor agropecuário, no qual a renda e o trabalho familiar precisam subsistir às consequências da modernização e buscar formas de garantir a reprodução social da família (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2004). Esses fenômenos estão imbricados e correlacionam-se, entretanto, necessitam de delimitação separada.

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade referem-se ao exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e fora do estabelecimento agropecuário, por, no mínimo, um membro da família. Em outras palavras, podem ser entendidas como a oferta de mão-de-obra – que antes era exclusiva do estabelecimento familiar – no mercado de trabalho e são praticadas de maneira coletiva ou individual, a depender do contexto histórico e socioeconômico no qual ocorrem.

Sacco dos Anjos (2003) esclarece que a agricultura em tempo parcial foi uma resposta exclusiva à crescente incorporação da agropecuária ao advento industrial e a considera como a forma originária da pluriatividade. Segundo o autor, a relação entre os fenômenos é uma mudança na rotulagem de seus efeitos por parte dos meios político e científico, porém ambos, essencialmente, referem-se a estratégias para o aproveitamento da mão-de-obra e para o aumento de renda no setor agropecuário. Já Carneiro (2009) acredita na impossibilidade de existência da agricultura em tempo parcial devido à especificidade da atividade agropecuária, cujo produto depende, em sua maior parte, de ciclos biológicos da natureza e de condições climáticas favoráveis, fatores que não podem ser controlados completamente pelo homem, no mínimo previstos ou complementados e, logo, não podem ter seu tempo fragmentado.

A agricultura em tempo parcial passou a ser objeto de estudo do meio acadêmico durante a década de 1970, e foi inicialmente concebida como um evento da iminente proletarianização da força de trabalho agrícola, que culminaria com a extinção do modo de produção camponês em detrimento à agricultura capitalista, fato previsto na literatura marxista. Assim sendo, a agricultura em tempo parcial tratar-se-ia de um subterfúgio adotado apenas pelas unidades produtivas com menor grau de mecanização, uma vez que os agricultores precisariam fabricar seus próprios meios de trabalho e, assim, aumentar o valor agregado de sua produção. No entanto, a partir de meados da década de 1980, acontece uma alteração no pensamento intelectual, sem aparentes motivações, e, agora, a nova denominação – a pluriatividade – é apresentada como uma condição positiva e vital para o desenvolvimento da atividade agropecuária, sobretudo familiar, seja ela de pequeno ou grande porte, com maior ou menor grau de tecnificação. (SACCO DOS ANJOS, 2003).

De acordo com Schneider (2006), a pluriatividade pode possuir duas naturezas básicas: a tradicional, típica da atividade produtiva voltada à subsistência, e, a moderna, relacionada à produção mercantil. A partir destas essências, o autor identificou cinco nuances nas quais a pluriatividade pode ser manifesta: a) intersetorial; b) de base agrária; c) sazonal ou informal; d) para-agrícola; e, e) tradicional ou camponesa. A pluriatividade intersetorial refere-se à integração do mercado de trabalho agrícola com o mercado de trabalho em outros setores, na qual o indivíduo possui dois empregos: um na unidade produtiva agropecuária e outro numa indústria próxima, em períodos alternados, por exemplo. A pluriatividade de base agrária ocorre no setor agropecuário devido às transformações ocorridas em seu próprio interior, como é o caso da terceirização ou da prestação de serviços em unidades produtivas agropecuárias que pertencem a outrem, como os tratoristas, os armazenadores, os consultores etc.. A pluriatividade sazonal ou informal decorre dos períodos de venda de força de trabalho por conta da sazonalidade da produção, como a oferta de mão de obra nos períodos de entressafra tanto em outros estabelecimentos rurais, como nas ocupações urbanas, como é o caso dos serviços domésticos ou diaristas em período de colheita, ou de profissionais liberais que possuam algum estabelecimento rural, como agrônomos, veterinários, etc.. É válido ressaltar que, para todos esses casos, é necessário que os trabalhadores pluriativos sejam, também, proprietários de algum estabelecimento agropecuário. A pluriatividade para-agrícola resulta da agregação de valor da produção que outrora era destinada apenas ao consumo familiar e que, por algum tipo de beneficiamento, aumento da produção ou nichos de mercado, passaram a ser comercializados. Trata-se das agroindústrias familiares. Como exemplos, têm-se a fabricação de derivados de leite, panificados, doces etc.. A pluriatividade tradicional ou camponesa é aquela em que a produção se destina apenas à subsistência e os agricultores necessitam fabricar as próprias ferramentas e utensílios para viabilizar a reprodução. Ocorre no interior da própria unidade produtiva.

Por meio desta tipificação, presume-se que a pluriatividade é uma atividade inerente à agropecuária e algo que sempre existiu no meio rural (CARNEIRO, 2009) e, ademais, pode ser concebida como uma ferramenta para o desenvolvimento rural⁶ (SCHNEIDER, 2006), uma vez que não é evento de ordem meramente econômica, mas sim, reflete uma “afirmação

⁶ Contrariamente, Silva (2001) afirma que é um mito considerar que “o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural” e que as “ocupações rurais não-agrícolas podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas”, uma vez que o autor observa um crescimento da pobreza rural junto ao crescimento das ocupações não-agrícolas, ocasionados pela precarização destas ocupações. Vide SILVA, 2001, p. 41-42 e 44.

socioprofissional ou até mesmo um estilo de vida” (SCHNEIDER, 2004, p. 81), uma ampliação do “círculo social” dos participantes da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2012, p. 200) e:

[...] ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação do capital, se apresenta hoje como um setor multifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e à própria dinamização do espaço rural (SCHNEIDER *et al.*, 2009, p. 140).

Como já mencionado, a pluriatividade implica a existência de atividades não-agrícolas, mas estas não surgiram a partir da primeira. A diferença reside, para Schneider (2004), no ambiente em que os fenômenos se dão: as atividades não-agrícolas são consequência de mutações no mercado de trabalho agropecuário, enquanto que a pluriatividade decorre de estratégias internas à família que dizem respeito aos seus membros. Assim, são eventos interdependentes. “Desse modo, pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas” (SCHNEIDER, 2004, p. 88). E vice-versa. Enfim, as atividades não-agrícolas são aquelas desempenhadas pela população rural em setores econômicos diversos ao agropecuário e são o objeto das ocupações não-agrícolas.

Em estudo sobre as mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, Silva (2001) observa que a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) rural que atua em ocupações não-agrícolas é crescente e que, em sentido oposto, o emprego nas atividades agropecuárias está em queda. Ao mesmo tempo, as ocupações não-agrícolas têm causado a redução, e, até mesmo, a inversão do êxodo rural, pois a PEA rural pode trabalhar nas cidades e residir no campo. Por outro lado, as ocupações não-agrícolas têm, também, aprofundado o êxodo agrícola, pois este se refere à perda da força de trabalho no meio rural. Tais fatos possibilitam afirmar que as famílias rurais brasileiras estão cada vez menos agrícolas.

Outro comportamento a destacar é o da integração campo-cidade, pois as ocupações não-agrícolas incidem com mais intensidade em locais com maior grau de urbanização, o que acarreta uma mudança na percepção de que o rural seria atrasado em virtude da presença de bens e serviços outrora exclusivos do setor urbano.

Além disso, Silva (2001) constatou que a renda obtida em ocupações não-agrícolas tem sido superior ao rendimento obtido com as atividades agropecuárias e abarca um espaço cada vez maior na renda doméstica total, fator que incentiva a pluriatividade. Contudo, as ocupações não-agrícolas nem sempre são capazes de absorver toda oferta de trabalho proveniente da população rural devido à sua baixa qualificação. Assim, os empregados não-agrícolas, em sua maioria, estão alocados em ocupações precárias, de baixa remuneração, muitas vezes, como operários ou empregados domésticos. Isso evidencia um outro problema: a formação de um

exército de reserva que pressiona os salários para baixo. Dessa forma, as ocupações não-agrícolas, no Brasil, aliviam a pobreza rural, mas não são capazes de eliminá-la.

Em suma, a flexibilidade da agricultura familiar permitiu uma mutação do espaço produtivo rural: ele não é mais puramente agropecuário, mas incorporou novas funções econômicas, sociais e ambientais. Além do abastecimento alimentar a baixos preços, a agricultura familiar tem sido utilizada para atender a uma demanda crescente de produtos singulares, ditos *gourmet*, como cogumelos, *escargots*, frutos do mar, produtos florestais não-madeireiros etc., bem como a de alimentos livres de agrotóxicos, orgânicos, ou que adotem técnicas de manejo menos agressivas, como os produtos agroecológicos. Ainda, o espaço rural tem sido utilizado como meio de preservação de recursos naturais, com a criação de empreendimentos que possuam espaços de lazer, esportivos e turísticos, ao mesmo tempo. (ABRAMOVAY, 1999). Além disso, a procura de bens imateriais ou simbólicos, como as festas religiosas, folclóricas e produtos gastronômicos é, em sua maior parcela, satisfeita no ambiente rural (SCHNEIDER, 2004). É nesse sentido que se entende a necessidade de separar o que é rural do que é agrícola, pois “se é cada vez menos frequente a existência do estabelecimento familiar puramente agrícola, o que parece estar mudando não é tanto a presença dominante – na gestão e no trabalho – da família, mas sim o caráter exclusivamente agrícola da unidade produtiva” (ABRAMOVAY, 2012, p. 182).

É interessante, assim, entender como as tendências à industrialização e à recampesinização atuaram sobre a formação da agricultura familiar contemporânea e como essa nova categoria influencia a forma de interação entre o setor agropecuário e a sociedade.

Conforme Ploeg (2008), predominantemente, a agricultura capitalista se relaciona com os consumidores de um modo amplo e distante, por meio dos impérios alimentares, em uma escala global, porém com alto nível de centralização, o que resulta na desconexão entre a produção e o consumo alimentar. Já a agricultura camponesa, no entanto, dialoga com a sociedade de maneira tangível em “circuitos curtos e descentralizados” traduzidos pelo abastecimento alimentar local, com vistas à valorização de sua produção e à independência dos ditames do capital financeiro. Entre estas se encontra a agricultura familiar, que busca atender tanto os circuitos locais, quanto se integrar ao mercado global, que diversifica sua produção ao ponto de atender tanto a demanda interna, quanto a externa.

A agricultura familiar utiliza o aparato tecnológico para expandir sua escala produtiva a fim de dar sustentabilidade ao negócio e está integrada aos mercados, tanto à montante, quanto à jusante. Utiliza a mão de obra familiar, mas também realiza a contratação de mão de obra

assalariada. É perceptível, ainda, a existência de um processo de constante aprimoramento por parte da agricultura familiar para se capitalizarem cada vez mais e, por fim, se tornarem grandes agroindústrias, que mantenham relações com os mercados locais e regionais e, ao mesmo tempo, busquem se fortalecer por meio de parcerias ou cooperativas tencionando alcançar escalas maiores de comercialização. Observa-se, também, que parte crescente dos agricultores familiares adotam métodos da economia camponesa, como o uso sustentável dos recursos, com a utilização das “novas” técnicas de compostagem ou a integração lavoura-pecuária-floresta – estratégias utilizadas mediante o aumento dos preços dos insumos ou das exigências ambientais que emergiram desde os anos de 1990.

Deste modo, tendo em vista que não existem limites concretos entre as tipologias de agricultura e a heterogeneidade do setor agropecuário, sobretudo o brasileiro, é possível conceber a agricultura familiar como uma categoria híbrida entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, que se apropria de elementos tecnológicos e industriais e, ao mesmo tempo, tenciona a prática de métodos camponeses e valoriza a cultura e as relações existentes na comunidade na qual está inserida.

Em Goiás, o processo de tecnificação do setor agropecuário dificultou a reprodução do modo de viver camponês, sobretudo pela dificuldade em assegurar a renda e, assim, propiciar bem-estar à família. Como forma de resistência, os então camponeses se viram obrigados a adotar estratégias de mercado a fim de permanecerem no campo e de preservarem suas raízes e, assim, serem concebidos como agricultores familiares ou pequenos produtores rurais. No entanto, alguns camponeses goianos, mesmo após adotarem uma ou outra estratégia, terminaram por arrendar totalmente ou vender suas terras e migrarem para os núcleos urbanos. Tais estratégias podem ser resumidas em três mecanismos amplos:

- 1) a diversificação da produção a ser comercializada, que cria uma barreira às flutuações dos preços de mercado e permite a obtenção de lucro;
- 2) o arrendamento de parte da terra, principalmente, para as atividades do agronegócio, o que lhes conferiria a remuneração da terra, ou seja, rendimento garantido; e,
- 3) agrupamento em comunidades familiares fundamentadas em relações de reciprocidade, com vistas a fortalecer as negociações comerciais com parceiros externos e preservar a tradição e a cultura, em um tipo de associativismo.

Em decorrência do processo de adoção de mecanismos de mercado, ocorreram transformações significativas nas relações sociais que permeavam o meio rural em Goiás. De acordo com Matias e Mendes (2009), antes da modernização agrícola, as famílias rurais goianas

eram numerosas, com muitos filhos e agregados. Havia clara divisão do trabalho no interior da propriedade: os homens eram responsáveis pelas atividades-fim, como o cuidado com o plantel de animais e do cultivo de alimentos e às mulheres pertenciam os encargos dos afazeres domésticos, da educação dos filhos e da pequena produção manufaturada (produção de farinha, polvilho, torrefação de café, fabrico de queijos), além do cuidado com o cultivo de subsistência. Aos filhos cabia o acompanhamento das atividades dos genitores, a depender do gênero, ainda que em tenra idade.

No entanto, desde meados dos anos 1980, em alguns aspectos o cenário se altera e o meio rural goiano passa a ser transformar: a média de filhos reduz-se a dois ou três por família e há a intensa migração da juventude rural para os núcleos urbanos em busca de emprego e oportunidades de estudo. Com isso, a população rural acaba por apresentar faixa etária elevada, fator limitante à continuidade do trabalho familiar, sendo necessária a contratação de mão de obra externa. Apesar de permanecer baixo, o grau de escolarização tem se elevado continuamente entre os habitantes das áreas rurais, com o aumento considerável da população com ensino fundamental completo (MATIAS; MENDES, 2009). Apesar de não existirem estatísticas históricas que relacionem a localização do domicílio e o grau de instrução dos moradores, os dados educacionais disseminados pelo IBGE revelaram que, em Goiás, no ano de 2006, 107 mil habitantes rurais frequentavam o ensino fundamental, correspondentes a cerca de 19% do total da população rural estimada para aquele ano.

A divisão sexual do trabalho familiar rural pouco se alterou, com pequena ascensão do trabalho feminino às atividades finalísticas da pequena propriedade. A produção se manteve dividida entre o consumo interno e a comercialização, que acontece, principalmente, em feiras em localidades próximas ao estabelecimento. Contudo, a partir de 2003, outro mercado emerge como alternativa comercial: o institucional - originado das novas legislações que obrigaram os órgãos públicos (escolas, universidades, instituições militares, hospitais) a adquirirem gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. Um exemplo da abordagem governamental no âmbito da compra da produção dos agricultores familiares é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em Goiás foram adquiridos quase 57,7 milhões de reais em produtos da agricultura familiar entre os anos de 2010 e 2015, em um somatório de todas as suas modalidades⁷.

⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi implementado em Goiás por meio de quatro modalidades: PAA Conab – Compra com Doação Simultânea (CDS), PAA Conab – Formação de Estoques, PAA Conab MDA e PAA Municipal. Destas, a primeira se configura na de maior relevância, com o maior volume de recursos recebidos em todos os anos.

(BRASIL, 2016). Sabourin (2011) classifica o PAA como uma "experiência exemplar" de uma rede de comercialização politicamente protegida que minimiza os efeitos da concorrência capitalista e da flutuação acelerada de preços. Para o autor, “os mercados públicos [...] oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidade” (SABOURIN, 2011, p. 212), isto é, a produção coletiva de mercadorias que possuem em sua essência as relações identitárias de sua comunidade de origem, que podem ser conhecidas pela cultura local.

Um aspecto importante das territorialidades é o resgate e a continuidade das manifestações folclóricas locais. O agricultor familiar goiano tem resgatado a origem camponesa, em grande parte, por meio das tradicionais festas religiosas, como Festa do Divino Espírito Santo, a Folia de Reis e as Congadas, e pelo resgate de antigos costumes em forma de apresentações artísticas, como a Catira, as Orquestras de Violeiros e os Grupos de Fiandeiras. Matias e Mendes (2009) destacam que as festas têm papel fundamental na vida social dos agricultores, pois fortalecem os laços afetivos, os vínculos de amizade e as relações de cooperação e ajuda mútua.

Enfim, as transformações pelas quais o meio rural em Goiás foi atingido demonstram que, embora a agricultura capitalista tenha ocasionado alterações no modo de produzir e de responder ao mercado, a agricultura familiar goiana mantém e cultiva as características do modo de viver camponês sendo, portanto, uma categoria que transcende à discussão teórica da tendência aos extremos, uma vez que sobrevive em constante adaptação ao sistema capitalista, ao mesmo tempo que o rejeita.

2.4 A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO VERDE AO PRONAF

No Brasil, a realidade estacionária do setor agropecuário após a Crise de 1929 somente foi alterada sob a interferência do Estado, a partir da chamada Revolução Verde. De acordo com Geraldine (2006), a chamada Revolução Verde consistiu em modernizar a agricultura brasileira mediante a execução de políticas públicas que objetivavam elevar a produtividade das terras utilizando-se adubos e fertilizantes químicos industrializados, sementes modificadas e a substituição do trabalho humano por maquinários tecnificados. Segundo o autor, a exigência na mudança dos padrões da agricultura partiu das demandas do comércio exterior

com vistas à equiparação dos índices de produtividade brasileiros aos de outros países com forte aptidão agrícola, numa relação histórica de subordinação aos interesses dos países centrais.

Assim, nos anos de 1960, houve uma transformação sem precedentes no meio rural brasileiro. Navarro (2015a) afirma que a fase de modernização foi o principal período histórico do setor agropecuário brasileiro dentre os cinco por ele definidos, conforme o Quadro 01.

[...] o período de 1968 a 1981 [...] é, sem dúvida, o *mais importante momento da agricultura brasileira* [...]. A relevância decisiva daqueles anos, durante os quais floresceram taxas elevadíssimas de crescimento, reside, essencialmente, no fato de instituírem *uma nova lógica econômica* e suas correspondentes exigências formais, os quais alteraria gradualmente, mas de maneira radical, os comportamentos sociais. [...]. Ao término dessa fase, emergiria um “outro Brasil”, seja nas cidades, seja em parte das áreas rurais, ampliado em sua estrutura econômica e muito mais diversificado, com expandida infraestrutura e altas taxas de urbanização e, também, com um novo potencial de desenvolvimento social. (NAVARRO, 2015a, p. 55-56)

Além da busca incessante pelo aumento da produtividade ligado à cientificação da agricultura, a Revolução Verde, por seu avanço desigual e excludente, provocou um acentuado processo de concentração fundiária, que, por conseguinte, intensificou o êxodo rural, a urbanização desordenada e os conflitos agrários pela posse da terra. Destarte, a desigualdade no campo passou a ser identificada por uma divisão do setor agropecuário brasileiro em duas categorias: o agronegócio e a agricultura familiar.

De acordo com Oliveira (2007), o agronegócio reflete a produção econômica tipicamente capitalista, concentradora de terras, especializadas no monocultivo de *commodities* voltadas para a exportação, com tecnologia intensiva e trabalho assalariado. Em contraposição, está a agricultura familiar – considerada pelo autor como camponesa –, que não possui acesso à terra e se transforma num contingente expressivo de pobres nas cidades em constante luta pela reforma agrária. Já os camponeses que têm acesso à pequenas porções de terra são responsáveis pela maior parte da produção de matérias primas para a indústria alimentícia no Brasil, utilizam o trabalho familiar e estão em constante defesa de sua permanência no campo.

Xico Graziano (2015) concorda com a ideia de uma essência dual no setor agropecuário brasileiro. No entanto, o autor refuta o pensamento de o agronegócio e a agricultura familiar são conflitantes. Para ele, “essa falsa dicotomia se encaixa bem no discurso ideológico, mas não se sustenta na realidade. Renegar a moderna tecnologia e esquecer os mercados significa obscurantismo” (GRAZIANO, 2015, p. 25). O autor acredita que o sentido da oposição entre a grande e a pequena produção se esvaziou com advento tecnológico, uma vez que seus efeitos foram percebidos em ambos os tipos. Para ele, qualquer uma das escalas pode tanto produzir para o mercado externo, quanto visar o abastecimento interno. Defende, ainda, que o

agronegócio e a agricultura familiar possuem uma relação simbiótica de complementaridade, que podem fazer com que ambos alcancem níveis elevados de lucratividade e contribuam para a consolidação de um novo rural brasileiro.

Quadro 01 – Fases da transformação histórica do setor agropecuário brasileiro: do pós-guerra até o início do século XXI

Do pós-guerra a 1968: • Primitivismo tecnológico, com aumento da produção viabilizado apenas pelo incremento de terra. • Racionalidade do entesouramento por parte dos grandes proprietários de terra. • Predomina a monocultura do café, que é o único produto significativo da pauta de exportações. • Organização social dos produtores embrionária, exclusiva aos grandes proprietários de terra. • Não há representação sindical dos pequenos produtores e nem dos trabalhadores rurais.
De 1968 a 1981: • Período de ditadura militar, com notável expansão econômica. • O Estado implanta uma estratégia nacional de modernização agropecuária. • Instituição de uma nova lógica econômica, com distribuição seletiva de crédito promovendo a expansão da infraestrutura e a constituição de serviço de extensão rural e assistência técnica. • Criação da Embrapa: incubadora de novas tecnologias adaptadas aos biomas brasileiros. • Novo Brasil: diversificação econômica, expandida infraestrutura e altas taxas de urbanização. • Reestruturação macroeconômica, sustentada pelo endividamento externo. • Raízes de uma nova sociabilidade: capitalista, inclusive no campo. • Realocação espacial da população: êxodo rural. • Nascimento do setor agroindustrial.
A década de 1980: • Choques do petróleo, crise macroeconômica, inflação exorbitante, desemprego generalizado, baixo crescimento e elevada dívida externa. • Preços pagos ao produtor em crescente queda. • Ganho de qualidade para a sociedade: consolidação de um padrão de oferta de alimentos e matérias-primas conectada com a demanda existente. • Produção agropecuária passou a ter ganhos de produtividade, originados da sociabilidade adquirida.
A década de 1990: • Ponto inicial: Tratado de Assunção, que deu origem do Mercosul. • Preços pagos ao produtor ainda mais baixos. • Estabilização monetária com o Plano Real. • Desestímulo do setor agropecuário causado pela desvalorização do preço da terra em virtude da estabilização da moeda. • Para os agricultores integrados ao mercado, foram anos oscilantes, mas com elevada rentabilidade em alguns momentos. • Iniciam-se as disputas pela terra e a expansão do Movimento dos Sem-Terra (MST). • Regulamentação dos direitos previdenciários aos produtores rurais contidos na Constituição Federal. • Institucionalização da agricultura familiar, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
De 1988-99 até o início do século XXI: • Explosão das exportações de produtos agropecuários, sobretudo para a China. • Período de intensificação econômica e prosperidade, até a crise de 2008. • Busca pelo incremento da produtividade e consolidação da racionalidade capitalista como motor do crescimento. • Crescente monetarização da vida social e ampliação dos mercados. • No plano institucional, criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) autônomos. • Acirramento das disputas políticas no meio rural, envolvendo o Estado e as organizações dos produtores. • Expansão dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Fonte: NAVARRO, 2015a, p. 54-61.

Organização: Elaboração própria.

No entanto, a consideração de que a oposição só opera no âmbito do discurso se revela errônea, pois a polaridade entre o agronegócio e a agricultura familiar está reproduzida concretamente na formulação das políticas públicas para o setor agropecuário. (CAUME, 2009).

No Brasil, predominaram dois tipos básicos de intervenção regulatória do Estado no setor agropecuário. Durante os anos de 1970-1980, no período pós-modernização intensa, a interferência se dava de forma direta no mercado, com o uso de subsídios, tarifas, créditos, etc.. A partir de 1990, a intervenção passou a ser estrutural, de forma a condicionar o funcionamento adequado do mercado por meio de políticas monetárias, fiscais, cambiais etc., todas voltadas ao atendimento das necessidades do agronegócio. Somente a partir dos anos de 1990 que o Estado brasileiro acrescentou em sua agenda estratégica a agricultura familiar. Uma das vertentes desse novo enfoque se traduziu na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Pronaf foi criado em 1996 a partir da pressão de entidades representativas dos trabalhadores rurais ligadas, principalmente, à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a fim de proteger os agricultores familiares das mudanças ocasionadas pela abertura ao mercado externo e pelo estabelecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul); e, também, de um estudo das características socioeconômicas do setor agropecuário brasileiro realizado, conjuntamente, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que demonstrou a representatividade das unidades produtivas familiares enquanto provedora de empregos no meio rural, mas desestimulada institucionalmente. Desta forma, dentre as reivindicações de políticas específicas para a categoria, as principais seriam a concessão de crédito especial para a infraestrutura produtiva dos empreendimentos e o fornecimento de assistência técnica (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009; ORTEGA, 2008). Daí surgiu o Pronaf.

O Pronaf foi concebido como um programa destinado a promover o desenvolvimento rural sustentável tendo como base o fortalecimento do segmento da agricultura familiar, com o uso de crédito e assistência técnica fornecidos pelo poder público. O fortalecimento deve gerar o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e renda e, com isso, a melhoria do bem-estar dos agricultores familiares. As principais diretrizes do programa são de cunho econômico: adequar as políticas públicas à realidade dos agricultores, sobretudo as voltadas à comercialização e à industrialização de produtos; possibilitar infraestrutura para a elevação da

produtividade, e, assim, melhorar a competitividade da agricultura familiar; promover a profissionalização dos agricultores, com a disseminação de novas técnicas e tecnologias; estimular a integração aos mercados a jusante e a montante, inserindo a agricultura familiar no circuito mercadológico (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). Entende-se que, com a lógica economicista, o Pronaf tende a gerar o crescimento econômico da categoria e não o desenvolvimento rural sustentável, para o qual outros aspectos deveriam ser observados, como o social, o político e o cultural.

Apesar de ser idealizado, em seus primórdios, como um programa que viabilizaria também a assistência técnica, atualmente o Pronaf só atua com linhas de crédito que podem ser usadas para custear a produção ou realizar investimentos em formação de capital ou infraestrutura. Um ponto positivo foi a elaboração de modalidades de financiamento de projetos que contemplem os manejos ecologicamente sustentáveis (Pronaf Agroecologia) e os que promovam a preservação e a conservação ambiental (Pronaf Eco e Pronaf Floresta) (BRASIL, 2017a).

Ortega (2008) acredita que o Pronaf segue exitoso ao buscar atender à heterogeneidade espacial e produtiva da agricultura familiar, em virtude de suas subdivisões e favorecer, ainda, a economia solidária e a dimensão territorial da distribuição de recursos. No entanto, o autor enxerga como problemática a exigência de um avalista para a concessão do crédito e a má qualidade do atendimento bancário – casos em que os funcionários dos bancos não se mostram dispostos a atender, ocultam informações e documentos, obrigando os agricultores a um ‘vai-e-vem’ por falta de documentação e impõem a venda casada de produtos bancários junto aos empréstimos, muitas vezes sem o conhecimento do agricultor familiar.

Schneider, Cazella e Mattei (2009, p. 21), apontam como o mais importante progresso do Pronaf “o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares [...]”. Embora houvesse a ratificação ideológica e material, a legitimação institucional da categoria pelo Estado só acontece dez anos depois, com a promulgação da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006:

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; *(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)*
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2017b).

São considerados também como agricultores familiares os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais, os povos indígenas, os quilombolas e os povos de comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, por exemplo (BRASIL, 2017b).

Embora os objetivos do Pronaf sejam, substancialmente econômicos, Navarro (2015b) afirma que o conceito de agricultor familiar formulado pelo ato legal é não-econômico. Com exceção do Inciso IV, os demais critérios apresentam fundamentações de ordem puramente ideológica.

Navarro (2015b) afirma que o critério de tamanho de estabelecimento, delimitado por, no máximo, quatro módulos fiscais causa dificuldade na tabulação empírica e na homogeneização para estudos científicos e formulação de políticas públicas, uma vez que cada município brasileiro possui uma medida própria. De acordo com o Incra (2017), os módulos fiscais brasileiros variam entre 05 e 110 hectares, o que pode resultar em propriedades com tamanhos entre 20 e 440 hectares, em localidades próximas, como é o caso de Belém e de Santa Izabel do Pará, no estado do Pará: a distância entre os municípios é de pouco mais de 50 quilômetros, mas no primeiro, o estabelecimento rural familiar pode ter, no máximo, 20 hectares, enquanto que no segundo, o tamanho pode ser dez vezes maior, com 220 hectares⁸.

Essa heterogeneidade pode levar a distorções dentro da própria categoria, a partir da viabilização de culturas com maior valor agregado e produtividade, por um lado, e a tendência à criação de minifúndios, por outro, além de obstaculizar que democratização da assistência técnica. De acordo com o autor, o critério de tamanho da propriedade (inciso I) atendeu a um “interesse político-sindical” da Contag que, desde o início de 1990, visava resguardar e atender o maior quantitativo possível de sua base de filiados quando da formulação de políticas públicas futuras, sendo estes beneficiários diretos, como ocorreu com Pronaf.

Em relação ao Inciso II, Navarro (2015b) critica a postura implícita na lei que impede que os agricultores familiares possam contratar mão de obra assalariada e que a justificativa para isso teria motivações ideológicas pautadas na teoria marxista que condena a apropriação de mais-valia. Conforme Navarro (2015b), o fator mais relevante é a gerência, a tomada de decisões partir dos membros da família, sem a qual a unidade produtiva familiar perderia o sentido (Inciso IV). A ideologia marxista aliada à religião emoldurou o pensamento de que o

⁸ Em Goiás os valores dos módulos fiscais variam entre 07 e 80 hectares, o que acarreta elevada discrepância no tamanho dos estabelecimentos da agricultura familiar: as menores propriedades têm, no máximo, 28 hectares e as maiores limitam-se a 320 hectares. O menor valor do módulo fiscal foi encontrado nos municípios de Goiânia e Senador Canedo, localizados na região central do estado e o maior valor ocorreu em Campos Belos e Monte Alegre de Goiás, municípios localizados na fronteira com o estado do Tocantins, extremo norte de Goiás.

assalariamento se configura na exploração do homem e em sua subordinação, o que cria uma visão deturpada da contratação de força de trabalho. Contudo, os formuladores da política perceberam que a realidade não reflete a ideologia: existe sim um mercado de trabalho rural e, neste caso,

[...] a saída encontrada foi incorporar o “predominantemente” sugerido na lei, abrindo uma janela para a contratação “esporádica” de um pequeno número de assalariados rurais por parte dos produtores. Ironicamente, é como se os pequenos produtores tivessem a permissão para ser “meio-patrões”, ou, talvez, “patrões ocasionais”, mas nunca assumirem a (supostamente pecaminosa) completude do assalariamento permanente em suas propriedades. (NAVARRO, 2015b, p. 177-178)

Como uma alternativa, Navarro (2015b) propõe que a proibição ao assalariamento seja explícita no que se refere ao recebimento de recursos públicos. Assim, à medida que o estabelecimento familiar aumentasse gradativamente sua força de trabalho contratada, o financiamento e o auxílio público se reduziriam, pois, o agricultor familiar estaria apto a ser um empresário e a assumir os riscos da atividade econômica.

Em relação ao terceiro critério (Inciso III), Navarro (2015b) explica que a antiga redação – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento – se traduz no pensamento de que o rendimento das famílias deva ser limitado. Deste modo, apesar de a “renda” ser uma variável econômica, a imposição de um nível máximo, novamente com o emprego do termo “predominantemente”, é totalmente anti-econômica. O autor explica que a queda dos preços dos alimentos ocorrida em escala mundial a partir da década de 1970 fez com que a combinação entre as ocupações agrícolas e não-agrícolas se tornassem vitais para a redução da pobreza rural e para manutenção do homem no campo.

A provável razão para tal pensamento poderia se relacionar ao campo religioso, influenciado pela Teologia da Libertação, de origem católica, que critica a racionalidade econômica, ou seja, no caso da renda, uma situação em que a mesma seja crescente significa a inserção em um modo de vida opressor aos pobres. Assim sendo, o desapego em relação ao enriquecimento seria uma forma de libertação dos valores do mundo e uma aproximação dos valores divinos. No entanto, em 2011, o Inciso III foi reformulado, e a exigência passou a ser um limite mínimo da renda das atividades agrícola, em virtude dos constantes debates sobre o advento da pluriatividade, discutidos anteriormente.

Em suma, Navarro (2015b, p. 181) interpreta a chamada Lei da Agricultura Familiar” como “um preceito legal irracional e inteiramente alheio às realidades do mundo rural brasileiro”, o que explicita a necessidade de um revisionismo profundo em suas concepções

para propiciar a formulação de políticas públicas que realmente gerem melhoria de vida à população rural e considerem as mudanças que estão em curso no setor agropecuário.

Sem realizar a exegese completa da legislação acerca da agricultura familiar, Caume (2009) considera como positiva a institucionalização do agricultor familiar à medida que o fato implica não só a validade de seu caráter particular, mas também o das reivindicações, aspirações e necessidades de uma categoria muito ampla, que esteve em constante luta política. Entretanto, o autor também faz críticas à condição de tamanho de propriedade e à inclusão de outras categorias sociais na definição legal, como aquicultores, extrativistas e pescadores, uma vez que a definição legal difere da gerada pelo campo do conhecimento científico e leva à naturalização do novo “agricultor familiar”, isto é, é criado um novo sujeito sem conexão social e histórica com os indivíduos natos, que já pertenciam ao meio rural e, também, sem considerar seus modos de vida⁹. Deste modo, Caume (2009, p. 35) concorda com Navarro (2015b) quando entende que “do ponto de vista do aparato estatal, a definição operacional de quem é o agricultor familiar obedece às contingências do jogo político, da negociação entre as forças envolvidas: os movimentos sociais, os sindicatos, os políticos, os representantes do poder público”. E acrescenta que a definição operacional está suscetível, a qualquer momento, à mudança, pois, sua conexão com a realidade pode ser contestada a qualquer tempo.

A partir dessas afirmações, o conceito de agricultor familiar não deve ser construído sob variáveis econômicas ou jurídicas, como o tamanho da área ou a propriedade da terra, mas sim como uma construção de relações sociais e históricas que envolvem o trabalho, a família e a terra. A compreensão da agricultura familiar deve considerar, portanto, as relações histórico-sociais do uso do trabalho enquanto gerador de mercadorias específico ao setor agropecuário, cuja família, ao mesmo tempo, administra os meios de produção e emprega sua força de trabalho no processo produtivo. Para Caume (2009), este entendimento é a única definição do que possa ser a agricultura familiar, pois as demais características são variáveis: a quantidade de trabalho dispensada no trabalho agrícola, a venda de força de trabalho aos mercados não-agrícolas, a área do estabelecimento, o tipo de produção, etc. Assim, “a agricultura familiar não corresponde a um padrão único de organização dos fatores produtivos, mas a uma categoria unificadora de diferentes situações” (CAUME, 2009, p. 37).

⁹ É nesse sentido que o autor distingue três perspectivas para o uso do termo “agricultor familiar”: a social, a sociológica e a operacional. A dimensão social relaciona-se com a maneira como o agricultor se enxerga na sociedade: sua posição, seus anseios e sua participação em um coletivo de iguais. A dimensão sociológica é aquela relacionada ao meio científico, à construção metodológica apreendida como objeto de estudo. A dimensão operacional diz respeito à determinação de um público-alvo ao qual se destinam políticas públicas. (CAUME, 2009, p. 35).

Carneiro (1997) argumenta que o Pronaf incorporou na formulação e execução da política pública um modelo de agricultor familiar herdado do padrão europeu, com algumas adaptações à realidade brasileira. À categoria foi imposta a necessidade de contribuir para a economia nacional, numa espécie de retorno do investimento público, a partir do incremento de produtividade, com a consequente melhoria da renda e, por fim, elevação do bem-estar. Nas palavras de Abramovay (2012, p. 201), “o agricultor tende a comportar-se como microempresário.”

É sob essa perspectiva que Carneiro (1997) compreende o Pronaf como uma política excludente à medida que em seu cerne está o produtivismo e a tecnificação. Desta forma, o público-alvo apto para o acesso aos investimentos da política pública se constitui de “agricultores em transição”, ou seja, aqueles que já estão integrados aos mercados, mas não possuem o capital suficiente para melhoria de sua infraestrutura de modo a aumentar sua participação. A exclusão reside na desqualificação de agricultores familiares que mantêm práticas tradicionais, estão arraigados à sua própria cultura, ou estão fortemente influenciados por fatores externos, com sazonalidades e eventos climáticos – seca no Nordeste, por exemplo. Assim, o “verdadeiro agricultor” é tido como um profissional que, acima de tudo, produz para vender e não para viver (CARNEIRO, 2009; ABRAMOVAY, 2012).

No entanto, conforme Carneiro (2009), este tipo de profissional ou microempresário, só é encontrado no Brasil, em maior expressividade, nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o que resulta no aprofundamento das desigualdades no meio rural. A autora considera que, no restante do Brasil, é possível identificar modos de produção camponeses, num sentido diverso ao “camponês como aquele ser medieval (ou quase) em uma aldeia isolada do mundo, produzindo para sua subsistência e independente do mercado” (CARNEIRO, 2009, p. 176), mas sim, a de um indivíduo que expressa sua relação com a natureza e a sociedade mediante a preservação da cultura, da tradição, da sociobiodiversidade. Isto é, um agricultor que é multifuncional: que possui racionalidade econômica, mas que considera em sua racionalidade a co-produção, a manutenção dos ecossistemas, as manifestações culturais e as relações sociais, a preocupação com a segurança alimentar, etc.

Integrando o social e o cultural ao econômico é possível conceber uma política pública que vá além da simples implantação de novos arranjos tecnológicos e que incorpore os hábitos e os costumes locais ainda que estes sejam considerados “tradicionais”. Combinar “modernidade” e “tradição” significa ampliar o raio de ação das políticas intervencionistas de modo a assimilar práticas próprias da sociabilidade local contribuindo, assim, para o enraizamento “sustentável” da população rural e a

formulação de soluções específicas para cada situação em que se encontram as diferentes formas de agricultura familiar (CARNEIRO, 1997, [on-line]).

Assim sendo, é de elevada importância a formulação de políticas públicas que apreendam a multifuncionalidade da agricultura brasileira, sua capacidade de adaptação à dinâmica do mercado e o seu papel de conservação do patrimônio ambiental, humano e cultural. Com isso, haverá o atendimento integral das necessidades da categoria e os agricultores familiares poderão, realmente, ser entendidos como cidadãos que são o elemento-chave para o desenvolvimento sustentável em todo o país.

2.5 O SETOR AGROPECUÁRIO EM GOIÁS: ANÁLISE DOS DADOS CENSITÁRIOS

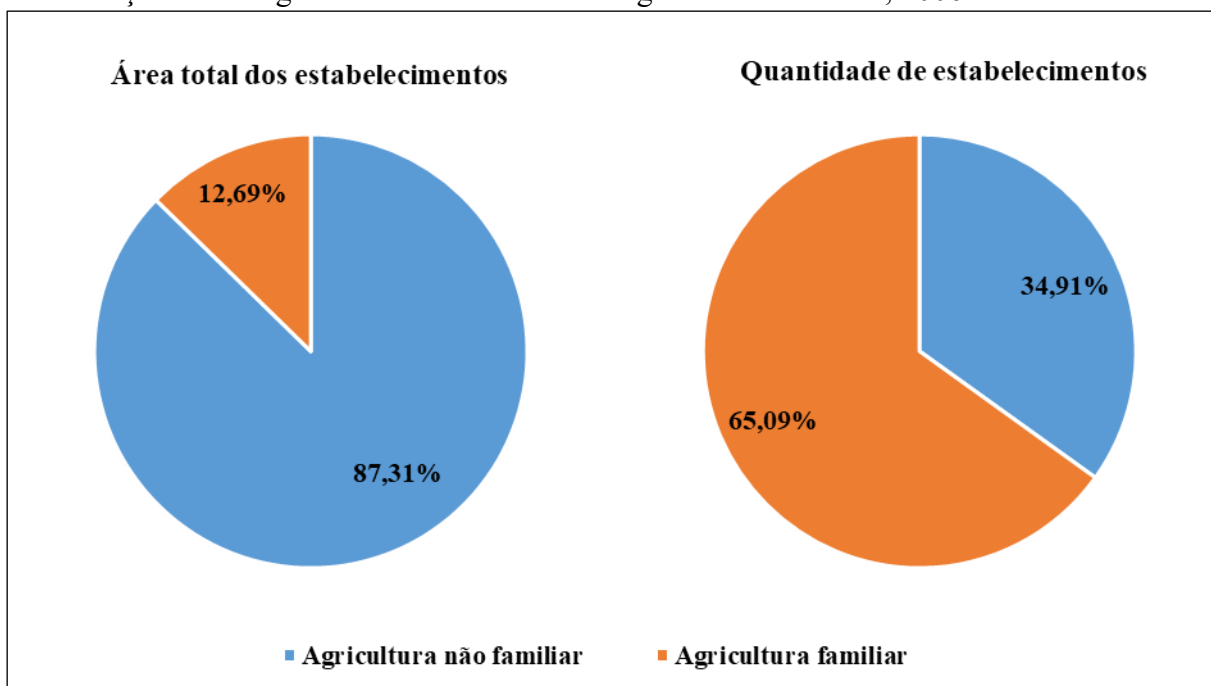
No Brasil, a tipificação oficial da agricultura familiar acarretou modificações na maneira de quantificar o setor agropecuário. A partir de 2006, com o Censo Agropecuário, foi introduzida nos levantamentos de dados a diferenciação entre a “agricultura familiar” e a “agricultura não familiar” em todas as esferas administrativas da União, o que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitou o preenchimento de um hiato no conhecimento de especificidades essenciais à concepção de políticas públicas que persigam o verdadeiro desenvolvimento rural (BRASIL, 2009). Neste sentido, de acordo com a delimitação do tema proposto neste trabalho, realizar-se-á, a seguir, sucinta caracterização do meio rural do estado de Goiás por meio dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário 2006 .

Em 2006, o estado de Goiás abrigava 135.692 estabelecimentos agropecuários que ocupavam uma área de, aproximadamente, 26,14 milhões hectares, correspondentes a 7,83% de toda a utilização de terras para o setor no Brasil e a 76,85% de todo o território goiano. Do total de estabelecimentos, cerca de 88,32 mil foram considerados como da “agricultura familiar”, com tamanho médio de 37,56 hectares. Já os classificados como “agricultura não familiar” contabilizaram-se cerca de 47,36 mil estabelecimentos, com um tamanho médio doze vezes superior ao da “agricultura familiar”: aproximadamente, 481,74 hectares. Como pode ser observado pela Ilustração 03, a concentração de terras persiste em Goiás, uma vez que a “agricultura familiar” possuía 65,09% dos estabelecimentos agropecuários, mas que, apesar da ampla maioria, estavam alocados em apenas 12,69% das áreas destinadas à atividade agropecuária.

A maior parcela dos estabelecimentos agropecuários goianos era de propriedade do produtor, tanto na “agricultura não familiar”, quanto na “agricultura familiar”. No entanto, as proporções diferem entre elas: na “agricultura não familiar”, 92,91% das unidades produtivas

eram próprias, 3,72% eram arrendadas e 1,48% eram ocupadas; na “agricultura não familiar”, 83,77% eram próprias, 7,40% eram oriundas da reforma agrária, mas sem a titulação definitiva, 3,34% eram ocupadas e 2,96% eram arrendadas. É importante destacar que as políticas de reforma agrária foram responsáveis, até aquele momento, pela distribuição de 11.409 estabelecimentos agropecuários para a “agricultura familiar”, o que revela, mesmo que de forma tímida, a importância da repartição da terra e o tamanho da concentração ainda existente.

Ilustração 03 – Área total e quantidade de estabelecimentos agropecuários em Goiás segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em relação à utilização das terras, pouco mais de 15,83 milhões de hectares eram de pastagens, dada a importância da pecuária para Goiás. Destes, 74,10% compunham-se de pastagens plantadas em boas condições e 19,89% eram de pastagens naturais. É válido salientar que as informações obtidas por meio de estudos baseados em técnicas de sensoriamento remoto (ROCHA *et al.*, 2011; SANO *et al.*, 2007) revelaram que as pastagens correspondem a apenas 4,7% das áreas de cobertura vegetal natural do Bioma Cerrado existentes em Goiás nos dias atuais, uma vez que a pastagem natural do Cerrado equivale às formações campestres, conceituadas pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM, 2018) como "áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, que podem ou não apresentar árvores e arbustos esparsos". Para melhor elucidação, o Bioma Cerrado possui, aproximadamente, 204 milhões de

hectares, dos quais 16,2% encontram-se nos limites de Goiás, percentual que se reduz a cada ano. A devastação do Bioma Cerrado se intensificou a partir da expansão da fronteira agrícola iniciada com a modernização da agricultura, cuja evolução tem sido monitorada por meio dos modernos equipamentos de sensoriamento remoto, que permitem identificar os espaços onde as consequências da degradação ambiental ocorrem em maior grau. Atualmente, a cobertura vegetal natural do bioma em Goiás atinge apenas 44,7% do território, isto é, pouco mais de 14,7 milhões de hectares divididos em: formação savânica (75,4%), formação florestal (19,9%) e a já mencionada reduzida formação campestre. Destarte, é possível depreender, precisamente, que os dados apresentados pelo IBGE não correspondem à realidade atual, cuja atividade antrópica tem provocado a destruição do Cerrado em Goiás.

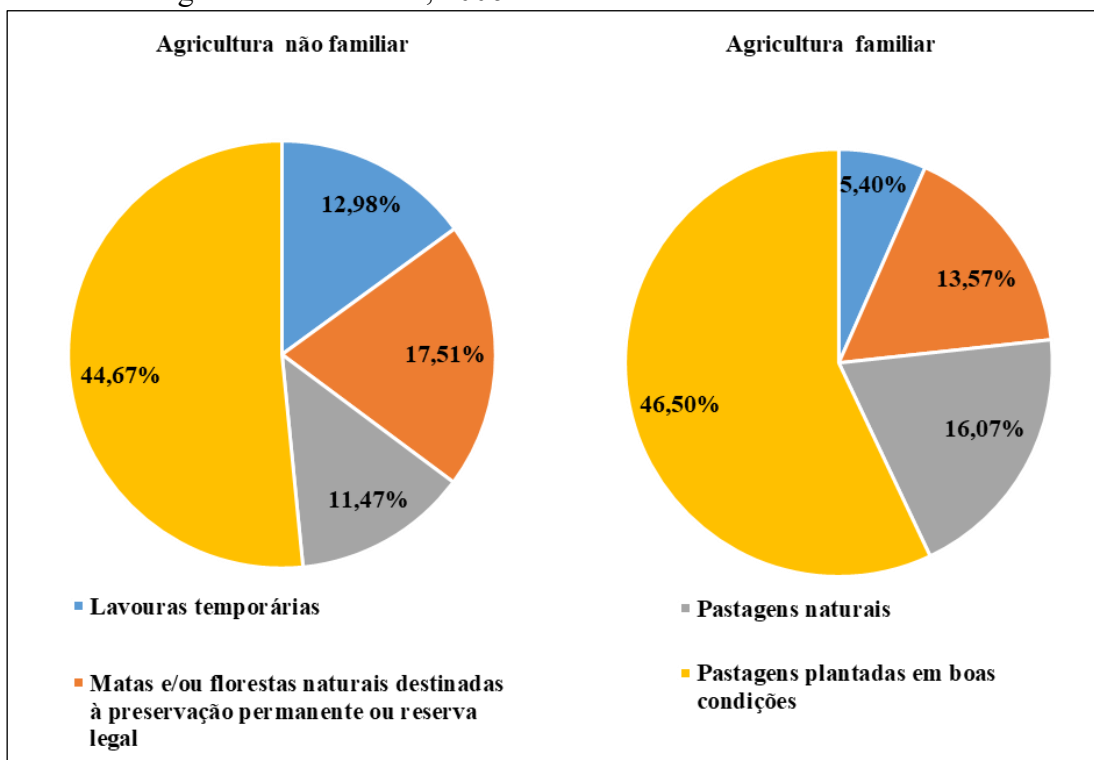
De acordo com a Ilustração 04, elaborada a partir dos dados do IBGE, a destinação de terras para pastagens é atividade predominante tanto na “agricultura familiar”, quanto na “agricultura não familiar” goianas, porém ocorre com maior intensidade na primeira, com uma reserva total de 67,25% de suas terras para pastagens, se acrescidas aquelas que foram plantadas, mas que estavam degradadas, ou seja, cerca de 2,23 milhões de hectares. Já a “agricultura não familiar” detinha pouco mais de 13,6 milhões de hectares em pastagens naturais, plantadas em boas condições ou plantadas em estado de degradação.

A existência de matas e/ ou florestas esteve como a segunda maior ocupação das áreas do setor agropecuário goiano, com quase 5,5 milhões de hectares, dos quais a maior parcela (81,47%) estava destinada à preservação permanente ou à reserva legal, seguida pela vegetação natural, sem a obrigação legal de preservação (17,03%). A “agricultura não familiar” apresentou a maior proporção de áreas com matas e florestas protegidas, com quase 4 milhões de hectares – quantidade de terras superior ao total destinado à “agricultura familiar”. Esta possuía pouco mais de 450 mil hectares de área protegida.

As lavouras recobriam, aproximadamente, 3,78 milhões de hectares das terras da atividade agropecuária e estavam concentradas, principalmente, nas lavouras temporárias, responsáveis por 82,91% deste total, acompanhadas pelo plantio de plantas forrageiras de corte usadas na alimentação animal (10,39%) e pelas lavouras permanentes (6,65%). As lavouras temporárias são o tipo de lavoura com maior incidência na “agricultura não familiar” e também na “familiar”. Contudo, ambas apresentaram grande disparidade – absoluta e relativa – entre os tipos de lavoura em relação ao total de suas áreas: a “agricultura não familiar” destinou aproximadamente 2,96 milhões de hectares para as lavouras temporárias (12,98%), cerca de 316 mil hectares para a lavoura de forrageiras de corte (1,39%) e pouco mais de 192 mil hectares

para as lavouras permanentes (0,84%); já a “agricultura familiar” dedicou cerca de 179 mil hectares para as lavouras temporárias (5,40%), pouco mais de 77,4 mil hectares para a lavoura de forrageiras de corte (2,33%) e, aproximadamente, 59,5 mil hectares para as lavouras permanentes (1,79%).

Ilustração 04 – Utilização das terras em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

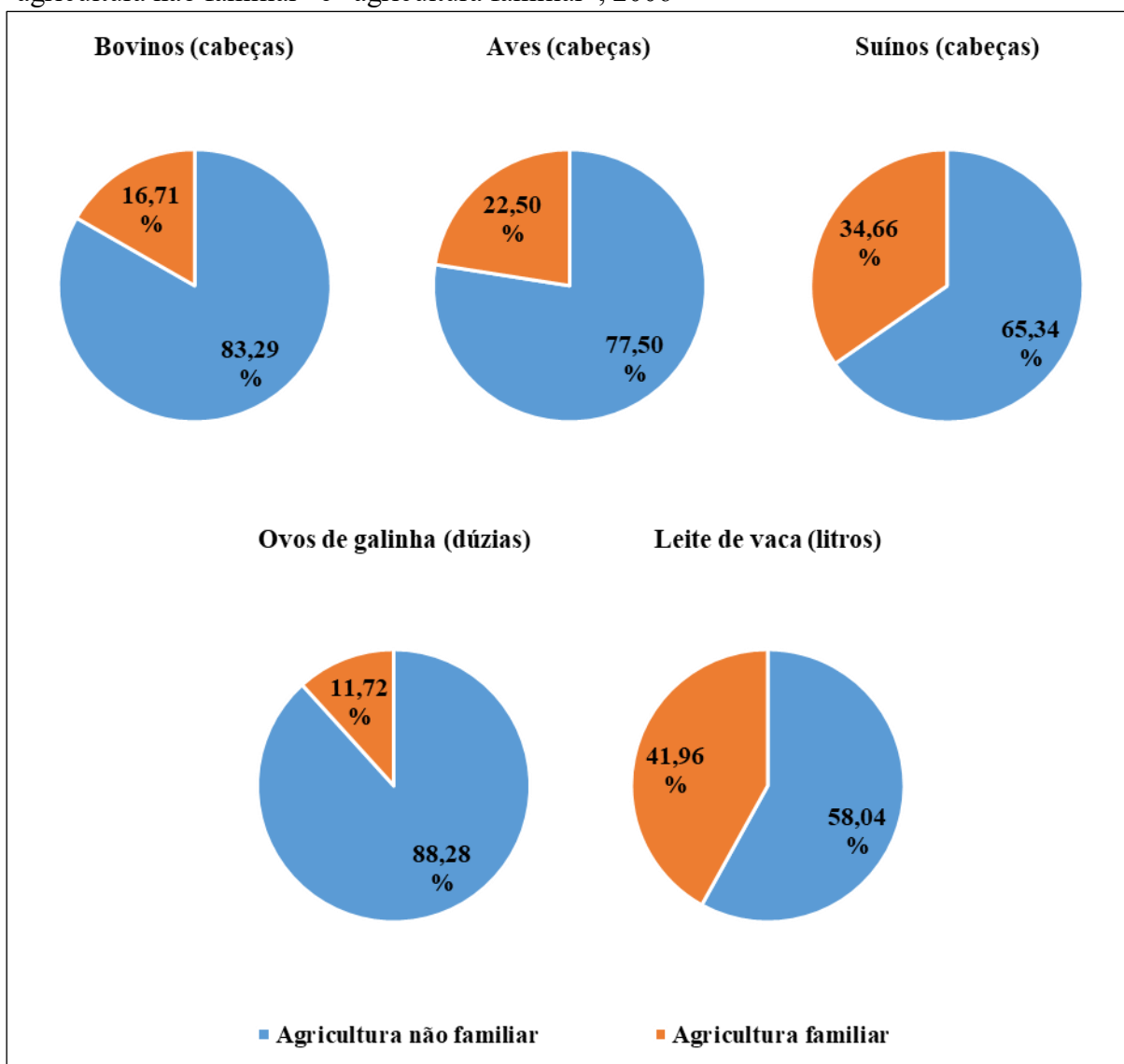
Vale ressaltar que, aproximadamente, 332 mil hectares – apenas 1,27% do total da área do setor em Goiás – eram inproveitáveis para a atividade agropecuária, sendo 85,28% da “agricultura não familiar” e 14,72% da “agricultura familiar”. Entretanto, quando se observa a proporção em relação à distribuição concentrada das terras, a maior parcela de terras inproveitáveis esteve na “agricultura familiar”, com cerca de 1,47% do total de terras a ela pertencentes, contra 1,24% da “agricultura não familiar”.

O valor da produção agropecuária correspondeu a, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões, cerca de 5,42% de todo o valor gerado nacionalmente. Deste total, a “agricultura não familiar” foi responsável por 87%, predominância que se repetiu nos segmentos da produção animal e da produção vegetal, com o fomento de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente. Por conseguinte, a “agricultura familiar” contabilizou 13% do valor total produzido, sendo destes

R\$ 712,6 milhões na produção animal e R\$ 437,6 milhões na produção vegetal, em valores aproximados. Na agroindústria, o desempenho de ambas as categorias foi semelhante: a “agricultura não familiar” gerou pouco mais de R\$ 2,7 milhões, enquanto que a “agricultura familiar” produziu cerca de R\$ 2,6 milhões.

A pecuária goiana possuía cerca de 18,2 milhões de bovinos, 1,4 milhões de suínos e 43,7 milhões de aves galináceas e, ainda, produziu mais de 90,7 milhões de ovos de galinha e 2,08 bilhões de litros de leite de vaca. Como já mencionado, a produção animal esteve concentrada na “agricultura não familiar”, segundo demonstra a Ilustração 05.

Ilustração 05 – Distribuição da quantidade de cabeças de bovinos, suínos e aves e quantidade produzida de ovos de galinha e de leite de vaca em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

O melhor desempenho da “agricultura familiar” esteve na produção de leite de vaca, com a produção de mais de 876 milhões de litros.

Apesar da posição secundária nos valores absolutos, a “agricultura familiar” em Goiás é superior em relação à produtividade média por hectare da pecuária, considerando-se os tamanhos médios calculados anteriormente para os estabelecimentos. Conforme os dados da Tabela 01, a “agricultura familiar” foi mais eficiente na criação de bovinos, suínos e aves e na produção de leite de vaca, cuja produtividade é cinco vezes maior em relação à “agricultura não familiar”.

Tabela 01 – Produtividade média por hectare de produtos selecionados da pecuária em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006

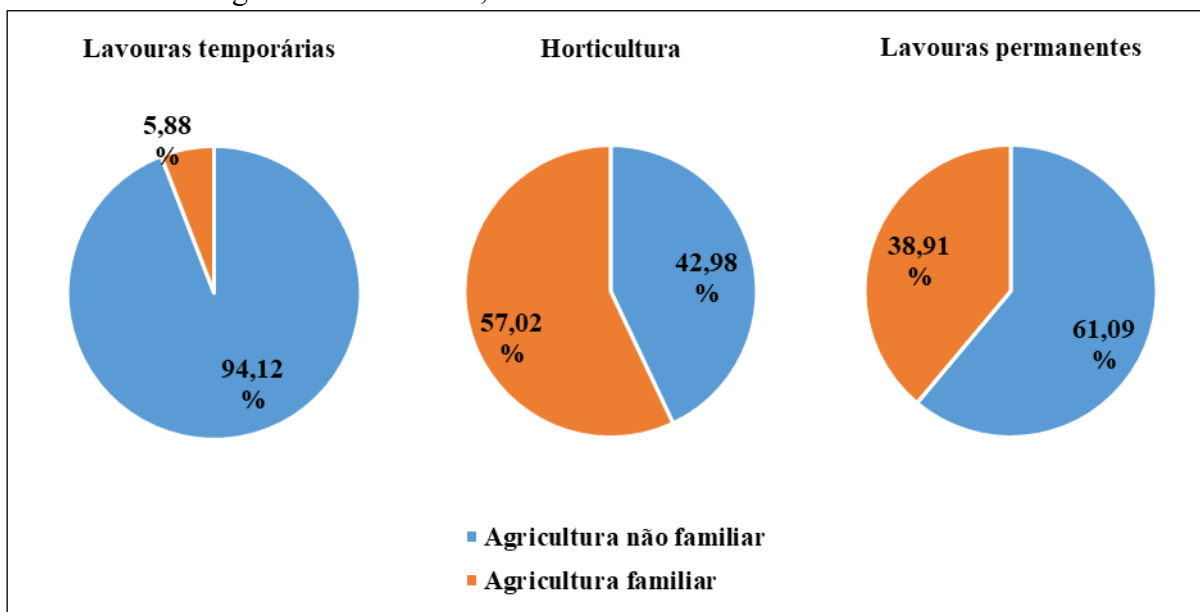
Produtos da pecuária	Número de estabelecimentos produtores		Tamanho do rebanho ou quantidade produzida		Área total média de produção (ha)		Produtividade média (por ha)	
	<i>Não familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Não familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Não familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Não familiar</i>	<i>Familiar</i>
Bovinos	42.211	69.482	15.188.014	3.046.534	20.334.795,01	2.610.045,55	0,75	1,17
Suínos	22.150	41.751	915.456	485.697	10.670.576,62	1.568.348,81	0,09	0,31
Aves	31.653	61.631	33.925.819	9.848.753	15.248.567,11	2.315.127,91	2,22	4,25
Ovos de galinha (dúzia)	31.653	61.631	80.137.830	10.638.467	15.248.567,11	2.315.127,91	5,26	4,60
Leite de vaca (litro)	26.521	43.167	1.212.050.288	876.163.003	12.776.269,18	1.621.539,92	94,87	540,33

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A produção vegetal em Goiás está centralizada, em grande parcela, nas lavouras temporárias, sobretudo a produção de *commodities* para exportação, cujo valor de produção, em 2006, equivaleu a 92,72% do total. Em seguida têm-se a horticultura e as lavouras permanentes, cujas participações foram de 3,56% e 2,56%, respectivamente. A participação das agriculturas “não familiar” e “familiar” nos tipos mencionados estão presentes na Ilustração 06. Os principais produtos da lavoura temporária foram: a cana-de-açúcar, com quantidade produzida superior a 19 milhões de toneladas; a soja em grãos, com produção de pouco mais de 5,5 milhões de toneladas; e, o milho em grãos, com quantidade produzida de quase 3 milhões de toneladas. Destas quantias, a “agricultura não familiar” incumbiu-se de produzir 98,52% da cana-de-açúcar, 90,46% da soja e 83,94% do milho. A “agricultura familiar” somente concentrou a produção de mandioca (65,30%) e de fumo (94,64%), além de estar relativamente equilibrada com a “agricultura não familiar” na produção de arroz em casca (49,05%), contudo, somados, estes três produtos referem-se a apenas 0,65% do total produzido pelas lavouras temporárias em Goiás.

Ilustração 06 – Valor da produção vegetal em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Dentre mais de 50 itens pesquisados, os principais produtos hortícolas foram: o tomate, com produção aproximada de 68,5 mil toneladas; o repolho, com quantidade produzida de 28,76 mil toneladas; o milho verde em espiga, cuja produção foi de pouco mais de 18,1 mil toneladas; o pepino, com 13,5 mil toneladas produzidas; e, o chuchu, com produção de cerca de 11,4 mil toneladas. A “agricultura familiar” destaca-se como a principal produtora da horticultura, o que corrobora sua função de mantenedora do abastecimento interno, e, foi responsável pela maior parcela da produção de tomate (58,79%), repolho (79,97%), pepino (87,26%), chuchu (86,58%) e cenoura (70,28%). A “agricultura não familiar” foi preponderante na produção de milho verde (58,89%), alface (54,29%), mudas para plantio (91,09%), couve (63,33%) e cará (62,54%).

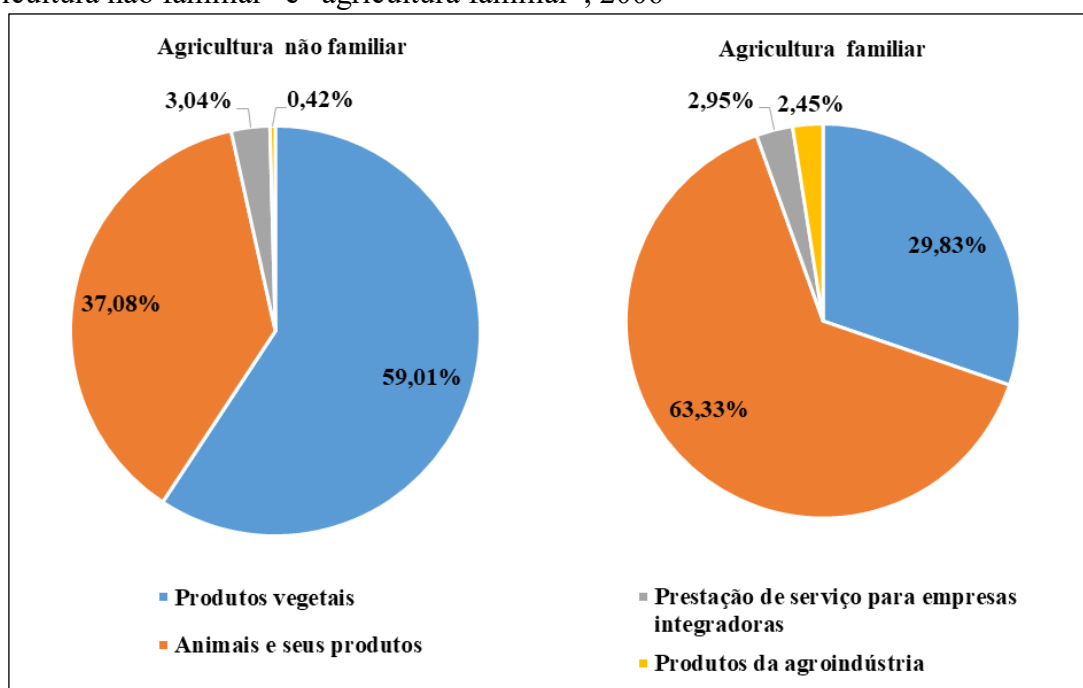
A banana, a laranja e o café arábica em grãos foram os principais produtos da lavoura permanente, com quantidade produzida de pouco mais de 73,1 milhões de toneladas, 53,2 milhões de toneladas e 3,9 milhões de toneladas, respectivamente, o que abarcou a fatia de 97,76% do segmento. A “agricultura não familiar” produziu a maior parcela do volume total, com a primazia na laranja (91,13%) e no café arábica (87,32%). Já a “agricultura familiar” foi relevante na produção de banana (55,95%).

Shiki (1997) resume a produção agropecuária nos cerrados brasileiros de maneira realista ao distinguir três sistemas agrários: o primeiro, sistema pecuário extensivo de corte, que ocorre em nas grandes propriedades de capital especulativo, com baixa produtividade e pouca intensificação produtiva, sendo passíveis de desapropriação para a reforma agrária; o segundo,

sistema intensivo soja-milho – atualmente com o acréscimo da produção sucroalcooleira – está localizado nas regiões mais planas do cerrado – os chapadões – e são propriedade de médios e grandes empresários migrantes do Sul e Sudeste, com auto nível de financiamento público e tecnologia intensiva; e, por fim, o sistema leite/cria e alimentos pertence às pequenas propriedades rurais, cuja forma de acesso se deu de forma violenta e sob a intervenção do Estado em terras acidentadas de difícil mecanização. Sua produção está voltada para o abastecimento das cidades, principalmente com produtos de origem animal e produtos básicos como feijão, milho e arroz. (SHIKI, 1997).

As receitas ligadas diretamente à atividade agropecuária renderam aos agricultores goianos, aproximadamente, R\$ 8,25 bilhões no ano de 2006, dos quais 88,54% foram obtidas pela “agricultura não familiar” e 11,46% pela “agricultura familiar”. Conforme registra a Ilustração 07, a maior parcela das receitas agropecuárias da “agricultura não familiar” adveio da produção vegetal, sobretudo da comercialização de *commodities*. É válido destacar a prestação de serviços como uma terceira fonte de recursos, fato que pode ser entendido como um reflexo da maior mecanização e de maior aparato técnico-científico do segmento, uma vez que estes serviços podem se referir, por exemplo, ao aluguel de máquinas ou equipamentos ou à prestação de serviços técnicos, como a agronomia ou a medicina veterinária.

Ilustração 07 – Distribuição das receitas agropecuárias em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



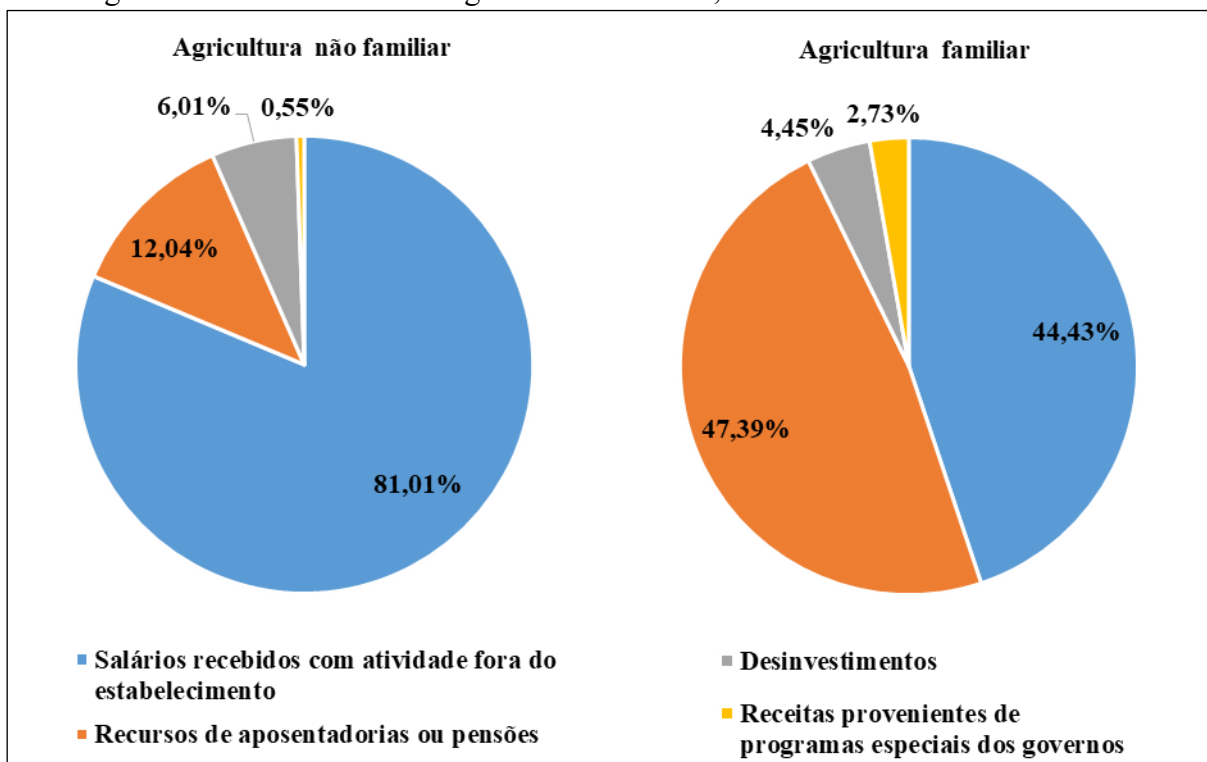
Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

. Na “agricultura familiar”, o destaque está nas receitas provenientes da pecuária, o que ressalta a importância das áreas destinadas à pastagem e a intensificação na produção de leite de vaca. Também é fato relevante a participação da agroindústria na “agricultura familiar” que, como já informado, está em patamar equivalente ao da “agricultura não familiar” e, em muitos casos, pode estar relacionada com a cadeia produtiva do leite, com a industrialização de subprodutos do leite, como o queijo, a manteiga, o iogurte e o doce de leite

As receitas oriundas de atividades não agropecuárias somaram-se em cerca de R\$ 490,16 milhões. Estas apresentaram maior participação da “agricultura familiar” (32,21%), mas não ao ponto de superar as receitas da “agricultura não familiar” (67,79%). Desta, a maior parcela das receitas não agropecuárias originou-se da pluriatividade, ou seja, de salários recebidos em atividades fora do estabelecimento agropecuário, conforme apresentado na Ilustração 08. Também merece destaque a participação dos desinvestimentos, que podem relacionar-se aos arrendamentos de terras ou a vendas de maquinário.

Ilustração 08 – Distribuição das receitas não agropecuárias em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

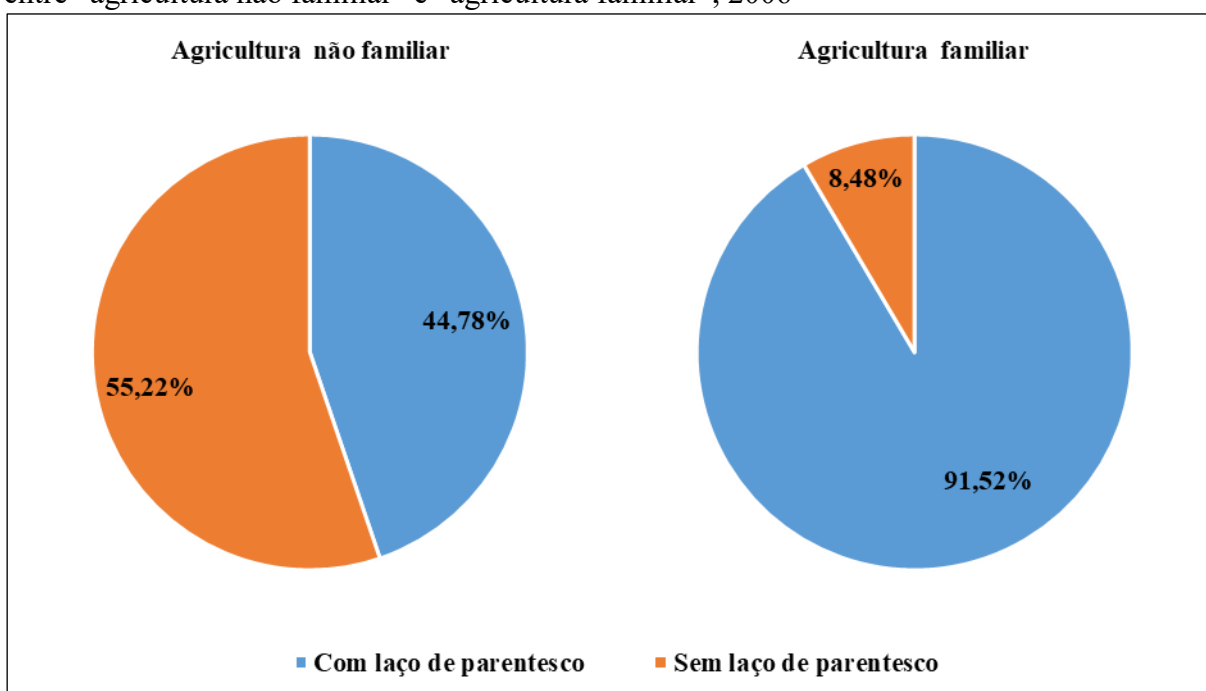
Em relação à “agricultura familiar”, a maioria das receitas não agropecuárias foram obtidas na previdência social (aposentadorias e pensões) e, semelhantemente, na pluriatividade.

Vale ressaltar, ainda, a importância das políticas públicas no meio rural, que significaram um incremento de receitas da ordem de R\$ 4,3 milhões aos agricultores familiares goianos.

A dependência em relação à previdência social e aos programas governamentais é reflexo da discrepância de receitas entre a “agricultura não familiar” e a “agricultura familiar”: se somadas, as receitas recebidas pela “agricultura não familiar” equivaleram a pouco mais de R\$ 7,6 bilhões – valor quase seis vezes superior ao da “agricultura familiar”, que obteve um total de receitas no valor de, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão em 2006. Quando se analisa a receita média mensal, a discrepância é ainda maior: as receitas dos estabelecimentos agropecuários não familiares foram quase doze vezes superiores aos da “agricultura familiar”, com um valor médio de R\$ 13.433,93, contra R\$ 1.040,67.

No que diz respeito à mão de obra, em 2006, haviam quase 391 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários goianos, divididos igualmente entre a “agricultura não familiar” e a “agricultura familiar”, em, aproximadamente, 195,5 mil pessoas. Apesar da paridade inicial, a “agricultura familiar” se diferencia pela presença do laço de parentesco, característica intrínseca à produção familiar, como pode ser observado pela Ilustração 09.

Ilustração 09 – Pessoal ocupado com laço de parentesco em Goiás, segundo a classificação entre “agricultura não familiar” e “agricultura familiar”, 2006



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Dos trabalhadores da “agricultura não familiar” com laço de parentesco, 68,78% moravam nos estabelecimentos, 78,94% sabiam ler e escrever, mas possuíam baixo conhecimento técnico, pois apenas 7,43% possuíam algum tipo de qualificação profissional e uma parcela de 17,69% de pessoas recebiam salário.

Do contingente de mão de obra com laço de parentesco dos estabelecimentos familiares, 85,32% residiam no local de trabalho, 75,01% sabiam ler e escrever, porém, apenas 2,77% possuíam qualificação profissional, e somente 4,99% recebiam salário. Ambas as realidades corroboram para a desvalorização do trabalho no campo, mas é sobretudo nos estabelecimentos familiares, onde grande parte dos trabalhadores não têm o seu trabalho remunerado, que as consequências da desigualdade socioeconômica se acentuam.

A deficiência de recursos acarretou, ainda, o maior endividamento dos estabelecimentos agropecuários da “agricultura familiar”: em 2006, 65% das unidades produtivas que obtiveram algum tipo de financiamento liberado eram familiares. Do crédito liberado, 50,07% foram destinados ao custeio da produção, 45,44% para a realização de investimentos e 10,97% para a manutenção do estabelecimento. A mesma distribuição foi realizada nos estabelecimentos da “agricultura não familiar”, porém, em proporções diferentes: 66,48% para custeio, 34,04% para investimentos e 9,90% para manutenção. Os recursos para o financiamento da produção foram, em sua maioria, originados do setor público, principalmente do Pronaf, o que se tornou mais um elemento de dependência na sobrevivência dos agricultores familiares não só em Goiás, mas em todo o país.

2.6 NOTAS FINAIS

A agricultura familiar é o principal público da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e, por isso, o estudo desta categoria e sua formação histórica, sobretudo no contexto brasileiro, é imprescindível. É possível admitir que a agricultura familiar foi reconhecida enquanto categoria como um instrumento de controle estatal sobre o abastecimento interno e sobre os preços dos alimentos. Esta tendência iniciou-se nos países ditos centrais e é repetida no Brasil no período posterior à Revolução Verde.

A agricultura familiar é caracterizada pela gestão familiar do processo produtivo e do estabelecimento, pelo uso do trabalho familiar em maior proporção em relação ao trabalho assalariado, pelo crescente grau de flexibilização que a força de trabalho familiar experimenta sobretudo por meio da pluriatividade, das ocupações não-agrícolas e da agricultura em tempo

parcial e, ainda, pela busca constante pela expansão da escala produtiva, expressa pela formação de agroindústrias, e, também, dos mercados, ao mesmo tempo em que produz para o consumo próprio e para o local onde está inserida.

No Brasil, a conceituação legal da agricultura familiar surge apenas em 2006 com a Lei nº 11.326 de 24 de julho, embora sua distinção enquanto estrato social carente de políticas públicas específicas tenha ocorrido uma década antes, em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A lei instituída estabelece quatro critérios de classificação relacionados ao tamanho da propriedade, ao tipo de mão de obra, à composição da renda e à gestão do estabelecimento.

Conforme os dados do Censo Agropecuário 2006, o meio rural em Goiás – estado essencialmente agropecuário – está dividido em “agricultura não familiar” e “agricultura familiar” e encontra-se concentrado e desigual – apesar embora os dados conhecidos estejam defasados, a percepção da disparidade permanece: a agricultura familiar goiana possuía, em 2006, 65,09% dos estabelecimentos agropecuários, mas ocupava apenas 12,69% da área total de estabelecimentos.

Ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1970, a agricultura familiar goiana tem sofrido transformações em sua estrutura, em decorrência, principalmente, pelo avanço da agricultura capitalista. As famílias têm se tornado menores em virtude da redução do número de filhos, e, em consequência, acontece a escassez de mão de obra, o que obriga a contratação de força de trabalho externa. A limitação da mão de obra também está atrelada à migração da juventude rural, que é alimentada pela elevação da escolaridade. As relações mercadológicas foram modificadas pela inserção nos mercados institucionais, contudo, há a permanência da produção voltada ao consumo familiar e local por meio de feiras livres e pequenos comércios. Existe a elevação das relações de associativismo e cooperativismo e o resgate de tradições camponesas, sobretudo no campo cultural, por meio de festas e tradições religiosas.

CAPÍTULO 3. DE DEPRIMIDOS A INDUZIDOS: O PERFIL DOS TERRITÓRIOS GOIANOS E OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O Censo Demográfico de 2010, mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou Goiás como o estado mais populoso da região Centro-Oeste, com número de habitantes superior a seis milhões de pessoas. Deste contingente, cerca de 90,3% residiam na zona urbana, número superior à taxa brasileira e que demonstra a elevada urbanização que atingiu os cerrados brasileiros nas décadas finais do século XX. (SHIKI, 1997).

Apesar da discrepância na distribuição populacional, a economia goiana é sustentada em sua maior parcela, pelas atividades agrícolas e suas transformações industriais. Lunas et. al (2015, p. 222), afirmam que a economia goiana “é alicerçada no agronegócio com uma produção integrada para seu beneficiamento por meio de várias agroindústrias”. Embora sua origem remonte ao período aurífero, o estado de Goiás, atualmente, é essencialmente rural e apresenta severas desigualdades entre as regiões urbanizadas e o campo, como a ausência de infraestrutura básica e de serviços públicos que permitem à população melhores condições de desenvolverem suas habilidades adequadamente, e, assim, promoverem meios de alcançar o bem-estar individual e, até mesmo, coletivo, por meio de suas próprias iniciativas.

Nesse sentido, desde 2003, os municípios goianos rurais e com alguns déficits em indicadores socioeconômicos têm sido atingidos pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural que buscam diminuir as disparidades por meio da intervenção do Estado na esfera federal. Em resumo, nos dias atuais, Goiás possui doze Territórios concebidos no âmbito do PRONAT, conforme aponta a Tabela 02.

Tabela 02 - Territórios Rurais e Territórios da Cidadania implantados em Goiás, 2016

Nome do Território	Número de Municípios	Criação	Categoria
Das Águas Emendadas	7	2003	Território da Cidadania
Chapada dos Veadeiros	8	2003	Território da Cidadania
Estrada de Ferro	14	2003	Território Rural
Médio Araguaia	21	2003	Território Rural
Norte	11	2013	Território Rural
Parque das Emas	9	2013	Território Rural
Serra da Mesa	14	2013	Território Rural
Sudoeste	12	2013	Território Rural
Vale do Araguaia	11	2013	Território Rural
Vale do Paranã	12	2003	Território da Cidadania
Vale do Rio Vermelho	16	2003	Território da Cidadania
Vale do São Patrício	14	2003	Território Rural

Fontes: IBGE, 2016. SIT, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Para fins de conhecimento, a política pública de desenvolvimento territorial rural atualmente incorpora 149 municípios, ou seja, 61% do total de municípios de Goiás, equivalentes a uma extensão geográfica de pouco mais de 253 mil quilômetros quadrados – mais de dois terços da área total do estado – e a quase dois milhões de habitantes – 32% em relação à população total. Contudo, para este estudo, serão analisados somente os Territórios constituídos em 2003, isto é, três Territórios Rurais e quatro Territórios da Cidadania.

Na próxima seção, será detalhada a metodologia utilizada para a averiguação da eficiência da indução governamental nos primeiros Territórios Rurais e Territórios da Cidadania implantados em Goiás.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa alicerça sua análise na investigação quantitativa a fim de caracterizar os diferentes arranjos territoriais criados, bem como comparar os efeitos da atuação governamental em dois períodos específicos: o anterior à criação do PRONAT, que vai desde 1991 até 2000, e o posterior ao agrupamento territorial de municípios rurais – período entre os anos 2000 e 2010, com as informações acerca do Programa Bolsa Família sendo observadas até o ano de 2013. A delimitação temporal da pesquisa decorre, sobretudo, do período oficial intercensitário brasileiro.

As principais fontes utilizadas para a consecução dos objetivos foram obtidas nos bancos de dados disponibilizados à consulta pública pelas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); e, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na seção dos Apêndices, no Quadro 02, se encontram as variáveis pesquisadas, suas definições e suas respectivas fontes.

Os dados selecionados foram coletados em nível municipal, cuja determinação territorial seguirá, para as variáveis primárias, a simples operação matemática da adição, como é o caso da população, da área, do PIB, dentre outros. Já para os dados secundários, retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo PNUD, será utilizado o método adotado por Ortega e Jesus (2015) em pesquisa acerca dos Territórios existentes em Minas Gerais que consiste em calcular a média ponderada entre somatório dos indicadores de todos os municípios integrantes dos Territórios e a população total de cada um, tendo como fator ponderador a população individual de cada município (ORTEGA; JESUS, 2015, p. 286,

nota de rodapé 11), segundo a fórmula estatística proposta a seguir, onde X equivale à variável pesquisada e n à população total de cada Território:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^k X_i \cdot n_i}{\sum_{i=1}^k n_i} = \frac{X_1 \cdot n_1 + X_2 \cdot n_2 + \dots + X_k \cdot n_k}{n_1 + n_2 + \dots + n_k}$$

Para a análise estatística da evolução dos indicadores entre três anos pesquisados e os decênios 1991-2000 e 2000-2010, foi utilizada a ferramenta “Análise de Dados” do *software* Microsoft Excel 2013, tendo como base as medidas de dispersão e o método de Análise da Variância elencados no Quadro 03, cujos resultados se encontram também na seção dos Apêndices. As tabelas, quadros e ilustrações em formato de gráfico também foram elaboradas com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Quadro 03 - Medidas de dispersão, definições e notações utilizadas na análise estatística dos dados dos Territórios implantados em Goiás, 2018

Medidas de Dispersão	Definição	Notação
Média aritmética	É o quociente da divisão da soma dos valores da variável pelo número deles.	$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n}$
Desvio-padrão	É a raiz quadrada da variância, que se baseia nos desvios em torno da média aritmética, porém determinando a média aritmética do quadrado dos desvios.	$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{(n-1)}}$
Coefficiente de variação	Medida que determina a dispersão ou variabilidade dos dados em termos relativos a seu valor médio.	$CV = \frac{s}{\bar{x}} \times 100$
Análise de Variância	Método de teste para a igualdade de três ou mais médias de população analisando a variância das amostras.	-

Fonte: CRESPO, 2002.

Organização: Elaboração própria.

Ainda conforme a metodologia de Ortega e Jesus (2015), foram criados dois agrupamentos de municípios com a finalidade de adicionar dois parâmetros, denominados Grupos Comparativos (GCs). O tamanho destes seguiu o valor da média aritmética da quantidade de municípios dos Territórios criados, o que resultou no total de 14 municípios. A composição dos GCs seguiu a dois critérios: o primeiro de maior participação do setor agropecuário na formação do Valor Agregado Bruto (VAB) municipal; e, segundo, pelos catorze valores máximos e mínimos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) para cada município selecionado no critério anterior, como detalha o Quadro 04.

Quadro 04 – Municípios que compõem os Grupos Comparativos (GC) em Goiás, 2018

Grupos Comparativos	Município	Participação do VAB Setor Agropecuário no VAB Total (em %)	IDHM 2010
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	Amaralina	52,65	0,609
	Bonópolis	57,29	0,630
	Campestre de Goiás	49,39	0,653
	Campinaçu	41,72	0,631
	Cocalzinho de Goiás	30,07	0,657
	Faina	49,76	0,650
	Guarinos	48,43	0,652
	Montividiu do Norte	43,04	0,613
	Mundo Novo	51,24	0,634
	Nova Crixás	53,06	0,643
	Nova Iguaçu de Goiás	38,08	0,655
	Novo Planalto	43,10	0,658
	Portelândia	59,88	0,654
	Santa Rita do Novo Destino	60,28	0,634
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	Água Limpa	46,07	0,722
	Barro Alto	37,53	0,742
	Cachoeira de Goiás	30,21	0,727
	Caçu	36,51	0,730
	Chapadão do Céu	68,17	0,742
	Cumari	56,46	0,737
	Edéia	42,99	0,739
	Lagoa Santa	37,63	0,740
	Mairipotaba	47,71	0,745
	Montividiu	56,19	0,733
	Morrinhos	34,10	0,734
	Nova Aurora	33,19	0,747
	Santo Antônio de Goiás	29,82	0,723
	São João da Paraúna	50,39	0,724

Fonte: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Por fim, como elemento da interdisciplinaridade e como referencial geográfico dos Territórios, este trabalho também foi ilustrado com produtos cartográficos, elaborados consoante a metodologia proposta por Martinelli (2009, p. 19) com manifestação em áreas em uma abordagem estática com vistas à interpretação analítica. A base cartográfica utilizada para criação dos produtos cartográficos desta pesquisa foi extraída do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), que é gerenciado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. O SIEG possui como *datum* o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000). O *software* utilizado para a manipulação da base cartográfica foi o ArcGIS, versão 10.2.

Na seção seguinte será apresentado o perfil socioeconômico dos Territórios goianos, com base nos dados divulgados para o ano de 2010.

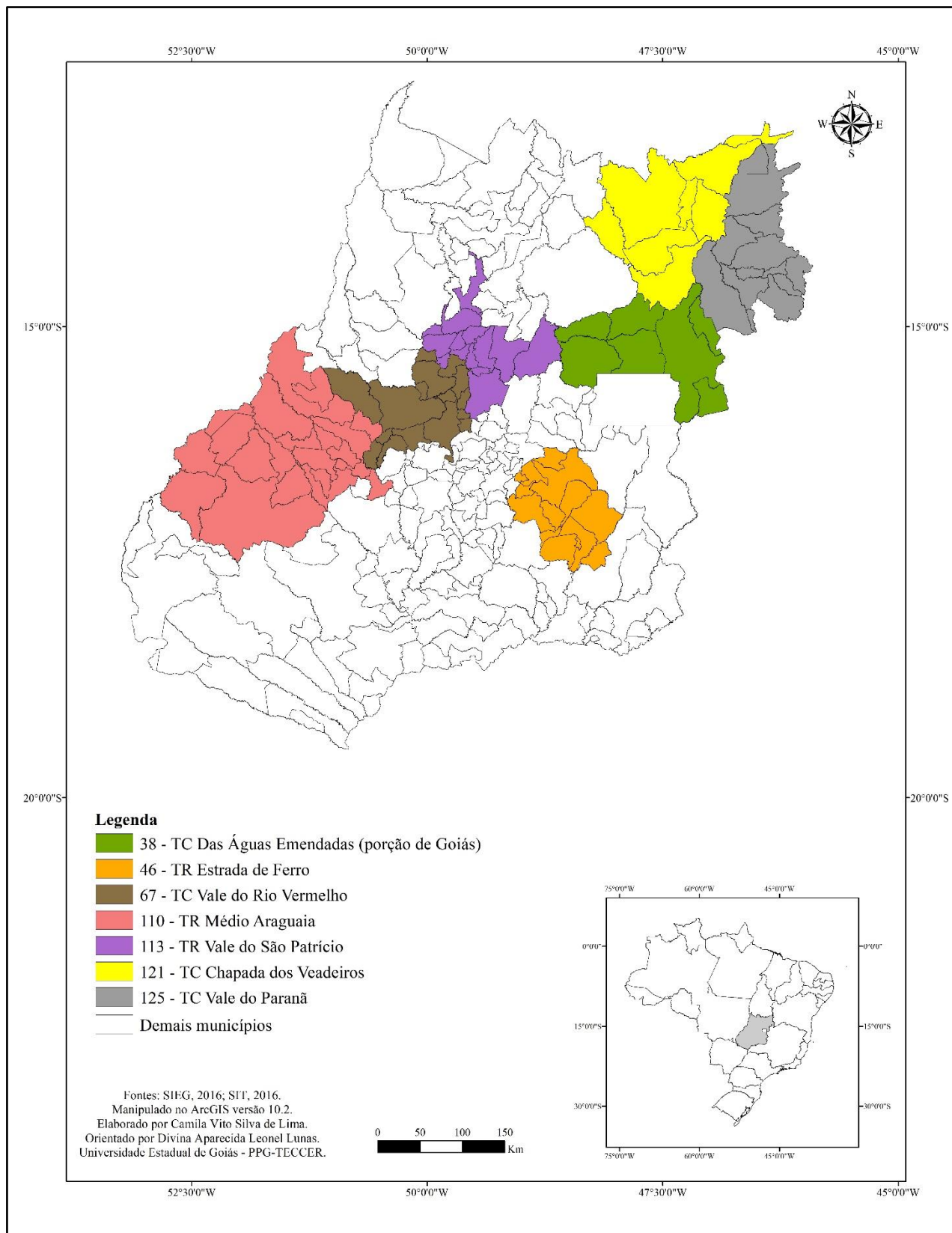
3.2 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TERRITÓRIOS IMPLANTADOS EM GOIÁS

Em Goiás, inicialmente, foram criados sete Territórios Rurais (TRs), mas com a instituição dos Territórios da Cidadania (TCs), quatro deles passaram a ser assim denominados. Os TRs criados em 2003 e que assim permaneceram foram: Estrada de Ferro, Médio Araguaia e Vale do São Patrício. Os que se transformaram em TCs foram o Das Águas Emendadas, o Chapada dos Veadeiros, o Vale do Paranã e o Vale do Rio Vermelho. A localização dos municípios que integram cada Território pode ser verificada na Ilustração 10. Em resumo, os primeiros Territórios implantados em Goiás em 2003 abrangem o somatório de noventa e dois municípios, correspondentes a 37,4% do total de municípios goianos e que ocupam 37,1% da área do estado, com extensão geográfica superior a 126,3 mil quilômetros quadrados.

A observação do mapa demonstra que a distribuição dos Territórios ocorre, em sua maioria, à norte e à oeste do estado, com exceção de apenas um – o TR Estrada de Ferro. Historicamente, estas regiões goianas são as de maior incidência de pobreza e de deficiência no acesso a serviços públicos. Evidencia-se, então, a divisão do enfoque da atuação governamental nos dois programas: os Territórios da Cidadania estão presentes em locais onde há maior quantidade de povos tradicionais – comunidades quilombolas e de extrativistas –, maior número de projetos de assentamento da Reforma Agrária e no entorno do Distrito Federal, onde localizam-se municípios com altos índices de violência e pobreza. Já os Territórios Rurais estão concentrados em regiões onde há presença expressiva do agronegócio.

Como já visto, a política de desenvolvimento territorial rural foi criada com o principal intuito de dirimir as desigualdades criadas pelo modo de expansão capitalista na formação histórica da economia brasileira, com forte impacto no meio rural. No entanto, para avaliar se houveram avanços ou retrocessos é necessário, preliminarmente, conhecer a realidade dos Territórios criados, a fim de identificar peculiaridades inerentes à cada um. Para tanto, as subseções a seguir apresentam a caracterização socioeconômica dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania goianos, bem como dos Grupos Comparativos estabelecidos neste estudo.

Ilustração 10 – Mapa de localização dos Territórios implantados em Goiás, 2016



3.2.1 Território da Cidadania Das Águas Emendadas

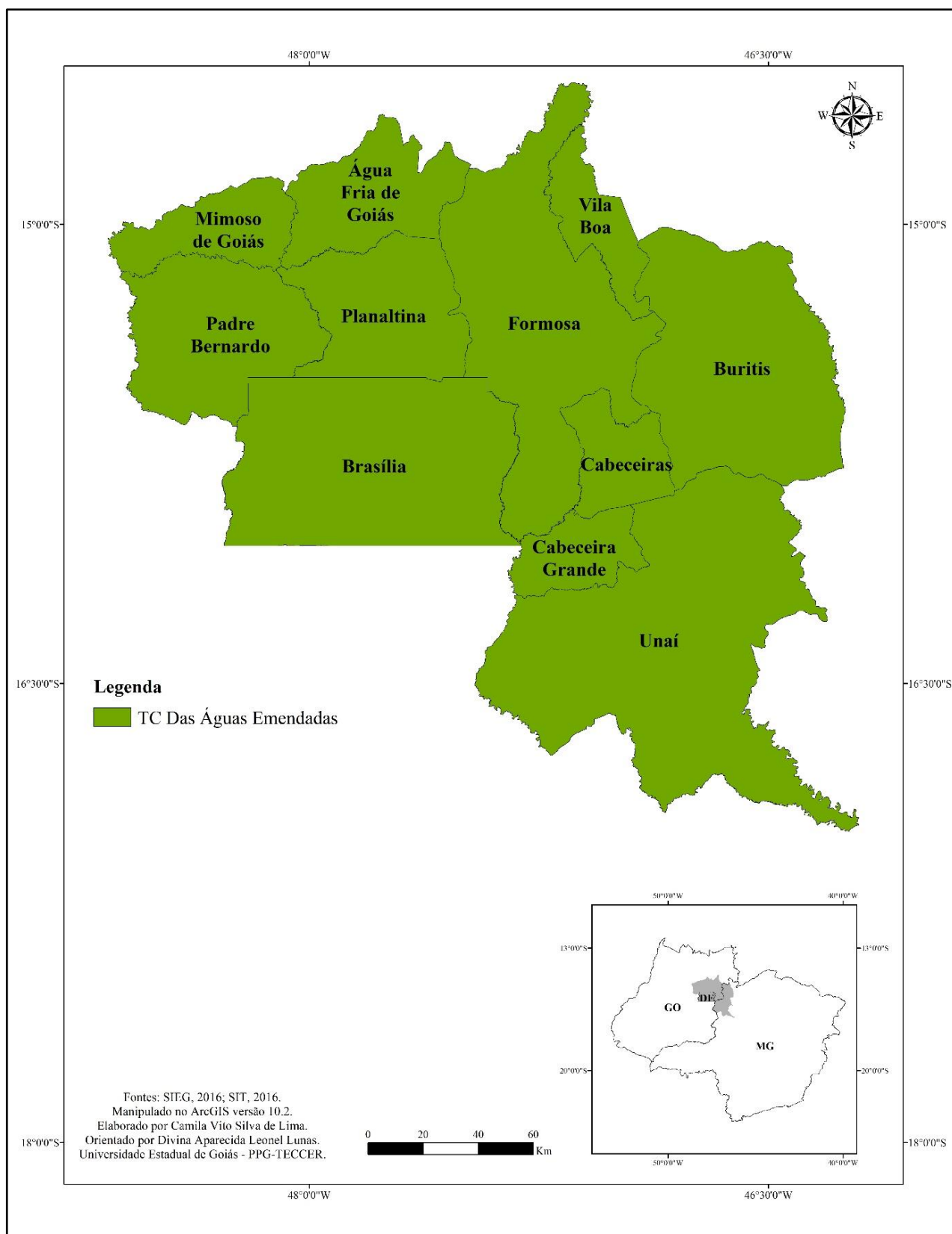
O TC Das Águas Emendadas dispõe de área total equivalente a 37.584,4 Km² e, em 2010, possuía população total acima de 2,9 milhões de habitantes. É um Território singular por ser o único no país a ultrapassar as fronteiras de três Unidades da Federação: Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, conforme localização apresentada na Ilustração 11. Fora assim denominado por ser o berço de três importantes regiões hidrográficas brasileiras: a Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia, a Bacia do Rio São Francisco e a Bacia do Rio Paraná (CARVALHO *et al.*, 2006).

O TC Das Águas Emendadas é composto por onze municípios, dos quais nove pertencem à Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal¹⁰, sendo a maioria alocada no estado de Goiás. São eles: Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina e Vila Boa. Os três municípios mineiros que o integram são: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. Por fim, Brasília é a divisão administrativa que representa o Distrito Federal e se configura como o centro dinamizador do Território, uma vez que possui a maior população, a maior extensão geográfica, os melhores indicadores socioeconômicos e a melhor infraestrutura dentre os demais. No entanto, neste estudo, os dados analisados referem-se apenas aos municípios de Goiás que integram o referido Território.

Os municípios goianos correspondem a 45,5% de toda a extensão geográfica do TC Das Águas Emendadas e, em 2010, aglutinavam o maior contingente populacional ao se comparar com os demais Territórios em Goiás – cerca de 229,2 mil habitantes –, com a maioria da população domiciliada na zona urbana (84,1%). Formosa foi o município com maior quantitativo populacional (43,7%) e Mimoso de Goiás apresentou o menor número (1,2%). Em relação à distribuição da população, em Padre Bernardo esteve o maior percentual de residentes nas áreas rurais (61,0%) e em Planaltina foi encontrada a maior proporção de residentes na zona urbana (95,0%), que também foi considerado o município mais povoado da porção goiana do Território, com 32,2 habitantes por quilômetro quadrado. A menor taxa de povoamento – 1,9 habitantes por quilômetro quadrado – esteve em Mimoso de Goiás. Em relação ao tamanho dos municípios, Formosa possui a maior área (34,0%) e Vila Boa deteve a menor extensão (6,2%).

¹⁰ Conforme a Lei Federal Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal é constituída pelos seguintes municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais. A legislação pode ser acessada na íntegra no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm>.

Ilustração 11 – Mapa de localização do Território da Cidadania Das Águas Emendadas, 2016



Em relação à variação populacional entre os anos 2000 e 2010, o município de Vila Boa obteve a mais alta taxa média anual de crescimento (4,4%), muito influenciada pelo acréscimo de população rural, que se elevou a uma taxa média de 11,1% ao ano. A maior queda no contingente populacional ocorreu em Mimoso de Goiás, com perda média de 0,4% ao ano. Em O maior acréscimo de população urbana esteve em Água Fria de Goiás (3,3%) e houve decréscimo da população urbana em Padre Bernardo (-1,9% a.a). Dos sete municípios goianos pertencentes ao do TC Das Águas Emendadas, apenas dois apresentaram êxodo rural: Formosa (-1,4%) e Mimoso de Goiás (-1,1%). Em nível territorial, o TC Das Águas Emendadas apresentou taxas positivas de crescimento populacional com maior intensidade na zona rural, com o aumento médio de, aproximadamente, 3,0% ao ano.

Em referência aos indicadores básicos de infraestrutura e saúde, em 2010, Vila Boa apresentou o maior número de residentes em domicílios com energia elétrica (99,8%) e Formosa a maior proporção de residentes em domicílios com banheiro e à água encanada (95,7%). Contrariamente, o município de Água Fria de Goiás apresentou os menores percentuais de população que detém acesso à energia elétrica (98,0%) e ao banheiro e água encanada (85,6%). A menor mortalidade infantil esteve em Formosa, com 10,3 mortes para cada mil nascimentos e o maior valor pertenceu a Padre Bernardo, que apresentou 16,0 mortes para cada mil nascimentos. No que tange ao IDHM, indicador de qualidade de vida, em 2010 a porção goiana do TC Das Águas Emendadas alcançou índice equivalente à 0,699, limite superior da classe do “IDHM Médio”. Individualmente, o maior IDHM do Território foi encontrado em Formosa (0,744) – único índice classificado como “IDHM Alto” – e o pior resultado esteve em Vila Boa, com valor do índice igual a 0,647, caracterizado como “IDHM Médio”.

Os dados educacionais mostram que, em 2010, Mimoso de Goiás apresentou a pior taxa de analfabetismo do TC Das Águas Emendadas (20,2%), ou seja, mais que o dobro do melhor desempenho: 9,2% no município de Formosa. Em relação à expectativa de anos de estudo quando do ingresso da criança na escola, o município de Vila Boa alcançou o melhor número: 10,5 anos. O pior resultado está em Padre Bernardo (8,6 anos), com uma diferença de quase dois anos a menos. Em relação ao ensino superior, a maior proporção de adultos com idade acima de 25 anos e que possuem ensino superior completo esteve em Formosa (12,1%) e a menor proporção encontrou-se no município de Vila Boa (2,8%).

Em relação à renda média *per capita*, entre os municípios de Goiás que integram o TC Das Águas Emendadas, Formosa apresentou o maior valor em 2010: 732,24 reais. O menor valor obtido esteve em Vila Boa, cujo valor foi de 376,72 reais – equivalente a pouco mais da

metade do valor mais alto. O Coeficiente de Gini indicou que a maior desigualdade na distribuição da renda no Território esteve no município de Água Fria de Goiás (0,60), enquanto que Planaltina apresentou a melhor distribuição de renda (0,43). No que se refere à pobreza, Formosa apresentou a menor proporção de pobres (12,2%) e Planaltina o menor percentual de extremamente pobres (4,0%). Em oposição, o município de Água Fria de Goiás deteve a maior parcela de pobres (23,7%) e Mimoso de Goiás obteve a maior proporção de extremamente pobres (14,0%).

Em 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) repassou pouco mais de 34,18 milhões de reais e beneficiou cerca de 19,9 mil famílias nos municípios goianos que integram o TC Das Águas Emendadas. Formosa foi o município que, em termos absolutos, recebeu a maior parcela dos benefícios (39,2%) e teve o maior número de famílias atendidas (39,4%). Ainda em termos absolutos, o município de Mimoso de Goiás recebeu o menor quantitativo de recursos repassados (1,7%) e atendeu o menor número de famílias dentre os demais municípios goianos integrantes do referido Território (2,0%). No entanto, ao considerar o tamanho médio das famílias, o cenário se inverte: Mimoso de Goiás passou a ser o município com maior estimativa de população beneficiada (45,7%), enquanto que a menor participação relativa esteve em Formosa (23,8%). O maior valor médio mensal recebido por família esteve em Planaltina (R\$ 151,21) e o menor valor no município de Mimoso de Goiás (R\$ 122,46).

Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) da porção goiana do TC Das Águas Emendadas foi equivalente a pouco mais de 1,90 bilhão de reais, o que correspondeu a 1,95% do PIB de Goiás. O maior PIB do Território pertenceu à Formosa, que foi responsável por 47,9% do valor territorial e impulsionado pelo setor de serviços. O município de Mimoso de Goiás obteve o menor PIB do Território (1,5%), com maior influência do setor agropecuário. Vila Boa foi o município que apresentou taxa de crescimento mais elevada no período entre 2000 e 2010, com uma taxa média anual de crescimento de 13,5% ao ano, com o aumento da participação dos setores agropecuário e industrial na geração de Valor Agregado Bruto (VAB) no município. O PIB com menor taxa de crescimento entre os municípios goianos do referido Território pertenceu a Mimoso de Goiás (4,0% a.a.).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, apontam que a distribuição das terras no setor agropecuário dos municípios goianos integrantes do TC Das Águas Emendadas é sobremodo concentrada: dos 6.126 estabelecimentos agropecuários, cerca de 71,6% foram classificados como “agricultura familiar”, contudo, esta maioria ocupava apenas 9,2% das terras em uma área total superior a 1,3 milhão de hectares. Outra disparidade reside no tamanho

médio das propriedades: enquanto que na “agricultura familiar”, o tamanho médio dos estabelecimentos equivaleu a, aproximadamente, 28,1 hectares, na “agricultura não familiar”, o tamanho médio das propriedades foi de cerca de 700,3 hectares, ou seja, 23,9 vezes superior. Formosa foi o município com maior quantidade de estabelecimentos agropecuários (40,7%) e a maior proporção de terras (37,8%). Em Vila Boa esteve a menor quantidade de propriedades (3,5%) e a menor área destinada à atividade pertenceu a Cabeceiras (6,0%). Vila Boa apresentou a maior discrepância entre os tamanhos médios dos estabelecimentos agropecuários entre a “agricultura não familiar” e a “agricultura familiar”: as propriedades da primeira categoria eram quase 98 vezes maiores que as da segunda. A menor diferença este em Planaltina: 12 vezes.

Em referência à atividade agrícola, os produtos da lavoura temporária, sobretudo as *commodities*, foram as que alcançaram o maior valor de produção em 2006, a concentrar, aproximadamente, 91,6% do valor total produzido no TC Das Águas Emendadas, tendo como principal produto a soja em grãos, como apresentado no Quadro 05. O município de Água Fria de Goiás foi responsável pela maior parcela (36,1%) do valor de produção da lavoura temporária e Vila Boa obteve a menor participação (0,2%).

Em 2006, o produto de maior relevância da lavoura permanente para o TC Das Águas Emendadas foi a laranja, cujo município produtor de maior expressividade foi Água Fria de Goiás (98,6%) no ano de 2006. A horticultura, categoria mais homogênea, teve como principal produto o tomate, que esteve concentrado em Cabeceiras (44,3%). Na agroindústria rural, segunda maior categoria em relação ao valor total produzido, predominou o processamento de queijos e requeijão, sobretudo no município de Cabeceiras, que gerou cerca de 44,1% de todo o valor gerado pelos produtos agroindustriais.

No TC Das Águas Emendadas, a produção animal equivaleu a pouco mais de 36,5 milhões de reais e esteve concentrada em dois produtos: leite de vaca (58,5%) e ovos de galinha (41,4%). Formosa exibiu o melhor desempenho na produção de leite de vaca (38,6%) e Planaltina foi o município mais expressivo na produção de ovos de galinha (48,2%). Em relação ao tamanho dos rebanhos, em 2006, o Território em questão possuía: aproximadamente 606 mil cabeças de bovinos, cuja maior parte estava alocada em Formosa (39,2%); pouco mais de 594,1 mil aves, com maior participação do município de Planaltina (34,9%) neste quesito; e, por fim, cerca de 28,6 mil cabeças de suínos, distribuídos, em sua maioria, no município de Formosa (28,5%).

Quadro 05 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Das Águas Emendadas segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Tomate	1.519	28,1
	Cenoura	708	13,1
	Beterraba	706	13,1
	Quiabo	373	6,9
	Jiló	345	6,4
	Total	5.404	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	3.698	92,0
	Farinha de mandioca	130	3,2
	Rapadura	116	2,9
	Arroz em grão	36	0,9
	Doces e geleias	29	0,7
	Total	4.019	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	73.619	54,5
	Milho em grão	23.042	17,0
	Feijão de cor em grão	16.142	11,9
	Cana-de-açúcar	6.789	5,0
	Cana forrageira	3.727	2,8
	Total	135.182	100,0
Lavoura permanente	Laranja	2.353	61,2
	Banana	505	13,1
	Coco-da-baía	360	9,4
	Goiaba	259	6,7
	Maracujá	225	5,9
	Total	3.843	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Ao se tratar da Reforma Agrária, até 2010 o TC Das Águas Emendadas possuía 39 projetos de assentamento com capacidade total de 3.456 famílias em uma área total de, aproximadamente, 100,8 mil hectares, equivalente a 7,8% de toda a área destinada à atividade agropecuária no Território – valor próximo ao tamanho do município de Vila Boa. No entanto, apenas 80% das terras estavam efetivamente ocupadas. O município de Formosa detinha o maior quantitativo de projetos de assentamento: 17, inclusive o mais antigo de Goiás: o Projeto de Assentamento Santa Cruz, criado em 03 de dezembro de 1984 (INCRA, 2016). Em posição oposta, Mimoso de Goiás foi o único município a não abrigar assentamentos da Reforma Agrária até 2010. O município de Água Fria de Goiás possuía a menor capacidade ociosa nos projetos de assentamento: cerca de 94,5% das terras da Reforma Agrária eram utilizadas naquele ano.

Em resumo, depreende-se que, da análise dos dados socioeconômicos dos municípios goianos pertencentes ao TC Das Águas Emendadas, os municípios são heterogêneos, com

pouca dinamização econômica e, em decorrência, apresentam indicadores sociais medianos. No entanto, destacam-se como municípios de maior desenvolvimento humano, com bons indicadores socioeconômicos, em primeiro plano, Formosa, em virtude de seu maior potencial econômico, e, em seguida, Planaltina. Os demais municípios, sobretudo Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Vila Boa, encontram-se em ritmo inferior aos demais e justificam, assim, a intervenção do Estado para acelerarem a capacidade de melhoria do bem-estar de seus habitantes.

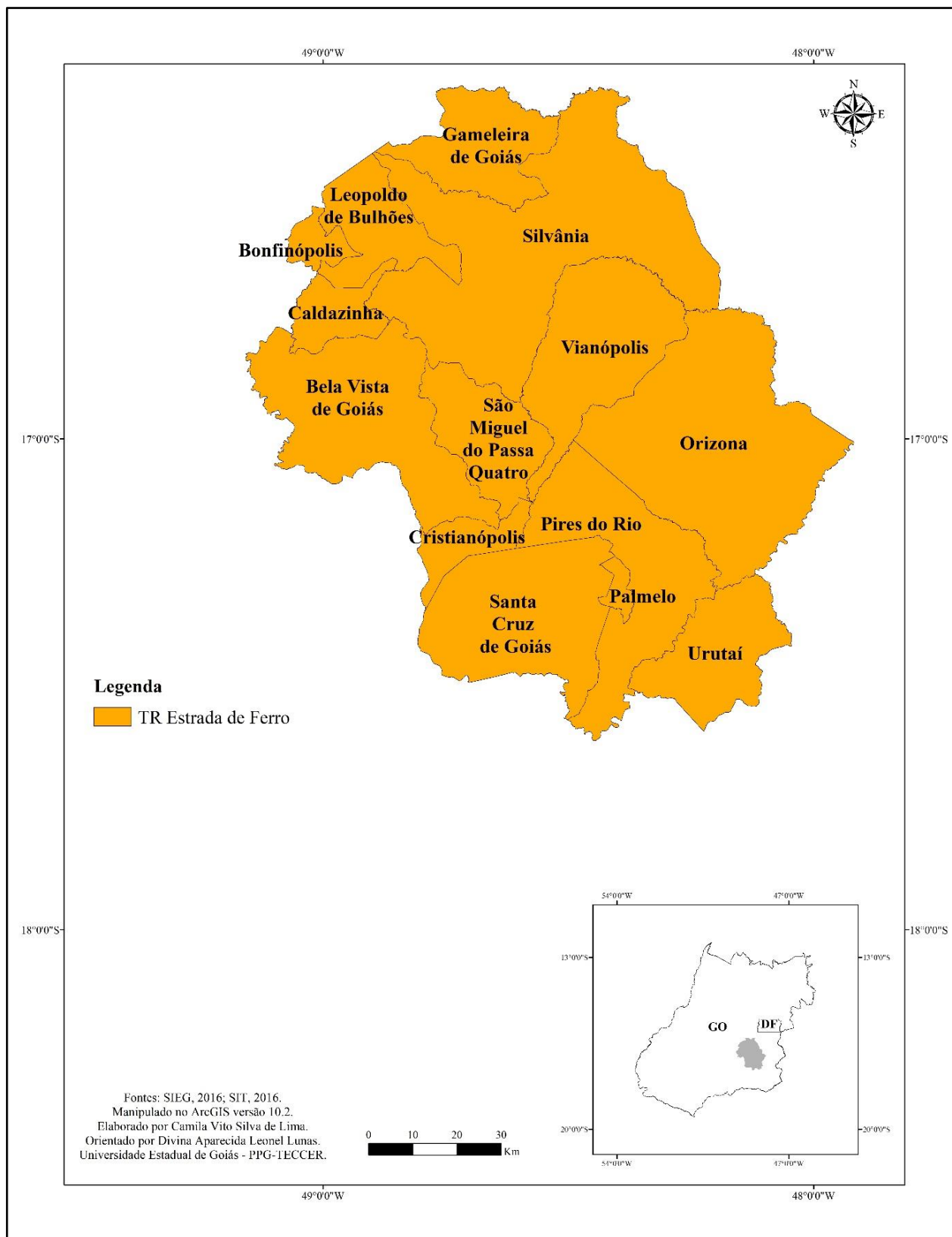
3.2.2 Território Rural Estrada de Ferro

O TR Estrada de Ferro possui área total de 11.605,9 quilômetros quadrados, correspondentes a 3,4% da extensão geográfica do Estado de Goiás, e integra catorze municípios: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis, os quais estão delineados cartograficamente na Ilustração 12. Dentre os Territórios analisados, é o que se localiza mais próximo da capital do estado, com três municípios inseridos na Região Metropolitana de Goiânia¹¹.

O TR Estrada de Ferro recebeu esta denominação em virtude da construção da Estrada de Ferro Goiás ocorrida durante a primeira metade do século XX. A Estrada de Ferro Goiás objetivava integrar a economia goiana à Região Sudeste do país, por meio do escoamento da produção local que se encontrava superior à demanda doméstica. Os trilhos iniciavam-se em Araguari, cidade do triângulo mineiro, e seguiam até Anápolis, com um ramal para Goiânia. Alguns municípios integrantes do TR Estrada de Ferro abrigavam as principais estações ferroviárias da Estrada de Ferro Goiás, quais são: Roncador (Urutaí), Pires do Rio, Engenheiro Balduino (Orizona), Vianópolis, Silvânia e Leopoldo de Bulhões. Além da integração e do crescimento econômico, a Estrada de Ferro Goiás contribuiu para a urbanização e para a elevação populacional de toda a região centro-sul de Goiás (RODRIGUEZ, 2011).

¹¹ Conforme a Lei Estadual Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999, atualizada pela Lei Estadual Complementar nº 78 de 23 de março de 2010, a Região Metropolitana de Goiânia é constituída pelos seguintes municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. A legislação pode ser acessada na íntegra no endereço: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=7066>.

Ilustração 12 – Mapa de localização do Território Rural Estrada de Ferro, 2016



De acordo com o Censo Demográfico, em 2010 o TR Estrada de Ferro detinha população superior a 136,5 mil habitantes, sendo 73,0% deste total residente na zona urbana. Naquele ano, o município mais populoso foi Pires do Rio, com 21,1% do total de habitantes do Território e o menos populoso foi Palmelo, com 1,7% do valor territorial. Este município apresentou, ainda, a maior proporção de população urbana (94,9%) e a menor extensão geográfica do Território (0,5%). O município de Santa Cruz de Goiás concentrou a maior população rural em termos relativos (68,9%), e, Silvânia foi considerado o maior município do TR Estrada de Ferro, a ocupar 20,2% de sua área total. O município mais povoado foi Bonfinópolis, com densidade demográfica de 61,6 habitantes por quilômetro quadrado e o menos povoado foi Santa Cruz de Goiás, com 2,8 habitantes por quilômetro quadrado.

O TR Estrada de Ferro apresentou taxa média de crescimento populacional positiva entre os anos 2000 e 2010 da ordem de 1,0% embora tenha ocorrido êxodo rural no mesmo período, com uma variação média anual de -1,4% da população rural. Em apenas três municípios a população rural teve crescimento positivo: Bonfinópolis (1,6% a.a.), Palmelo (0,9% a.a.) e Urutaí (0,2% a.a.). Em oposição, o município de Silvânia apresentou a maior redução média anual em seu contingente demográfico rural (-3,6%). Em âmbito urbano, Caldazinha teve a maior elevação – média de 6,1% ao ano e em Urutaí houve queda no número de habitantes urbanos (-0,2% a.a.). Bonfinópolis foi o município com o maior aumento anual no total de habitantes no mesmo período (4,1%). Importante ressaltar que o município de Santa Cruz de Goiás teve perda de população tanto urbana (-0,6% a.a.), quanto rural (-1,1% a.a.), sendo o município com maior redução no total de habitantes.

Em relação à infraestrutura dos domicílios do TR Estrada de Ferro, em 2010, três municípios registraram fornecimento de energia elétrica a 100% da população: Cristianópolis, Palmelo e Urutaí. O menor percentual esteve em São Miguel do Passa Quatro, onde 99,4% da população residia em domicílios com energia elétrica. No que diz respeito às condições mínimas de saneamento, Palmelo apresentou o maior percentual de população residente em domicílios com banheiro e água encanada (99,6%) e, contrariamente, Urutaí possuía o menor percentual no mesmo quesito (84,0%). Quanto aos níveis de mortalidade infantil, o município de Pires do Rio revelou a menor quantidade de mortes ao nascer (10,8) enquanto que o maior valor esteve em São Miguel do Passa Quatro, com 15,9 mortes a cada mil nascimentos. O cômputo do desenvolvimento humano evidenciou que o IDHM territorial do TR Estrada de Ferro foi classificado como alto, com valor de 0,712, uma vez que 50% dos municípios que o integram tinham a mesma classificação: Bela Vista de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio,

Silvânia, Urutaí e Vianópolis, sendo Pires do Rio o que apresentou o melhor índice: 0,744. O menor IDHM esteve em Gameleira de Goiás e Leopoldo de Bulhões, ambos com o mesmo valor (0,659) e categorizados como “IDHM médio”.

Em referência à educação, no TR Estrada de Ferro a taxa de analfabetismo da população adulta esteve próxima a 9,8%. No entanto, seis municípios apresentaram resultado inferior ao territorial, com destaque para Cristianópolis, que apresentou o menor percentual do Território (7,8%). Já Santa Cruz de Goiás possuía 15,2% da população adulta analfabeta em 2010 - a maior taxa do TR Estrada de Ferro. A maior expectativa de anos de estudo esteve em Urutaí (11,4 anos), município que desde 1953, abriga um dos maiores *campus* de educação tecnológica voltada ao meio agrícola do Brasil e que atualmente está vinculado ao Instituto Federal Goiano. A menor probabilidade de permanência na escola esteve em Caldazinha, com expectativa de 8,2 anos de estudo. Em relação ao ensino superior, Urutaí também se destacou com o maior percentual de adultos com ensino superior completo (10,4%). Já Santa Cruz de Goiás apresentou a menor proporção do TR Estrada de Ferro (3,4%).

Acerca da renda e sua distribuição, em 2010 o valor médio *per capita* calculado para o TR Estrada de Ferro foi de 665,53 reais, valor cerca de 13,5% menor que o pertencente ao município com maior renda *per capita*: Palmelo (R\$ 769,47) e 32% maior que o encontrado para Leopoldo de Bulhões, o município com menor renda média *per capita* no Território (R\$ 502, 85). O Coeficiente de Gini revelou que, apesar de possuir a renda média mais elevada, Palmelo apresentou a maior desigualdade em relação à sua distribuição e apresentou índice igual a 0,56, ao passo que, em quatro municípios o grau de desigualdade da renda era equivalente – dentre eles o de menor renda *per capita*: Bonfinópolis, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões e São Miguel do Passa Quatro, todos com índice igual a 0,44. Em relação à proporção de pobres e extremamente pobres, o município com maior parcela da população em situação de pobreza do TR Estrada de Ferro foi Gameleira de Goiás (13,5%) e o menor percentual foi encontrado em Pires do Rio (4,4%). Ao se referir à extrema pobreza, a maior incidência pertenceu à Caldazinha (4,7%) e a menor proporção esteve em Vianópolis (0,7%).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado para ser uma das ferramentas para reduzir as desigualdades socioeconômicas e, em 2013, atendeu a quase 7,5 mil famílias no TR Estrada de Ferro, com o repasse de mais de 11,5 milhões de reais. O município com maior número de famílias beneficiárias foi Pires do Rio (18,3%) e o maior volume de recursos foi recebido pelo município de Silvânia (17,4%). O menor número absoluto de famílias beneficiárias do PBF, assim como o menor valor total recebido estiveram em Urutaí (1,6% e 1,5%, respectivamente).

Todavia, a participação relativa apontou que, em 2013, o município com maior proporção de beneficiários do PBF no TR Estrada de Ferro foi Leopoldo de Bulhões (26,0%) e o menor percentual de população beneficiária pertenceu a Orizona (7,7%). O maior valor médio mensal recebido por família esteve em Palmelo (R\$ 144,09) e o menor valor no município de Orizona (R\$ 101,66).

Em 2010, o TR Estrada de Ferro foi responsável por 1,98% do o Produto Interno Bruto (PIB) gerado em Goiás, com resultado equivalente a mais de 1,93 bilhão de reais. O município com maior participação no PIB do TR Estrada de Ferro foi Pires do Rio, com participação de 20,1%, gerada, em sua maior parte, no setor de serviços. Dentre os municípios, Palmelo foi o que apresentou menor PIB, correspondente à 0,9% do PIB territorial e sua maior parcela fora originada no setor de administração e serviços públicos. Palmelo também obteve a menor taxa média de crescimento anual do PIB no período entre 2000 e 2010 (-0,1%). Em oposição, Santa Cruz de Goiás apresentou a maior média de crescimento do PIB ao ano: 7,5%, alavancada pelo setor agropecuário, cuja participação no Valor Agregado Bruto (VAB) total do município passou de 52,5% no ano 2000 para 69,6% em 2010.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a área utilizada para a atividade agropecuária no TR Estrada de Ferro totalizava-se pouco acima de 949 mil hectares, ou seja, cerca de 81,8% de toda a extensão geográfica do Território, e abrigava cerca de 10,2 mil estabelecimentos agropecuários. Destes totais, apenas 23,0% das eram ocupadas por propriedades da “agricultura familiar”, cuja parcela no total de estabelecimentos era equivalente a 67,1%. Assim, a concentração observada em nível estadual, se repete também no TR Estrada de Ferro. Igualmente, quanto ao tamanho médio das propriedades, existe a reprodução da desigualdade: os estabelecimentos da “agricultura não familiar” eram 5,8 vezes maiores que os da “agricultura familiar”, uma vez que a primeira categoria dispunha de propriedades com tamanho médio igual a 217,7 hectares, enquanto que na segunda o tamanho era de 31,8 hectares. Em nível municipal, o maior número total de estabelecimentos agropecuários, bem como a maior disponibilidade de terras foram encontrados em Silvânia: 18,4% e 20,0%, respectivamente. A menor quantidade e o menor espaço estiveram em Palmelo, que possuía 0,7% dos estabelecimentos e 0,6% da área total em relação ao Território. Bonfinópolis foi o município que apresentou a distribuição mais equilibrada de estabelecimentos agropecuários: dos 113 existentes em 2006, 49,6% pertenciam à “agricultura não familiar” e 50,4% à “agricultura familiar”. Já Caldazinha ostentou a distribuição de áreas menos desigual: dos cerca de 15,6 mil hectares, 48,1% pertenciam à “agricultura não familiar” e 51,9% à “agricultura

familiar”, que também registrou a menor diferença em relação ao tamanho médio das propriedades: os estabelecimentos da “agricultura não familiar” eram 2,8 vezes maiores em comparação aos da “agricultura familiar”. A maior diferença foi encontrada em Gameleira de Goiás (18,0 vezes).

Em 2006, a lavoura temporária foi responsável por 81,1% de todo o valor gerado na produção agrícola do TR Estrada de Ferro, que correspondeu a mais de 311,7 milhões de reais. A soja em grão foi o principal produto comercializado, como pode ser observado pelo Quadro 06. Silvânia foi o principal produtor de soja em grãos no TR Estrada de Ferro, com participação de 38,0% no valor total gerado pela *commodity*.

Quadro 06 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Estrada de Ferro segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Tomate	30.158	58,9
	Repolho	8.185	16,0
	Pepino	2.535	5,0
	Milho verde (espiga)	1.908	3,7
	Pimentão	1.132	2,2
	Total	51.207	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	2.109	92,0
	Rapadura	253	3,2
	Aguardente de cana	199	2,9
	Goma ou tapioca	178	0,9
	Carne de bovinos	92	0,7
	Total	3.027	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	155.281	61,4
	Milho em grão	30.376	12,0
	Milho forrageiro	22.634	8,9
	Mandioca	4.325	1,7
	Cana forrageira	3.802	1,5
	Total	252.933	100,0
Lavoura permanente	Laranja	1.548	33,9
	Banana	406	8,9
	Café <i>canephora</i> em grão	303	6,6
	Maracujá	196	4,3
	Mexerica	173	3,8
	Total	4.565	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A horticultura foi a segunda categoria mais importante na geração de valor para o TR Estrada de Ferro e o tomate foi o produto de maior participação no resultado total. Leopoldo de Bulhões se destaca como o município de maior produção de hortícolas, com participação igual

a 90,4% em todo o Território. Na lavoura permanente, o principal produto do TR Estrada de Ferro foi a laranja, com maior volume de produção no município de Silvânia (72,4%). Em relação à agroindústria rural, a categoria dos produtos lácteos (queijo e requeijão) foi mais expressiva e apresentou maior heterogeneidade em sua produção, contudo, o maior volume de produção esteve alocado em Caldazinha (23,8%).

Em 2006, a produção animal do TR Estrada de Ferro alcançou o valor de quase 206 milhões de reais, distribuídos em três produtos: leite de vaca (55,4%), ovos de galinha (44,2%) e mel de abelhas (0,4%). O município com maior participação no valor total produzido de leite de vaca foi Orizona (19,7%). Em relação aos ovos de galinha, Bela Vista de Goiás concentrou 55,1% de todo o valor gerado. O mel de abelhas, de pouca expressividade no Território, apresentou maior valor de produção em Orizona (32,4%). Os rebanhos existentes no TR Estrada de Ferro em 2006 totalizaram, aproximadamente, 747,1 mil bovinos, com maior presença em Orizona (17,0%); 82,2 mil suínos, cuja maior parcela esteve em Leopoldo de Bulhões (18,5%); e, 7,5 milhões de aves galináceas, cuja maioria esteve em Urutaí (26,8%).

Os dados da Reforma Agrária indicaram que o TR Estrada de Ferro possuía apenas 04 projetos de assentamento em 2010, com capacidade total de 87 parcelas e 92,0% de ocupação. A área total destinada aos projetos de assentamento era de pouco mais de 3,6 mil hectares, equivalentes a 0,4% da área total destinada ao setor agropecuário. Naquele ano, apenas dois municípios possuíam projetos de assentamento: Silvânia – onde se localizam o P.A. João de Deus, o P.A. São Sebastião e o P.A. Buriti – e, Orizona, onde se localiza o P.A. Maria da Conceição.

Uma análise sucinta dos indicadores socioeconômicos do TR Estrada de Ferro indica que os municípios que o integram apresentam características heterogêneas em relação aos dados demográficos e econômicos. No entanto, apresentam certa homogeneidade nos indicadores sociais, sobretudo em relação à educação e à infraestrutura dos domicílios. Deste modo, melhores níveis de qualidade de vida e dinamização econômica podem ser encontrados nos municípios de Pires do Rio e Silvânia. No entanto, os municípios de Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro e Gameleira de Goiás demonstraram maior grau de dependência da ação do Estado enquanto indutor do desenvolvimento tanto econômico, quanto social.

3.2.3 Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho

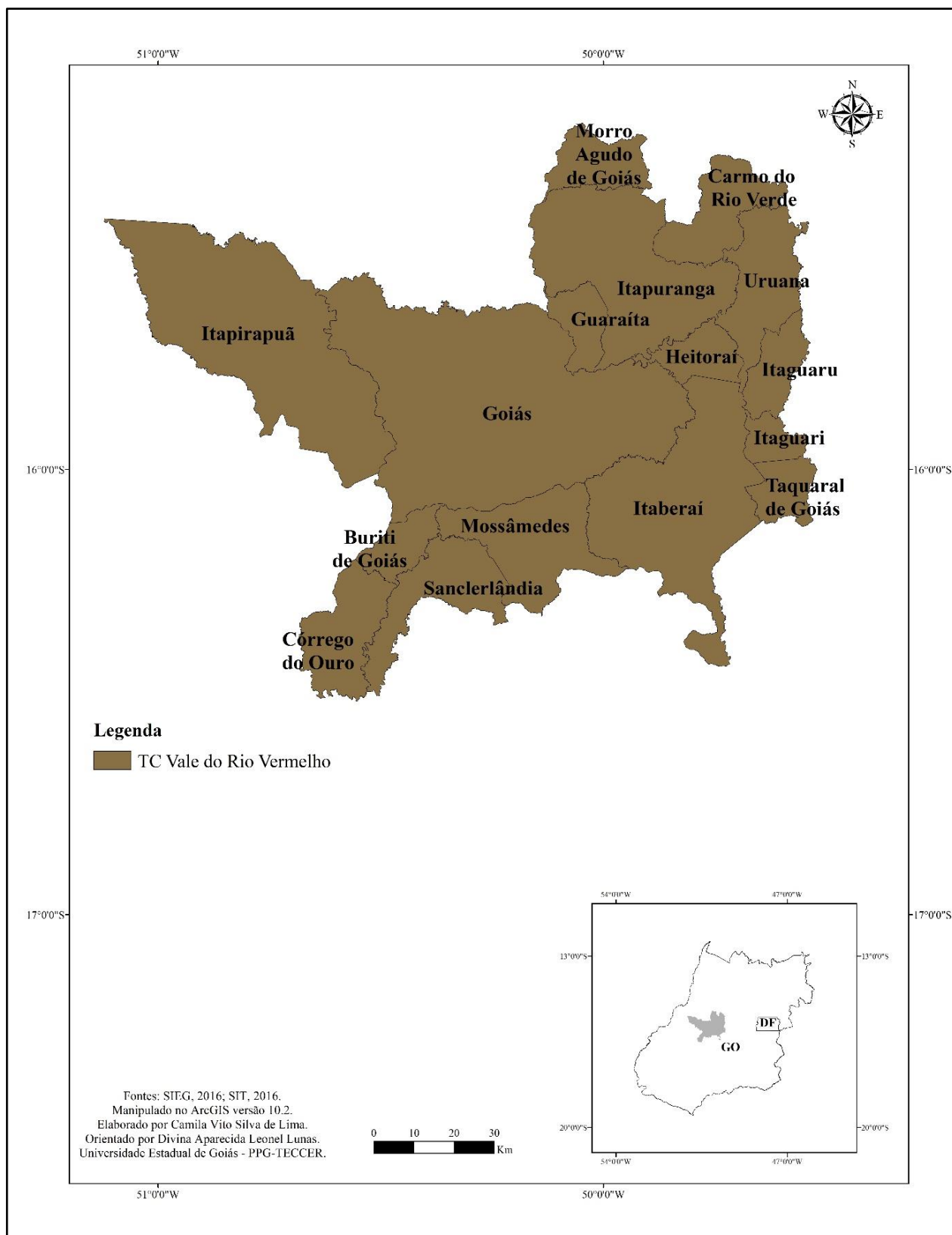
O TC Vale do Rio Vermelho está localizado na porção centro-oeste do Estado de Goiás e ocupa um espaço equivalente a 3,5% do território goiano, com área total igual a 11.977,4 Km². Conforme a Ilustração 13, é composto pelos municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana.

Sua denominação está atrelada à existência do Rio Vermelho em seu domínio geográfico, embora apenas três municípios do referido Território estejam inseridos em sua bacia hidrográfica: Buriti de Goiás, Goiás e Itapirapuã. O Rio Vermelho tem suas nascentes nos sopés da Serra Dourada, no município de Goiás, apresenta dois afluentes principais: o Rio Água Limpa, pela margem esquerda, e o Rio Ferreira, pela margem direita, e deságua no Rio Araguaia pelo município de Aruanã. Historicamente, a ocupação da bacia do Rio Vermelho ocorrera a partir do século XVIII por meio da extração de metais preciosos, sobretudo o ouro de aluvião. (VIEIRA; FERREIRA; FERREIRA, 2014).

Em 2010, o Censo Demográfico apontou que o TC Vale do Rio Vermelho detinha população superior a 156,3 mil habitantes, correspondente a 2,6% da população estadual, sendo 78,9% residentes nas áreas urbanas. O município mais populoso foi Itaberaí, com quase 35,4 mil habitantes e o mais povoado foi Itaguari, com cerca de 30,8 habitantes por quilômetro quadrado. Em contraste, o município de Morro Agudo de Goiás possuía 2.356 habitantes – considerado o menos populoso e Itapirapuã foi o município menos povoado, com 3,8 habitantes por quilômetro quadrado. A maior proporção de população urbana esteve em Itaguari (87,9%) e a maior parcela de residentes na zona rural esteve em Guaraíta (39,3%). Dos dezesseis municípios, quatro concentram 65,8% da área total do Território: Goiás (25,9%), Itapirapuã (17,1%), Itaberaí (12,2%) e Itapuranga (10,7%).

Entre 2000 e 2010, a população do TC Vale do Rio Vermelho pouco se alterou: obteve saldo positivo de 525 habitantes, isto é, aumento médio de 0,03% ao ano na população total. A população urbana cresceu, em média, 0,91% a.a., ao passo que a população rural caiu ao ritmo de 2,3% a.a. Todos os municípios que o integram apresentaram êxodo rural no período, com maior expressividade em Taquaral de Goiás (-4,6% a.a.). Os municípios de Goiás, Guaraíta, Itaguaru, Itapirapuã e Mossâmedes alcançaram taxas negativas de crescimento populacional (rural e urbana). A queda mais intensa ocorreu em Itapirapuã (-2,8% a.a.). O município de Itaberaí demonstrou o maior crescimento médio do Território: média anual de 2,7% a.a.

Ilustração 13 – Mapa de localização do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, 2016



Acerca de alguns aspectos que elevam a qualidade de vida da população, do total de habitantes do TC Vale do Rio Vermelho, 99,6% residiam em domicílios com energia elétrica e 95,7% em domicílios estruturados com banheiro e água encanada no ano de 2010. Os municípios de Carmo do Rio Verde e Itaguaru registraram 100% da população atendida com energia elétrica e Itapirapuã registrou a menor proporção (97,9%). Em relação à existência de banheiro e água encanada, Mossâmedes obteve a maior parcela de assistidos (99,2%) e Heitorai apresentou o menor percentual de população atendida (67,4%). Em 2010, a mortalidade infantil foi a menor em Taquaral de Goiás, com 12,2 mortes a cada mil nascimentos. Já o maior número de mortes no primeiro ano de vida esteve em Córrego do Ouro (17,7). O IDHM do TC Vale do Rio Vermelho foi classificado como “IDHM alto”, uma vez que nove municípios que o integram obtiveram a mesma classificação: Carmo do Rio Verde, Goiás, Itaberaí, Itaguaru, Itapuranga, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana. O maior índice calculado esteve em Sanclerlândia (0,736). Os demais municípios foram categorizados como “IDHM médio”, com o menor índice em Itapirapuã (0,677).

Os dados sobre a educação demonstraram que a taxa de analfabetismo entre os adultos do TC Vale do Rio Vermelho era de 13,6 % no ano de 2010. A menor proporção de adultos analfabetos pertenceu a Itaberaí (11,1%) e o maior percentual esteve em Itapirapuã (17,7%). Em referência à probabilidade de continuidade dos estudos, o município de Heitorai apresentou a maior expectativa do Território, com prazo estimado de 11,7 anos de estudo. Contrariamente, em Taquaral de Goiás encontrou-se a menor expectativa: 8,2 anos. Os dados da educação superior indicaram que em 2010 o município de Goiás era o que possuía maior proporção de habitantes com ensino superior completo (10,8%), reflexo da presença, à época, de dois *campus* de universidades públicas no município: Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UEG). Atualmente, o município conta, ainda, com um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG). O município com menor percentual de habitantes com ensino superior foi Itaguaru (3,6%).

A renda média *per capita* calculada para o TC Vale do Rio Vermelho no ano de 2010 foi equivalente a 636,88 reais, cerca de 24,9% acima do salário mínimo vigente que era de 510 reais¹². O maior rendimento médio foi encontrado em Itaberaí (R\$ 773,67) e o menor em Guaraíta (R\$ 421,71). No entanto, foi em Itaberaí que a distribuição da renda ocorreu de maneira mais desigual, pois o Coeficiente de Gini equivaleu a 0,55. Itaguaru apresentou o menor

¹² Conforme Lei nº 12.255 de 15 de junho de 2010. A legislação pode ser acessada na íntegra no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12255.htm>.

Coeficiente de Gini do Território (0,39), sendo também um dos cinco municípios de Goiás com menor desigualdade na distribuição de renda. Em relação aos níveis de pobreza, no ano de 2010 O TC Vale do Rio Vermelho possuía cerca de 11,9% de sua população em situação de pobreza e extrema pobreza. O município de Guaraíta apresentou as maiores parcelas de população pobre (15,0%) e extremamente pobre (7,0%), o que evidencia quase um quarto da população – 523 habitantes – a sobreviver com renda inferior a 140,00 reais mensais. Em Taquaral de Goiás foram encontradas as menores proporções de indivíduos em situação de pobreza (4,0%) e extrema pobreza (0,7%).

Como enfrentamento à desigualdade e à pobreza, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou a, aproximadamente, 12,6 mil famílias do TC Vale do Rio Vermelho com um volume total de recursos de 19,7 milhões de reais. O município com maior número absoluto de famílias atendidas pelo PBF foi Itaberaí (17,6%) e o maior valor total de recursos foi repassado a Itapuranga (17,6%). Córrego do Ouro foi o município com menor número absoluto de beneficiários (1,4%), menor valor total repassado (1,2%) e menor valor médio recebido por família ao mês (R\$ 76,26). O maior valor médio mensal recebido por família esteve no município de Goiás (R\$ 106,29). Ao se considerar o tamanho médio das famílias, Guaraíta foi considerado o município de maior dependência do PBF, com estimativa de 30,5% da população como beneficiária do Programa em 2013. Córrego do Ouro permaneceu como município de menor parcela da população sendo beneficiada pelo PBF (18,9%).

O Produto Interno Bruto (PIB) do TC Vale do Rio Vermelho correspondeu a 1,97% do total estadual, a contabilizar cerca de 1,92 bilhão de reais. O município de Itaberaí alcançou o maior PIB do Território, com uma fatia de 30,8% do valor territorial gerada, principalmente, pelo setor agropecuário. O menor PIB do TC Vale do Rio Vermelho pertenceu a Guaraíta, responsável por 1,1% do total e, também, tendo como setor mais importante o agropecuário. A maior taxa média de crescimento anual do PIB esteve em Carmo do Rio Verde (10,0%) e a menor taxa pertenceu ao município de Goiás (1,3% a.a.).

Em 2006, o setor agropecuário do TC Vale do Rio Vermelho possuía cerca de 10,2 mil estabelecimentos agropecuários, cuja divisão demonstrou a maioria identificada como da “agricultura familiar” (71,2%). A área total destinada à atividade agropecuária correspondia à pouco mais de 1,0 milhão de hectares, equivalentes à 84,2% da extensão do Território, os quais, em maioria, pertenciam à “agricultura não familiar” (79,7%). O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários da “agricultura não familiar” era de 272,3 hectares, isto é, 8,7 vezes acima do tamanho calculado para a “agricultura familiar”, que era de 28,1 hectares.

Assim, é correto afirmar que ocorre má distribuição do uso da terra no TC Vale do Rio Vermelho. Em 2006, Goiás foi o município com maior número de estabelecimentos agropecuários (19,9%) e, também, com a maior quantidade de terras para o uso agropecuário (26,6%). Já a menor quantidade de propriedades pertenceu a Buriti de Goiás (1,7%) e menor área existia em Itaguari (1,1%), que também apresentou a divisão mais equânime da área entre as duas categorias: 49,7% foi usufruída pela “agricultura não familiar” e 50,3% estava destinada à “agricultura familiar”. Itapirapuã apresentou maior equilíbrio em relação à distribuição de seus 631 estabelecimentos agropecuários: 51,5% pertenciam à “agricultura não familiar” e 48,5% eram da “agricultura familiar”. O município de Taquaral de Goiás apresentou a menor diferença entre o tamanho médio: as propriedades da “agricultura não familiar” possuíam dimensão média de 120,3 hectares, 4,3 vezes o tamanho dos estabelecimentos “agricultura familiar”, que mediam 22,8 hectares.

No que tange à produção agrícola do TC Vale do Rio Vermelho, o valor total de toda a produção foi superior a 93,0 milhões de reais. O tipo de atividade agrícola mais rentável foi a lavoura temporária, cujo valor total produzido somou, aproximadamente, 63,8 milhões de reais em 2006. De acordo com o Quadro 07, o produto da lavoura temporária de maior relevância foi a cana-de-açúcar. Carmo do Rio Verde foi o município mais significativo no valor produzido pelo cultivo da cana-de-açúcar, sendo responsável por 37,8% do somatório final do Território.

A lavoura permanente gerou cerca de 28,7% do valor de produção, cujo cultivo de banana foi o de maior expressividade, sobretudo no município de Heitorai, que gerou 25,9% do valor de produção total deste item. A agroindústria rural do TC Vale do Rio Vermelho repetiu o comportamento dos Territórios analisados anteriormente: apresentou como principais produtos o queijo e o requeijão, os quais foram produzidos, em maior parte, em Carmo do Rio Verde (68,9%), que também foi responsável pela maior parcela do valor produzido pela pimenta (88,5%), produto da horticultura de maior significância para o TC Vale do Rio Vermelho.

Os dados de 2006 apontaram que a produção animal resultou em pouco mais de 81,7 milhões de reais para o TC Vale do Rio Vermelho e esteve altamente concentrada no leite de vaca (95,5%). Os demais produtos foram: ovos de galinha (3,7%) e mel de abelha (0,7%). O município com maior participação neste desempenho foi Goiás, responsável por 13,8% de todo o valor produzido pelo leite no Território. Goiás também foi o maior produtor de ovos de galinha (28,1%) e de mel de abelha (27,9%). O efetivo de rebanhos contou com quase 1,3 milhões de bovinos, 78,6 mil de suínos e 3,3 milhões de aves galináceas, que estavam localizados, em maioria, em Itapirapuã (19,3%) e Itaberaí (18,5% e 80,5%), respectivamente.

Quadro 07 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Vale do Rio Vermelho segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Pimenta	234	37,0
	Alface	142	22,4
	Milho verde (espiga)	79	12,5
	Abobrinha	44	7,0
	Couve	24	3,8
	Total	633	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	1.921	85,1
	Rapadura	93	4,1
	Carne de bovinos(verde)	85	3,8
	Farinha de mandioca	76	3,4
	Carne de suínos(verde)	67	3,0
	Total	2.258	100,0
Lavoura temporária	Cana-de-açúcar	18.761	29,4
	Milho em grão	13.576	21,3
	Milho forrageiro	6.550	10,3
	Melancia	5.168	8,1
	Tomate rasteiro	4.305	6,7
	Total	63.789	100,0
Lavoura permanente	Banana	19.545	74,4
	Maracujá	2.707	10,3
	Laranja	2.704	10,3
	Mamão	466	1,8
	Café arábica em grão	145	0,6
	Total	26.275	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Até o ano de 2010, o TC Vale do Rio Vermelho possuía 42 projetos de assentamento da Reforma Agrária, com capacidade para abrigar 1.252 famílias, percentual de ocupação igual a 95,8% e área total de pouco mais de 46,7 mil hectares, correspondentes a 4,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Território. Do quantitativo total de projetos de assentamento, o município de Goiás aglutinava 54,8%, sendo considerado como o município de maior número de áreas da Reforma Agrária do Estado de Goiás. Dentre eles está o Projeto de Assentamento Mosquito, segundo mais antigo do estado, criado em 17 de outubro de 1986, com capacidade de 43 parcelas e 100% de taxa de ocupação (INCRA, 2016).

Sumariamente, a análise estatística dos os dados socioeconômicos dos municípios integrantes do TC Vale do Rio Vermelho indicou que os dezesseis municípios possuem características semelhantes, sendo homogêneos na maioria de seus indicadores, com exceção da distribuição demográfica, dos valores da renda *per capita* e dos índices de pobreza. As informações econômicas denotaram baixa dinamização econômica em 81% dos municípios,

com ressalvas a Itaberaí, Carmo do Rio Verde e Goiás. Em resumo, pode-se considerar o município de Itaberaí como o centro dinamizador tanto das condições econômicas, quanto no âmbito social. Os municípios de Itapirapuã e Guaraíta foram considerados como deprimidos, a ressaltar maior necessidade da intervenção estatal para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento humano a partir das políticas públicas já existentes e novas que venham a atender gargalos específicos do Território, como a capacidade de atração e retenção de população, sobretudo rural.

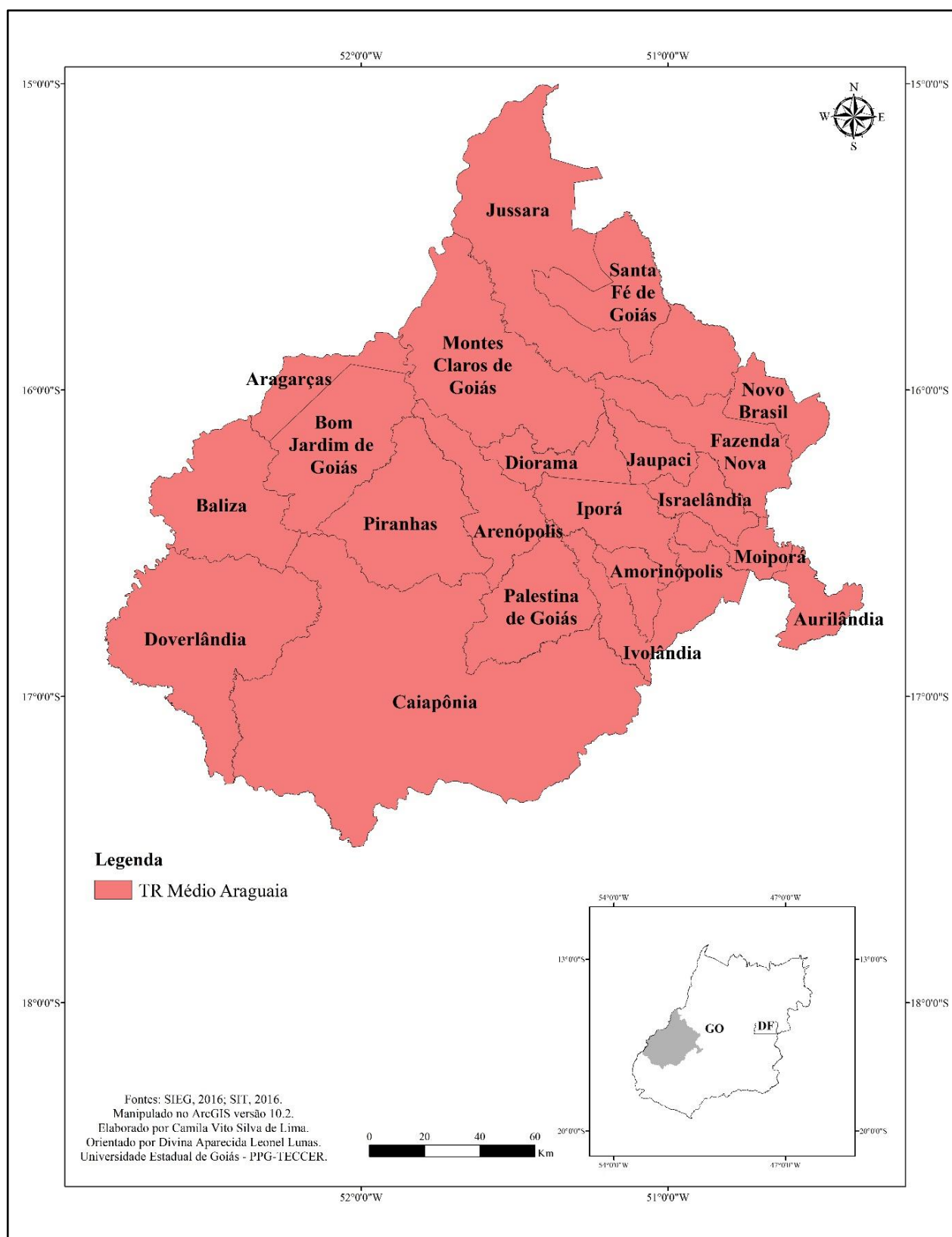
3.2.4 Território Rural Médio Araguaia

O TR Médio Araguaia está localizado na porção oeste do Estado de Goiás, com cinco de seus vinte e um municípios limítrofes ao Estado do Mato Grosso. Inserido em uma área total de 36.243,2 quilômetros quadrados é o maior tanto em quantidade de municípios quanto em extensão, se comparado aos Territórios criados em Goiás até 2013. De acordo com a Ilustração 14, os municípios que o integram são: Amorinópolis, Aragarças, Arenópolis, Aurlândia Baliza Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Piranhas e Santa Fé de Goiás.

O TR Médio Araguaia fora assim nomeado por fazer parte da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia. De acordo com Latrubesse e Stevaux (2002), a Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia possui área equivalente a 337 mil quilômetros quadrados, vazão de $6.420\text{m}^3/\text{s}$ e precipitação que varia entre 1,3 mil e 2 mil milímetros por ano. O Rio Araguaia, principal rio do Cerrado, possui extensão aproximada de 2 mil quilômetros e finaliza seu curso quando entra em confluência com o Rio Tocantins. É dividido em três partes: Alto, Médio e Baixo Araguaia. O Médio Araguaia possui quase 1,2 mil km e se estende desde o distrito de Registro do Araguaia, no município de Montes Claros de Goiás, até Conceição do Araguaia, no Estado do Pará. Neste trecho, seus principais afluentes são o Rio das Mortes, o Rio Vermelho e o Rio Crixás. (LATRUBESSE; STEVAUX, 2002).

Conforme o Censo Demográfico de 2010, o TR Médio Araguaia possuía população superior a 166 mil habitantes, com maioria residente nas áreas urbanas (77,3%), porém com distribuição desigual da população e baixa taxa de povoamento – 4,6 habitantes por quilômetro quadrado.

Ilustração 14 – Mapa de localização do Território Rural Médio Araguaia, 2016



O município mais populoso, do TR Médio Araguaia como também o mais povoado, foi Iporá, a concentrar 18,8% da população e a apresentar densidade demográfica igual a 30,5 habitantes por quilômetro quadrado. Moiporá detinha a menor população do Território (1,1%) e o município de Caiapônia, o menor grau de povoamento (1,9 hab/Km²) devido à sua grande extensão que correspondia a 23,8% da área total, sendo, portanto, o maior município do TR Médio Araguaia. Naquele ano, a maior parcela da população do Território estava alocada nas áreas urbanas (77,3%). Em âmbito municipal, Aragarças possuía o maior contingente urbano (96,2%) e Baliza a maior parte da população residente na zona rural (70,5%).

A taxa de crescimento da população durante o último interregno censitário revelou que o TR Médio Araguaia se manteve praticamente estável em seu quantitativo de habitantes, com variação negativa média de 0,02% anual. No entanto, houve êxodo rural ao longo do período 2000-2010. O município com maior taxa média anual de crescimento populacional foi Baliza (6,4%), que apresentou, ainda, aumento expressivo da população rural (12,0% a.a.). Contrariamente, a maior queda no crescimento demográfico total ocorreu em Arenópolis, com redução média de 1,8% a.a., e o êxodo rural se manifestou em maior intensidade no município de Aurilândia: queda média de 2,65% a.a. Entretanto, cerca de 47,6% dos municípios do TR Médio Araguaia perderam população tanto urbana, quanto rural. São eles: Amarinópolis, Arenópolis, Aurilândia, Doverlândia, Fazenda Nova, Israelândia, Jussara, Moiporá, Novo Brasil e Piranhas.

Em relação à quantidade de habitantes em domicílios abastecidos com energia elétrica, banheiro e água encanada, o TR Médio Araguaia apresentou, em 2010, 98,4% de população atendida com energia elétrica e 94,2% de residentes em domicílios com banheiro e água encanada. O município de Ivolândia detinha a maior proporção de população residente em domicílios com energia elétrica (99,9%) e a menor proporção esteve em Baliza (91,5%), que também apresentou o menor percentual de habitantes atendidos com banheiro e água encanada (73,4%). Iporá foi o município com maior parcela da população residente em domicílios com banheiro e água encanada (99,1%). No que diz respeito à mortalidade infantil, Montes Claros de Goiás apresentou a maior quantidade de mortes durante o primeiro ano de vida (15,5 mortes a cada mil nascimentos) e Piranhas o menor valor, com 12 mortes a cada mil nascimentos. O IDHM, indicador amplo de qualidade de vida, revelou que o TR Médio Araguaia possuía alto desenvolvimento humano, com IDHM equivalente a 0,713. A mesma classificação foi obtida por onze de seus municípios integrantes, liderados por Iporá e Jussara, ambos com IDHM igual

a 0,743. Os demais índices foram classificados como “IDHM médio” e o valor mais baixo pertenceu a Baliza (0,655).

As estatísticas educacionais revelaram que, em 2010, o TR Médio Araguaia detinha 14,1% de adultos analfabetos, expectativa de anos de estudo quando do ingresso na escola de cerca de 10,4 anos e 6,8% de pessoas com ensino superior completo. Em nível municipal, Amorinópolis apresentou a maior taxa de analfabetismo (19,4%) e a menor taxa esteve em Aragarças (9,7%). A maior probabilidade de tempo de estudo esteve em Diorama, com quase 11,7 anos e a menor pertenceu a Fazenda Nova, cuja expectativa foi de, aproximadamente, 9 anos de estudo. Em relação ao percentual de indivíduos com ensino superior completo, Piranhas apresentou a maior parcela do Território (10,1%) e Novo Brasil a menor proporção (4,7%).

Em 2010, a renda média mensal *per capita* do TR Médio Araguaia esteve 27,2% acima do salário mínimo estipulado para o ano, com valor de 648,74 reais. O Coeficiente de Gini revelou desigualdade na distribuição da riqueza no Território. A renda média mais elevada esteve no município de Jussara, cujo desempenho esteve cerca de 46,6% acima do valor territorial: quantia *per capita* igual a 951, 07 reais. O valor mais baixo foi encontrado em Baliza (R\$ 365,35), que correspondia a apenas 56,3% do rendimento médio do TR Médio Araguaia. Embora possua a maior renda, Jussara apresentou a riqueza mais concentrada de todo o Território, uma vez que o Coeficiente de Gini municipal foi equivalente a 0,66. Em oposição, Palestina de Goiás alcançou o menor grau de desigualdade (0,38) – segundo menor Coeficiente de Gini de Goiás. A má distribuição da riqueza redundou em maiores índices de pobreza. Baliza apresentou o segundo maior Coeficiente de Gini (0,58) e os maiores percentuais de pobres (34,0%) e extremamente pobres (24,4%). Os menores índices de pobreza estiveram em Santa Fé de Goiás, cujo percentual de pobres era 3,2% e de extremamente pobres 1,0%.

Em 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou a, aproximadamente, 12,4 mil famílias do TR Médio Araguaia e destinação de recursos financeiros da ordem de 19,2 milhões de reais. A maior quantidade absoluta de famílias beneficiárias esteve em Jussara (12,2%), porém o município que recebeu o maior volume de dinheiro foi Aragarças (13,6%). Já em Moiporá esteve o menor quantitativo de famílias atendidas (0,7%) e o menor valor total recebido (0,8%), em termos absolutos. Em relação à proporção estimada de população beneficiária, Baliza apresentou a maior quantidade estimada de pessoas favorecidas pelo PBF (37,7%) e Iporá revelou a menor participação estimada (11,4%). O valor médio mensal recebido por família foi mais elevado em Jaupaci (R\$ 176, 21) e mais baixo pertenceu à Aurilândia (R\$ 104,34).

No ano de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do TR Médio Araguaia esteve próximo de 1,91 bilhão de reais, o que significou uma participação de 1,96% no PIB total de Goiás. Individualmente, o maior PIB foi obtido por Caiapônia (15,8%), incentivado, majoritariamente, pelo setor agropecuário. O município de Moiporá apresentou o menor PIB do Território (1,1%) também impulsionado pelo primeiro setor. Em relação ao crescimento médio anual, Baliza obteve a maior taxa média: elevação de 6,6% ao ano entre 2000 e 2010. O menor ritmo de crescimento pertenceu a Aurilândia, com taxa de crescimento médio negativa de -0,6% a.a.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, a quantidade de estabelecimentos existentes no TR Médio Araguaia era superior a 11,8 mil, localizados em uma área total de cerca de 3,1 milhões de hectares, correspondentes a 84,4% de toda a extensão do Território. A maior parte dos estabelecimentos foram classificados como pertencentes à “agricultura familiar”, isto é, 62,1%, cujo tamanho médio calculado era de 47,4 hectares. Já as propriedades categorizadas como “agricultura não familiar”, embora em minoria quantitativa, ocupavam 88,9% de todas as terras destinadas à atividade agropecuária do TR Médio Araguaia e tamanho médio por estabelecimento de 620,3 hectares, valor onze vezes superior ao da “agricultura familiar” e que revela a concentração de terras existente no Território em questão. O município com maior número de estabelecimentos agropecuários, bem como a maior área a eles reservada foi Caiapônia (10,3% e 20,3%, respectivamente). Aragarças revelou o menor número de propriedades (1,4%) e Amorinópolis possuía a menor área de exploração (1,2%). A menor discrepância entre o tamanho médio das propriedades esteve em Iporá, cujo tamanho médio dos estabelecimentos da “agricultura não familiar” foi cerca de cinco vezes maior que os da “agricultura familiar”. A maior diferença foi encontrada em Jussara, onde a propriedade da “agricultura não familiar” era, em média, vinte e oito vezes superior à unidade da “agricultura familiar”.

A produção agrícola do TR Médio Araguaia para o ano de 2006 encontra-se detalhada no Quadro 08. Naquele ano, o valor total da produção agrícola equivaleu a cerca de 153,8 milhões de reais. A categoria de maior relevância para o referido território foi a lavoura temporária que foi responsável por 96,5% de todo o valor gerado na produção vegetal, com destaque para a produção de soja em grão. O maior produtor de soja do TR Médio Araguaia foi Caiapônia (71,3%).

Em seguida, a agroindústria rural aparece como a segunda maior fonte de valor de produção, liderada pela fabricação de derivados lácteos (queijo e requeijão). O município de Piranhas foi sobressalente neste quesito, responsável por 50,4% do valor de produção de queijo

e requeijão. A lavoura permanente teve como principal produto a banana, cujo município com maior nível de produção foi Santa Fé de Goiás (25,8%). A alface foi o produto mais importante da horticultura do TR Médio Araguaia, sendo produzida com maior expressividade em Iporá (77,8%).

Quadro 08 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Médio Araguaia segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Alface	212	29,8
	Tomate	67	9,4
	Abobrinha	48	6,7
	Milho verde (espiga)	40	5,6
	Pimenta	30	4,2
	Total	712	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	915	36,9
	Carne de bovinos	703	28,3
	Carne de suínos	462	18,6
	Carne de outros animais	189	7,6
	Rapadura	86	3,5
	Total	2.481	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	55.775	42,5
	Milho em grão	22.069	16,8
	Algodão herbáceo	21.535	16,4
	Feijão de cor em grão	7.308	5,6
	Cana-de-açúcar	4.145	3,2
	Total	131.090	100,0
Lavoura permanente	Banana	859	55,0
	Palmito	88	5,6
	Café arábica em grão	34	2,2
	Coco-da-baía	30	1,9
	-	-	-
	Total	1.561	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A produção de origem animal resultou em, aproximadamente, 104 milhões de reais para o TR Médio Araguaia. Deste total, 97,6% foram da produção de leite de vaca, 2,2% vieram da produção de ovos de galinha e 0,2% da produção de mel de abelha. Piranhas foi o município com maior valor de produção do leite de vaca (10,6%) e Iporá foi o município com maior valor de produção de ovos de galinha (19,7%) e de mel de abelha (44,8%). O efetivo de rebanhos contou com mais de 2,7 milhões de bovinos e 96,0 mil suínos, ambos com maior incidência em Caiapônia (15,1% e 9,4%, respectivamente) e 575 mil de aves galináceas, alocadas em maior quantidade no município de Iporá (12,0%).

Em 2010, o TR Médio Araguaia possuía 59 projetos de assentamento da Reforma Agrária que abrigavam 2.542 famílias, ou seja, 91,0% de ocupação. Estes projetos possuíam área total de quase 148 mil hectares que correspondiam a 4,7% de toda a área destinada ao setor agropecuário no Território. Doverlândia apresentou o maior quantitativo de projetos de assentamento, a concentrar 27,1% do total territorial. Os municípios de Amorinópolis, Arenópolis, Aurilândia, Diorama, Israelândia, Ivolândia, Moiporá e Montes Claros de Goiás não possuíam projetos de assentamento da Reforma Agrária em seu domínio até aquele ano.

Em resumo, a análise estatística dos indicadores do TR Médio Araguaia apontou seus municípios, majoritariamente, heterogêneos, com elevado coeficiente de variação sobretudo em relação aos dados demográficos, educacionais e econômicos. As informações relativas à infraestrutura básica dos domicílios e de qualidade de vida apresentaram maior grau de semelhança entre os vinte e um municípios. Iporá, município popularmente conhecido como a capital do oeste de Goiás, pode ser considerado como o centro dinamizador tanto social, quanto econômico do TR Médio Araguaia. Em âmbito apenas econômico, além de Iporá, Piranhas e Caiapônia se apresentam como dinâmicos. Em situação adversa, os municípios de Amorinópolis, Aurilândia, Baliza e Moiporá podem ser classificados como deprimidos, sobretudo Baliza, e carecem da maior intervenção do Estado para melhorar o padrão de vida de seus habitantes.

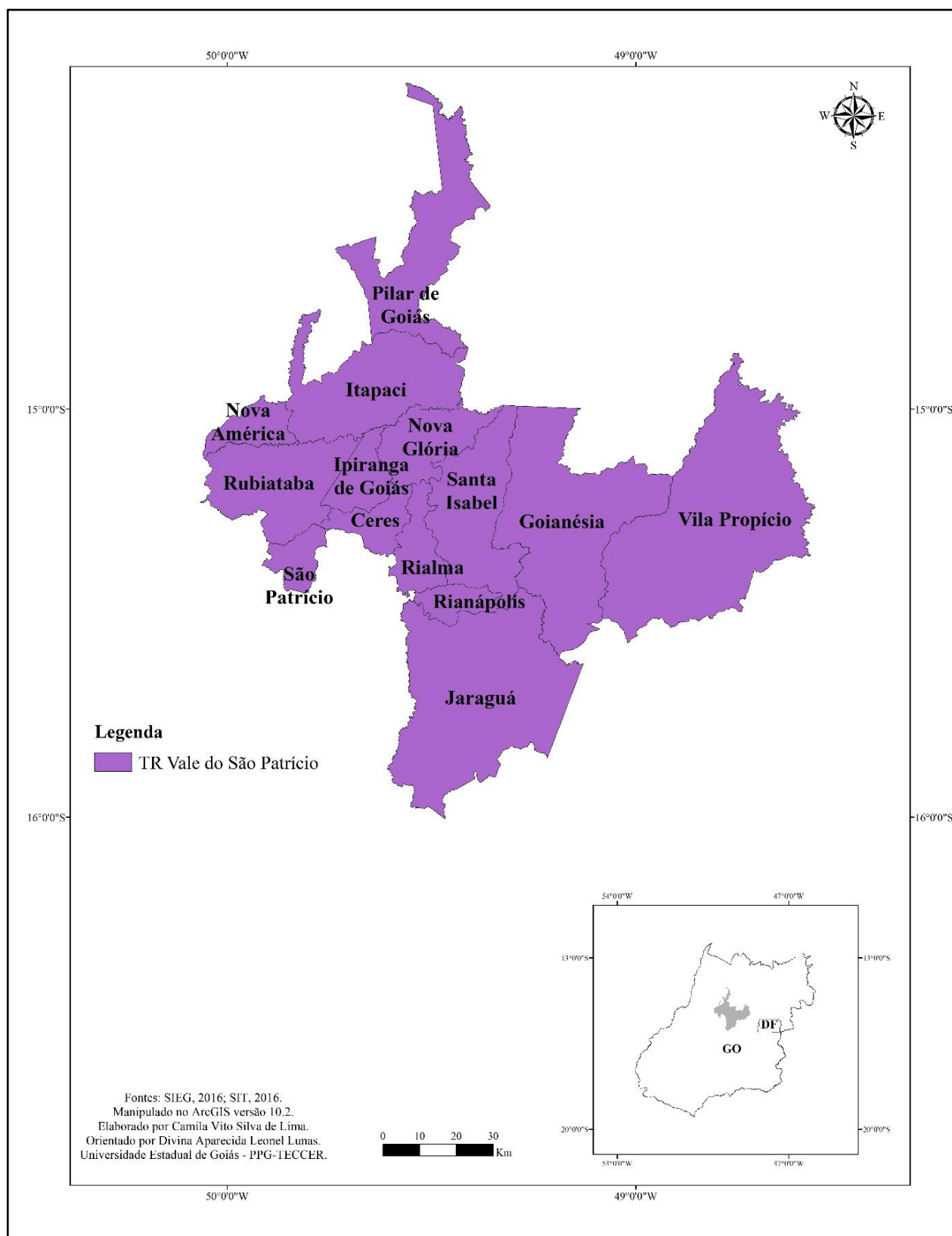
3.2.5 Território Rural Vale do São Patrício

O TR Vale do São Patrício está localizado na região centro-norte do Estado de Goiás, em uma área de 10.677,1 quilômetros quadrados, a partir da integração dos seguintes municípios: Ceres, Goianésia, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Jaraguá, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, São Patrício e Vila Propício, conforme recorte territorial disponibilizado na Ilustração 15.

A designação do TR Vale do São Patrício está atrelada à localização de seus municípios, cuja maioria pertence à Região do Vale do São Patrício¹³, aglomerado de vinte e dois municípios que se formaram em virtude da criação, em 1941, da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), no contexto da “Marcha para o Oeste” do Governo Getúlio Vargas.

¹³ Também identificados como Microrregião de Ceres.

Ilustração 15 – Mapa de localização do Território Rural Vale do São Patrício, 2016



A CANG deu origem ao atual município de Ceres e localizava-se numa área de mata com cerca de 20 quilômetros quadrados entre o Córrego Grande, o Rio Verde e o Rio São Patrício, nos arredores da margem esquerda do Rio das Almas, já conhecida à época como Vale do São Patrício. A região foi umas das pioneiras no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro em Goiás, embora, nos dias atuais, possua atividades econômicas diversas, como a prestação de serviços de saúde e educação e o polo de confecções (ÁVILA, 2009). Dos catorze municípios integrantes do TR Vale do São Patrício, apenas dois não pertencem oficialmente à Região do Vale do São Patrício: Jaraguá e Vila Propício.

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, o TR Vale do São Patrício possuía população total próxima a 202 mil habitantes, cuja maioria era residente nas zonas urbanas (84,9%) e estavam concentrados em apenas dois municípios (50,3%): Goianésia e Jaraguá, sendo o primeiro o de maior população – quase 60 mil habitantes. O menor contingente demográfico esteve no município de São Patrício, que abrigava 1,0% de toda a população do Território. Em relação à distribuição da população, Ceres apresentou 95,5% de seus habitantes na porção urbana do município, em contraste com Vila Propício, que possuía a maior proporção de residentes rurais do TR Vale do São Patrício: cerca de 70,8%. Ainda, Vila Propício possui a maior área dentre os demais municípios, a abranger 20,4% da extensão geográfica do Território e obteve a menor taxa de povoamento, com apenas 2,4 habitantes por quilômetro quadrado. A maior densidade demográfica pertenceu à Ceres, com 96,7 habitantes por quilômetro quadrado e o menor município, em questão de tamanho, é Rianápolis, com área igual a 1,5% do total territorial.

Entre os anos 2000 e 2010, o TR Vale do São Patrício apresentou taxa de crescimento demográfico total positiva, com média de elevação anual de 1,3%. No entanto, verificou-se a ocorrência de êxodo rural, a partir de uma redução média de 2,2% ao ano na população rural. Tal queda somente não ocorrera no município de Vila Propício, que apresentou média de crescimento da população rural da ordem de 1,0% ao ano. Em Ceres a redução média anual dos habitantes rurais esteve próxima a 7,7%. Em relação à população urbana, todos os municípios do Território apresentaram taxas positivas de crescimento, sendo a mais expressiva em Jaraguá (4,3% a.a.). Em geral, no período especificado, Itapaci obteve a maior taxa de crescimento populacional total (3,25% a.a.) e Pilar de Goiás obteve a menor taxa média de crescimento (-1,7% a.a.).

A oferta de serviços públicos de infraestrutura mínima ocorreu de maneira equânime no TR Vale do São Patrício, que em 2010 possuía 99,5% de seus habitantes residentes em

domicílios com energia elétrica e 94,6% de residências com banheiro e água encanada. Em âmbito municipal, Rianópolis alcançou a maior proporção de residentes atendidos com energia elétrica (99,9%) e Ipiranga de Goiás obteve o maior percentual de domicílios com banheiro e água encanada (98,5%). Já o município de Pilar de Goiás atingiu as menores proporções em ambos os quesitos (96,0% e 85,1%, respectivamente). Em 2010, a mortalidade infantil do TR Vale do São Patrício esteve abaixo do nível estadual: cerca de 13,2 mortes no primeiro ano de vida, número acima do menor indicador do Território, que pertenceu a Itapaci (12,4). O maior número de mortes a cada mil nascimentos pertenceu a Nova América (16,5). Como termômetro para o nível de bem-estar, o IDHM demonstrou que o TR Vale do São Patrício possui alto grau desenvolvimento humano, desempenho repetido por cinco municípios que somados aglutinavam 128,1 mil pessoas: Ceres, Goianésia, Itapaci, Rialma e Rubiataba. Ceres alcançou o maior IDHM do Território (0,775), bem como o segundo maior índice do estado, abaixo apenas do resultado da capital Goiânia. Contrariamente, Vila Propício foi classificado com “IDHM médio”, com índice igual a 0,634 – o menor do TR Vale do São Patrício.

Em relação à educação, o TR Vale do São Patrício possuía em 2010 taxa de analfabetismo igual a 11,4%, expectativa de anos de estudo igual a 10,2 anos e 6,8% de adultos com ensino superior completo. Os dados municipais revelaram que a menor taxa de analfabetismo pertenceu à Ceres (8,0%), assim como o maior percentual de concluintes do ensino superior (11,2%). A maior expectativa de anos de estudo quando do ingresso na escola esteve em Rubiataba (11,2 anos) e a menor em Jaraguá (9,3 anos). O maior percentual de adultos analfabetos pertenceu a Vila Propício (20,8%), como também a menor proporção de adultos acima de 25 anos com graduação completa (2,9%).

No que diz respeito à renda e sua distribuição, em 2010 o rendimento médio *per capita* do TR Vale do São Patrício foi de 643,32 reais, quantia 25,6% abaixo da maior renda encontrada, que pertenceu à Ceres (R\$ 865,23) e 60,1% acima do menor valor conhecido, que pertenceu à Vila Propício (R\$ 401,84). O Coeficiente de Gini do TR Vale do São Patrício foi equivalente a 0,47, o que, em geral, denota desigualdade na distribuição da riqueza. O mesmo índice apontou que a maior desigualdade do Território esteve em Itapaci (0,56) e a distribuição de riqueza mais equilibrada pertenceu à Nova América (0,37), cujo Coeficiente de Gini foi o menor do Território e também de Goiás. Acerca do nível de pobreza, aproximadamente 9,4% da população do TR Vale do São Patrício vivia em situação de pobreza e extrema pobreza em 2010. De modo particular, Vila Propício e Pilar de Goiás foram os municípios com maior parcela de pobres (19,8%) e de extremamente pobres (12,4%), respectivamente. O menor

percentual de pobres esteve em Ceres (4,4%) e a menor proporção de extremamente pobres esteve em Rialma (0,4%).

O TR Vale do São Patrício recebeu, em 2013, quantia total superior a 20,5 milhões de reais para atendimento a quase 13 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Destes somatórios, o maior contingente de famílias beneficiadas (23,5%) e o maior volume financeiro recebido (24,4%) pertenceu ao município de Jaraguá. Já a menor quantidade de famílias beneficiadas (1,5%) e a menor quantidade de recursos (1,3%) pertenceu ao município de Nova América. Em termos relativos, o município de Pilar de Goiás possuía a maior parcela da população beneficiária do PBF (34,9%) e a menor parcela de beneficiários foi encontrada em Goianésia (14,7%). Vila Propício apresentou o maior valor médio mensal recebido por família (R\$ 142,16) e Rubiataba deteve o menor valor (R\$ 115,56).

Dos Territórios Rurais e da Cidadania em Goiás, o TR Vale do São Patrício obteve o mais elevado Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, correspondente a 2,18% do PIB estadual e com valor superior a 2,1 bilhões de reais. Entre os municípios que o compõem, o PIB mais elevado foi gerado em Goianésia (31,3%), com maior participação do setor de serviços. O PIB de menor cifra esteve no município de São Patrício (0,9%), que teve como principal setor o agropecuário. Acerca do crescimento médio anual entre 2000 e 2010, o PIB de Vila Propício cresceu a uma taxa média anual de 10,0%. Já em Nova Glória houve decréscimo no valor do PIB a uma taxa média anual de -5,1%.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontaram que o TR Vale do São Patrício possuía quase 7,4 mil estabelecimentos agropecuários naquele ano, sendo 68,2% deles categorizados como da “agricultura familiar”. A área total de todos os estabelecimentos era equivalente a, aproximadamente, 854,7 mil hectares, a recobrir 80,1% de toda a extensão geográfica do Território. A distribuição das terras ocorreu de modo desigual, uma vez que 82,8% das áreas destinadas à atividade agropecuária pertencia à categoria da “agricultura não familiar”. O tamanho médio das propriedades esteve distribuído do seguinte modo: cerca de 300,8 hectares para a “agricultura não familiar” e 29,2 hectares para a “agricultura familiar”, número nove vezes menor que a primeira. Em âmbito municipal, o maior quantitativo de estabelecimentos esteve em Jaraguá (21,2%) e o menor em Rianápolis (1,8%). Em relação à área, Vila Propício possuía a maior disponibilidade de terras para o cultivo (19,9%) e a menor pertenceu ao município de São Patrício (1,8%). A maior discrepância entre o tamanho médio esteve em Vila Propício, cujo tamanho dos estabelecimentos da “agricultura não familiar” foi cerca de doze vezes superior se comparados aos da “agricultura familiar”. Em oposição, a

menor diferença entre os tamanhos médios de ambas as categorias foi encontrada em Ceres: as terras da “agricultura familiar” eram cerca de cinco vezes menores que as da “agricultura não familiar”.

Em 2006, o TR Vale do São Patrício contabilizou cerca de 226,6 milhões de reais por meio da produção agrícola. Os principais itens da produção e seus respectivos valores encontram-se detalhados no Quadro 09. A lavoura temporária foi a categoria da atividade agrícola de maior importância para o referido Território, sendo responsável por 96,7% de todo o valor produzido naquele ano. O principal produto foi a cana-de-açúcar, produzida em maior quantidade pelo município de Vila Propício (38,4%).

Quadro 09 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TR Vale do São Patrício segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Repolho	1.048	43,7
	Milho verde (espiga)	285	11,9
	Abobrinha	192	8,0
	Alface	173	7,2
	Tomate	107	4,5
	Total	2.400	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	1.038	86,0
	Rapadura	86	7,1
	Farinha de mandioca	59	4,9
	Arroz em grão	24	2,0
	-	-	-
	Total	1.207	100,0
Lavoura temporária	Cana-de-açúcar	121.151	55,3
	Soja em grão	42.288	19,3
	Milho em grão	11.726	5,4
	Milho forrageiro	5.535	2,5
	Cana forrageira	3.257	1,5
	Total	219.040	100,0
Lavoura permanente	Banana	2.452	61,6
	Maracujá	1.277	32,1
	Coco-da-baía	66	1,7
	Café arábica em grão	3	0,1
	-	-	-
	Total	3.978	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A lavoura permanente foi a segunda categoria de maior relevância para o TR Vale do São Patrício, a ostentar a banana como o produto mais importante da categoria, cuja maior ocorrência se deu em Jaraguá (86,6%). Em relação à horticultura, o principal produto foi o

repolho, cultivado e comercializado quase exclusivamente por Rialma (99,9%). A agroindústria rural apresentou maior expressividade no processamento de queijo e requeijão, com maior produção em Pilar de Goiás (43,4%).

O valor total da produção animal do TR Vale do São Patrício em 2006 foi equivalente a pouco mais de 64,2 milhões de reais e apresentou-se concentrada em apenas dois itens no ano: leite de vaca (97,7%), o qual foi produzido em maior parte pelo município de Jaraguá, (20,4%) e ovos de galinha (2,2%), produzido em maior quantidade em Ceres (17,2%). Em relação aos rebanhos, o TR Vale do São Patrício possuía: 794,8 mil cabeças de bovinos, alocados em maior quantidade no município de Jaraguá (22,1%); cerca de 45,1 mil cabeças de suínos, com maior presença em Goianésia (20,7%); e, 334,5 mil cabeças de aves galináceas, cujo município de maior plantel foi, também, Jaraguá (20,9%).

Em 2010, estavam instalados no TR Vale do São Patrício 13 projetos de assentamento da Reforma Agrária em um espaço superior a 49,6 mil hectares, que correspondiam a 4,6% da área total destinada à atividade agropecuária. Estes projetos abrigavam 726 famílias, o que representou o percentual de ocupação igual a 94,8%. O município com maior quantidade de projetos de assentamento do TR Vale do São Patrício foi Vila Propício, com 38,5% do total. Já os municípios de Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá, Nova América, Pilar de Goiás, Rianápolis, Rubiataba, São Patrício não possuíam nenhum projeto de assentamento da Reforma Agrária até aquele ano.

Ainda, é interessante ressaltar que o TR Vale do São Patrício possui em seus domínios a Área Indígena Carretão, também conhecida como “Fazenda dos Tapuios”, de tamanho total equivalente a 1.743 hectares e localizada entre os municípios de Rubiataba e Nova América. Os tapuios são um povo originado de quatro grupos indígenas: os Xavante, os Xerente, os Kayapó, e os Karajá e também de escravos fugitivos. Em 2006, a reserva indígena contabilizava 180 habitantes. (MOURA, 2006).

Sumariamente, a avaliação estatística dos dados socioeconômicos do TR Vale do São Patrício expôs a heterogeneidade de seus municípios integrantes e revelou certo grau semelhança apenas nos quesitos de infraestrutura básica e IDHM. Como municípios de melhores condições de vida destacam-se Ceres, Jaraguá e Goianésia, os dois últimos com elevado grau de dinamização econômica e o primeiro com os indicadores sociais acima dos padrões estaduais. Em contraste, os municípios de Pilar de Goiás, São Patrício e Vila Propício foram considerados como muito deprimidos, sendo fortemente dependentes dos municípios

centrais e da presença estatal a fim de produzirem desenvolvimento econômico e humano, o que justifica a maior implementação de políticas públicas nestes locais.

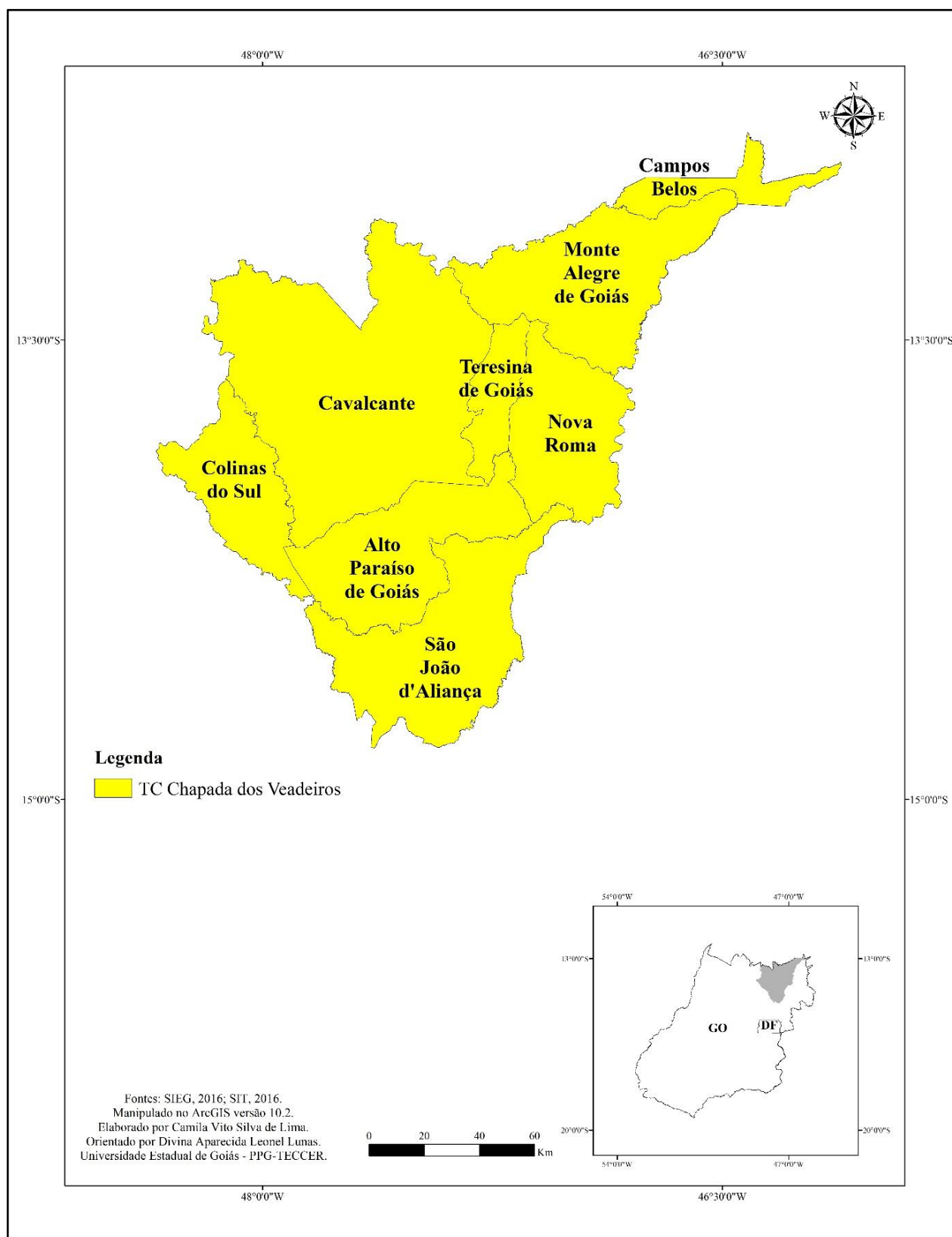
3.2.6 Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros

O TC Chapada dos Veadeiros possui a mesma formação que a Microrregião da Chapada dos Veadeiros e abarca oito municípios localizados na região nor-nordeste de Goiás, quais são: Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás, conforme Ilustração 16. A área do TC Chapada dos Veadeiros corresponde a 21.337,7 quilômetros quadrados – 6,3% de Goiás.

Recebeu sua denominação em virtude da existência da Chapada dos Veadeiros que, segundo Barbosa (2008), faz parte da Serra Geral do Paranã, sendo seu ponto mais elevado. O domínio territorial da Chapada atinge, direta e indiretamente, os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás, uma vez que estes podem estar inclusos na própria Chapada ou fazer parte de suas encostas ou entornos. A Chapada dos Veadeiros possui altitude que varia entre 800 e 1650 metros e abriga o ponto mais elevado de Goiás, a Serra do Pouso Alto, com 1.676 metros, no município de Alto Paraíso de Goiás. Como tentativa de conservação da biodiversidade local, em 1961 foi criado o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 625 mil hectares. (BARBOSA, 2008). Em 2001, foi tombado como Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, atualmente, protege uma área superior a 240,6 mil hectares de Cerrado e está localizado entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante (ICMBIO, 2016).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população total do TC Chapada dos Veadeiros foi equivalente a, aproximadamente, 62,7 mil habitantes, com maioria residente em domicílios urbanos (67,2%), tendência repetida na maior parte dos municípios do Território com exceção de Monte Alegre de Goiás e Nova Roma, que possuem maior proporção de habitantes em domicílios rurais (59,1% e 58,9%, respectivamente). O município que apresentou o maior percentual de população urbana foi Campos Belos (88,0%), que também foi o município mais populoso naquele ano (29,4%). Já Teresina de Goiás obteve o menor quantitativo de habitantes do TC Chapada dos Veadeiros (4,8%).

Ilustração 16 – Mapa de localização do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, 2016



Em relação à distribuição da população no espaço, o TC Chapada dos Veadeiros apresentou baixo povoamento: 2,9 habitantes por quilômetro quadrado, o menor entre os demais Territórios criados em Goiás. O município mais povoado foi Campos Belos (25,4 hab./Km²) e o menos povoado foi Cavalcante (1,4 hab./Km²), valores que podem ser explicados pela extensão de ambos os municípios, pois Cavalcante é o maior do Território, a ocupar 32,6% de toda a área e Campos Belos possui a menor área, correspondente a 3,4% do total territorial.

Acerca do crescimento demográfico, entre os anos 2000 e 2010, o TC Chapada dos Veadeiros apresentou taxa positiva de crescimento populacional nas áreas urbanas e taxa negativa nas áreas rurais, com exceção dos municípios de Monte Alegre de Goiás, São João d'Aliança e Teresina de Goiás. São João d'Aliança alcançou a maior taxa média de crescimento anual da população rural (3,9%) e Colinas do Sul, ao contrário, apresentou a maior queda relativa em seu número de habitantes rurais: média de -3,1% ao ano. O município com maior taxa de crescimento de população urbana foi, também, São João d'Aliança, com elevação média anual de 5,2 % ao ano e a menor média de crescimento foi encontrada em Nova Roma (-0,7%% a.a.).

Em 2010, a energia elétrica esteve presente em 88,8% das residências existentes no TC Chapada dos Veadeiros e 83,39% possuíam banheiro e a água encanada. São João d'Aliança apresentou a maior proporção de domicílios com energia elétrica (98,3%) e Alto Paraíso de Goiás o maior percentual de habitantes residentes em domicílios com banheiro e água encanada (91,6%). Os menores percentuais de residentes com acesso à energia elétrica, banheiro e água encanada foi Cavalcante: 57,6% e 61,8%, respectivamente. Cavalcante também apresentou o maior valor da mortalidade infantil do Território: 15,4 mortes a cada mil nascimentos. O menor resultado da mortalidade infantil esteve em Alto Paraíso de Goiás e em Colinas do Sul (14,3). O IDHM do TC Chapada dos Veadeiros foi classificado como “médio” no ano de 2010, desempenho repetido por seis municípios que o integram. O maior IDHM pertenceu a Alto Paraíso de Goiás (0,713) – o único do Território tido como “alto”. O menor IDHM, classificado como “baixo”, foi apresentado pelo município de Cavalcante.

Os dados educacionais revelaram que a taxa de analfabetismo do TC Chapada dos Veadeiros foi uma das mais elevadas entre os Territórios induzidos em Goiás no ano de 2010, equivalente a 19,4% da população adulta. Alto Paraíso de Goiás foi o município com a menor proporção de adultos analfabetos (12,1%), enquanto que Cavalcante apresentou a maior taxa de analfabetismo do Território (29,3%). A maior probabilidade de tempo dedicado aos estudos esteve em Campos Belos, com expectativa de 9,8 anos. A menor expectativa de anos de estudo

pertenceu a Monte Alegre de Goiás (8,0 anos). Em relação à proporção de adultos com ensino superior, Alto Paraíso de Goiás apresentou o maior percentual (11,4%), enquanto Nova Roma obteve o menor valor (3,1%).

Em referência aos valores médios da renda, a forma de distribuição e os níveis de pobreza, em 2010 o TC Chapada dos Veadeiros apresentou rendimento médio *per capita* de 445,04 reais, Coeficiente de Gini equivalente a 0,57 que demonstrou concentração de riqueza e 40,7% dos habitantes em situação de pobreza e extrema pobreza. Em âmbito municipal, Alto Paraíso de Goiás apresentou os maiores resultados nestes quesitos: renda média *per capita* de 719,11 reais, Coeficiente de Gini igual a 0,65, com má distribuição da riqueza e parcela de pobres igual a 17,2% e de extremamente pobres equivalente a 5,3%. O menor rendimento médio *per capita* pertenceu a Monte Alegre de Goiás (R\$ 317,66) e a menor concentração de riqueza esteve em Nova Roma, onde o Coeficiente de Gini foi igual a 0,44. O município de Cavalcante obteve 71,1% de habitantes em situação de pobreza e extrema pobreza, com 43,0% da população sobrevivendo com renda entre 140 reais e 70 reais mensais e 28,1% de pessoas sobrevivendo com menos de 70 reais mensais.

O Programa Bolsa Família destinou (PBF), em 2013, quase 14 milhões de reais ao TC Chapada dos Veadeiros para atendimento de cerca de 7,8 mil famílias. Naquele ano, o município com maior número de famílias beneficiárias (28,3%), bem como do maior valor total recebido (23,9%) foi Campos Belos que, contudo, obteve o menor valor médio mensal por família (R\$ 125,97). O menor quantitativo de famílias atendidas pelo PBF foi Colinas do Sul (5,7%), Nova Roma recebeu o menor volume de recursos (6,5%) e Teresina de Goiás alcançou o maior valor médio recebido por família: 189,08 reais por mês. Os valores de participação relativa revelaram que Teresina de Goiás possuía a maior estimativa de população beneficiária, com 53,8% dos habitantes dependentes do Programa. Contrariamente, em Alto Paraíso de Goiás encontrou-se o menor percentual estimado de população beneficiária (28,2%).

O Produto Interno Bruto (PIB) do TC Chapada dos Veadeiros correspondeu, no ano 2010, à 0,75% do PIB goiano, com resultado total de pouco mais de 733,8 milhões de reais. O setor com maior criação de Valor Adicionado Bruto (VAB) do Território é o de serviços, sobretudo devido ao potencial turístico dos municípios que dele fazem parte. Cavalcante alcançou o PIB mais elevado em 2010, correspondente a 41,7% do PIB territorial, cujo setor de maior expressividade foi o industrial, sustentado pela extração de minerais, sobretudo o manganês. Em contrapartida, Teresina de Goiás obteve o menor PIB do TC Chapada dos Veadeiros em 2010, equivalente a 2,2% do total, com o setor da Administração Pública como

o motor da economia local. Em relação à evolução do PIB, o município de Cavalcante também apresentou a maior taxa média de crescimento (13,4%) e Colinas do Sul, em oposição, teve a menor elevação média anual.

Em 2006, conforme o Censo Agropecuário, o TC Chapada dos Veadeiros possuía, aproximadamente, 4,5 mil estabelecimentos agropecuários, distribuídos em mais de 1,2 milhões de hectares, correspondentes a 57,3% da área total do Território. O uso da terra estava distribuído de forma desigual, uma vez que a “agricultura não familiar” ocupava 85,8% da área destinada à atividade agropecuária, mas possuía apenas 25,6% das propriedades; já a “agricultura familiar” dispunha de 14,2% da terra, porém possuía a maior parte dos estabelecimentos (74,4%). Desta forma, o tamanho médio dos estabelecimentos da “agricultura não familiar” era dezesseis vezes superior ao da “agricultura familiar”: os da primeira categoria possuíam tamanho médio de 913,8 hectares, enquanto que os da segunda categoria tinham tamanho médio de 52 hectares, aproximadamente. O município com a maior quantidade de estabelecimentos foi Cavalcante (27,3%), assim também, englobava a maior área (26,3%). Teresina de Goiás deteve o menor número de propriedades (4,2%) e Campos Belos a menor disponibilidade de terras para o cultivo (3,2%). Alto Paraíso foi o município com maior diferença entre o tamanho das propriedades, onde a “agricultura não familiar” ostentava propriedades 35 vezes maiores que as da “agricultura familiar”. Em oposição, Campos Belos apresentou a menor discrepância: 7,6 vezes.

O Quadro 10 apresenta os principais produtos e valores de produção das categorias de produção agrícola do TC Chapada dos Veadeiros para 2006. Naquele ano, o valor total gerado para o Território foi de pouco mais de 35,7 milhões de reais, com 92,4% deste total gerado pela lavoura temporária, que apresentou como principal produto a soja em grão. São João d’Aliança foi o principal produtor de soja, sendo responsável por 90,3% do valor de produção do Território.

A lavoura permanente contou com apenas dois produtos, com maior concentração no café arábica em grão, que fora produzido com maior intensidade também em São João d’Aliança (99,8%). A agroindústria rural teve como principal produto a farinha de mandioca, com 48,1% do valor de produção por ela gerado sendo produzido em Monte Alegre de Goiás. A horticultura teve como produto mais importante a alface, que fora produzida em maior quantidade pelo município de Campos Belos (40,0%).

Quadro 10 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Chapada dos Veadeiros segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Alface	20	21,3
	Coentro	14	14,9
	Couve	8	8,5
	Cebolinha	7	7,4
	Jiló	6	6,4
	Total	94	100,0
Agroindústria Rural	Farinha de mandioca	264	53,4
	Queijo e requeijão	160	32,4
	Rapadura	64	13,0
	Goma ou tapioca	6	1,2
	-	-	-
	Total	494	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	16.592	46,5
	Milho em grão	6.329	17,7
	Feijão de cor em grão	6.047	16,9
	Arroz em casca	3.575	10,0
	Cana forrageira	1.061	3,0
	Total	35.703	100,0
Lavoura permanente	Café arábica em grão	2.452	89,6
	Banana	1.277	9,3
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	Total	2.366	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A produção animal do TC Chapada dos Veadeiros esteve concentrada em apenas dois produtos: leite de vaca (86,4%) e ovos de galinha (13,3%), os quais contabilizaram um valor de produção total de cerca de 5,5 milhões de reais. Colinas do Sul foi o principal produtor de leite de vaca (23,4%) e Cavalcante o maior produtor de ovos de galinha (35,5%). A quantidade de animais resultou em pouco menos de 440 mil cabeças de bovinos, quase 14,8 mil cabeças de suínos e, aproximadamente, 139 mil aves galináceas. Os municípios com o maior quantitativo dos rebanhos foram, respectivamente, Monte Alegre de Goiás (27,6%) e Cavalcante (23,3% e 30,7%).

Em 2010, o TC Chapada dos Veadeiros possuía 18 projetos de assentamento da Reforma Agrária, distribuídos em sete municípios com espaço total equivalente a 5,2% de toda a área da atividade agropecuária. Os projetos de assentamento possuíam capacidade de abrigar 1.472 famílias, porém estavam com apenas 74,0% de ocupação. O município com o maior número de

projetos de assentamento foi São João da Aliança que detinha 44,4% do total do Território. Em Campos Belos não havia projetos de assentamento da Reforma Agrária.

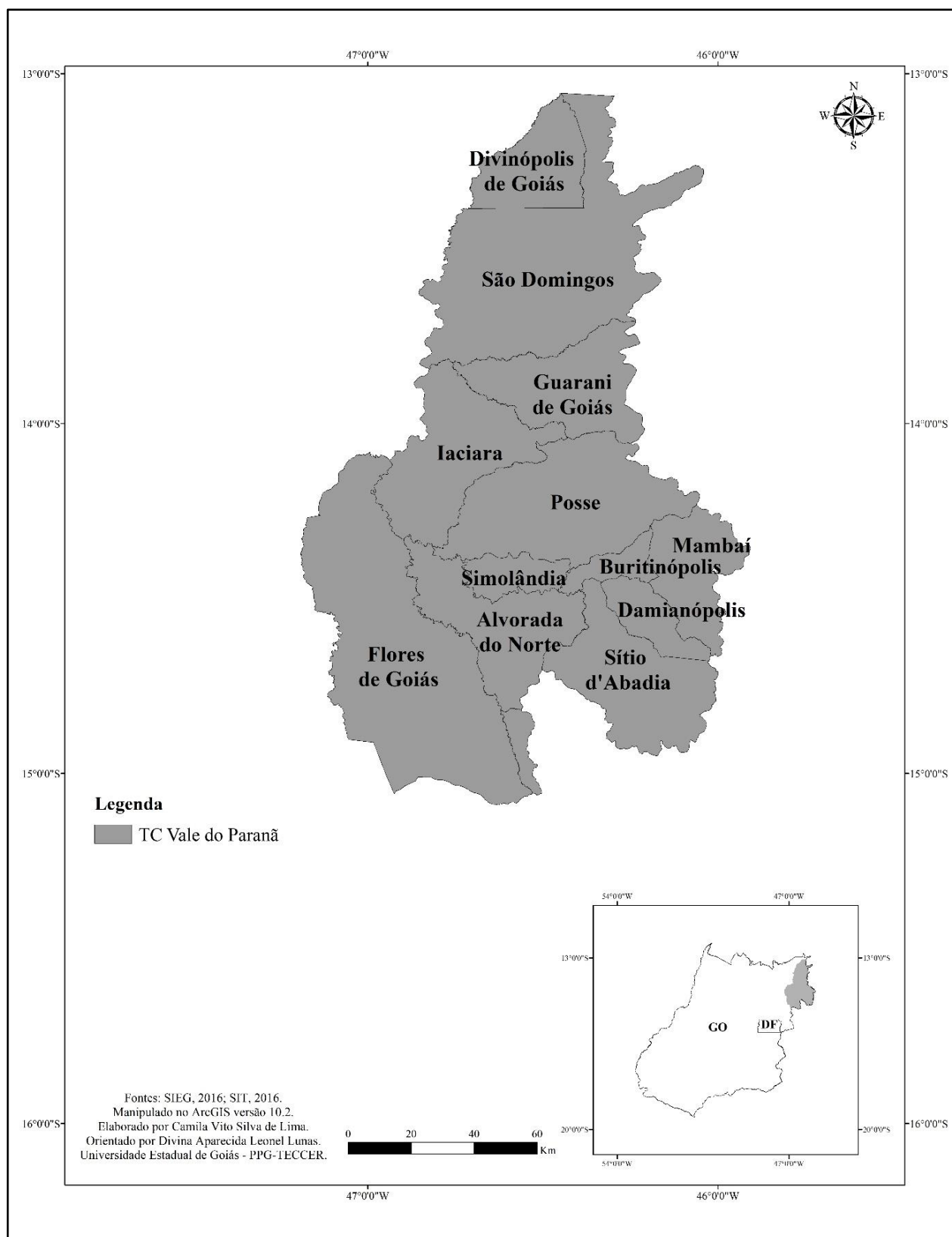
A partir da observação dos dados socioeconômicos do TC Chapada dos Veadeiros é possível depreender que se trata de um aglomerado de municípios heterogêneos entre si e com pouca dinamização econômica, justificando-se, assim, a intervenção do poder público enquanto fomentador do desenvolvimento econômico e humano. Como municípios com menor grau de dependência, destacam-se Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos e São João d'Aliança, sendo o primeiro, o centro dinamizador do TC Chapada dos Veadeiros. Em contrapartida, os municípios de Cavalcante, Nova Roma e Teresina de Goiás carecem de maior intervenção do Estado, sobretudo Cavalcante, a fim de combater com maior intensidade as acentuadas desigualdades sociais lá existentes.

3.2.7 Território da Cidadania Vale do Paranã

O TC Vale do Paranã está localizado na região nordeste de Goiás, na fronteira com o estado da Bahia e possui extensão territorial equivalente a 17.388,7 quilômetros quadrados. Abrange os doze municípios pertencentes à microrregião de planejamento goiana nomeada como “Vão do Paranã”: Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia, conforme demonstra a Ilustração 17.

A nomeação do Território decorre da existência de formações geológicas depressivas com superfícies aplainadas e altitudes que variam de 400 a 600 metros, conhecidas como vales, que compõem a Bacia do Rio Paranã. A bacia está presente em três estados: na região nordeste de Goiás, no sudeste do estado do Tocantins e no oeste da Bahia e apresenta vegetação predominante de florestas estacionais decíduais, isto é, aquelas que têm duas estações climáticas bem definidas, uma chuvosa e outra seca. Possui fauna diversificada com cerca de 450 espécies de animais de diferentes classes e algumas em extinção, o que prioriza a tomada de ações para conservação da biodiversidade da região (CAMARGO; AGUIAR, 2007; CORREIA et al., 2001). Por se situar na região do Planalto Central, as montanhas do Vale do Paranã – principalmente aquelas localizadas em Formosa, Goiás – possuem alta demanda para a prática de esportes radicais, sobretudo o voo de asa delta.

Ilustração 17 – Mapa de localização do Território da Cidadania Vale do Paranã, 2016



Em 2010, os dados do Censo Demográfico apontaram que o TC Vale do Paranã possuía população total acima de 107,3 mil habitantes, distribuída, em sua maior parcela (64,5%), nas áreas consideradas urbanas, porém, com dispersão heterogênea entre os municípios que o integram e baixo povoamento em âmbito territorial (6,2 hab./Km²). Entre os municípios do TC Vale do Paranã, Posse apresentou a maior população (29,3%), em oposição à Sítio d'Abadia, que apresentou o menor contingente demográfico (2,6%) e, também, o menor povoamento do Território (1,8 hab./Km²). O município mais povoado foi Simolândia, com 18,7 habitantes por quilômetro quadrado. A maior população urbana esteve em Alvorada do Norte (85,0%) e a maior proporção de habitantes rurais esteve em Flores de Goiás (73,7%) que, em termos de tamanho, foi considerado o maior município, a ocupar 21,3% da dimensão total do TC Vale do Paranã e menor foi Buritinópolis, com cerca de 1,4% da área territorial.

A taxa média de crescimento populacional calculada para o TC Vale do Paranã entre os anos 2000 e 2010 foi de 1,7% ao ano, com resultados positivos tanto para as áreas rurais quanto para as urbanas, mas em maior expressividade para a última (2,2% a.a.). Em âmbito municipal, houve queda da população total nos municípios de Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás e Guarani de Goiás, os quais, juntamente com Iaciara, tiveram êxodo rural. A maior taxa de crescimento anual da população total, bem como o maior aumento relativo da população rural pertenceram a Flores de Goiás: 6,1% e 6,8%, respectivamente. Em Guarani de Goiás houve a maior redução proporcional da população total (-0,9% a.a.) e em Divinópolis de Goiás ocorreu a maior perda demográfica rural: queda média de -3,3% anual.

Dos domicílios do TC Vale do Paranã, 94,8% possuíam energia elétrica e 83,2% tinham banheiro e água encanada em 2010. O município com maior proporção de pessoas atendidas com energia elétrica (99,6%) e banheiro e água encanada (95,7%) foi Mambaí. São Domingos, ao contrário, apresentou os menores percentuais de habitantes atendidos com energia elétrica (81,4%) e banheiro e água encanada (66,2%). A mortalidade infantil do Território foi de 14,5 mortes a cada mil nascimentos. Neste quesito, o maior valor entre os municípios foi encontrado em Flores de Goiás (16,1) e o menor em São Domingos (13,5), apesar de todos os resultados apresentarem homogeneidade. O IDHM Territorial, índice que resume o nível de qualidade de vida da população, revelou médio desenvolvimento humano (0,640), em razão do cômputo de nove municípios terem sido classificados com “IDHM Médio” e dois com “IDHM Baixo”: Flores de Goiás e São Domingos, com índice igual a 0,597. O único município classificado com “IDHM Alto” foi Buritinópolis (0,704).

Em referência às estatísticas educacionais, em 2010, a taxa de analfabetismo do TC Vale do Paranã foi a maior dentre os demais Territórios goianos, equivalente a 20,0% da população adulta. No entanto, Sítio d'Abadia obteve resultado ainda maior: quase 26,1% dos adultos eram analfabetos em 2010. A menor taxa de analfabetismo pertenceu ao município de Posse (16,5%). Quando do ingresso das crianças na escola, a expectativa de estudos no Território foi igual a 9,4 anos. Em âmbito municipal os valores sofreram pouca variação: a maior projeção de tempo de estudo esteve em Buritinópolis (10,9 anos) e a menor em Flores de Goiás (8,5 anos). Acerca do maior nível de estudos, aproximadamente 4,7% da população acima de 25 anos residente no TC Vale do Paranã possuíam ensino superior completo. O maior percentual de graduados esteve em Posse (6,7%) e o menor em Buritinópolis (2,3%).

A renda média *per capita* dos residentes no TC Vale do Paranã esteve cerca de 29,5% abaixo do salário mínimo estipulado para 2010, com a cifra de R\$ 393,97 reais ao mês. A diferença é ainda maior quando comparada ao maior rendimento médio *per capita* encontrado: em Buritinópolis, a renda foi 86,7% superior ao valor territorial, equivalente a 735,72 reais. Em Guarani de Goiás, a renda média *per capita* foi cerca de 30,0% menor em relação ao resultado territorial, com valor de 276,13 reais, o menor dentre os demais. O Coeficiente de Gini demonstrou que a riqueza produzida no TC Vale do Paranã encontra-se concentrada, com índice igual a 0,55. Contudo, em Buritinópolis, onde o coeficiente equivaleu a 0,77, a má distribuição é ainda mais intensa, sendo o maior valor para o Território. Simolândia apresentou o menor valor (0,47), embora este também demonstre elevada concentração de riqueza. Em relação ao grau de pobreza, cerca de 44,8% da população do TC Vale do Paranã eram considerados pobres ou extremamente pobres no ano de 2010. Entre os municípios, Alvorada do Norte foi o que apresentou os menores percentuais de população em condições de pobreza (16,4%) e extrema pobreza (5,1%). Flores de Goiás possuiu a maior proporção de pobres (45,2%) e São Domingos apresentou 31,0% de sua população em condições de pobreza extrema.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado para combater as desigualdades socioeconômicas por meio da transferência de renda, beneficiou a mais de 14,2 mil famílias do TC Vale do Paranã em 2013, com o repasse total superior a 26,3 milhões de reais e valor médio recebido por família de 154,05 reais mensais. O município mais beneficiado pelo PBF, tanto em quantidade de famílias (25,1%), quanto em valor total recebido (24,2%) foi Posse. Em Buritinópolis cerca de 3,1% das famílias foram beneficiárias do Programa, tendo recebido 2,7% do total de recursos, o que o posiciona como o município de menor participação no PBF. Entretanto, a estimativa de população beneficiária demonstrou que em Posse houve a menor

participação relativa da população no Programa (37,0%), enquanto que em Divinópolis de Goiás se encontrou a maior proporção de população dependente do PBF (53,5%). Ao se tratar dos valores médios recebidos por família, Divinópolis de Goiás deteve o maior valor médio mensal (R\$ 191,53) e São Domingos apresentou o menor valor (R\$ 131,49).

O TC Vale do Paranã obteve, em 2010, Produto Interno Bruto equivalente 0,78% do total estadual, com valor de, aproximadamente, 761 milhões de reais e maior participação do setor de serviços no Valor Agregado Bruto (VAB). O maior PIB municipal pertenceu a Posse, responsável por 28,6% do número territorial, tendo como principal setor o terciário, de serviços. Já Buritinópolis teve a menor contribuição para o PIB territorial: apenas 2,3% de participação, com maior dependência do valor gerado pelo setor de Administração e Serviços Públicos. No período 2000-2010, o PIB do TC Vale do Paranã cresceu cerca de 6,6% ao ano. Entre os municípios, o maior crescimento esteve em Flores de Goiás, com elevação média de 10,4% ao ano. O menor crescimento médio do PIB pertenceu a Simolândia, onde a taxa média foi de 3,8% anual.

Em relação à atividade agropecuária, em 2006, os dados do Censo Agropecuário apontaram que existiam no TC Vale do Paranã quase 7,1 mil estabelecimentos agropecuários, a ocupar mais de 1,2 milhões de hectares, equivalentes a 71,0% da extensão geográfica do Território. Do total de área, 84% da terra pertencia aos 18,3% estabelecimentos categorizados como da “agricultura não familiar” – participações que revelam a concentração de terras existente no Território. O tamanho médio das propriedades da “agricultura não familiar” correspondeu a mais de vinte e duas vezes o tamanho dos estabelecimentos agropecuários da “agricultura familiar”, esta apresentou área média de, aproximadamente, 34,2 hectares, enquanto que a primeira teve tamanho médio calculado de 798,0 hectares. Em 2010, Flores de Goiás concentrou o maior número de estabelecimentos agropecuários do Território (23,1%), bem como a maior parcela de área (32,8%) e Buritinópolis, as menores quantidades, tanto de estabelecimentos (4,2%), quanto de terras (1,3%). Este cenário decorre em razão da extensão territorial de ambos os municípios. Em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos, Flores de Goiás apresentou a maior discrepância: as propriedades da “agricultura não familiar” possuíam tamanho médio superior a 1,3 mil hectares e as da “agricultura não familiar” tamanho médio de 27,6 hectares – uma diferença de quarenta e sete vezes. A menor distância entre os tamanhos médios foi encontrada em Simolândia, onde a “agricultura não familiar” detinha propriedades com tamanho médio de 179,7 hectares e a “agricultura não familiar” estabelecimentos com tamanho médio de 33,3 hectares – tamanho 4 vezes menor.

A atividade agrícola do TC Vale do Paranã está resumida no Quadro 11, que expõe os principais produtos e os respectivos valores de produção. Em 2006, o valor total produzido pelo referido Território foi próximo a 39,5 milhões de reais, com 93,1% deste total sendo gerado pelos produtos da lavoura temporária. Nesta categoria, a produção de arroz em casca se destaca como a principal fonte de valor, com 83,1% da produção localizada em Flores de Goiás. Em sequência, a agroindústria rural apareceu como a segunda principal categoria de produção, cujo processamento de maior relevância foi a fabricação de queijo e requeijão, que esteve concentrada em Alvorada do Norte (63,8%). Por fim, o município de Posse foi responsável pela maioria da produção de alface (59,6%), principal produto da horticultura no Território, e, também pela maior parcela da produção de laranja (80,3%), item preponderante da lavoura permanente.

Quadro 11 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do TC Vale do Paranã segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Alface	94	28,1
	Quiabo	58	17,4
	Tomate	22	6,6
	Milho verde (espiga)	16	4,8
	Cebolinha	15	4,5
	Total	334	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	781	34,5
	Farinha de mandioca	579	25,5
	Carvão vegetal	493	21,7
	Rapadura	176	7,8
	Carne de outros animais	72	3,2
	Total	2.267	100,0
Lavoura temporária	Arroz em casca	10.360	28,2
	Soja em grão	8.810	24,0
	Milho em grão	5.979	16,3
	Mandioca	2.218	6,0
	Feijão fradinho em grão	1.673	4,6
	Total	36.734	100,0
Lavoura permanente	Laranja	66	52,8
	Abacate	22	17,6
	Mexerica	21	16,8
	Maracujá	5	4,0
	Jaca	4	3,2
	Total	125	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em 2006, a produção animal do TC Vale do Paranã contabilizou valor de produção equivalente a pouco mais de 5,0 milhões de reais e esteve dividida em dois itens principais: leite de vaca (88,8%) e ovos de galinha (10,5%), os quais foram produzidos em maior quantidade no município de Posse (29,1% e 16,3%, respectivamente). Os rebanhos foram quantificados em 798,9 mil cabeças de bovinos, cerca de 18,4 mil cabeças de suínos e pouco mais de 169,9 mil aves galináceas. Flores de Goiás apresentou o maior plantel de bovinos (18,5%), enquanto Posse possuía a maior quantidade de suínos (21,6%) e de aves (20,2%).

Acerca da Reforma Agrária, até 2010 foram criados 43 projetos de assentamento no TC Vale do Paranã. Estes abrangiam área total de 148,7 mil hectares, correspondentes a 12,0% de toda a área delimitada para a atividade agropecuária. Nos projetos de assentamentos do Território estavam abrigadas 2.593 famílias, embora a capacidade total fosse 27,4% maior. O município com o maior quantitativo de projetos de assentamento até aquele ano foi Flores de Goiás, com um total de 22 projetos. Os municípios de Buritinópolis, Damianópolis e Iaciara não tiveram projetos de assentamento da Reforma Agrária em seus domínios até o ano de 2010.

Enfim, os municípios que integram o TC Vale do Paranã apresentaram características semelhantes no que tange aos indicadores sociais e de acesso aos serviços públicos. No entanto, são heterogêneos quando se observam os indicadores demográficos e econômicos. Em nível territorial, possuem dinamização econômica reduzida e baixa capacidade de criação de desenvolvimento humano. Em âmbito municipal, Posse pode ser considerado como o centro dinâmico do TC Vale do Paranã, uma vez que possui indicadores socioeconômicos e demográficos acima do padrão apresentado pelos demais municípios. Flores de Goiás é referencial econômico, sobretudo no setor agropecuário. Lima, Cardoso Júnior e Lunas (2017) demonstraram que este município possui o maior Índice de Desenvolvimento Rural do TC Vale do Paranã, influenciado pela atratividade e fixação da população rural, do acesso a bens de consumo e à produtividade da renda e do trabalho agrícola. Entretanto, ao analisar o conjunto do município, os indicadores sociais demonstraram desigualdade tanto na distribuição da riqueza gerada, quanto na criação de bem-estar à população como um todo. Além da dinamização econômica, Guarani de Goiás, Sítio d'Abadia e, sobretudo, São Domingos necessitam da maior atenção do Estado no sentido de reduzir as desigualdades sociais e de oportunizar o fomento da qualidade de vida às suas populações.

3.2.8 Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM

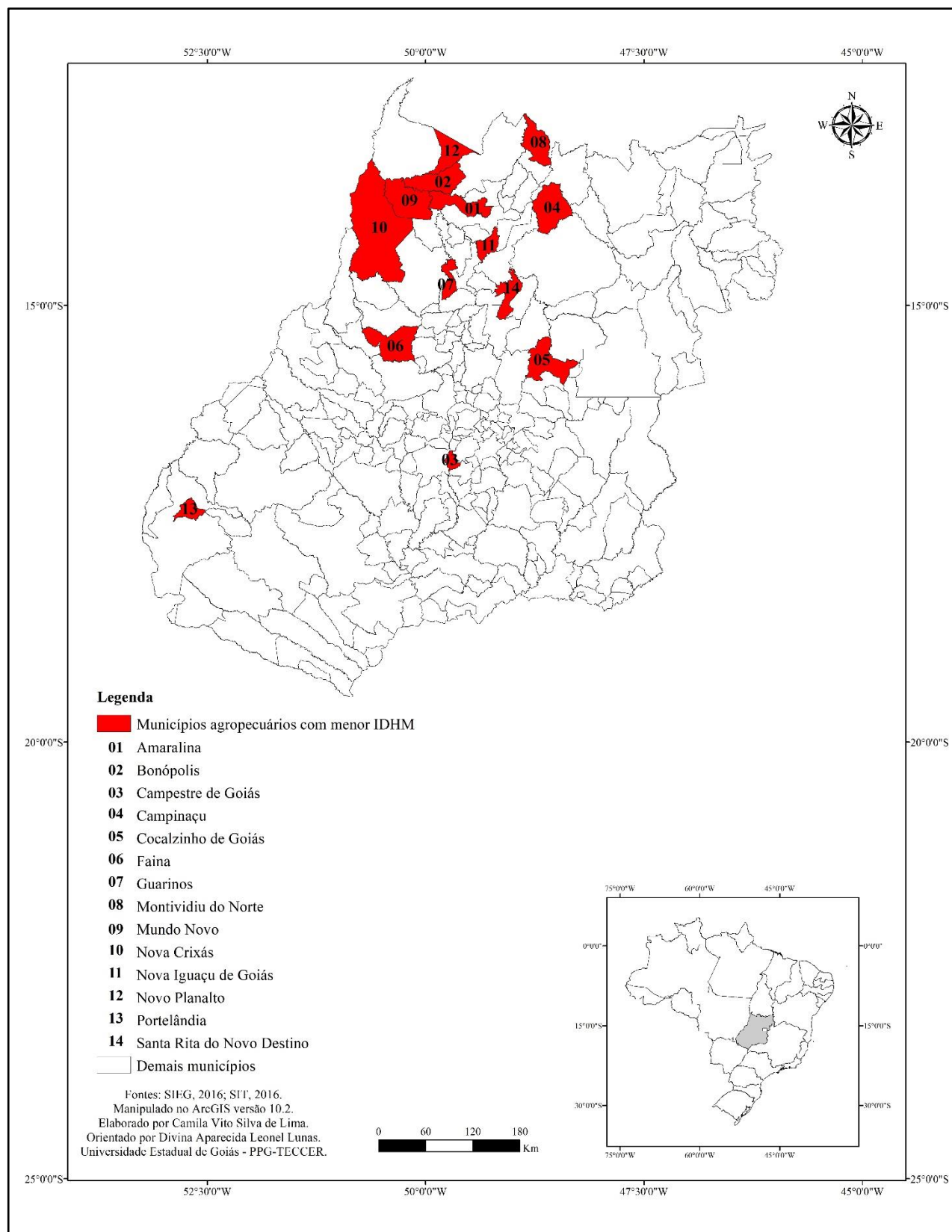
Os municípios que compõem o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM estão localizados, em maioria, na porção noroeste de Goiás, como pode ser observado pela Ilustração 18, a confirmar a dualidade “norte-sul” decorrente da evolução da economia goiana, a qual favorece a região sul do estado.

Dos catorze municípios que formam o referido Grupo Comparativo – quantidade estabelecida de acordo com a média aritmética do número de municípios dos Territórios goianos –, doze foram integrados aos novos Territórios Rurais criados pela Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013, emitida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Apenas os municípios de Campestre de Goiás e Cocalzinho de Goiás ainda não se encontram vinculados ao PRONAT. Assim:

- a) os municípios de Amaralina, Bonópolis, Montividiu do Norte e Novo Planalto foram incorporados ao TR Norte de Goiás;
- b) os municípios de Campinaçu, Guarinos, Nova Iguaçu de Goiás e Santa Rita do Novo Destino foram incorporados ao TR Serra da Mesa;
- c) os municípios de Faina, Mundo Novo e Nova Crixás foram incorporados ao TR Vale do Araguaia;
- d) o município de Portelândia foi incorporado ao TR Parque das Emas.

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, o somatório da população do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM totalizou, aproximadamente, 77 mil habitantes, distribuídos de maneira equilibrada entre as zonas urbana (52,0%) e rural (48,0%). O município mais populoso foi Cocalzinho de Goiás, a reter 22,6% do total demográfico, fato que está relacionado à sua proximidade com o Distrito Federal, ao compor a RIDE-DF. O município menos populoso foi Guarinos, ao aglutinar apenas 3,0% da população total. A população urbana esteve em maior proporção no município de Portelândia (81,0%) e em Amaralina foi encontrado o maior percentual de população rural (67,9%). Em relação ao povoamento, Nova Crixás foi o município de maior área, com quase 7,3 mil quilômetros quadrados e, também, o que apresentou a menor quantidade de habitantes dispersos no território: 1,6 por quilômetro quadrado. Já Campestre de Goiás apresentou maior povoamento, com 12,4 habitantes por quilômetro quadrado, e a menor área: 273,8 quilômetros quadrados.

Ilustração 18 – Mapa de localização dos municípios integrantes do Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM, 2016



Entre os anos 2000 e 2010, a população do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM se alterou à taxa média de crescimento de 0,5% ao ano, sendo maior o aumento das populações rurais (0,7%). Dentre os municípios, Guarinos e Mundo Novo apresentaram perda de população, tanto urbana, quanto rural. Este último obteve o maior percentual de queda na população do Grupo Comparativo, com variação negativa média de 2,1% ao ano. A maior taxa média de crescimento anual da população total esteve em Bonópolis (3,5%). O êxodo rural ocorreu em cinco municípios além dos já mencionados: Campestre de Goiás, Campinaçu, Faina, Nova Iguaçu de Goiás e Portelândia. A maior queda esteve em Nova Iguaçu de Goiás, com perda média anual de 2,8% da população rural. Novo Planalto mais que dobrou sua população rural entre os anos especificados, com uma taxa média de crescimento anual de 17,0%, contudo, juntamente com Amaralina, perdeu contingente populacional nas áreas urbanas (-1,2% e -0,6% ao ano, respectivamente).

O GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM apresentou 96,7% da população a residir em domicílios com energia elétrica e 88,3% de habitantes em domicílios com banheiro e água encanada no ano de 2010. Individualmente, Campestre de Goiás apresentou a maior proporção de população atendida com energia elétrica em suas residências (99,4%) e, ao contrário, Montividiu do Norte obteve o menor percentual neste quesito (85,9%) e, ainda, na proporção de habitantes em domicílios com banheiro e água encanada (74,3%). A maior parcela de população residente em domicílios com banheiro e água encanada esteve em Portelândia (98,8%). A mortalidade infantil contabilizada para o Grupo Comparativo foi de 15 mortes a cada mil nascimentos. Neste quesito, Nova Crixás apresentou o maior número da mortalidade infantil (16,7) enquanto que o menor esteve em Novo Planalto (13,4). No que diz respeito ao IDHM, segundo critério de escolha dos municípios, o referido Grupo Comparativo obteve índice classificado como “Médio”, com valor de 0,644, uma vez que todos os municípios que o compõem receberam a mesma classificação. Novo Planalto obteve o maior IDHM (0,658), ao passo que o menor índice pertenceu à Amaralina (0,609).

Os dados educacionais para o ano de 2010, demonstraram que a taxa de analfabetismo entre os adultos do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM foi próxima a 17,5%, enquanto que a expectativa de tempo de estudos foi de 9,3 anos e a parcela de habitantes com mais de 25 anos que concluíram algum curso de ensino superior foi de 3,6%. A maior taxa de analfabetismo pertenceu à Santa Rita do Novo Destino (24,8%) e a menor esteve em Nova Iguaçu de Goiás (11,3%), que também apresentou o maior percentual de adultos com ensino superior completo (5,1%). A menor parcela de graduados esteve em Campinaçu (1,6%). Em

relação aos anos de estudo, a maior estimativa pertenceu a Faina, com tendência de 10,9 anos, e os municípios de Amaralina e Bonópolis tiveram o menor resultado, com expectativa de 8,5 anos quando do ingresso da criança no universo escolar.

A renda média *per capita* mensal calculada para o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM foi de 436,57 reais, valor equivalente a 85,6% do salário mínimo de 2010 que era de 510,00 reais. Naquele ano, o maior rendimento médio encontrado entre os municípios esteve em Portelândia (R\$ 550,39) e o menor em Amaralina (R\$ 276,05). O Coeficiente de Gini global (0,46) revelou que o Grupo Comparativo em questão é desigual em relação à distribuição da renda, tendência repetida entre os municípios que o compõem, porém com maior intensidade em Montividiu do Norte, onde o índice equivaleu a 0,55. Os municípios de Nova Iguaçu de Goiás e Portelândia apresentaram o menor Coeficiente de Gini do Grupo Comparativo: 0,39, um dos menores valores calculados para Goiás. A deficiência na igualdade de renda provoca elevação do grau de pobreza. Assim, no ano de 2010, 25,6% da população do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM foi considerada pobre ou extremamente pobre. Entre os municípios, o maior percentual de pobres foi encontrado em Montividiu do Norte (40,1%) e o de extremamente pobres em Amaralina (26,5%). Portelândia apresentou os menores percentuais de população em situação de pobreza (5,1%) ou de extrema pobreza (0,5%).

No ano de 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) forneceu renda a pouco mais de 8,5 mil famílias do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM, a repassar quantia superior a 14,8 milhões de reais em benefícios. Cocalzinho de Goiás foi o município com o maior percentual de famílias atendidas pelo PBF e com maior volume de recursos recebidos: ambos com 22,3% de participação no total do Grupo Comparativo. Portelândia possuía, naquele ano, a menor participação no quantitativo de famílias (3,1%) e Nova Iguaçu de Goiás obteve o menor percentual de repasses financeiros (2,9%). Acerca da estimativa de população beneficiária, Montividiu do Norte apresentou o maior percentual de população beneficiária do PBF (50,5%) e, contrariamente, Portelândia deteve a menor parcela (20,4%). O maior valor médio mensal do PBF pertenceu a Bonópolis (R\$ 191,90) e Novo Planalto apresentou o menor valor médio mensal recebido por família (R\$ 114,99).

O Produto Interno Bruto (PIB) calculado para o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM apresentou taxa de crescimento média de 5,2% ao ano entre 2000 e 2010 e foi equivalente a, aproximadamente, 858,9 milhões de reais em 2010, o que significou 0,88% de participação no PIB estadual. Entre os municípios, o maior valor do PIB pertenceu a Nova

Crixás, com participação de 21,8% do total do Grupo Comparativo, produzido, em maioria, pelo setor agropecuário, conforme critério de seleção. O menor PIB pertenceu a Guarinos – 2,4% do PIB do Grupo Comparativo –, cujo setor de maior participação foi, também, o agropecuário. No período 2000-2010, a maior evolução do PIB pertenceu a Santa Rita do Novo Destino, com média de crescimento anual de 7,3%. Portelândia apresentou a menor elevação média no período, com crescimento do PIB da ordem de 3,7% a.a.

As informações do Censo Agropecuário de 2006 revelaram que o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM possuía pouco mais de 7,1 mil estabelecimentos agropecuários, alocados em quase 1,9 milhão de hectares de área. A “agricultura não familiar” detinha 33,9% do total de estabelecimentos com tamanho médio de 691,5 hectares distribuídos em 89,1% das terras destinadas à atividade agropecuária. À categoria da “agricultura familiar” pertenciam 66,1% das propriedades que possuíam tamanho médio de 43,5 hectares alocados em 10,9% da área de cultivo. Deste modo, a má distribuição das terras foi identificada também no Grupo Comparativo em análise. Em âmbito municipal, Faina acumulou o maior percentual de estabelecimentos agropecuários (13,3%) e Nova Crixás aglutinou a maior parcela da área (31,7%). Portelândia obteve a menor participação no número total de propriedades (2,1%) e Campestre de Goiás possuía a menor área (1,3%). Também em Campestre de Goiás foi encontrada a menor discrepância entre os tamanhos médios das propriedades segundo a categoria: os estabelecimentos da “agricultura não familiar” eram quase sete vezes maiores do que os da “agricultura familiar”. Já em Nova Crixás a diferença entre ambas categorias foi de quase 1,3 hectares, ou seja, os estabelecimentos da “agricultura não familiar” foram 24 vezes superiores aos da “agricultura familiar”.

Em 2006, o somatório do valor de produção da atividade agrícola do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM correspondeu a pouco mais de 79,5 milhões de reais. Deste total, a lavoura temporária foi responsável por 97,2% do valor gerado e apresentou como produto principal a soja em grão, conforme expõe o Quadro 12, produzida em maior parte pelo município de Portelândia (59,4%).

A agroindústria rural, segunda atividade agrícola mais importante para o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM teve como principal produto os derivados lácteos (queijo e requeijão) e como principal produtor o município de Campinaçu (36,1%). O item de maior relevância na categoria da horticultura foi o quiabo que apresentou produção altamente concentrada em Campestre de Goiás (97,4%). A lavoura permanente teve como principal produto a banana e Faina como município de maior produção (39,7%).

Quadro 12 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Quiabo	383	48,4
	Milho verde (espiga)	305	38,6
	Alface	39	4,9
	Tomate	6	0,8
	Abobrinha	4	0,5
	Total	791	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	781	34,5
	Carvão vegetal	579	25,5
	Carne de suínos	493	21,7
	Farinha de mandioca	176	7,8
	Carne de bovinos	72	3,2
	Total	1.008	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	31.815	41,1
	Milho em grão	17.477	22,6
	Algodão herbáceo	14.890	19,3
	Arroz em casca	7.776	10,1
	Cana forrageira	1.062	1,4
	Total	77.318	100,0
Lavoura permanente	Banana	343	81,5
	Coco-da-baía	66	15,7
	Maracujá	12	2,9
	-	-	-
	-	-	-
	Total	421	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

O valor total da produção animal do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM esteve próximo a 42,2 milhões de reais no ano de 2006 e dividido entre dois produtos principais: leite de vaca (97,0%) e ovos de galinha (2,9%), ambos com maior produção em Faina (19,6% e 23,2%, respectivamente). Este município também alcançou a maior participação na quantidade de cabeças de suínos: do total de, aproximadamente, 52,1 mil animais, Faina possuía parcela equivalente a 23,5%. O rebanho de bovinos possuía 1,75 milhões de cabeças, com cerca de 39,4% do total localizadas em Nova Crixás. A quantidade de aves galináceas totalizou pouco mais de 331 mil cabeças, das quais 22,8% estiveram em Cocalzinho de Goiás.

O GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM possuía, até 2010, 49 projetos de assentamento da Reforma Agrária a recobrir 7,3% de toda a extensão territorial destinada à atividade agropecuária e com capacidade total para abrigar 3.015 famílias. O município com maior participação na política de Reforma Agrária foi Montividiu do Norte, com 26,5% do total

de projetos. Os municípios de Campestre de Goiás, Guarinos, Nova Iguaçu de Goiás e Portelândia não possuíam projetos de assentamento até 2010.

Em resumo, os municípios que compõem o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM possuem características heterogêneas quando analisados em conjunto, sobretudo em relação à demografia e aos indicadores econômicos, relativos à renda, sua distribuição e aos resultados da produção interna e, especificamente, da agropecuária, fato que pode ser explicado, em parte, por não se tratarem de limites territoriais contíguos, isto é, apresentarem baixa identidade. O município de Portelândia é considerado como município mais dinâmico dentre os demais por apresentar bons indicadores sociais e economia ativa, contudo possui baixa capacidade de atrair e reter população rural. Além deste, Novo Planalto se destaca pelo bom desempenho nos indicadores sociais e Faina pela representatividade em relação à produção agropecuária. Os municípios de Amaralina e Montividiu do Norte são considerados deprimidos, mas, atualmente encontram-se inseridos na política de desenvolvimento territorial, o que demanda a análise de dados posteriores à intervenção estatal.

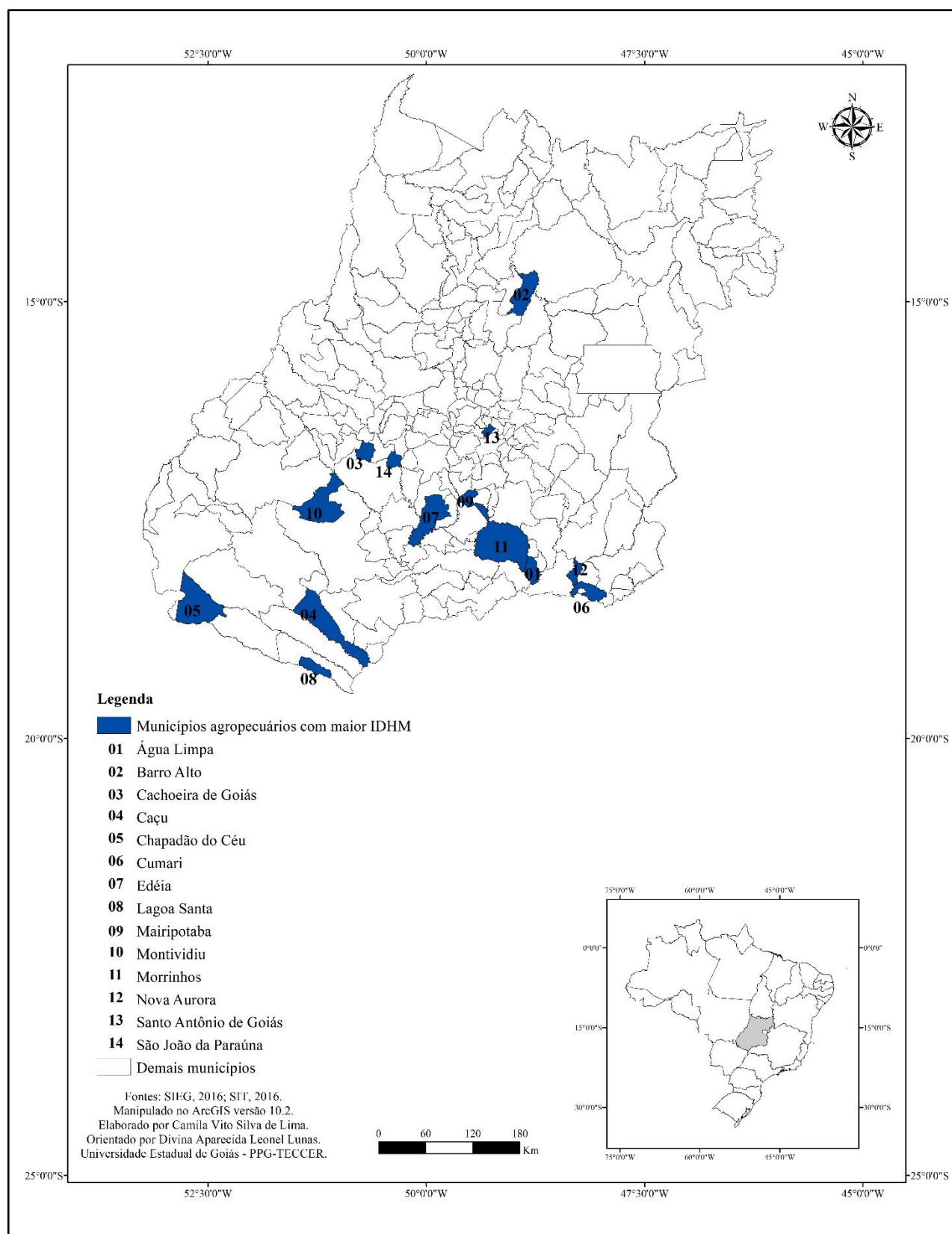
3.2.9 Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM

O GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi estabelecido conforme os critérios da maior participação do Valor Agregado Bruto (VAB) do setor agropecuário no VAB Total do município e do maior valor do IDHM para o ano de 2010. É formado por catorze municípios, também conforme a média do número de municípios dos Territórios, que estão localizados, em sua maioria, na porção centro-sul de Goiás, como demonstra a Ilustração 19.

Do total de municípios que compõem o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, apenas cinco foram integrados aos novos Territórios Rurais criados pela Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013, emitida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). São eles:

- a) o município de Barro Alto foi incorporado ao TR Serra da Mesa;
- b) os municípios de Cachoeira de Goiás, Montividiu e São João da Paraúna foram incorporados ao TR Sudoeste de Goiás;
- c) o município de Chapadão do Céu foi incorporado ao TR Parque das Emas.

Ilustração 19 – Mapa de localização dos municípios integrantes do Grupo Comparativo dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, 2016



Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, o somatório da população do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM totalizou, aproximadamente, 111 mil habitantes, cuja maioria residia nas áreas urbanas (82,8%). O município mais populoso foi Morrinhos, a concentrar 37,4% do total populacional e o menos populoso foi Lagoa Santa, com apenas 1,1% do total de habitantes do referido Grupo Comparativo. Este município foi também o de maior proporção de habitantes rurais (38,1%), enquanto que em Nova Aurora encontrou-se a maior proporção de residentes na zona urbana (90,8%). Em relação ao povoamento, Santo Antônio de Goiás apresentou a maior densidade demográfica: 35,4 habitantes por quilômetro quadrado, em razão de dois fatores principais: ser o de menor extensão territorial dentre os demais, com área de 132,8 quilômetros quadrados e pela proximidade da capital do estado, sendo município integrante da Região Metropolitana de Goiânia. O município menos povoado foi Lagoa Santa (2,7 hab/Km²) e Morrinhos apareceu como o maior município em extensão do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM.

No período entre os anos 2000 e 2010, a taxa média de crescimento populacional do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi de quase 2,0% ao ano, embora tenha ocorrido êxodo rural (-0,8% a.a.), fenômeno comprovado pela redução da população rural em nove municípios durante o período analisado. As exceções foram: Barro Alto, Caçu, Chapadão do Céu e Lagoa Santa que, ao contrário, apresentaram acréscimos dos habitantes rurais. Alguns municípios, além da perda de população rural, sofreram redução da população urbana, como foi o caso de Água Limpa, Cachoeira de Goiás e São João da Paraúna. Este, obteve os maiores percentuais de diminuição da população, seja total (-1,7% a.a.), seja rural (-3,8%). Em contrapartida, o município de Chapadão do Céu apresentou as maiores taxas médias de crescimento no contingente total da população (8,5% a.a.) e, também, na população rural (1,7% a.a.).

Em 2010, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM apresentou 99,6% de habitantes residentes em domicílios atendidos com energia elétrica e 98,1% residentes em domicílios com banheiro e água encanada. Em âmbito municipal, Cumari e São João da Paraúna alcançaram 100% dos domicílios com o fornecimento de energia elétrica. O menor percentual de domicílios com energia elétrica esteve em Lagoa Santa (97,5%). Em relação à existência de banheiro e água encanada, Nova Aurora obteve a maior proporção de domicílios atendidos (99,6%) e São João da Paraúna, o menor percentual (84,7%). A mortalidade infantil calculada para o Grupo Comparativo foi de 12,8 mortes para cada mil crianças. Também em São João da Paraúna foi encontrado o maior quantitativo da mortalidade infantil, com o resultado de 14,5

mortes. O município de Lagoa Santa obteve o menor valor entre os municípios do Grupo Comparativo: 10,5 mortes a cada mil nascimentos. Acerca do IDHM, segundo critério de escolha dos municípios, o índice global foi classificado como “Alto” (0,735) em virtude de todos os municípios possuírem a mesma classificação. Nova Aurora obteve o maior IDHM (0,747) e Água Limpa o menor (0,722).

O GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM apresentou, em 2010, 9,8% de adultos analfabetos, expectativa de 10,0 anos de estudo para as crianças que ingressaram na escola naquele ano e 7,5% de população com idade acima de 25 anos com ensino superior completo. Em âmbito municipal, Chapadão do Céu obteve a menor proporção de adultos analfabetos (4,8%), Cachoeira de Goiás apresentou a maior estimativa de anos de estudo (11,5 anos) e Lagoa Santa alcançou o maior percentual de adultos com algum curso superior completo (11,0%). Em contrapartida, a maior taxa de analfabetismo esteve em Cachoeira de Goiás (15,2%), a menor estimativa de dedicação aos estudos pertenceu a Cumari (9,33 anos) e a menor proporção de concluintes do ensino superior esteve em Água Limpa (4,9%).

Em 2010, a renda média *per capita* do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM correspondeu a 794,46 reais mensais. O maior rendimento médio mensal esteve em Caçu, cujo valor calculado foi de 987,30 reais – cerca de 24,2% acima da renda do Grupo Comparativo. A menor renda *per capita* esteve em Cachoeira de Goiás e foi equivalente a 549,16 reais, cerca de 31,0% abaixo do quantitativo global, mas ainda acima do valor do salário mínimo vigente à época. O Coeficiente de Gini calculado para o Grupo Comparativo revelou má distribuição da renda, com índice igual a 0,49. No entanto, o coeficiente obtido em Mairipotaba apresentou resultado bem acima do valor global (0,66), a demonstrar desigualdade mais acentuada. O menor Coeficiente de Gini pertenceu a Chapadão do Céu, equivalente a 0,41. Em relação aos níveis de pobreza, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM possuía, em 2010, 4,1% de pobres e 1,0% de extremamente pobres. Entre os municípios, São João da Paraúna possuía a maior proporção de pobres (12,8%) e Mairipotaba a maior parcela de pessoas extremamente pobres (9,1%). Já em Chapadão do Céu foi encontrado o menor percentual de pobres (0,8%) e em Caçu a menor proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (0,2%).

No ano de 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou a cerca de 5,4 mil famílias do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM com o repasse total de, aproximadamente, 9,5 milhões de reais em benefícios. Morrinhos foi o município que teve o maior percentual de famílias atendidas pelo Programa (30,6%) e recebeu a maior quantia de

recursos financeiros (30,1%). Em oposição, o município de Nova Aurora registrou a menor proporção de famílias beneficiárias, bem como o menor quantitativo de dinheiro, ambos equivalentes a 2,1% do total. No que diz respeito à participação relativa, Mairipotaba teve a maior parcela estimada de população beneficiária (29,5%) e Chapadão do Céu apresentou a menor proporção de população dependente do Programa (9,4%). O maior valor médio mensal recebido pelo PBF pertenceu a Edéia (R\$ 173,98) e o menor valor esteve em Mairipotaba (R\$ 125,83).

O Produto Interno Bruto (PIB) calculado para o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi superior a 2,5 bilhões de reais, com taxa média de crescimento de 5,9% ao ano entre os anos 2000 e 2010. O maior PIB municipal pertenceu a Morrinhos, que foi responsável por 26,8% no valor total do Grupo e o menor PIB esteve em Lagoa Santa, com 0,7% de participação. Durante o período intercensitário, a maior evolução observada ocorreu no PIB de Barro Alto, que cresceu à taxa média de 10,0% ao ano. O menor crescimento relativo pertenceu a Montividiu, que apresentou taxa de média de crescimento de 1,8% ao ano.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM possuía cerca de 5,0 mil estabelecimentos agropecuários, distribuídos em uma área total de, aproximadamente, 1,2 milhões de hectares. Do total de estabelecimentos, 42,4% foram classificados como pertencentes à “agricultura não familiar” e, em relação à área total, 89,4% estava distribuída entre os estabelecimentos desta categoria. Os estabelecimentos da “agricultura não familiar” eram dez vezes maiores do que os da “agricultura familiar”, com tamanho médio calculado em 515,3 hectares. Deste modo, é possível afirmar que existe a desigualdade no uso da terra no Grupo Comparativo em questão. Em relação aos municípios, devido à extensão territorial, Morrinhos apresentou a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários (35,9%) e, também, a maior área destinada à atividade (20,9%). Também em virtude de sua área, Santo Antônio de Goiás possuía a menor quantidade de propriedades (1,4%) e a menor área de cultivo (0,9%). A maior diferença entre os tamanhos médios dos estabelecimentos esteve em Chapadão do Céu, onde o estabelecimento da “agricultura não familiar” era cinquenta e quatro vezes maior que o da “agricultura familiar” e a menor diferença esteve em Santo Antônio de Goiás, com tamanho dez vezes superior entre a primeira e a segunda categorias mencionadas.

A produção agrícola do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM resultou no valor total pouco acima de 485,1 milhões de reais, com a maior parcela criada pela lavoura temporária, cujo produto principal foi a soja em grão, de acordo com o Quadro 13. O município

que apresentou a maior participação na produção de soja foi Montividiu, responsável por 47,0% do valor produzido pelo Grupo em 2006. As demais categorias de produção do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM tiveram o município de Morrinhos como principal produtor, sendo o responsável por: 57,9% da produção de banana, principal produto da lavoura permanente; 71,1% da produção de alface, item mais relevante da horticultura; e, por fim, 83,6% da produção de queijo requeijão, principal item da categoria da agroindústria rural.

Quadro 13 – Principais produtos agrícolas dos municípios goianos integrantes do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM segundo categoria e valor da produção, 2006

Categoria	Principais Produtos	Valor da Produção (em mil reais)	Representatividade (em %)
Horticultura	Alface	90	21,3
	Milho verde em espiga	42	9,9
	Pepino	39	9,2
	Repolho	31	7,3
	Tomate	27	6,4
	Total	423	100,0
Agroindústria Rural	Queijo e requeijão	834	67,1
	Aguardente de cana	197	15,9
	Carne de bovinos	117	9,4
	Carne de suínos	47	3,8
	Carne de outros animais	28	2,3
	Total	1.242	100,0
Lavoura temporária	Soja em grão	270.273	56,0
	Milho em grão	73.671	15,3
	Algodão herbáceo	38.630	8,0
	Cana-de-açúcar	25.715	5,3
	Sorgo em grão	5.260	1,1
	Total	482.796	100,0
Lavoura permanente	Banana	359	53,3
	Laranja	284	42,1
	Palmito	30	4,5
	Coco-da-baía	1	0,1
	-	-	-
	Total	674	100,0

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em 2006, o valor total da produção animal do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi de, aproximadamente, 75,6 milhões de reais, distribuídos em três produtos principais: leite de vaca (96,1%), ovos de galinha (3,6%) e mel de abelha (0,3%). O município de Morrinhos também esteve como o maior responsável pelos itens da produção animal, com as respectivas participações: 42,7%, 66,7% e 25,3%. Em relação ao tamanho dos rebanhos, o

GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM possuía cerca de 955,8 mil cabeças de bovinos, cuja maior quantidade esteve em Morrinhos (27,0%); aproximadamente 81,1 mil cabeças de suínos, os quais estiveram, em maioria, no município de Montividiu (48,2%); e quase 612,9 mil aves galináceas, cuja maior parcela pertenceu, também, a Morrinhos (56,6%).

Até o ano de 2010, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM possuía 12 projetos de assentamento da Reforma Agrária, fixados em uma área total de quase 13,6 mil hectares, correspondentes a 1,1% da área destinada à atividade agropecuária. Os projetos possuíam capacidade para abrigar 377 famílias, porém, apresentava taxa de ocupação de 96,5%. O município com maior número de projetos de assentamento foi Caçu, com participação de 33,3% sobre o total de projetos. Além deste município, somente mais quatro estavam inseridos nas políticas de Reforma Agrária até aquele ano: Barro Alto, Chapadão do Céu, Lagoa Santa e Morrinhos.

Em resumo, as variáveis analisadas indicaram que os dos municípios integrantes do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM possuem características heterogêneas, com semelhanças apenas em relação à oferta de serviços públicos e à mortalidade infantil, também devendo-se observar a dispersão geográfica nos quais se encontram. Dentre os municípios, dois se apresentam como os de maior grau de desenvolvimento econômico e humano, se comparado aos demais do mesmo Grupo: Morrinhos e Chapadão do Céu, com destaque para o desempenho econômico do primeiro e para os indicadores sociais e demográficos do segundo. Já os municípios de Mairipotaba e São João da Paraúna podem ser considerados como deprimidos, com indicadores sociais de baixa valoração e alta desigualdade na distribuição da renda. Nestes, portanto, se faz essencial a intervenção estatal como motor para o desenvolvimento, ação que já fora iniciada em São João da Paraúna, ao inclui-lo no TR Sudoeste de Goiás.

3.3 OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: O ANTES E O DEPOIS DA INTERVENÇÃO ESTATAL

As informações demográficas e geográficas dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás podem ser verificadas na Tabela 03. Em relação aos aspectos geográficos, a média de municípios por Território foi equivalente a 13,1, contudo, observa-se que existe alto grau de variabilidade na composição destes Territórios, uma vez que o TR Médio Araguaia possui o maior número de municípios: 21, valor quase três vezes acima da quantidade apresentada pelo TC Chapada dos Veadeiros, o menor deles, com oito municípios em solo

exclusivamente goiano. O tamanho dos municípios também apresentou grande variação, uma vez que o maior deles – o TR Médio Araguaia – possui extensão três vezes superior ao menor tamanho encontrado – TR Vale do São Patrício. Esses fatores dificultam a formação de uma identidade territorial e criam empecilhos para a gestão social, necessárias à execução da política.

Tabela 03 - Aspectos demográficos e geográficos dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2010

Territórios	População Total	População Urbana	% Pop. Urbana	População Rural	% Pop. Rural	Área (Km ²)	Dens. demográfica (hab/Km ²)
Das Águas Emendadas	229.269	192.777	84,08	36.492	15,92	17.093,0	13,41
Estrada de Ferro	136.511	99.644	72,99	36.867	27,01	11.605,9	11,76
Vale do Rio Vermelho	156.355	123.296	78,86	33.059	21,14	11.977,4	13,05
Médio Araguaia	166.073	128.407	77,32	37.666	22,68	36.243,2	4,58
Vale do São Patrício	201.809	171.408	84,94	30.401	15,06	10.677,1	18,90
Chapada dos Veadeiros	62.684	42.140	67,23	20.544	32,77	21.337,7	2,94
Vale do Paranã	107.311	69.222	64,51	38.089	35,49	17.388,7	6,17
Mun. Agrop. Menor IDHM	76.950	40.051	52,05	36.899	47,95	23.712,6	3,25
Mun. Agrop. Maior IDHM	110.774	91.728	82,81	19.046	17,19	14.807,0	7,48
Goiás	6.003.788	5.420.714	90,29	583.074	9,71	340.103,5	17,65
Brasil	190.755.799	160.925.804	84,36	29.829.995	15,64	8.502.728,3	22,43

Fonte: IBGE, 2016. SIT, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em referência aos dados demográficos, em 2010 os Territórios concentravam um contingente populacional próximo a 1,06 milhão de habitantes, equivalentes a 17,7% do total de habitantes de Goiás, a revelar o baixo povoamento dos municípios que os compõem, em razão da área dos Territórios superar a quantia de um terço do estado. Ao se comparar com a densidade demográfica de Goiás, apenas o TR Vale do São Patrício apresentou povoamento superior ao valor estadual, fator que se relaciona com sua abrangência geográfica – pequena em relação aos demais. O menor grau de povoamento foi encontrado no TC Chapada dos Veadeiros, caso que pode ser explicado, em partes, pela presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, instrumento de preservação ambiental, como já visto. A tendência de baixo povoamento também pôde ser observada nos GCs que, portanto, confirmam que em Goiás existe concentração de população em poucos municípios, o que evidencia a essência rural do estado.

Do total de habitantes dos Territórios, a maior parcela residia nas áreas urbanas (78,0%), valor consideravelmente abaixo do percentual estadual, o que vislumbra a realidade rural dos

municípios integrados às políticas territoriais que, são ainda mais rurais a despeito da controversa metodologia adotada pelo IBGE. Os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã possuíam mais de 30% da população residente em áreas rurais – o triplo do valor estadual e o dobro do valor nacional, contudo, não superaram o valor do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM, o qual apresentava quase metade de sua população em áreas rurais. O Território com menor parcela de população rural foi o TR Vale do São Patrício, localizado na região centro-norte de Goiás, próximo ao eixo Goiânia-Brasília, região mais urbanizada do estado, o que também explica o valor de sua densidade demográfica.

Em relação aos dados demográficos e geográficos para 2010, a análise estatística presente na Tabela 04 revela que o único fator que apresenta heterogeneidade moderada é a quantidade de habitantes rurais, justamente o quesito que habilita os municípios que a serem inseridos na atual política de desenvolvimento em áreas rurais. As demais variáveis apresentaram alto grau de variação, o que aponta para Territórios heterogêneos entre si e denota a necessidade da adoção de estratégias que se adequem às realidades distintas de cada Território no que concerne à manutenção dos indivíduos em seu local de origem e, sobretudo, no campo. A heterogeneidade observada também pode ser usada para possíveis revisões ou readequações da metodologia que determina a quantidade de municípios, bem como o tamanho do Território e as distâncias a serem percorridas para a gestão social, o que pode beneficiar mais a um município em detrimento de outro.

Tabela 04 - Estatísticas descritivas dos aspectos demográficos e geográficos dos Territórios implantados em Goiás, 2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
População Total	62.684	229.269	151.430,286	56.095,962	0,370
População Urbana	42.140	192.777	118.127,714	53.309,206	0,451
População Rural	20.544	38.089	33.302,571	6.272,780	0,188
Quantidade de Municípios	7	21	13,143	4,776	0,363
Área	10.677,1	36.243,2	18.046,143	8.906,151	0,494
Densidade demográfica	2,94	18,90	10,117	5,732	0,567

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

A dinâmica populacional dos Territórios, isto é, a evolução da quantidade de habitantes nas décadas de 1991-2000 e 2000-2010, é evidenciada na Tabela 05. É possível observar que o crescimento populacional total, sobretudo das áreas urbanas, ocorreu de maneira mais expressiva nos anos 1991 a 2000. Em contrapartida, o crescimento das populações rurais ocorreu de modo díspare: ambos períodos registraram êxodo rural, porém com menor

intensidade nos anos 2000-2010, fenômeno que, para Graziano da Silva (2001), reflete a característica do novo rural brasileiro, em que há a elevação do crescimento das populações rurais e um ponto de inflexão do êxodo rural a partir dos anos 2000.

Tabela 05 - Taxa média anual de crescimento populacional dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010 (em %)

Territórios	1991-2000			2000-2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Das Águas Emendadas	4,38	6,55	-2,08	1,99	1,82	2,98
Estrada de Ferro	1,71	3,10	-0,31	1,01	2,25	-1,36
Vale do Rio Vermelho	-0,43	0,98	-2,94	0,03	0,91	-2,28
Médio Araguaia	-0,08	1,18	-2,82	-0,02	0,13	-0,51
Vale do São Patrício	0,85	2,93	-3,28	1,31	2,30	-2,23
Chapada dos Veadeiros	1,41	4,66	-1,68	1,19	2,27	-0,52
Vale do Paranã	0,48	3,13	-2,19	1,67	2,20	0,81
Mun. Agrop. Menor IDHM	0,88	7,14	-2,45	0,50	0,35	0,67
Mun. Agrop. Maior IDHM	0,95	3,27	-3,38	1,95	2,75	-0,83
Goiás	2,72	3,93	-2,37	2,00	2,33	-0,39
Brasil	1,74	2,70	-1,24	1,23	1,67	-0,63

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Na primeira década analisada, entre os anos 1991 e 2000, os Territórios apresentaram média de crescimento anual abaixo do valor estadual, com exceção, apenas, da porção goiana do TC Das Águas Emendadas. O TC Vale do Rio Vermelho e o TR Médio Araguaia, ao contrário do ritmo estadual e dos demais agrupamentos municipais, obtiveram decréscimo em suas populações totais, ocasionados, principalmente, pela forte queda no quantitativo de habitantes em núcleos rurais. É importante destacar que, nesta década, todos as unidades territoriais observadas apresentaram redução da população rural, inclusive nas esferas estadual e nacional. O TR Vale do São Patrício apresentou a maior queda em relação ao demais Territórios, sendo inferior apenas à involução demonstrada pelo GC dos Municípios com Maior IDHM. Em relação à dinâmica dos residentes na zona urbana, os TCs Das Águas Emendadas e Chapada dos Veadeiros ostentaram as maiores médias de crescimento anual, superiores à média estadual. Ainda assim, a taxa apresentada pelo GC dos Municípios com Menor IDHM esteve acima das demais no período destacado.

Entre os anos 2000 e 2010, a média de crescimento estadual foi superior à taxa apresentada pelos Territórios quando analisadas as populações totais e urbanas. O maior percentual médio de crescimento demográfico total esteve na porção goiana do TC Das

Emendadas. O TR Médio Araguaia manteve a tendência de perda de população, também influenciado pelo êxodo rural, que permaneceu em cinco Territórios, mesmo em ritmo desacelerado em comparação às variações da década anterior. Em tendência oposta, os TCs Das Águas Emendadas e Vale do Paranã apresentaram taxas médias anuais positivas na evolução da quantidade de habitantes no meio rural, com valores acima dos padrões estadual e nacional. Ao referir-se à população urbana, a maior taxa média encontrada entre os Territórios pertenceu ao TC Chapada dos Veadeiros, cujo valor esteve abaixo da média do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM e do resultado estadual, mas acima da taxa nacional.

A Tabela 06 apresenta a análise estatística para as taxas médias anuais de crescimento da população e sua distribuição. Por meio dos dados, é possível perceber que a evolução ocorreu de maneira irregular entre os Territórios em estudo, a apresentar alta heterogeneidade em todas as variáveis nos dois períodos verificados. A maior discrepância foi encontrada no crescimento da população rural para o segundo período analisado, no qual o padrão apresentado pelos Territórios, intensificou as diferenças na capacidade de atração da população rural entre os Territórios, com o aumento da heterogeneidade, que é corroborado ainda pela elevação da amplitude e da dispersão.

Tabela 06 - Estatísticas descritivas da taxa média anual de crescimento populacional dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
% Crescimento Pop. Total (1991-2000)	-0,426	4,376	1,187	1,598	1,346
% Crescimento Pop. Total (2000-2010)	-0,025	1,991	1,025	0,768	0,749
% Crescimento Pop. Urbana (1991-2000)	0,983	6,555	3,220	1,934	0,601
% Crescimento Pop. Urbana (2000-2010)	0,127	2,303	1,697	0,851	0,502
% Crescimento Pop. Rural (1991-2000)	-3,283	-0,306	-2,185	0,997	-0,456
% Crescimento Pop. Rural (2000-2010)	-2,284	2,978	-0,444	1,858	-4,183

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Uma das maneiras de averiguar se a intervenção estatal tem promovido a ampliação das liberdades é com o uso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDHM é um índice de fácil mensuração e compreensão, composto de três dimensões relacionadas à qualidade de vida: as oportunidades de se levar uma vida longa e saudável por meio de indicadores de saneamento básico e saúde; de ter acesso ao conhecimento por meio da educação de qualidade; e, de poder desfrutar de um padrão de vida digno com base em indicadores da renda e do trabalho. Por meio

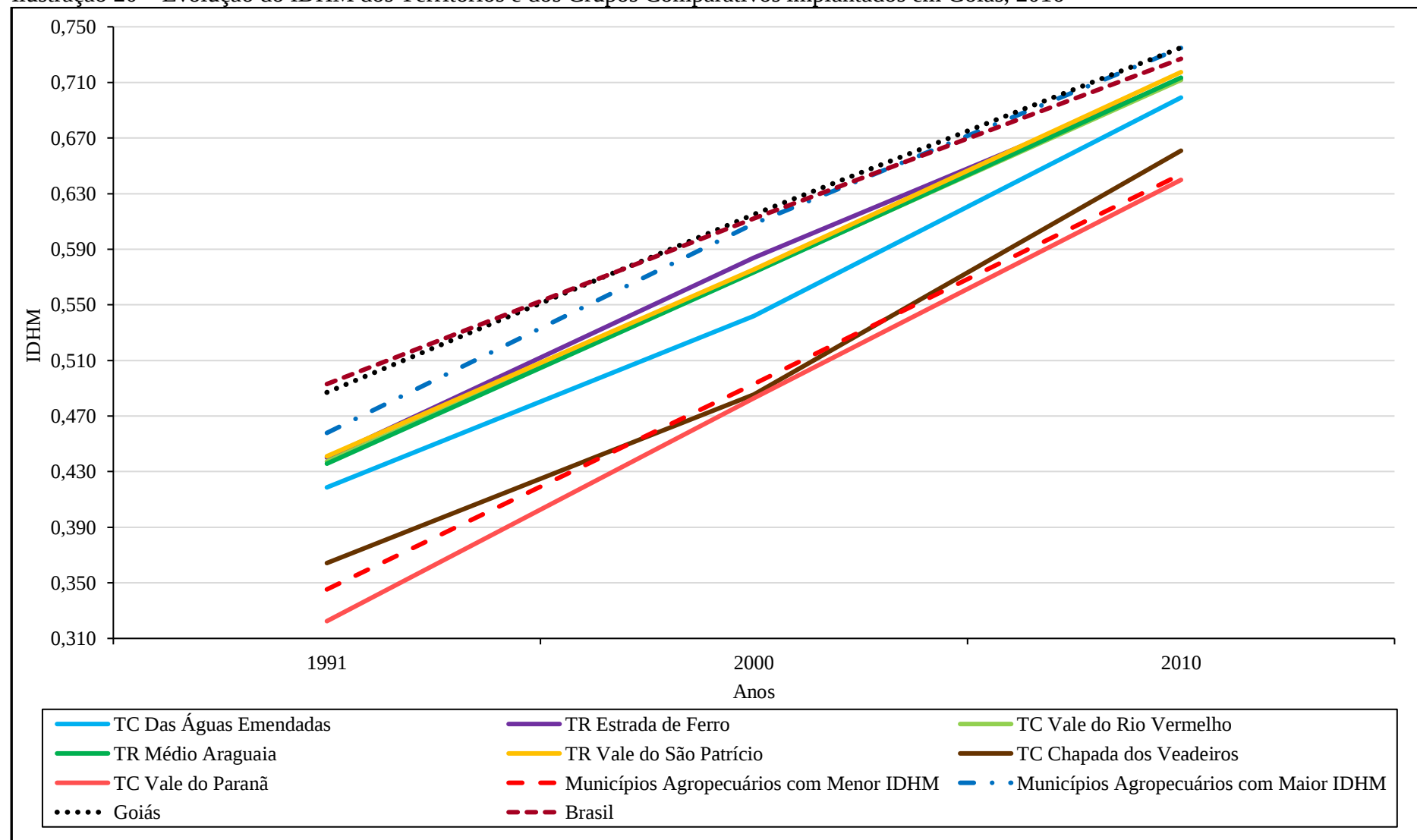
da Ilustração 20 é possível depreender a evolução ascendente e, por vezes linear, dos valores do IDHM para os Territórios e Grupos Comparativos em Goiás. De modo geral, observa-se que a grande maioria dos municípios integrantes dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania em Goiás obteve bom desempenho no IDHM calculado, a elevar, em duas décadas, sua posição em duas ou mais faixas.

No ano 1991, os arranjos territoriais foram classificados como “IDHM Muito Baixo”, inclusive os GCs e os índices estadual e nacional. No ano 2000, os TCs Das Águas Emendadas e Vale do Rio Vermelho e os TRs Estrada de Ferro, Médio Araguaia e Vale do São Patrício passaram a ser classificados como “IDHM Baixo”. Naquele ano, os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã permaneceram com a classificação anterior. Em 2010, os TR Estrada de Ferro, Médio Araguaia e Vale do São Patrício, assim como o TC Vale do Rio Vermelho alcançaram índice classificado como “Alto”, a igualarem-se ao índice estadual. Já os TC Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã foram classificados como “IDHM Médio”.

O desempenho positivo do IDHM pode ser avaliado tendo-se como base a Análise de Variância (ANOVA), presente no Quadro 14 da seção dos Apêndices, a qual demonstrou alta variabilidade, com a contínua melhoria do índice em cada ano analisado e rejeitou a hipótese igualdade entre as médias de cada amostra. A variância das amostras apresentou queda progressiva, contudo com maior intensidade entre os anos 2000-2010.

Em termos absolutos, o maior progresso durante os dois decênios analisados pertenceu ao TC Vale do Paranã, que quase dobrou o valor de seu índice: em 1991 o IDHM equivalia a 0,322 e em 2010 passou a ser 0,640 – um incremento de 98,5%, acima do crescimento proporcional de Goiás e do Brasil. Contudo, tal desempenho não foi capaz de alterar o patamar do TC Vale do Paranã que, em 2010, obteve o menor IDHM em relação aos demais (0,640). O menor progresso relativo foi encontrado no TR Estrada de Ferro que apresentou variação de 61,8% entre 1991 e 2010. Em 2010, o TR Vale do São Patrício possuía o maior índice dentre os Territórios analisados (0,717), porém, abaixo dos valores estadual (0,735) e nacional (0,727). O GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM obteve índice acima dos demais (0,735), com resultado igual ao do estado e superior ao nacional.

Ilustração 20 – Evolução do IDHM dos Territórios e dos Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A análise estatística descritiva dos valores do IDHM, presente na Tabela 07, revelou que os valores apresentados possuíam heterogeneidade moderada no primeiro ano e baixa heterogeneidade nos demais períodos, com maior semelhança entre os valores no ano de 2010, fato que pode ser visto pela inclinação das curvas da Ilustração 20 e pela progressiva diminuição nos valores do desvio-padrão. Estas informações direcionam ao entendimento de que a política de desenvolvimento territorial rural, criadas naquela década auxiliaram o melhor desempenho deste indicador e, principalmente, implicam a melhoria da qualidade de vida da população por ela atendida.

Tabela 07 - Estatísticas descritivas do IDHM dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

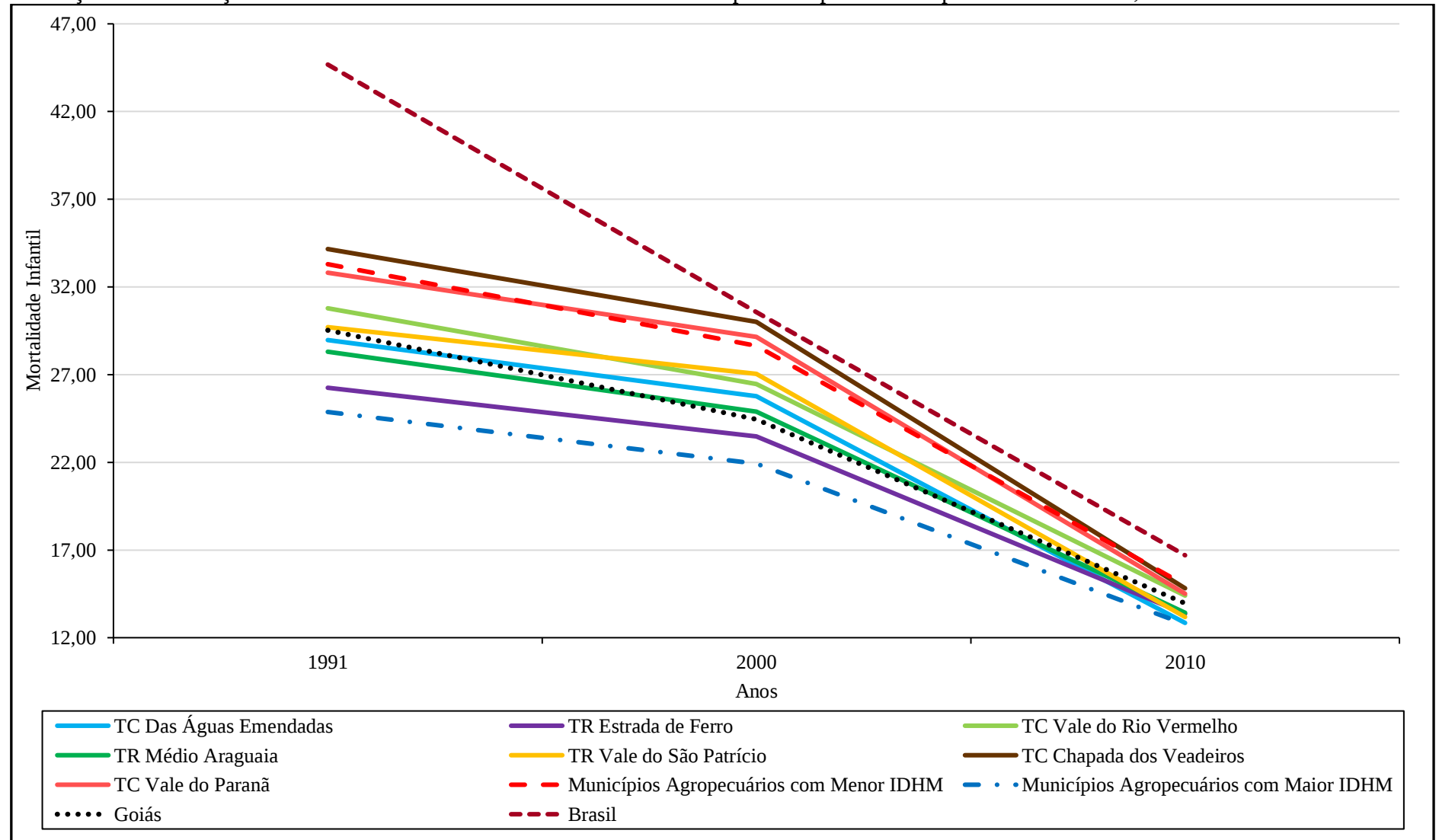
Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
IDHM (1991)	0,322	0,441	0,408	0,047	0,114
IDHM (2000)	0,483	0,584	0,545	0,044	0,080
IDHM (2010)	0,640	0,717	0,693	0,031	0,044

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Fazem parte do cômputo do IDHM indicadores que demonstram as condições de moradia e de expectativa de vida, que auxiliam na reflexão sobre o bem-estar social de um município. Estes são considerados os componentes do IDHM Longevidade. De acordo com a metodologia desenvolvida por Ortega e Jesus (2015), os indicadores avaliados neste estudo são a mortalidade infantil e as proporções de residentes em domicílios com energia elétrica, banheiro e água encanada.

A incidência da mortalidade infantil representa nível de acesso que a população tem aos programas de saúde e às condições de saneamento básico presentes no local de residência, necessárias para garantir o crescimento saudável durante período mais frágil da existência humana: o primeiro ano de vida. A Análise de Variância (ANOVA), presente no Quadro 14 da seção dos Apêndices, indicou diferenças significativas entre as médias das amostras de cada ano, o que revela alterações significativas na trajetória do indicador ao longo das duas décadas. A variância foi decrescente em todos os anos, porém, regrediu acentuadamente entre os anos 2000 e 2010, a revelar queda expressiva na quantidade de mortes infantis. Este comportamento é facilmente perceptível por meio da Ilustração 21.

Ilustração 21 – Evolução da mortalidade infantil nos Territórios e dos Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Entre os anos 1991 e 2000, a variação média da mortalidade infantil nos Territórios goianos representou a redução de 11,4% no número de mortes, enquanto que em Goiás a queda ocorreu em maior intensidade (-17,2%). Já no período 2000-2010, a queda dos valores territoriais equivaleu a 48,2%, variação acima do padrão estadual (-42,9%), a demonstrar a melhoria das condições de salubridade das localidades estudadas em virtude do direcionamento de políticas específicas que levam ao aumento do bem-estar. Durante as duas décadas avaliadas, a maior variação percentual entre os Territórios foi alcançada pelo TC Chapada dos Veadeiros, com uma redução de 56,6% no indicador, com valor inicial equivalente a 34,2 mortes no primeiro ano de vida para 14,8. A menor variação relativa, mas não menos considerável, pertenceu ao TR Estrada de Ferro, que passou de 25,3 para 13,4 mortes prematuras. Tais resultados são satisfatórios se comparados aos percentuais dos Grupos Comparativos: queda de 47,6% para os Municípios de Menor IDHM e de 41,8% para os de Maior IDHM.

Apesar da alta variabilidade entre os períodos, os números da mortalidade infantil foram considerados homogêneos nos três anos verificados, quando da comparação entre os Territórios, conforme aponta a Tabela 08 ao expor os resultados da análise estatística descritiva.

Tabela 08 - Estatísticas descritivas da mortalidade infantil dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
Mortalidade Infantil (1991)	26,250	34,161	30,141	2,701	0,090
Mortalidade Infantil (2000)	23,487	30,006	26,689	2,295	0,086
Mortalidade Infantil (2010)	12,843	14,816	13,791	0,766	0,056

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Nos anos de 1991 e 2000, os valores do desvio-padrão demonstram maior dispersão entre os valores territoriais comprovados pelas distâncias no início das curvas quando da observação da Ilustração 21. Em 2010, os valores foram mais uniformes e próximos à média, com menor coeficiente de variação, o que denota a já mencionada influência das políticas adotadas. Nos anos de 1991 e 2000, o TR Estrada de Ferro apresentou os valores mínimos da mortalidade infantil e o TC Chapada dos Veadeiros obteve os valores máximos. O valor mínimo de 2010 pertenceu ao TC Das Águas Emendadas e o valor máximo foi encontrado no TC Vale do Rio Vermelho.

Em relação aos serviços públicos, a Ilustração 22 apresenta a evolução da quantidade de população beneficiada com energia elétrica nos municípios integrados à política de desenvolvimento territorial. A partir da observação das trajetórias das curvas é possível depreender que o serviço público de fornecimento de energia elétrica sofreu drástico aumento entre os anos de 1991 e 2010, sobretudo para os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã, cujos percentuais de população residente em domicílios com energia elétrica se elevaram, respectivamente, 91,4% e 102,1% no período. Entretanto, a elevação de forma mais acentuada, com crescimento médio de 34,1%, ocorreu no período de 1991 a 2000, o que remonta a políticas anteriores ao estabelecimento dos arranjos territoriais. A Análise de Variância (ANOVA) rejeitou a hipótese de igualdade das médias nos três anos analisados, com redução da desigualdade no período entre 2000 e 2010, como indica a trajetória de queda da variância, o que implica em proporções de população com acesso à energia elétrica mais homogêneas nesta década.

A estatística descritiva do número de domicílios atendidos com energia elétrica, demonstrada na Tabela 09, confirma, ainda, a hipótese da elevação progressiva da proporção de habitantes beneficiada ao longo dos anos, porém a quantidade se eleva com maior intensidade entre os anos de 1991 a 2000. Os percentuais para o ano de 1991 apresentaram heterogeneidade elevada, com grande dispersão entre a média e os demais valores apresentados. Em 2000, a heterogeneidade se torna moderada e o valor médio sofre elevação superior a 20% e a dispersão cai, com a diminuição do valor do desvio-padrão. Em 2010, a média se eleva, a dispersão reduz em maior proporção e os dados se tornam mais homogêneos.

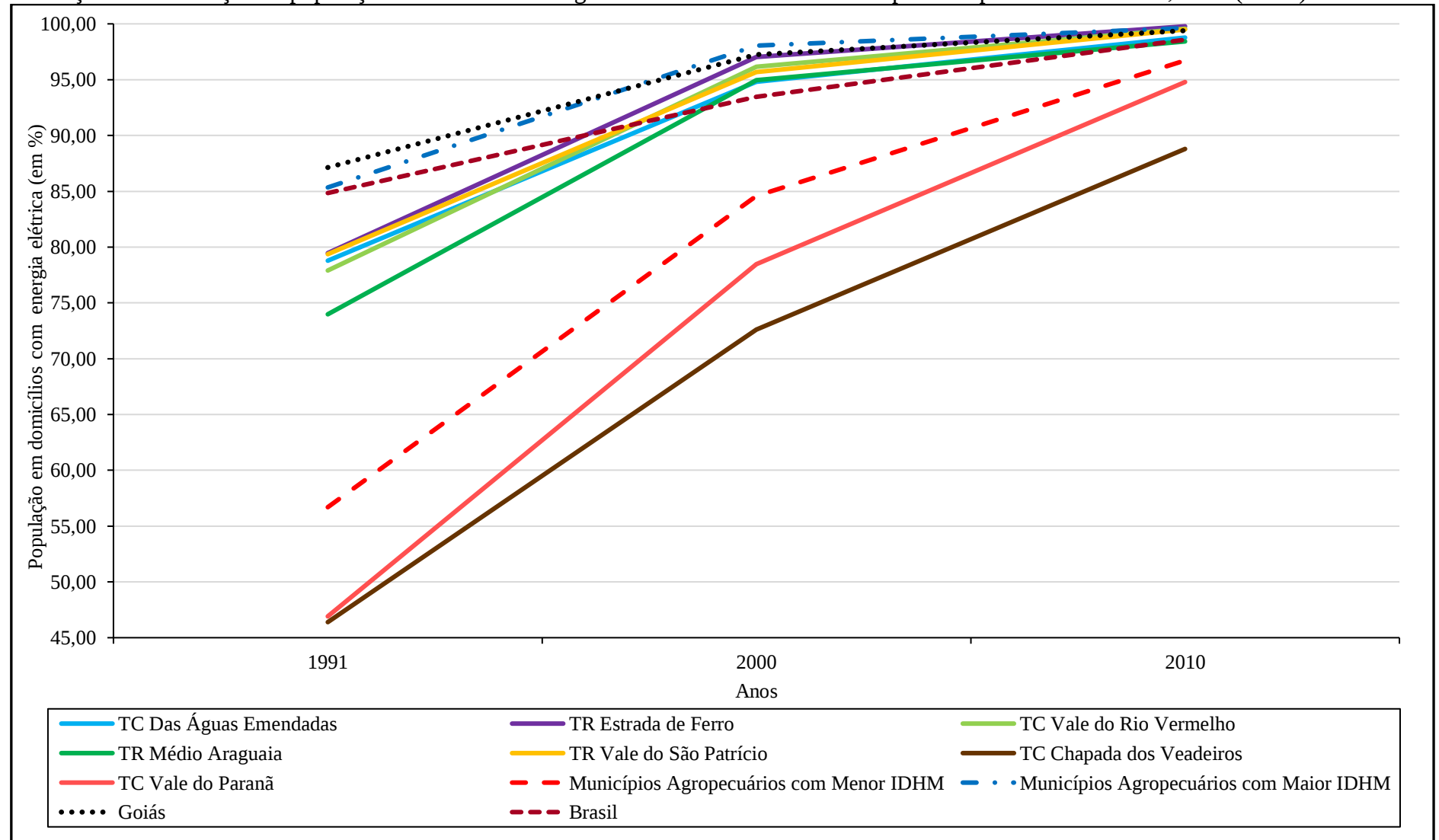
Tabela 09 - Estatísticas descritivas da proporção de população residente em domicílios com energia elétrica dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
% Pop. Domicílios Energia Elétrica (1991)	46,393	79,462	68,970	15,360	0,223
% Pop. Domicílios Energia Elétrica (2000)	72,594	97,023	89,954	10,028	0,111
% Pop. Domicílios Energia Elétrica (2010)	88,793	99,782	97,088	4,040	0,042

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Infere-se que, a partir da avaliação estatística, o crescimento do número de habitantes atendidos com energia elétrica cresce, consideravelmente, no período anterior à política de desenvolvimento territorial. Contudo, a desigualdade na distribuição do serviço diminui a partir da implantação dos Territórios, o que ressalta a eficiência da intervenção governamental.

Ilustração 22 – Evolução da população atendida com energia elétrica nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em valores absolutos, o TR Estrada de Ferro foi o agrupamento de municípios que apresentou os maiores percentuais de população atendida com energia elétrica em todos os anos analisados, sendo deste Território os valores máximos apresentados. Em oposição, pertencem ao TC Chapada dos Veadeiros todos os valores mínimos expostos na Tabela 09, o que o torna o Território com o menor acesso ao bem público averiguado. Nos anos de 1991 e 2000, nenhum Território apresentou valor superior à proporção estadual. No entanto, em 2010, este cenário se alterou e três Territórios apresentaram percentuais acima do padrão do estado (99,4%): TR Estrada de Ferro, TC Vale do Rio Vermelho (99,7%) e TR Vale do São Patrício (99,5%).

O cenário encontrado para o fornecimento de energia elétrica se repete na proporção de população residente em domicílios com banheiro e água encanada: variação mais acentuada na primeira década analisada, entre 1991 e 2000, tanto na comparação entre os anos, quanto na comparação entre os Territórios. A análise descritiva, constante na Tabela 10, apontou alta heterogeneidade entre os valores obtidos para cada Território no ano de 1991, elevada dispersão entre os dados e valores máximo e mínimo equidistantes da média encontrada, o que denota um distanciamento entre os municípios inseridos na política territorial. No ano 2000, os valores máximo e mínimo se elevam, a dispersão dos dados sofre uma leve queda e a heterogeneidade torna-se moderada. Em 2010, a dispersão diminui e os percentuais de cada Território apresentam maior grau de homogeneidade. Este cenário aponta para a redução progressiva das disparidades intermunicipais.

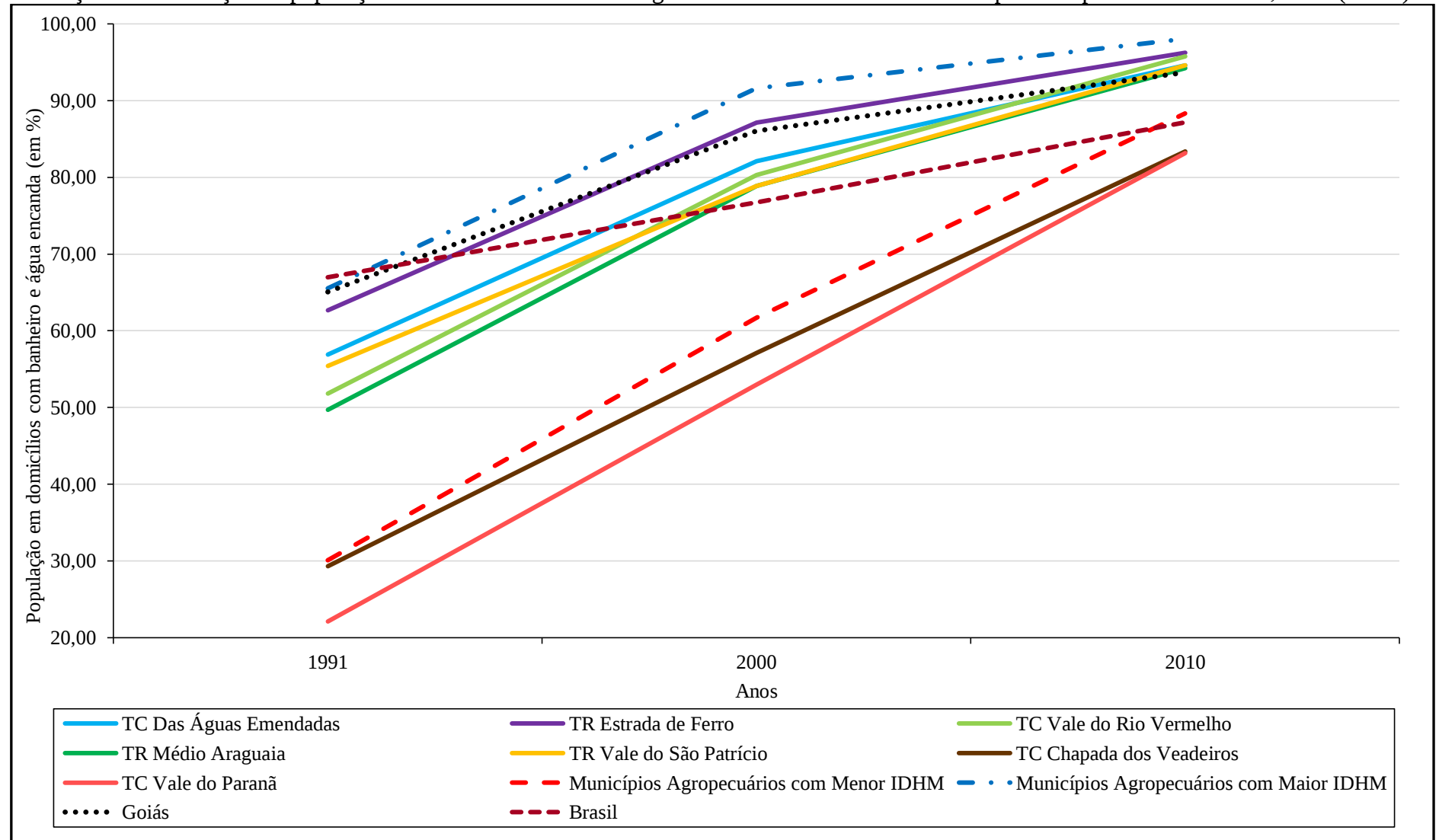
Tabela 10 - Estatísticas descritivas da proporção de população residente em domicílios com banheiro e água encanada dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada (1991)	22,141	62,687	46,862	15,145	0,323
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada (2000)	52,971	87,109	73,907	13,238	0,179
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada (2010)	83,156	96,222	91,704	5,803	0,063

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Em relação à Análise de Variância (ANOVA), os dados indicaram alta variabilidade das médias em todos os anos verificados, com trajetória dinâmica do indicador ao longo do tempo. A variância reduziu-se significativamente no decênio 2000-2010, a indicar percentuais de domicílios com banheiro e água encana mais equânimes entre os Territórios. A Ilustração 23, além de corroborar a existência de variação, aponta para o crescimento a taxas decrescentes entre os anos 2000 e 2010 para a maioria dos Territórios, o que denota maior homogeneidade.

Ilustração 23 – Evolução da população atendida com banheiro e água encanada nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

A dinâmica sobressalente somente se diferencia em relação ao TC Vale do Paranã, cuja curva apresenta trajetória linear ocasionada pelas variações percentuais semelhantes e crescentes nos anos analisados. No entanto, a posição da curva do TC Vale do Paranã expõe a realidade deste Território auferir os menores percentuais em todos os anos pesquisados, cujos valores correspondem ao mínimo apresentado na Tabela 10. Em todos os anos avaliados, a curva mais alta pertenceu ao TR Estrada de Ferro, trajetória que retrata os maiores percentuais (valores máximos) obtidos em relação aos demais Territórios estudados.

Em referência ao parâmetro estadual, em 1991 nenhum Território apresentou valor acima do percentual estadual (65,1%), sendo este inferior ao percentual calculado para o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM. No ano 2000, o TR Estrada de Ferro foi o único a ultrapassar o valor estadual (86,1%), mas, ainda assim, esteve abaixo da proporção encontrada para o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM (91,6%). Em 2010, este GC manteve o maior quantitativo dentre demais os arranjos territoriais (98,1%) e 71,4% dos Territórios apresentaram percentual acima do valor estadual (93,7%), com exceção dos TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã. Em geral, os valores da proporção de domicílios com banheiro e água encanada revelam que a política de desenvolvimento territorial contribuiu para a melhor distribuição dos serviços básicos de saneamento, mas não foi a única responsável pela aproximação dos Territórios com o padrão estadual, uma vez que iniciativas diversas levaram ao aumento considerável deste atendimento ainda na última década do século XX.

Os dados educacionais são importantes instrumentos de avaliação do desenvolvimento humano e está incluído na composição do IDHM por meio do subíndice “IDHM Educação”. Deste modo, as variáveis analisadas são: taxa de analfabetismo da população adulta, expectativa de anos de estudo, percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo e percentual da população de 25 anos ou mais com ensino superior completo. Os correspondentes valores das duas primeiras variáveis mencionadas estão expostos na Tabela 11.

A proporção de adultos analfabetos apresentou taxa de variação decrescente ao longo de todo o período analisado em todos os arranjos territoriais pesquisados, com redução média de 51,1% no período entre 1991 e 2010. Entretanto, nenhum Território ou Grupo Comparativo apresentou percentuais abaixo do padrão estadual, o demonstra a possibilidade de aprofundamento da política de desenvolvimento territorial que busquem a eliminação deste problema. Em âmbito territorial, a maior redução proporcional da taxa de analfabetismo ocorreu

no TC das Águas Emendadas, que reduziu o percentual de adultos analfabetos em 56,4% nos anos investigados. A menor retração ocorreu no TR Médio Araguaia, com queda de 44,4%.

Tabela 11 - Taxa de analfabetismo da população adulta e expectativa de anos de estudo dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010

Territórios	Taxa de analfabetismo da população adulta (em %)			Expectativa de anos de estudo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Das Águas Emendadas	25,64	17,25	11,19	7,83	8,11	9,63
Estrada de Ferro	20,74	13,64	9,79	8,20	8,80	9,65
Vale do Rio Vermelho	27,16	18,67	13,57	7,88	9,01	10,23
Médio Araguaia	25,41	18,13	14,12	8,24	9,24	10,36
Vale do São Patrício	23,92	16,53	11,42	8,13	8,85	10,22
Chapada dos Veadeiros	39,22	26,94	19,41	6,69	7,15	9,11
Vale do Paranã	42,91	28,93	20,02	6,54	7,65	9,38
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	34,10	22,95	17,47	6,91	8,03	9,30
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	22,84	15,11	9,80	8,55	9,22	10,03
Goiás	19,73	12,86	8,46	8,30	9,04	9,72
Brasil	20,88	14,50	10,19	8,16	8,76	9,54

Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em termos absolutos, o TC Vale do Paranã obteve a maior taxa de analfabetismo nos anos 1991, 2000 e 2010, percentuais evidenciados na descrição estatística da Tabela 12 por meios dos valores máximos. Já a menor taxa pertenceu ao TR Estrada de Ferro para o mesmo período e correspondem aos valores mínimos da análise estatística. Esta, por sua vez, apontou heterogeneidade elevada e valores de variação muito próximos para a taxa de analfabetismo nos três anos estudados, com maior diferenciação nos valores de 1991.

A Análise de Variância (ANOVA) apresentou variabilidade significativa para os três períodos (1991, 2000 e 2010) que corrobora o movimento ao longo dos anos para a diminuição da taxa de analfabetismo. No entanto, para o primeiro período em questão, a variância das amostras foi superior em relação ao período seguinte, a confirmar discreta supremacia do decênio 1991-2000 no combate ao analfabetismo. Em resumo, os dados estatísticos demonstram que houve queda na taxa de analfabetismo, em taxas semelhantes para os dois períodos, mas que não produziram a redução da desigualdade das proporções entre os Territórios, o que possibilitaria condições iguais a toda as pessoas, independentemente do local em estão inseridas.

Tabela 12 - Estatísticas descritivas da taxa de analfabetismo da população adulta e expectativa de anos de estudo dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Taxa de analfabetismo da pop. adulta (1991)	20,737	42,909	29,285	8,357	0,285
Taxa de analfabetismo da pop. adulta (2000)	13,642	28,926	20,014	5,673	0,283
Taxa de analfabetismo da pop. adulta (2010)	9,792	20,016	14,216	4,033	0,284
Expectativa de anos de estudo (1991)	6,538	8,243	7,645	0,723	0,095
Expectativa de anos de estudo (2000)	7,150	9,244	8,401	0,780	0,093
Expectativa de anos de estudo (2010)	9,114	10,356	9,798	0,479	0,049

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Acerca das expectativas de anos de estudo, a avaliação estatística demonstrou comportamento semelhante entre os dois primeiros anos pesquisados, não obstante a tendência à homogeneidade existente em todo o período. Contudo, a Análise de Variância (ANOVA) apontou elevada variabilidade entre as médias em todos os anos pesquisados, com crescimento da variância entre os anos 1991-2000 e redução expressiva para o decênio 2000-2010, o que indica maior proximidade entre os valores encontrados para o segundo período. Este cenário representa o crescimento do indicador no segundo período, resultado, sobretudo, da intervenção governamental, por exemplo, por meio da expansão da rede de ensino, com a criação de novos campus universitários e de novas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), da ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional promovidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ou da exigência da contrapartida da frequência escolar para o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF). Os últimos são programas públicos incluídos diretamente na política de desenvolvimento territorial.

Os números apontam que as maiores expectativas de anos dedicados ao estudo pertenceram ao TR Médio Araguaia nos períodos analisados. Em 1991, o desempenho mais baixo esteve no TC Vale do Paranã. Nos dois anos seguintes, os menores valores pertenceram ao TC Chapada dos Veadeiros. O cômputo das taxas de crescimento dos valores para cada decênio revelou que a tendência de permanência na escola é crescente para a maioria dos Territórios, com exceção do TC Vale do Rio Vermelho, cujo indicador se elevou a taxas negativas, e do TR Médio Araguaia, que obteve percentual de crescimento constante tanto no período 1991-2000, quanto entre 2000 e 2010. Na comparação com o resultado calculado para o estado, em 1991 a expectativa de anos de estudo em nível estadual foi superior a todas as médias territoriais. Já no ano 2000 o valor estadual foi superado apenas pelo TR Médio

Araguaia. E em 2010 o parâmetro estadual foi superado por três Territórios: TC Vale do Rio Vermelho, TR Médio Araguaia e TR Vale do São Patrício. Todavia, a média de anos de estudo do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi superior ao quantitativo estadual em todos os anos analisados.

A Tabela 13 apresenta a proporção de adultos segundo o nível de instrução durante o período 1991-2010. A observação preliminar dos dados corrobora com a análise anterior de que a população dos Territórios tem elevado sua escolarização, ano após ano. Contudo, as proporções permanecem abaixo do parâmetro estadual em cada segmento e ano.

Tabela 13 - Distribuição da população acima de 18 anos segundo nível de instrução nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás entre 1991 e 2010 (em %)

Territórios	Pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (em %)			Pessoas com 18 anos ou mais com ensino médio completo (em %)			Pessoas com 25 anos ou mais com superior completo (em %)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Das Águas Emendadas	21,84	28,60	49,59	10,76	14,25	33,47	2,08	1,87	7,43
Estrada de Ferro	20,50	28,79	44,74	10,35	15,86	29,21	1,33	2,35	6,83
Vale do Rio Vermelho	20,91	28,27	43,52	11,38	16,06	28,53	1,32	2,49	6,86
Médio Araguaia	18,78	27,03	44,83	8,85	14,50	28,99	1,06	2,17	6,84
Vale do São Patrício	21,13	29,34	45,94	11,68	16,39	30,08	2,11	2,91	6,84
Chapada dos Veadeiros	14,63	21,98	43,28	7,40	11,77	28,85	1,46	1,84	6,48
Vale do Paranã	11,38	20,21	37,43	5,92	10,24	23,82	0,76	0,94	4,65
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	10,27	17,65	34,41	4,35	8,01	17,89	0,39	0,55	3,63
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	19,90	29,74	48,72	10,25	16,57	32,44	1,44	3,20	7,54
Goiás	28,97	37,25	54,97	16,61	21,88	37,47	4,04	4,80	10,27
Brasil	30,09	39,76	54,92	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27

Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Entre 1991 e 2010, a variação percentual da parcela de indivíduos com algum curso de graduação foi superior em relação aos demais níveis, com a maior alteração ocorrida no TR Médio Araguaia (542,6%). Em relação à conclusão do ensino médio, a maior taxa de crescimento entre os decênios pertenceu ao TC Vale do Paranã, com variação percentual de 302,2%. Este Território também apresentou a maior elevação entre os detentores do diploma de ensino fundamental (228,9%). Apesar do desempenho positivo, o TC Vale do Paranã foi o único a obter os menores valores em cada nível para todos os anos analisados.

A verificação dos valores máximos calculados permite afirmar que dois Territórios concentraram os melhores desempenhos: o TC Das Águas Emendadas e o TR Vale do São

Patrício, que acumulou as maiores proporções nos seguintes níveis e anos: ensino fundamental completo no ano 2000; ensino médio completo nos anos 1991 e 2000; e, ensino superior completo também em 1991 e 2000. O TC Das Águas Emendadas superior nos seguintes níveis e anos: ensino fundamental completo nos anos de 1991 e 2010; ensino médio completo no ano 2010; e, ensino superior completo em 2010.

No que tange à proporção de adultos com ensino fundamental completo, nos três anos estudados a Análise de Variância (ANOVA) rejeitou a hipótese de igualdade entre as médias e apresentou variações significativamente estatísticas em todos os períodos, porém, com maior redução da desigualdade nas proporções no período entre 1991 e 2000. Entre 2000 e 2010, a variância pouco se alterou, com variação negativa de 1%, o que indica que o padrão de crescimento dos valores se deu de modo semelhante ao longo da década para todos os Territórios. A estatística descritiva, presente na Tabela 14, apontou redução progressiva da discrepância entre os Territórios ao longo dos anos, porém com a manutenção da dispersão dos valores em relação à média, principalmente em relação aos valores mínimos, isto é, ocorreu elevação da proporção de adultos com ensino fundamental completo em todos os Territórios, contudo a desigualdade aqueles que detinham os menores percentuais crescerem de maneira menos acelerada em relação ao demais.

Tabela 14 - Estatísticas descritivas da distribuição da população acima de 18 anos segundo nível de instrução dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
% pop. maior 18 anos ens. fundamental completo (1991)	11,381	21,842	18,452	3,949	0,214
% pop. maior 18 anos ens. fundamental completo (2000)	20,211	29,342	26,318	3,671	0,139
% pop. maior 18 anos ens. fundamental completo (2010)	37,428	49,592	44,192	3,651	0,083
% pop. maior 18 anos com ens. médio completo (1991)	5,922	11,677	9,478	2,169	0,229
% pop. maior 18 anos com ens. médio completo (2000)	10,237	16,387	14,153	2,334	0,165
% pop. maior 18 anos com ens. médio completo (2010)	23,817	33,465	28,992	2,836	0,098
% pop. maior 25 anos com ens. superior completo (1991)	0,759	2,106	1,445	0,498	0,345
% pop. maior 25 anos com ens. superior completo (2000)	0,940	2,913	2,081	0,624	0,300
% pop. maior 25 anos com ens. superior completo (2010)	4,653	7,430	6,562	0,887	0,135

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

O mesmo padrão de crescimento ocorreu em relação à proporção de indivíduos com mais de 18 anos que concluíram o ensino médio: houve elevação dos valores, mas a discrepância em relação aos mínimos foi mantida. Entre 1991-2010, a heterogeneidade entre os percentuais territoriais, analisada pelo coeficiente de variação, reduz-se, mas a dispersão entre

os dados se eleva discretamente, conforme os valores do desvio-padrão, o que indica crescimento das proporções, porém com um pequeno aumento da distância dos valores, sobretudo os menores. A interpretação da Análise de Variância (ANOVA) revelou que as amostras sofreram alta variabilidade entre os anos pesquisados, porém de modo mais acentuado no último período (2000-2010).

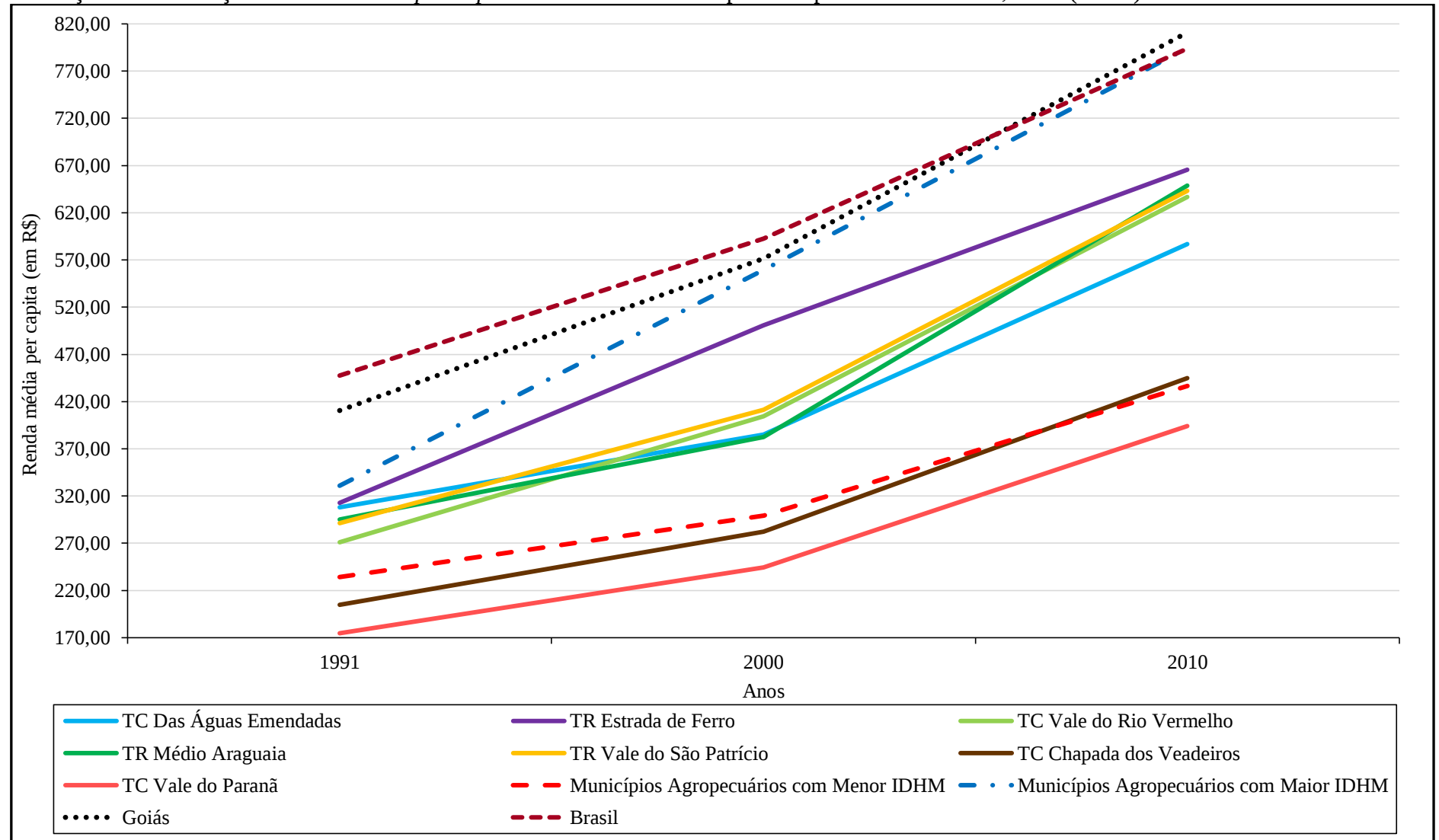
Por fim, a Análise de Variância (ANOVA) do percentual de adultos com ensino superior completo demonstrou variância exponencial entre os anos, porém de modo mais expressivo entre os anos 2000-2010, o que rejeita a hipótese de igualdade entre as médias. A estatística descritiva demonstrou que houve elevação dos valores territoriais, com diminuição da heterogeneidade, sobretudo para os valores próximos à média. Pela análise do desvio-padrão, é possível depreender que a discrepância em relação aos valores máximos e mínimos cresceu, isto é, houve aumento da desigualdade entre o Território com o menor percentual – Vale do Paranã e os demais Territórios.

A terceira dimensão que constitui o cálculo do IDHM é a Renda. Rendimentos mais elevados são capazes de proporcionar maior qualidade de vida, não somente pela possibilidade de aquisição de maior gama de produtos, mas, principalmente, pelo acesso facilitado e imediato a bens públicos cujo Estado não seja capaz de prover adequadamente, como o atendimento médico. Neste estudo, a vertente do poder aquisitivo será avaliada por meio da renda média *per capita*, do Coeficiente de Gini e das proporções de pobres e de extremamente pobres.

As curvas que retratam a evolução do rendimento médio *per capita* para cada arranjo territorial pesquisado estão delineadas na Ilustração 24. No período entre 1991 e 2010, a renda média mensal dos habitantes atingidos pela política territorial mais que dobrou. O maior crescimento observado esteve no TC Vale do Rio Vermelho (134,9%) e a menor variação ocorreu no TC Das Águas Emendadas (90,6%). Dentre os arranjos territoriais analisados, o TR Estrada de Ferro foi o único a elevar o rendimento a taxas decrescentes.

A Análise de Variância (ANOVA) revelou que os dados decenais sofreram variações positivas estatisticamente significativas que levaram ao crescimento das rendas ao longo de todo período (1991-2010). A variância indicou maior disparidade no crescimento das rendas no primeiro decênio, sobretudo para os valores mínimo e máximo, como pode ser observado pela distância na trajetória das curvas na Ilustração 24. Embora tenha havido crescimento real das rendas entre os anos 2000 e 2010, a variância foi menor, uma vez que os valores máximos se tornaram mais homogêneos. No entanto, o mesmo comportamento não ocorre em relação aos valores mínimos, pois a desigualdade em relação à média se acentua.

Ilustração 24 – Evolução da renda média *per capita* dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Entre os desempenhos territoriais, os maiores valores pertenceram ao TR Estrada de Ferro, cujos quantitativos estão representados pelos valores máximos da Tabela 15. Ainda assim, os resultados do GC dos Municípios com Maior IDHM, de Goiás e do Brasil foram superiores. Os valores mínimos pertenceram ao TC Vale do Paranã. A dispersão dos dados indicou que a discrepância entre os extremos aumentou progressivamente desde 1991 até 2010 e os dados têm conservado elevada heterogeneidade.

Tabela 15 - Estatísticas descritivas da renda média *per capita* dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

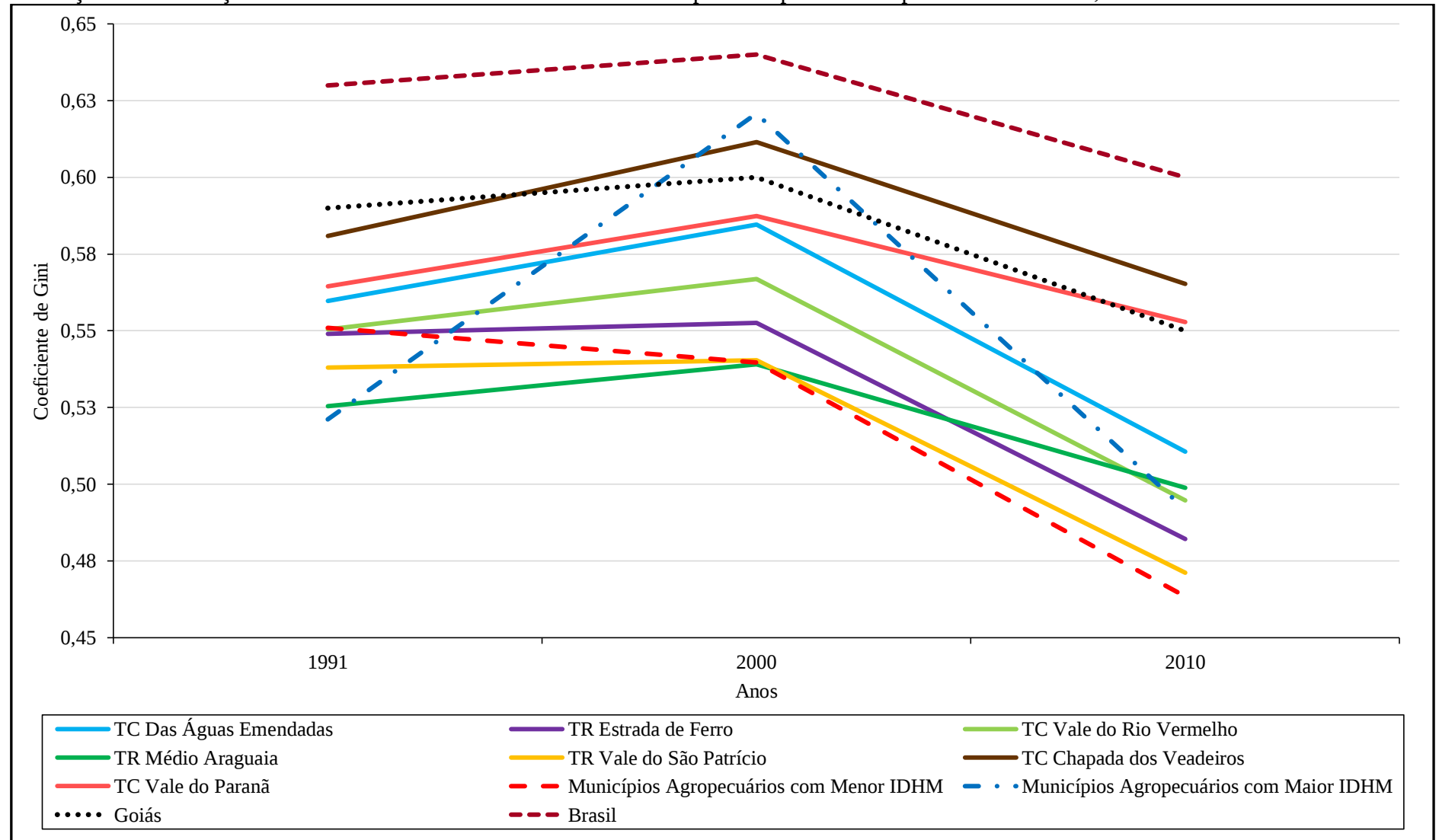
Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
Renda média <i>per capita</i> (1991)	174,690	313,004	265,456	54,111	0,204
Renda média <i>per capita</i> (2000)	244,515	500,725	372,961	85,345	0,229
Renda média <i>per capita</i> (2010)	393,972	665,528	574,334	109,490	0,191

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Deste modo, observa-se que houve crescimento generalizado da renda, sobretudo a partir da implantação da política de desenvolvimento territorial. Entretanto, a elevação dos rendimentos ocorreu de maneira desigual entre os Territórios. No plano monetário, apesar do aumento quantitativo, não houve aumento qualitativo: os Territórios com maior renda tiveram rendas semelhantes, mas elevaram a discrepância em relação aos de menor renda, ou seja, os mais pobres acentuaram sua pobreza.

Para averiguar a como a renda está distribuída será analisado o Coeficiente de Gini, cujo valor mais próximo de zero indica menor desigualdade. A Ilustração 25 apresenta a trajetória do Coeficiente de Gini para os Territórios e Grupos comparativos em Goiás para os anos 1991, 2000 e 2010. Inicialmente, é possível verificar que a má distribuição da renda é uma realidade nacional, pois a curva que retrata o Gini brasileiro é a mais alta entre as demais. A análise estatística confirma a reprodução desta tendência por meio da análise dos valores máximos e mínimos, os quais, majoritariamente, estão acima de 0,5, ou seja, mais próximos de 1 – limite entendido como a máxima desigualdade. O valor mínimo referente ao ano de 1991 pertenceu ao TR Médio Araguaia. No ano 2000, dois Territórios alcançaram o menor resultado: o Médio Araguaia e o Vale do São Patrício. Este obteve o valor mínimo em 2010. Os valores mínimos, em todos os anos, pertenceram ao TC Chapada dos Veadeiros.

Ilustração 25 – Evolução do Coeficiente de Gini dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2016



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Assim como o brasileiro, o Gini estadual também é elevado, sendo inferior apenas dos índices do TC Chapada dos Veadeiros e do GC dos Municípios com Maior IDHM no segundo ano, e do TC Chapada dos Veadeiros e TC Vale do Paranã no último ano.

A estatística descritiva (Tabela 16) apontou homogeneidade entre os índices territoriais em todos os períodos, mas com tendência para a heterogeneidade. Este fenômeno indica que os Territórios apresentaram coeficientes cada vez menos parecidos, o que pode ser observado, também, pela evolução do desvio-padrão, o qual apresenta dispersão crescente dos resultados obtidos. Visualmente, a progressiva disparidade pode ser percebida pelas distâncias entre a curva mais baixa e a mais alta, no ano inicial e no ano final. A Análise de Variância (ANOVA) indicou alta variabilidade em todo o período, com crescimento progressivo da variância, vislumbrada pelo ângulo de variação das curvas, que demonstra que no primeiro decênio a concentração de renda se agravou, bem como a heterogeneidade dos valores territoriais. Já entre os anos 2000 e 2010, a variância cresceu em ritmo menos acelerado o que se traduz não na diminuição da concentração da renda nos Territórios goianos, mas sim pela aproximação da maior parte dos valores em relação à média, fato comprovado pelo aumento da distância entre as curvas dos valores máximos, sobretudo para o TC Chapada dos Veadeiros, em relação aos demais.

Tabela 16 - Estatísticas descritivas do Coeficiente de Gini dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
Coeficiente de Gini (1991)	0,525	0,581	0,553	0,018	0,033
Coeficiente de Gini (2000)	0,539	0,611	0,569	0,027	0,047
Coeficiente de Gini (2010)	0,471	0,565	0,511	0,035	0,069

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

É interessante verificar se a política de desenvolvimento territorial tem ocasionado a superação da pobreza, uma vez que houve melhora da renda e em sua distribuição. Entre 1991 e 2010, a proporção de pobres nos Territórios implantados em Goiás reduziu-se, em média, 72,25%, desempenho abaixo do realizado em nível estadual, que apresentou queda de 76,5%. No período, a maior redução na proporção da população pobre ocorreu no TR Vale do São Patrício (-83,0%) e a menor queda relativa pertenceu ao TC Vale do Paranã. Em 1991, a proporção de pobres em nível estadual (32,3%) foi a menor em relação aos arranjos territoriais. No ano 2000, o TR Estrada de Ferro apresentou o menor percentual em relação aos demais,

conforme o valor mínimo apresentado na Tabela 17. Em 2010, as proporções estadual e nacional foram superadas, novamente, pelo TR Estrada de Ferro (7,3%), e, também, pelo TR Vale do São Patrício (7,2%) e pelo GC dos Municípios com Maior IDHM (4,1%).

Tabela 17 - Estatísticas descritivas da proporção de pobres e de extremamente pobres dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

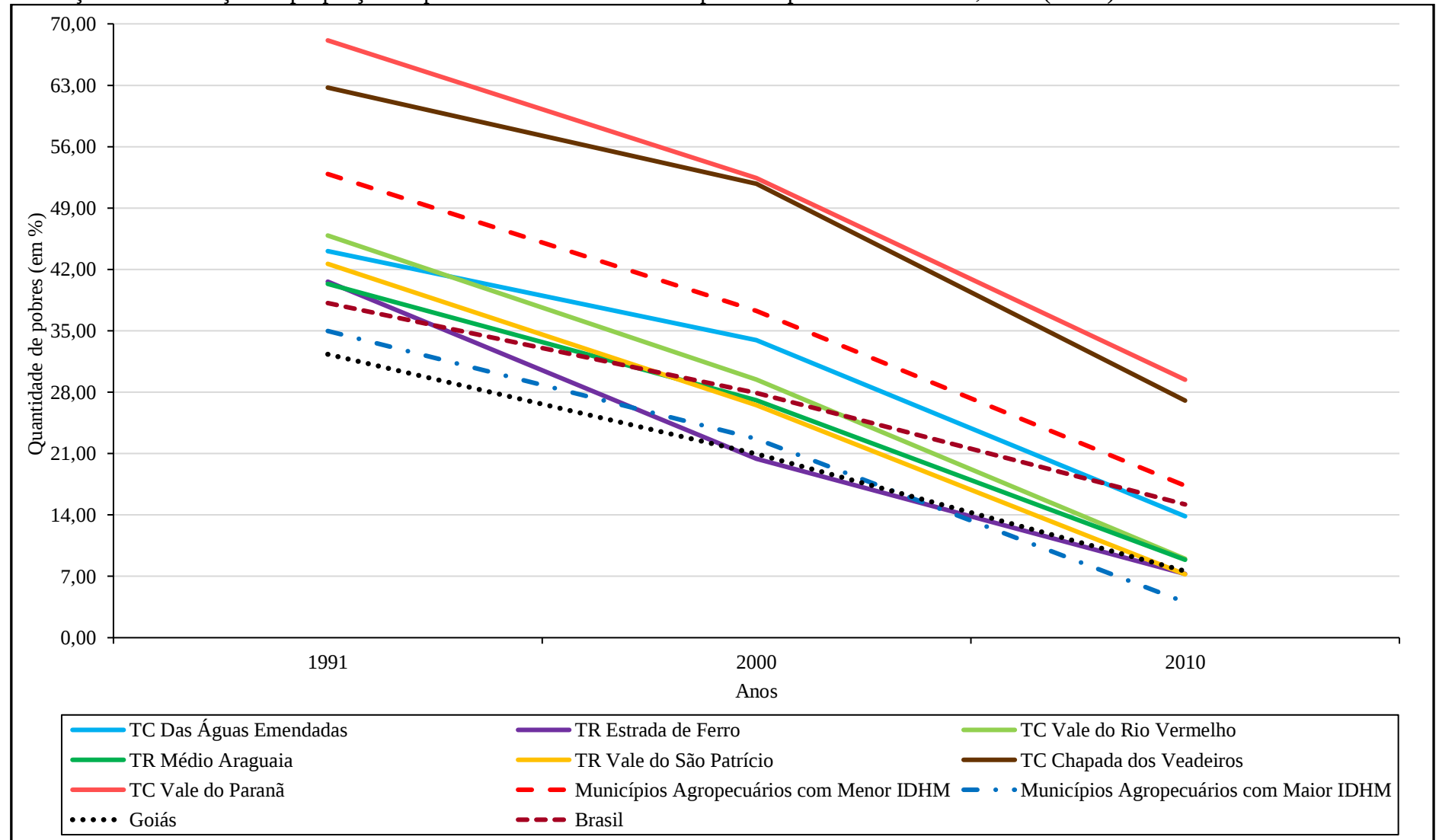
Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
% de pobres (1991)	40,348	68,115	49,196	11,355	0,231
% de pobres (2000)	20,386	52,411	34,504	12,668	0,367
% de pobres (2010)	7,229	29,419	14,670	9,547	0,651
% de extremamente pobres (1991)	13,060	38,580	21,443	10,148	0,473
% de extremamente pobres (2000)	4,408	25,667	13,155	8,861	0,674
% de extremamente pobres (2010)	1,727	15,326	6,233	5,742	0,921

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

A estatística descritiva dos valores territoriais apontou os valores mínimos e máximo para cada ano: em 1991, a menor quantidade relativa de pobres pertenceu ao TR Médio Araguaia e a maior ao TC Vale do Paranã, que se manteve nos outros anos analisados como o Território com a maior proporção de população em situação de pobreza. Os valores do coeficiente de variação informaram que existe elevada heterogeneidade entre os percentuais territoriais, que se acentua com o passar os anos, principalmente entre os valores extremos. A análise do desvio-padrão confirma a heterogeneidade, porém aponta que os valores próximos à média tendem a apresentar um comportamento uniforme a partir da intervenção governamental (entre os anos 2000 e 2010), o que aponta para a necessidade de maior enfoque no Território cujo combate à pobreza tem permanecido aquém dos demais desempenhos, como é o caso dos TCs Vale do Paranã e Chapada dos Veadeiros.

Em relação à Análise de Variância (ANOVA), depreende-se que ocorreram alterações estatisticamente significativas entre os períodos analisados, a indicar aumento da variância no primeiro decênio (1991-2000) e redução da variância no período entre 2000 e 2010, com diminuição da desigualdade entre os valores medianos e os valores mínimos, em virtude do direcionamento da atuação do Estado proporcionado da política de desenvolvimento territorial.

Ilustração 26 – Evolução da proporção de pobres dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: PNUD, 2016.

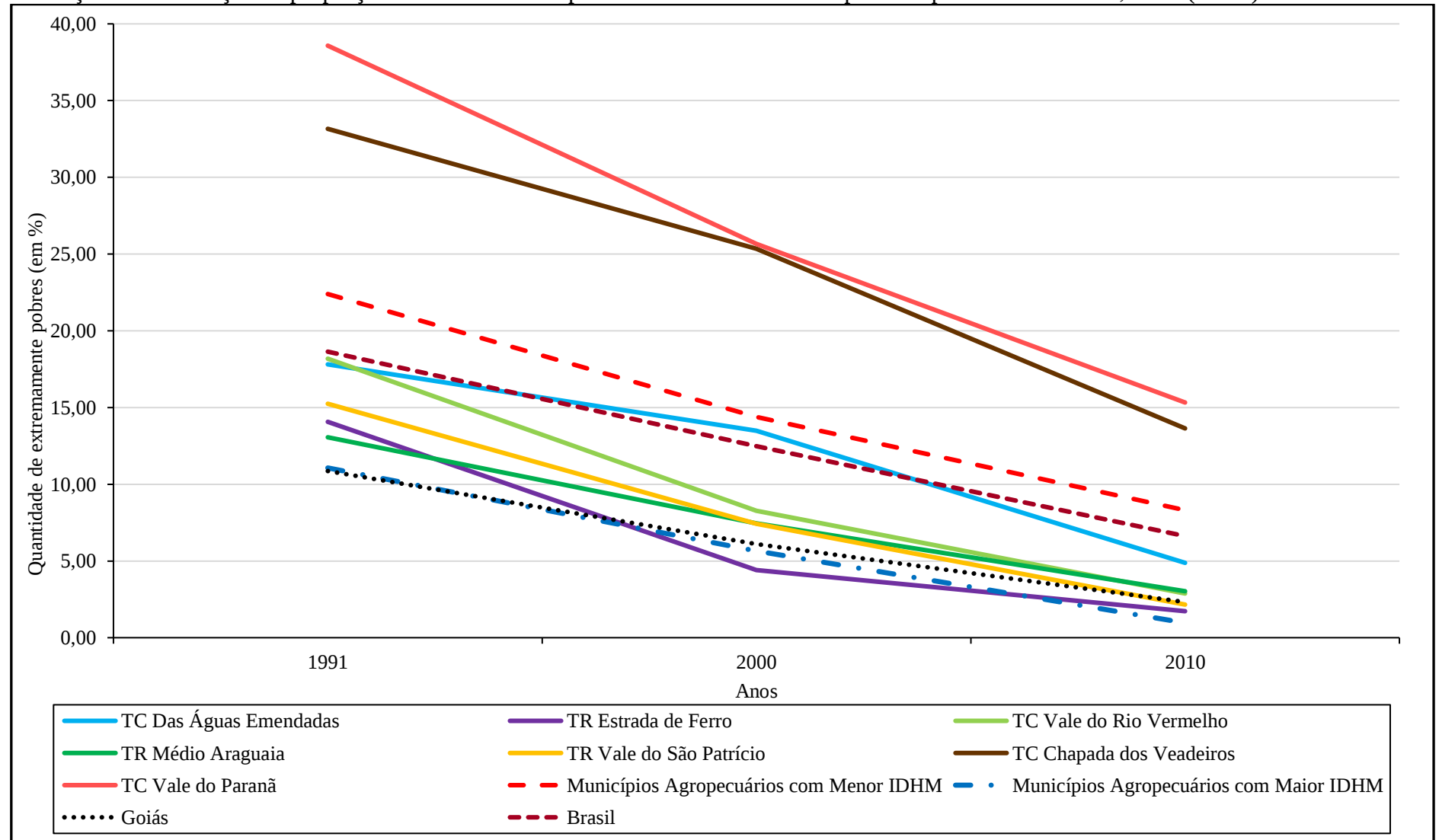
Organização: Elaboração própria.

O período 1991-2010 também apresentou redução significativa na quantidade de indivíduos em situação de extrema pobreza nos municípios atingidos pela política de desenvolvimento territorial, como nos informa a Ilustração 26. Assim como ocorreu com a proporção de pobres, o percentual médio de redução Territórios foi inferior à variação relativa apresentada pelo desempenho estadual: quedas de 75,2% e 78,6%, respectivamente. Em âmbito territorial, a maior redução proporcional no período verificado ocorreu no TR Estrada de Ferro (-87,7%) e a menor queda pertenceu ao TC Chapada dos Veadeiros (-58,9%).

Os valores mínimos, indicados na Tabela 17, apontaram o TR Médio Araguaia como o detentor de menor parcela de população extremamente pobre no ano de 1991 entre os Territórios, porém, com desempenho abaixo do parâmetro estadual. No ano 2000, o TR Estrada de Ferro apresentou o menor percentual de extremamente pobres entre todos os arranjos territoriais. Já em 2010, este patamar pertenceu ao GC dos Municípios com Maior IDHM, seguido dos TRs Estrada de Ferro e Vale do São Patrício – os três apresentaram valores inferiores à proporção estadual. Em 1991 e em 2010, os valores máximos pertenceram ao TC Vale do Paranã. No ano 2000, a maior parcela de população em situação de extrema pobreza esteve no TC Chapada dos Veadeiros.

Os dados estatísticos apontaram aumento da tendência à heterogeneidade em relação aos valores extremos e o aumento da uniformização da trajetória e dos valores medianos, ou seja, ao longo dos anos, os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã tem reduzido o tamanho da população extremamente pobre, mas em um ritmo inferior, o que mantém o distanciamento em relação aos demais. A Análise de Variância (ANOVA) resultou em rejeição da hipótese de igualdade entre os anos avaliados. Contudo, a variância demonstrou que os percentuais de pobreza se tornaram menos díspares, isto é, houve redução do indicador e os valores mínimos se aproximaram da média, principalmente no período entre os anos 2000 e 2010. A inclinação das curvas da Ilustração 27 indica que não houve um período em que a queda da proporção de extremamente pobres fosse consideravelmente mais intensa, pois o movimento tem sido decrescente e com tendência à linearidade ao longo dos dois decênios estudados para a maior parte dos Territórios.

Ilustração 27 – Evolução da proporção de extremamente pobres dos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Grande parcela da redução dos percentuais de pobreza é atribuída aos programas governamentais de transferência de renda implantados a partir de 2003, como o Programa Bolsa Família – um dos vários instrumentos públicos priorizados na política de criação de Territórios –, cujos valores para os Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, para os anos de 2004, 2007, 2010 e 2013 são apresentados na Tabela 18.

Nos anos analisados, os Territórios goianos receberam o somatório de 304,6 milhões de reais para atendimento a quase 273 mil famílias. Este montante equivaleu a 26,8% do volume total de recursos repassados para o estado de Goiás. Neste período, a porção goiana do TC Das Águas Emendadas atendeu a maior quantidade de famílias em três dos quatro anos (2004, 2010 e 2013) e recebeu as maiores quantias financeiras em todos os anos. Em 2007, o TR Vale do Rio Vermelho foi o Território com maior número de famílias beneficiárias. Em todos os períodos, o TR Estrada de Ferro foi o Território que recebeu o menor volume de repasses e o TC Chapada dos Veadeiros foi o que possuiu a menor quantidade de famílias beneficiadas.

Tabela 18 - Dados sobre o Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013

Territórios	Famílias beneficiadas							
	2004		2007		2010		2013	
	Número	Valor (R\$ 1000)	Número	Valor (R\$ 1000)	Número	Valor (R\$ 1000)	Número	Valor (R\$ 1000)
Das Águas Emendadas	8.252	4.140	11.604	9.627	18.330	21.504	19.931	34.187
Estrada de Ferro	3.159	1.027	6.655	4.384	7.915	7.726	7.464	11.544
Vale do Rio Vermelho	5.128	1.959	12.485	9.568	13.103	15.074	12.590	19.710
Médio Araguaia	6.380	2.377	11.762	8.062	13.373	14.116	12.378	19.160
Vale do São Patrício	3.592	1.288	11.350	7.899	13.345	13.409	12.986	20.528
Chapada dos Veadeiros	2.548	1.236	5.727	4.708	7.451	8.815	7.810	13.972
Vale do Paranã	3.003	1.665	8.237	6.578	12.094	14.010	14.264	26.368
Mun. Agrop. Menor IDHM	2.448	833	5.848	4.379	8.095	8.937	8.529	14.813
Mun. Agrop. Maior IDHM	3.185	1.037	5.326	3.452	5.301	4.980	5.413	9.503
Goiás	135.758	58.239	260.368	186.428	326.084	333.389	340.341	558.431

Fonte: BRASIL, 2017.

Organização: Elaboração própria.

A evolução da variação percentual dos dados analisados em pares indica que o período de 2004 a 2007 foi o de maior crescimento na quantidade de famílias beneficiárias, sendo o TR Vale do São Patrício o Território a apresentar a maior variação: 216%. Em contraste, o TC Das Águas Emendadas apresentou o menor percentual de variação: 40,6%. No período seguinte, 2007-2010, o TC Das Águas Emendadas deteve o maior percentual de crescimento (58%) e a

menor variação pertenceu ao TC Vale do Rio Vermelho (5%). No último período, entre 2010 e 2013, o TC Vale do Paranã alcançou a maior taxa de crescimento (18%) e quatro Territórios apresentaram queda no número de famílias atendidas: Estrada de Ferro, Vale do Rio Vermelho, Médio Araguaia e Vale do São Patrício. A maior queda esteve no TR Médio Araguaia (-7,4%).

Conforme aponta a Tabela 19, o número de famílias beneficiárias, por depender do tamanho das populações, possuem elevado grau de heterogeneidade. Os dados da Análise de Variância (ANOVA) confirmam a variabilidade existente entre os anos analisados, contudo apontam aumento a taxas positivas da variância até 2010, seguida de aumento a taxas negativas entre 2010 e 2013, o que indica que, a partir deste período, o quantitativo de famílias beneficiários tende à maior igualdade.

Tabela 19 - Estatísticas descritivas da quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos Territórios implantados em Goiás, 2004, 2007, 2010 e 2013

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Nº Famílias Beneficiárias (2004)	2.548	8.252	4.580,286	2.106,942	0,460
Nº Famílias Beneficiárias (2007)	5.727	12.485	9.688,571	2.755,358	0,284
Nº Famílias Beneficiárias (2010)	7.451	18.330	12.230,143	3.696,809	0,302
Nº Famílias Beneficiárias (2013)	7.464	19.931	12.489,000	4.202,126	0,336

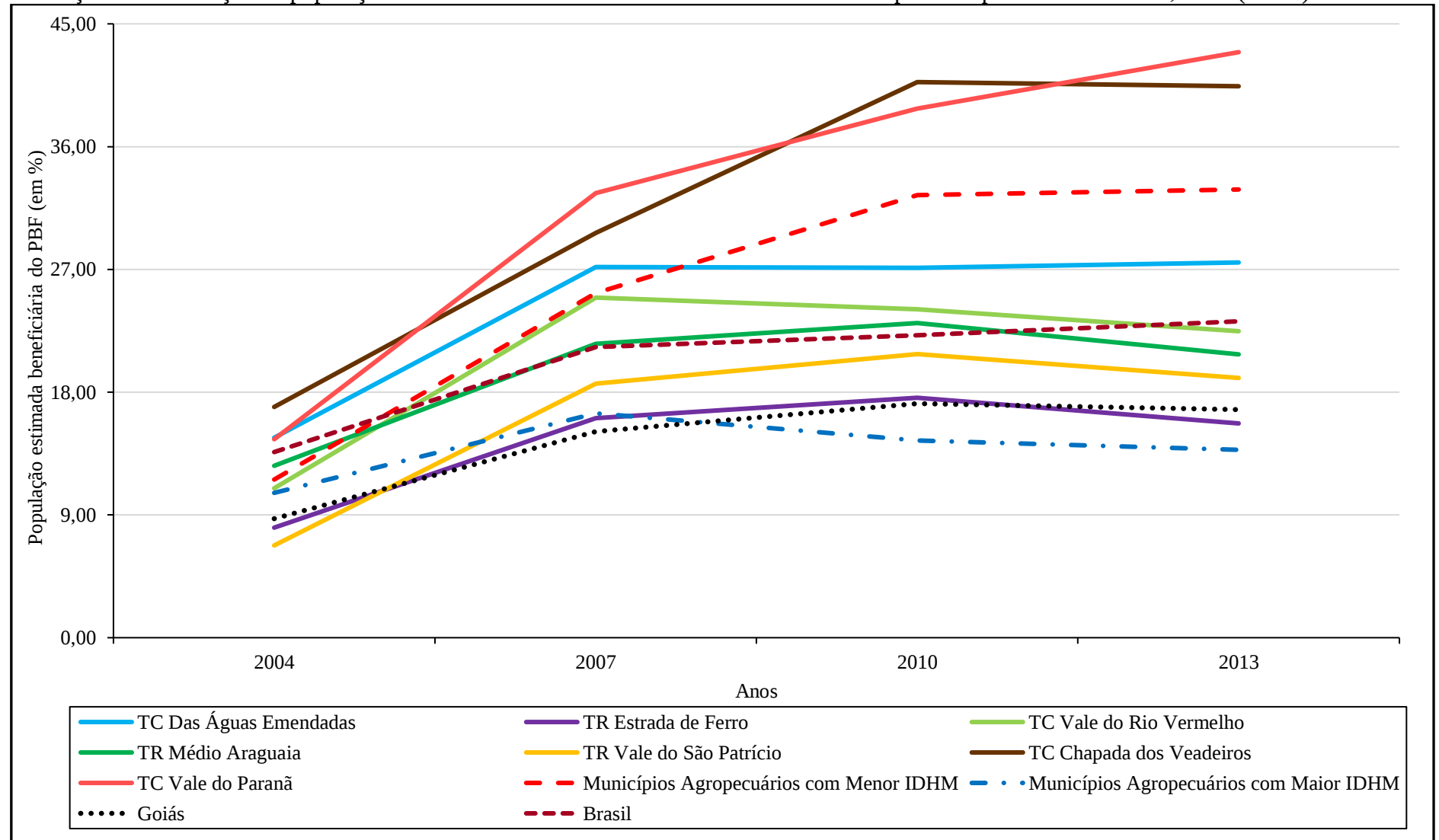
Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Como já mencionado, o maior número de famílias beneficiárias do PBF é diretamente proporcional ao número total de habitantes. Assim sendo, a observação dos valores máximos e mínimos da estatística descritiva acarreta conclusões distorcidas, pois não esclarece qual Território possui maior parcela populacional dependente do auxílio financeiro dado pelo Estado. Na busca pela compreensão mais próxima da realidade, foi verificada a proporção de habitantes beneficiária do PBF conforme o tamanho médio das famílias e a população estimada para cada arranjo territorial, cuja evolução está presente na Ilustração 28¹⁴.

As menores estimativas encontradas nos anos 2007, 2010 e 2013 pertenceram ao TR Estrada de Ferro. Em 2004, o menor percentual esteve no TR Vale do São Patrício. Em relação à maior parcela estimada de população dependente do PBF, os TCs Vale do Paranã e Chapada dos Veadeiros alternaram-se: em 2004 e em 2010, as maiores proporções foram percebidas no TC Chapada dos Veadeiros (16,9% e 40,7%, respectivamente); e, em 2007 e 2013, os valores mais elevados pertenceram ao TC Vale do Paranã (32,6% e 43%, respectivamente).

¹⁴ As informações detalhadas sobre o cálculo da proporção constam nas Tabelas 33 e 34, disponíveis na seção de Apêndices.

Ilustração 28 – Evolução da população estimada beneficiária do PBF nos Territórios e Grupos Comparativos em Goiás, 2016 (em %)



Fonte: BRASIL, 2017. IBGE, 2016. IMB, 2017.

Organização: Elaboração própria.

Grosso modo, é possível depreender que as reduções nos percentuais de pobreza e extrema pobreza dos TCs Vale do Paran  e Chapada dos Veadeiros sofreram a influência da elevação no percentual de atendimentos do Programa Bolsa Família, resultado, em última instância, pelo maior enfoque dado por meio da política de constituição de Territórios. Ademais, em nível territorial, sobretudo dos Territórios supracitados, existe elevada dependência do PBF, comprovada pelos percentuais acima do parâmetro estadual. Em 2004, a população beneficiária do PBF em Goiás foi estimada em 8,7%, percentual acima apenas das proporções apresentadas pelo TR Estrada de Ferro (8,1%) e pelo TR Vale do São Patrício (6,8%). Em 2007, o valor estimado para Goiás foi de 15,1% – inferior a todos os demais. Em 2010, a população beneficiária estimada em âmbito estadual foi de 17,2%, o qual superou, somente, o valor encontrado para o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM (14,5%). Por fim, em 2010, o valor estadual (16,7%) foi superior aos encontrados no TR Estrada de Ferro (15,7%) e no GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM (13,8%).

Como última abordagem, está o desempenho econômico, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB), com a influência do Valor Agregado Bruto (VAB), que aponta as participações de cada setor da economia na composição do PIB, cujos valores para os anos 2000 e 2010 estão descritos na Tabela 20.

Tabela 20 - Participação setorial sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) total dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2000 e 2010 (em %)

Territórios	VAB da Agropecuária		VAB da Indústria		VAB dos Serviços		VAB da Administração e Serviços Públicos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Das �guas Emendadas	16,55	22,03	11,39	15,45	46,87	38,23	25,19	24,29
Estrada de Ferro	36,03	34,20	15,99	20,60	33,36	30,17	14,62	15,03
Vale do Rio Vermelho	27,72	34,35	16,65	17,70	35,94	31,23	19,70	16,71
Médio Araguaia	33,66	37,40	12,46	12,00	34,64	32,49	19,25	18,10
Vale do São Patrício	18,30	19,31	22,10	23,43	40,14	37,80	19,46	19,46
Chapada dos Veadeiros	21,16	21,69	22,57	39,74	29,04	20,02	27,24	18,55
Vale do Paran�	18,15	28,49	12,53	11,21	36,57	31,77	32,76	28,52
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	44,01	48,77	7,75	8,49	25,67	22,57	22,57	20,17
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	49,50	48,53	9,82	14,60	29,01	26,37	11,67	10,49
Goiás	14,01	14,10	24,02	26,59	47,92	45,38	14,05	13,94
Brasil	5,60	5,30	27,73	28,07	51,74	50,43	14,93	16,20

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Entre 2000 e 2010, o VAB estadual do setor agropecuário permaneceu estável, com elevação de apenas 0,6%, tendência que seguiu trajetória oposta para a maioria dos Territórios, os quais elevaram a participação da agropecuária no PIB, em média, 18,3%. O maior crescimento esteve no TC Vale do Paranã, com taxa de crescimento de 56,9%. Dentre os Territórios, o TR Estrada de Ferro foi o único a reduzir sua participação, com queda de 5,1% nos anos verificados, valor superior à redução apresentada pelo GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM (-2%).

A participação da indústria na composição do PIB de Goiás se elevou em 10,7% no período 2000-2010, desempenho superado pelas taxas de crescimento verificadas nos Territórios: Chapada dos Veadeiros (76,1%), Das Águas Emendadas (35,7%) e Estrada de Ferro (28,8%); e, no GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM (48,6%). O TR Médio Araguaia e o TC Vale do Paranã obtiveram variação negativa na participação da indústria, cujos valores encontrados foram: -3,6% e -10,5%, respectivamente.

O VAB do terceiro setor – Serviços – teve sua importância reduzida em todos os arranjos territoriais no período entre os anos 2000 e 2010. A menor redução entre os Territórios esteve no TR Vale do São Patrício, que apresentou queda próxima, mas não inferior (-5,8%) ao resultado estadual, cuja variação foi equivalente a -5,3%. O TC Chapada dos Veadeiros apresentou a maior redução na participação do setor de serviços, com variação negativa de 31,1%.

Entre 2000 e 2010, o estado de Goiás apresentou sutil diminuição de 0,8% na influência do setor de administração e serviços públicos na formação do PIB. O desempenho negativo foi repetido pela maioria dos Territórios, com exceção do TR Estrada de Ferro, que alcançou elevação de 2,8% e do TR Vale do São Patrício, que se manteve estável. A maior redução em relação ao setor da administração pública pertenceu ao TC Chapada dos Veadeiros (-31,8%).

Em relação ao PIB, nos anos 2000 e 2010, a participação dos Territórios goianos no valor total do PIB de Goiás foi equivalente a 11,6%, sendo o mesmo percentual ambos períodos. Conforme os dados da Tabela 21, em âmbito territorial, tanto no ano 2000, quanto em 2010, os maiores valores do PIB estiveram no TR Vale do São Patrício, enquanto que os menores pertenceram ao TC Chapada dos Veadeiros. No entanto, nos dois anos analisados, o PIB do GC dos Municípios com Maior IDHM foi superior em relação aos demais.

Tabela 21 - Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes dos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás, 2000 e 2010 (em R\$ 1.000)

Territórios	PIB a preços correntes (em R\$ 1.000)		PIB 2000 em valores de 2010 (em R\$ 1.000)	Taxa média anual de crescimento do PIB (em %)
	2000	2010		
Das Águas Emendadas	447.920	1.903.771	1.023.847	6,40
Estrada de Ferro	577.200	1.934.736	1.319.353	3,90
Vale do Rio Vermelho	501.044	1.925.362	1.145.277	5,33
Médio Araguaia	595.568	1.911.291	1.361.338	3,45
Vale do São Patrício	606.127	2.130.993	1.385.474	4,40
Chapada dos Veadeiros	144.096	733.827	329.372	8,34
Vale do Paranã	175.483	760.996	401.116	6,61
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	227.405	858.878	519.798	5,15
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	632.418	2.551.317	1.445.569	5,85
Goiás	26.249.031	97.575.930	59.999.554	4,98
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	2.696.038.359	3,41

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Durante o período 2000-2010, a maior parcela dos arranjos territoriais apresentou taxa média de crescimento anual do PIB superior ao desempenho estadual. A maior taxa média anual foi encontrada no TC Chapada dos Veadeiros. Em oposição, o TR Médio Araguaia apresentou a menor variação média ao ano em relação aos demais arranjos territoriais.

A Tabela 22 apresenta a análise da estatística descritiva para o comportamento do PIB. Os dados revelaram elevadíssimo grau de heterogeneidade entre os valores dos Territórios que, contudo, apresenta tendência de queda e maior uniformização, como pode ser observado pelos valores semelhantes apresentados pelos Territórios Das Águas Emendadas, Estrada de Ferro, Vale do Rio Vermelho e Médio Araguaia em 2010.

Tabela 22 - Estatísticas descritivas do comportamento do PIB dos Territórios implantados em Goiás, 1991-2010

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Produto Interno Bruto (2000)	329.371,998	1.385.473,998	995.111,140	1.614.425,143	1,622
Produto Interno Bruto (2010)	733.827,000	2.130.993,000	449.268,507	597.462,395	1,330

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

A proporção do PIB territorial gerado em 2010 em relação ao PIB estadual, esteve abaixo da proporção demográfica para todos os Territórios, de acordo com os dados da Tabela

23, que nos leva a concluir que apenas o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi capaz de gerar produto excedente acima de sua população. A maior discrepância encontrada esteve no TC Das Emendas e menor pertenceu, igualmente, ao TR Estrada de Ferro e ao TC Chapada dos Veadeiros. Este cenário implica afirmar que a pressão demográfica dos Territórios está acima da capacidade que eles têm de gerar produto que possa atender à sua demanda interna, o que acarreta a intervenção do Estado enquanto dinamizador da economia local.

Tabela 23 - Comparação entre a proporção de população e a proporção do PIB dos Territórios e Grupos Comparativos em relação a Goiás, 2010

Territórios	População em relação ao estado (2010) (em%)	PIB em relação ao estado (2010) (em %)
Das Águas Emendadas	3,82	1,95
Estrada de Ferro	2,27	1,98
Vale do Rio Vermelho	2,60	1,97
Médio Araguaia	2,77	1,96
Vale do São Patrício	3,36	2,18
Chapada dos Veadeiros	1,04	0,75
Vale do Paranã	1,79	0,78
Municípios Agropecuários com Menor IDHM	1,28	0,88
Municípios Agropecuários com Maior IDHM	1,85	2,61
Goiás	-	-
Brasil	-	-

Fonte: IBGE, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Em suma, a observação do PIB possibilita afirmar que os TCs Chapada dos Veadeiros e, em maior grau, o TC Vale do Paranã são pouco dinamizados economicamente, mesmo após o início da política de desenvolvimento territorial. No entanto, a trajetória de crescimento do PIB e o excedente gerado para o restante do estado indicam que esta realidade está sendo superada.

3.4 NOTAS FINAIS

Como principais resultados da análise da indução do desenvolvimento endógeno em Goiás, elenca-se:

- a desaceleração do êxodo rural;
- a elevação dos níveis de escolarização, com destaque para a conclusão de cursos de nível superior, e, também, a redução da taxa de analfabetismo;
- o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano;

- d. o decréscimo da taxa de mortalidade infantil, em razão do maior acesso aos serviços público de saúde e saneamento básico;
- e. a elevação do quantitativo de domicílios com infraestrutura básica, embora com crescimento marginal mais expressivo entre os anos 1991 e 2000;
- f. o aumento da renda média *per capita*, porém com o aprofundamento da disparidade entre os Territórios analisados;
- g. a redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza;
- h. o aumento da dependência dos programas públicos de assistencialismo, como o Programa Bolsa Família;
- i. a elevação do Produto Interno Bruto, mas ainda insipiente para superar a pressão demográfica existente nos municípios.

Por meio da análise de dados é possível afirmar que as maiores evoluções positivas em relação aos indicadores socioeconômicos, de modo geral, ocorreram no TC Das Águas Emendadas e no TR Estrada de Ferro. Em contrapartida, os piores desempenhos estiveram nos TCs Vale do Paranã e Chapada dos Veadeiros. No entanto, em relação ao GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, o desempenho na maioria dos quesitos analisados encontra-se inferior.

O GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM apresentou baixa concentração de população rural, o que culminou com o êxodo rural nas duas décadas analisadas, embora com menor intensidade entre 2000 e 2010. Contudo a população urbana cresceu ainda que a percentuais menores do que os da porção goiana do TC Das Águas Emendadas.

O IDHM do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM apresentou o mesmo padrão de crescimento em relação aos demais, contudo permaneceu acima dos demais Territórios em todo o período analisado. Em relação à taxa de mortalidade infantil e à infraestrutura dos domicílios, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM alcançou os melhores resultados, porém, no último ano analisado, 2010, os valores dos demais Territórios foram semelhantes, o que aponta a melhoria das condições de vida da população de suas populações.

Em referência aos dados educacionais, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM deteve resultados inferiores em relação aos TRs Estrada de Ferro (taxa de analfabetismo), Médio Araguaia e Vale do São Patrício (expectativa de anos de estudo) e TC Das Águas Emendadas (percentuais de adultos com ensino fundamental e médio). No entanto, o desempenho nestes itens esteve sempre próximo aos valores máximos. Apenas em referência à quantidade de adultos com ensino superior completo, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM alcançou a maior proporção em relação aos demais.

A renda média *per capita* do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi a mais elevada em relação aos outros Territórios e apresentou crescimento linear em todos os anos estudados, o que culminou no distanciamento progressivo quando comparado aos demais. A renda mais elevada traduziu-se em maior desigualdade em sua distribuição, pois no que tange ao Coeficiente de Gini, a curva do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM revelou alta considerável entre os anos de 1991 e 2000, sendo o maior valor neste ano, e, posteriormente, queda expressiva no período 2000-2010, sendo superior apenas em relação aos índices dos TRs Vale do São Patrício e Estrada de Ferro e do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM.

Acerca do combate à pobreza, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM apresentou o menor percentual de pobres e de extremamente pobres em relação aos demais Territórios. No entanto, os valores dos TRs Médio Araguaia, Estrada de Ferro e Vale do São Patrício e do TC Vale do Rio Vermelho se tornaram próximos, o que demonstra eficiência na redução da pobreza nos municípios que os compõem. Em relação ao Programa Bolsa Família, o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM alcançou os menores percentuais de crescimento relativo dentre os Territórios analisados e possuía a menor quantidade de beneficiários nos três últimos anos.

O GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM detinha o maior Valor Agregado Bruto do Setor Agropecuário e a menor participação do Setor Público na formação do Produto Interno Bruto (PIB), com percentuais distantes se comparados aos outros agrupamentos averiguados. O PIB do GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM foi o mais elevado em ambos os anos analisados e foi o único capaz de gerar riqueza em proporção acima de sua população, quando relacionados ao total estadual, não sofrendo com a pressão demográfica sobre a produção interna.

Concernente ao GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM não houve êxodo rural no período entre 2000 e 2010 e existe concentração da população rural no último período analisado. Este GC deteve um dos piores desempenhos na maior parcela dos indicadores analisados, sendo superior apenas aos resultados dos TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã, contudo, a evolução das curvas dos três agrupamentos foi semelhante, com a aproximação de seus índices no ano de 2010. A exceção é observada através do Coeficiente de Gini, cujos valores do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM é o menor em 2010 e está próximo aos resultados apresentados pelo TR Vale do São Patrício ao longo das décadas analisadas.

Em resumo, o GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM apresentou desempenho aquém da maioria dos Territórios nos seguintes quesitos: IDHM, mortalidade infantil, energia elétrica, banheiro e água encanada, taxa de analfabetismo, expectativa de anos de estudo, adultos com ensino fundamental, médio e superior, renda média *per capita*, pobreza e extrema pobreza e PIB. Entretanto, como já informado, os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã detiveram resultados ainda piores, constituindo-se nos Territórios que carecem de maior intervenção do setor público para fomentar o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de desenvolvimento territorial rural, notadamente avaliada neste trabalho por meio dos Territórios Rurais, constitui-se como um marco importante no modo de pensar a intervenção pública, sobretudo em áreas rurais pouco dinamizadas.

Como fatores positivos, destacam-se a abrangência territorial, que possibilita a consolidação de um mercado regional e a consequente diversificação que resulta em maior potencial produtivo e comercial. Como segundo fator positivo está a superação da dicotomia rural-urbano, uma vez que há o entendimento de ambos são complementares e interdependentes. A política de desenvolvimento territorial permite constatar que a complementaridade de ambos os núcleos pode agregar vantagens comparativas e fomentar o desenvolvimento de modo mais equilibrado. A estratégia de formulação da política enquanto um ciclo, no qual os agentes sociais possuem voz ativa confere maior transparência e credibilidade à política, além de se constituir como um instrumento de controle social e apresentar maior efetividade, uma vez que enfrenta as deficiências locais de maneira direta.

Como pontos negativos, destaca-se a falta de normatização legal que permita a compreensão da política em todas as suas dimensões e delinear todos os processos intrínsecos à sua plena execução. Ainda, a dimensão geográfica do Território se constitui como fator limitante à participação social, bem como impede que os projetos e os recursos sejam destinados adequadamente. Em alguns casos, além do distanciamento, há a ausência de identidade entre os atores dos diversos municípios que integram os Territórios.

Em relação ao meio rural goiano, a localização dos Territórios, bem como a má distribuição da terra expressam a dualidade do desenvolvimento econômico de Goiás e as desigualdades existentes em virtude do processo evolução do sistema capitalista no estado que encontra subsídio no governo local. Em relação à agricultura familiar goiana, infere-se que a mesma preserva laços camponeses, apesar de buscarem, cada vez mais a integração dos mercados. Contudo, a valorização dos laços de amizade e compadrio, bem como os princípios de reciprocidade são norteadores das relações sociais dos agricultores familiares goianos.

Em relação à análise de dados, as técnicas de mensuração quantitativa, condicionaram o aprofundamento da compreensão do fenômeno dado que, neste estudo, no que diz respeito à atuação do Estado enquanto indutor do desenvolvimento e, em última instância, promotor de justiça social, em âmbito macrossocial, e, de qualidade de vida, na esfera particular.

A partir da observação dos dados socioeconômicos dos Territórios é possível depreender que todos apresentam características bastante heterogêneas entre si, sobretudo em relação aos indicadores demográficos, educacionais e econômicos, o que justificando a intervenção do poder público enquanto fomentador do desenvolvimento econômico e humano, uma vez que, quando da comparação com o GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, os indicadores foram, majoritariamente, inferiores.

Como Território com dinamização mais próxima ao GC dos Municípios Agropecuários com Maior IDHM, tem-se o TC Das Águas Emendadas, sobretudo na capacidade de retenção e manutenção da população e nos indicadores educacionais. No entanto, atribui-se grande parcela deste desenvolvimento à Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal, e não à política de desenvolvimento territorial. Os TCs Chapada dos Veadeiros e Vale do Parã foram os que obtiveram os piores desempenhos entre os demais, com colocação abaixo do GC dos Municípios Agropecuários com Menor IDHM na maioria dos indicadores, até mesmo de população. As variáveis que apresentaram maior grau de homogeneidade entre os Territórios referem-se aos dados de oferta de serviços públicos de energia elétrica e água encana, o que infere-se a necessidade de serem avaliadas outras variáveis a fim de confirmar ou refutar a hipótese da boa qualidade de vida à maioria da população dos Territórios.

Em suma, considera-se que a política de desenvolvimento territorial rural tem alcançado avanços nas áreas sociais e educacionais, bem como tem contribuído na redução do êxodo rural, porém, não tem trazido a dinamização econômica a alguns Territórios específicos, mencionados anteriormente, e tampouco reduzido a desigualdade na renda e na riqueza gerada, tampouco em sua distribuição. Deste modo, recomenda-se que o PRONAT seja reavaliado para identificar os gargalos encontrados e as oportunidades já consolidadas a fim de que sejam criadas novas estratégias, bem como mantidas as que tem alcançado resultados positivos. Também tona-se necessária a revisão do critério de composição do recorte territorial para que as identidades possam ser reconhecidas e a gestão social possa funcionar adequadamente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, [on line], v. 29, n. 1, jan./ago. 1999, p. 1-21. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial/>>. Acesso em 26 mai. 2016.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ÁVILA, S. R. S. A. de. **Efeitos sócio-econômicos da expansão da cana-de-açúcar no Vale do São Patrício**. 2009. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, out. 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7570/1/2009_SilviaReginaSAdeAvila.pdf>. Acesso em 27 jan. 2018.

BARBOSA, A. G. **As estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: conflitos e oportunidades**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, mai. 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1040/1/2008_AlanGoncalvesBarbosa.pdf>. Acesso em 31 jan. 2018.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. SAF – Crédito Rural. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em 09 out. 2017a.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Resolução n. 94 de 23 de maio de 2013**. Incorpora territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolu%C3%A7%C3%A3o_94_-_Novos_territ%C3%B3rios_no_PRONAT_-_DOU.pdf>. Acesso em 28 jul. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 08 out. 2017b.

BRASIL. **Medida Provisória n. 1999-13 de 14 de dezembro de 1999**. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1999-13.htm>. Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO. 2., 2013, Brasília. **Documento de Referência**. Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/fc_textos/referencias_para_o_desenvolvimento_territorial_sustentavel.pdf> Acesso em 25 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em 01 jun. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Matriz de Informação Social**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em 06 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>.

BUCHER *et al.*. **Country capacity development needs and priorities: regional report for Latin America and the Caribbean**. [s. l.]: GEF-UNDP Strategic Partnership, 2000. Disponível em: <http://www.manuelrodriguezbecerra.org/bajar/policy_biodiversity.pdf>. Acessado em 25 mar. 2018.

CAMARGO, N. F. de; AGUIAR, L. M. de S. **Documentos 182: Análise de dados secundários sobre a fauna de vertebrados da unidade fitogeográfica do Vale do Paranã**. Brasília: Embrapa Cerrados, 2007. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/571978/1/doc182.pdf>> Acesso em 24 jan. 2018.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997, p. 70-82, [on-line]. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>>. Acesso em 13 out. 2017.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 167-187.

CARVALHO, M. S. N. de *et al.* **Plano territorial de desenvolvimento sustentável Território Águas Emendadas – DF**. [Brasília]: MDA, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio038.pdf>. Acesso em 03 jan. 2018.

CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L., GOMES, D. D. A abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: LUNAS, D. A. L.; CARDOSO JUNIOR; H. M.; GIONGO, P. R. (Orgs.). **Estado e políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano**. Goiânia: Kelps, 2017. p. 15-47.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan/abr. 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/846/1452>>. Acesso em 10 out. 2017.

CORREIA, J. R. et al. **Documentos 47**: Caracterização de ambientes na Chapada dos Veadeiros / Vale do Paranã: contribuição para a classificação brasileira de solos. Brasília: Embrapa Cerrados, 2001. Disponível em: <http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2001/doc/doc_47.pdf> Acesso em 24 jan. 2018.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007.

_____. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. et al.. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**: avanços e desafios. v. 12. Brasília: IICA, 2010. p. 15-46.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**: PPP, Brasília, n. 39, p. 155-185, jul./dez.

GERALDINE, D. G. Economia goiana: da agricultura ao agronegócio. In: CASTRO, J. D. B. (org.). **Economia goiana**: cadeias produtivas, reestruturação, mineração, agricultura e industrialização. Anápolis: UEG, 2006. p. 31-55.

GRAZIANO, X. Um novo paradigma agrário. In: GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 23-51.

GRUDEM, W.; ASMUS, B. **A pobreza das nações**: uma solução sustentável. Traduzido por Lucas G. Freire. São Paulo: Vida Nova, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso em 5 abr. 2017.

IBRAM. Instituto Brasília Ambiental. Bioma Cerrado. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/meio-ambiente/bioma-cerrado.html>>. Acesso em 23 mar. 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/>>. Acesso em 07 ago. 2016.

IMB. Instituto Mauro Borges. Perfil socioeconômico dos municípios goianos. Disponível em: <<http://www.imb.go.br>>. Acesso em 14 dez. 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 18 out. 2016.

_____. **Tabela com módulo fiscal dos municípios.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em 09 out. 2017.

KELLER, T. **Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social.** São Paulo: Vida Nova, 2013.

LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C. Geomorphology and environmental aspects of the Araguaia fluvial basin, Brazil, **Zeitschrift für Geomorphologie**, Berlin, v. 129, p. 109-127, set. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285913006_Geomorphology_and_environmental_aspects_of_the_Araguaia_fluvial_basin_Brazil>. Acesso em 22 jan. 2018.

LIMA, C. V. S. de; CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) do Território da Cidadania Vale do Paranã e do Território Rural Sudoeste de Goiás. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: [on-line], 2017. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16838/4390>>. Acesso em 26 jan. 2018.

LUNAS, D. A. L. et. al. O novo padrão de produção industrial da agroindústria canavieira: estudo de caso na Usina GOIASA – Goiás. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (orgs.) **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território.** Anápolis: Editora da UEG, 2015. p. 211-241.

MARTINELLI, M.. **Mapas da geografia e cartografia temática.** 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MATIAS, C. A. C.; MENDES, E. P. P. A produção familiar no cerrado goiano: as comunidades rurais Coqueiro, Cruzeiro dos Martírios e São Domingos no município de Catalão (GO). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Niterói. **Trabalho completo.** Niterói: 2009, 14 p., [on-line]. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Cristina%20Agl%20Cardoso%20Matias.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2018.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. (Orgs.). **Manual de economia.** São Paulo: Saraiva, 2001. p. 511-530.

MOURA, M. C. O. de. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história interétnica dos tapuios. **Dimensões**, Vitória, v. 18, p. 28-48, 2006. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2436/1932>>. Acesso em 27 jan. de 2018.

MOYANO-ESTRADA, E. A nova política europeia de desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C; ESTRADA, E. M. **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha.** Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 53-81.

NAVARRO, Z. História concisa da agricultura brasileira: do pós-guerra aos nossos dias. In: GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2015a. p. 53-75.

_____. “Agricultura Familiar” e a nova fase da agricultura brasileira. In: GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2015b. p. 171-189.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de. Caracterização socioeconômica dos territórios mineiros induzidos por políticas públicas na última década. In: ORTEGA, A. C; ESTRADA, E. M. **Desenvolvimento em territórios rurais**: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 277-307.

ORTEGA, A. C. Políticas públicas territoriais rurais no Brasil. In: ORTEGA, A. C; ESTRADA, E. M. **Desenvolvimento em territórios rurais**: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 27-51.

_____. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea, 2008.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 04 ago. 2016.

ROCHA, G. F. et al. Detecção de desmatamentos no Bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, n. 63/03, 2011. Disponível em: <<http://www.rbc.lsie.unb.br/index.php/rbc/article/view/385/377>>. Acesso em 23 mar. 2018.

RODRIGUEZ, H. S. A importância da Estrada de Ferro para o Estado de Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, n. 11, p. 69-74, dez. 2011. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/11_dossie_a_importancia.pdf>. Acesso em 12 jan. 2018.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n.1, p. 11-44, 2003. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8733/4912>>. Acesso em 07 out. 2017.

SANO, E. E. et al. **Documentos 190**: Mapeamento de cobertura vegetal do Bioma Cerrado: estratégias e resultados. Brasília: Embrapa Cerrados, 2007. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/570887/1/doc190.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento crítico à consciência universal. 19. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAQUET, M. A. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 27-35.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 75-109, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11007/pdf>>. Acesso em 07 out. 2017.

_____. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 44., 2006, Fortaleza. **Apresentação oral com presença de debatedor no Grupo de Trabalho “Desenvolvimento Territorial e Ruralidade”**. Fortaleza: 2006, 27 p., [on line]. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/record/145064/files/193.pdf>>. Acesso em 08 out. 2017.

SCHNEIDER, S. *et al.*. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 139-166.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.. Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 21-49.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento sustentável microrregional**: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos? In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (Orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997, p. 135-165.

SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. Download de Arquivos SIG (Shapefile). Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>> Acesso em 04 nov. 2016.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9821/11393>>. Acesso em 07 out. 2017.

SIT. Sistema de Informações Territoriais. Cadernos Territoriais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 13 jul. 2016.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

VIEIRA, P. A.; FERREIRA, N. C.; FERREIRA, L. G. Análise da vulnerabilidade natural da paisagem em relação aos diferentes níveis de ocupação da bacia hidrográfica do Rio Vermelho, Estado de Goiás. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 385-400, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n2/1982-4513-sn-26-2-0385.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2018.

ZYLBERSZTAIN, D.; NASSAR, A. M.; NEVES, M. F. **Economia e gestão de negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICES

Quadro 02 – Variáveis, definições e respectivas fontes dos dados utilizados para a caracterização dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania em Goiás criados em 2003

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Fonte (s)</i>
População Total	Quantidade de população residente na localidade.	IBGE - Censo Demográfico - 2010
População Urbana	Quantidade de população residente nas áreas consideradas urbanas.	IBGE - Censo Demográfico - 2010
População Rural	Quantidade de população residente nas áreas consideradas rurais.	IBGE - Censo Demográfico - 2010
Área	Limites geográficos das localidades em quilômetros quadrados.	IBGE - Censo Demográfico - 2010
Densidade Demográfica	Razão entre a população residente e a extensão geográfica da localidade.	IBGE - Censo Demográfico - 2010
Taxa média de crescimento anual da população total	Raiz décima da razão entre a população total final e a população total inicial, subtraída de 1 e multiplicado por 100.	IBGE - Censo Demográfico – 1991, 2000, 2010
Taxa média de crescimento anual da população urbana	Raiz décima da razão entre a população urbana final e a população urbana inicial, subtraída de 1 e multiplicado por 100.	IBGE - Censo Demográfico – 1991, 2000, 2010
Taxa média de crescimento anual da população rural	Raiz décima da razão entre a população rural final e a população rural inicial, subtraída de 1 e multiplicado por 100.	IBGE - Censo Demográfico – 1991, 2000, 2010
Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013

Continuação: Quadro 02 – Variáveis, definições e respectivas fontes dos dados utilizados para a caracterização dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania em Goiás criados em 2003

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Fonte (s)</i>
Mortalidade Infantil	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O IDHM é um número-índice que varia entre de 0 e 1, em que quanto mais próximo de 1, maior é o grau de desenvolvimento humano. De acordo com o seu valor, é alocado em uma de suas cinco faixas de classificação: muito baixo (0-0,499); baixo (0,500-0,599); médio (0,600-0,699); alto (0,700-0,799); e, muito alto (0,800-1).	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino médio, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino superior completo	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Renda <i>per capita</i> média	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01 de agosto de 2010.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Coefficiente de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda).	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013

Continuação: Quadro 02 – Variáveis, definições e respectivas fontes dos dados utilizados para a caracterização dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania em Goiás criados em 2003

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Fonte (s)</i>
Proporção de pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Proporção de extremamente pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Quantidade de famílias que receberam pelo menos um benefício ao longo do ano.	MDS - Matriz de Informação Social - 2004, 2007, 2010, 2013
Valor total repassado dos benefícios do Programa Bolsa Família	Somatório de todos os benefícios repassados aos beneficiários em um município ao longo do ano.	MDS - Matriz de Informação Social - 2004, 2007, 2010, 2013
Percentual estimado de população beneficiária do Programa Bolsa Família	Razão entre o produto do número de famílias beneficiárias e a média de moradores por domicílio e o número total de habitantes do município.	MDS - Matriz de Informação Social - 2004, 2007, 2010, 2013; IBGE - Censo Demográfico - 2000, 2010; IBGE - Contagem da População - 2007
Produto Interno Bruto	Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. Referência ano 2002.	IBGE - Sistema de Contas Nacionais - 2010
Taxa média anual de crescimento do PIB	Raiz décima da razão entre o valor do PIB final e o valor do PIB inicial corrigido monetariamente pelo IGP-DI, subtraída de 1 e multiplicado por 100.	IBGE - Sistema de Contas Nacionais - 2010; IPEADATA - Índice Geral de Preços (IGP-DI)
Valor Agregado Bruto	Diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido pelos setores de atividade econômica que formam o resultado do Produto Interno Bruto.	IBGE - Sistema de Contas Nacionais - 2010
Quantidade de estabelecimentos agropecuários	Número total de unidades de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas e que estejam subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Continuação: Quadro 02 – Variáveis, definições e respectivas fontes dos dados utilizados para a caracterização dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania em Goiás criados em 2003

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Fonte (s)</i>
Área dos estabelecimentos agropecuários	Somatório da área total de todos os estabelecimentos agropecuários existentes no município em hectares.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários	Razão entre a área total e o número de estabelecimentos agropecuários.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Valor total da produção dos produtos da lavoura temporária	Somatório do produto entre a quantidade total produzida e o preço médio comercializado de cada item em reais no ano.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Valor total da produção dos produtos da lavoura permanente	Somatório do produto entre a quantidade total produzida e o preço médio comercializado de cada item em reais no ano.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Valor total da produção dos produtos da horticultura	Somatório do produto entre a quantidade total produzida e o preço médio comercializado de cada item em reais no ano.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Valor total da produção dos produtos da agroindústria rural	Somatório do produto entre a quantidade total produzida e o preço médio comercializado de cada item em reais no ano.	IBGE - Censo Agropecuário - 2006
Valor total da produção animal	Somatório do produto entre a quantidade total produzida e o preço médio comercializado de cada item em reais no ano.	IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal - 2006
Efetivo de rebanhos	Somatório do número total de cabeças segundo tipo de rebanho.	IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal - 2006
Projetos Assentamento Reforma Agrária	Quantidade de projetos de assentamento da Reforma Agrária, tamanho e capacidade.	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016. BRASIL, 2016. INCRA, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 24 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Das Águas Emendadas, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Água Fria de Goiás	Cabeceiras	Formosa	Mimoso de Goiás	Padre Bernardo	Planaltina	Vila Boa
População Total	5.090	7.354	100.085	2.685	27.671	81.649	4.735
População Urbana	2.137	5.505	92.023	1.242	10.786	77.582	3.502
População Rural	2.953	1.849	8.062	1.443	16.885	4.067	1.233
Área (Km ²)	2.029,40	1.127,60	5.811,80	1.386,90	3.138,90	2.538,20	1.060,20
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	2,51	6,52	17,22	1,94	8,82	32,17	4,47
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	1,39	0,88	2,73	-0,41	2,86	1,08	4,41
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	3,33	1,23	3,28	0,47	-1,87	1,06	2,96
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	0,3	-0,03	-1,39	-1,07	10,49	1,33	11,08
% Pop. Dom. Energia Elétrica	98	98,59	98,51	99,58	98,55	99,14	99,78
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	85,58	93,73	95,74	92,33	89,89	95,52	93,43
Mortalidade Infantil	14,6	14,4	10,26	13,9	16	14,56	14,5
IDHM	0,671	0,668	0,744	0,665	0,651	0,669	0,647
Taxa de Analfabetismo (em %)	15,98	14,08	9,24	20,16	15,38	10,96	17,07
Expectativa de Anos de Estudo	10,36	8,65	10,25	8,63	8,61	9,25	10,49
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	3,11	6,49	12,07	3,76	2,85	4,04	2,78
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	525,2	420,47	732,24	474,44	518,12	466,69	376,72
Coefficiente de Gini	0,6	0,48	0,56	0,58	0,56	0,43	0,48
% População Pobre	23,68	20,1	12,16	23,16	18,43	12,31	23,61
% População Extremamente Pobre	9,8	5,79	4,1	14,03	7,54	3,99	9,16
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	552	941	7.856	404	2.305	7.290	583
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	892.366	1.673.906	13.400.784	593.670	3.459.772	13.228.176	938.252
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	31,92	38,65	23,82	45,73	26,07	30,17	37,12
PIB (em R\$ 1.000)	131.009	131.844	911.489	28.987	187.005	440.380	73.057
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	12,55	7,35	6,24	4,05	6,64	4,53	13,52
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	403	236	1.891	277	784	660	136
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	207	93	602	141	323	296	77
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	12.151	9.663	53.643	8.344	17.533	19.436	2.707
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	133.360	71.313	453.173	96.945	197.075	114.597	151.276
Projetos Assentamento Reforma Agrária	5	1	17	0	9	5	2

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 25 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Estrada de Ferro, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Bela Vista de Goiás	Bonfinópolis	Caldazinha	Cristianópolis	Gameleira de Goiás	Leopoldo de Bulhões	Orizona
População Total	24.554	7.536	3.325	2.932	3.275	7.882	14.300
População Urbana	17.955	7.021	1.918	2.472	1.094	4.843	7.975
População Rural	6.599	515	1.407	460	2.181	3.039	6.325
Área (Km²)	1.255,40	122,3	250,9	225,4	592	480,9	1.972,90
Densidade Demográfica (hab/Km²)	19,56	61,62	13,25	13,01	5,53	16,39	7,25
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	2,78	4,08	1,63	0,03	2,63	0,15	0,94
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	4,62	4,31	6,06	0,43	-	0,3	2,5
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-0,48	1,57	-1,55	-1,68	-1,59	-0,08	-0,54
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,83	99,84	99,87	100	99,91	99,87	99,92
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	94,31	97,23	98,49	98,77	96,48	94,58	97,39
Mortalidade Infantil	12,9	14,6	14,8	12,8	13,6	15	13,7
IDHM	0,716	0,683	0,685	0,688	0,659	0,659	0,715
Taxa de Analfabetismo (em %)	9,91	11,47	11,12	7,81	13,11	14,49	8,63
Expectativa de Anos de Estudo	9,26	10,68	8,19	8,42	9,68	8,84	9,58
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	5,9	4,14	5,58	5,82	4,14	4,95	6,72
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	708,62	520,02	515,56	635,46	594,56	502,85	714,39
Coefficiente de Gini	0,51	0,44	0,44	0,52	0,54	0,44	0,51
% População Pobre	6,61	10,03	11,47	8,14	13,54	11,22	7,54
% População Extremamente Pobre	1,78	2	4,71	1,58	3,6	2,7	2,11
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	1.261	518	290	268	211	685	397
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	1.993.208	855.066	407.590	401.934	262.568	1.087.228	484.322
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	14,2	19,74	25	24,88	18,39	26,03	7,74
PIB (em R\$ 1.000)	363.795	50.549	40.104	33.628	65.601	101.332	237.318
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	6	3,88	4,81	3,11	-	0,73	4,68
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	1.109	57	310	160	390	541	1.142
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	522	56	76	59	140	353	441
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	30.840	1.322	8.119	6.426	11.330	7.262	46.087
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	57.377	8.983	7.516	12.499	77.374	38.466	104.325
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	0	0	0	0	0	1

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 25 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Estrada de Ferro, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz de Goiás	São Miguel do Passa Quatro	Silvânia	Urutaí	Vianópolis
População Total	2.335	28.762	3.142	3.757	19.089	3.074	12.548
População Urbana	2.216	27.094	981	2.074	12.669	2.162	9.170
População Rural	119	1.668	2.161	1.683	6.420	912	3.378
Área (Km²)	59	1.073,40	1.109,00	537,8	2.345,90	626,7	954,3
Densidade Demográfica (hab/Km²)	39,6	26,8	2,83	6,99	8,14	4,9	13,15
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	0,11	0,97	-0,95	0,79	-0,61	-0,1	1,1
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,07	1,07	-0,59	3,82	2,24	-0,23	1,87
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	0,92	-0,5	-1,1	-1,5	-3,57	0,24	-0,56
% Pop. Dom. Energia Elétrica	100	99,72	99,69	99,4	99,58	100	99,83
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	99,55	95,19	96,68	98,69	97,72	84,03	99,39
Mortalidade Infantil	15,7	10,8	13,7	15,9	14,8	12,6	14,4
IDHM	0,73	0,744	0,688	0,697	0,709	0,732	0,712
Taxa de Analfabetismo (em %)	11,52	8,13	15,18	13,19	9,09	9,15	8,52
Expectativa de Anos de Estudo	9,82	9,48	10,46	9,48	10,12	11,38	10,11
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	8,1	8,92	3,44	6,67	8,23	10,44	5,67
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	769,47	702,46	624,37	553,79	708,82	624,55	664,33
Coefficiente de Gini	0,56	0,45	0,49	0,44	0,51	0,49	0,46
% População Pobre	8,9	4,38	7,2	8,9	7,75	9,3	5,85
% População Extremamente Pobre	1,16	1,29	1,96	1,72	1,22	2,89	0,7
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	155	1.366	170	131	1.191	116	705
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	268.004	1.944.776	265.410	189.354	2.013.532	173.256	1.198.006
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	19	13,83	15,3	9,99	18,3	11	17
PIB (em R\$ 1.000)	16.850	389.735	66.057	52.741	302.670	43.300	171.056
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	-0,08	3,28	7,46	1,7	1,6	6,41	2,79
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	46	408	366	372	1.265	205	489
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	24	263	338	149	615	162	159
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	1.551	16.530	14.816	11.526	37.750	7.626	16.981
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	4.238	70.090	81.270	29.268	151.717	43.528	44.190
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	0	0	0	3	0	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 26 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Rio Vermelho, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios							
	Buriti de Goiás	Carmo do Rio Verde	Córrego do Ouro	Goiás	Guaraíta	Heitorai	Itaberaí	Itaguari
População Total	2.560	8.928	2.632	24.727	2.376	3.571	35.371	4.513
População Urbana	1.735	7.054	1.633	18.638	1.442	2.645	29.784	3.968
População Rural	825	1.874	999	6.089	934	926	5.587	545
Área (Km²)	199,3	418,5	462,3	3.108,00	205,3	229,6	1.457,30	146,6
Densidade Demográfica (hab/Km²)	12,85	21,33	5,69	7,96	11,57	15,55	24,27	30,78
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,37	1,24	-1,15	-0,88	-1,5	0,37	2,69	0,29
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,22	3,61	0,15	-0,59	-0,25	1,56	4,02	1,31
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-1,42	-3,21	-2,68	-1,68	-2,9	-1,99	-1,57	-3,79
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,67	100	99,6	99,66	99,68	98,21	99,74	99,78
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	99,18	95,82	98,85	96,21	98,31	67,38	95,33	97,3
Mortalidade Infantil	15,6	13,9	17,7	17,5	14,6	14,8	13,7	14,5
IDHM	0,687	0,713	0,686	0,709	0,687	0,694	0,719	0,693
Taxa de Analfabetismo (em %)	14,66	11,57	12,01	13,94	11,4	14	11,08	15,97
Expectativa de Anos de Estudo	9,96	9,73	8,95	10,28	11	11,71	10,02	8,7
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	5,01	6,11	7,3	10,79	5,43	3,89	7,22	3,55
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	650,67	541,99	608,31	674,54	421,71	487,99	773,67	560,17
Coefficiente de Gini	0,49	0,44	0,48	0,52	0,41	0,5	0,55	0,39
% População Pobre	6,39	7,81	9,59	10,28	14,98	11,96	7,63	4,81
% População Extremamente Pobre	1,13	2,24	5,6	4,22	6,99	3	2,15	1,12
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	233	704	172	1.983	255	378	2.217	381
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	358.308	1.051.904	242.550	3.112.624	396.694	608.002	3.438.896	659.298
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	24,32	21,93	18	23,35	30,5	30,31	18,11	23,32
PIB (em R\$ 1.000)	25.544	151.792	34.722	243.256	20.380	37.076	593.094	41.866
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	4,76	10,04	4,5	1,26	3,65	7,21	9,04	5,16
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	110	431	238	1.364	257	250	909	239
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	68	109	130	673	69	76	338	36
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	3.556	9.441	8.684	57.751	3.842	6.297	21.110	5.710
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	25.772	22.742	30.767	210.855	11.449	12.673	75.273	5.649
Projetos Assentamento Reforma Agrária	1	0	0	23	0	5	6	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 26 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Rio Vermelho, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios							
	Itaguaru	Itapirapuã	Itapuranga	M. Agudo de Goiás	Mossâmedes	Sanclerlândia	Taquaral de Goiás	Uruana
População Total	5.437	7.835	26.125	2.356	5.007	7.550	3.541	13.826
População Urbana	4.521	5.536	21.235	1.649	3.275	6.068	2.881	11.232
População Rural	916	2.299	4.890	707	1.732	1.482	660	2.594
Área (Km²)	239,7	2.043,70	1.276,50	282,6	684,5	496,8	204,2	522,5
Densidade Demográfica (hab/Km²)	22,68	3,83	20,47	8,34	7,32	15,2	17,34	26,46
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,45	-2,78	-0,23	-0,53	-1,36	0,03	-0,13	-0,08
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	-0,11	-2,58	0,67	0,41	-0,89	0,53	2,17	0,29
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-1,86	-3,23	-2,85	-2,19	-2,14	-1,6	-4,59	-1,41
% Pop. Dom. Energia Elétrica	100	97,9	99,74	99,65	99,1	99,71	98,84	99,59
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	89,77	96,51	96,76	97,5	99,24	98,83	97,23	97,34
Mortalidade Infantil	13,6	14,6	12,9	13,8	15,1	13,3	12,2	14
IDHM	0,718	0,677	0,726	0,695	0,706	0,736	0,716	0,703
Taxa de Analfabetismo (em %)	15	17,73	15,17	14,34	15,76	13,61	12,17	13,63
Expectativa de Anos de Estudo	11,23	10,38	10,54	11,61	10,99	10,76	8,2	9,99
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	5,05	4,21	7,23	3,74	5,37	6,49	4,97	4,97
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	580,67	518,21	621,79	441,44	607,34	727,33	622,79	500,27
Coefficiente de Gini	0,46	0,46	0,48	0,42	0,51	0,53	0,43	0,46
% População Pobre	7,59	9,1	8,79	11,09	9,19	6,76	3,96	13,89
% População Extremamente Pobre	2,05	3,33	3,06	1,83	4	1,63	0,69	3,15
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	458	784	2.125	232	399	599	270	1.400
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	643.790	1.506.256	3.472.386	385.164	597.410	877.560	376.772	1.982.272
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	23,97	30	22,69	27,6	23,02	21,67	20	29
PIB (em R\$ 1.000)	66.703	100.265	228.713	20.462	58.766	92.209	34.287	176.227
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	4,12	3,12	2,39	4,5	5,25	4,13	4,56	6,33
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	426	306	1.121	267	412	347	242	365
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	101	325	338	60	207	140	88	193
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	7.207	14.283	19.967	8.625	12.052	11.235	5.508	9.201
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	13.790	203.228	50.233	17.203	46.100	38.267	10.583	28.965
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	6	1	0	0	0	0	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 27 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Médio Araguaia, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Amorinópolis	Aragarças	Arenópolis	Aurilândia	Baliza	Bom Jardim de Goiás	Caiapônia
População Total	3.609	18.305	3.277	3.650	3.714	8.423	16.757
População Urbana	2.171	17.617	1.919	2.800	1.094	6.349	12.269
População Rural	1.438	688	1.358	850	2.620	2.074	4.488
Área (Km²)	408,5	662,9	1.074,60	565,3	1.782,60	1.899,50	8.637,90
Densidade Demográfica (hab/Km²)	8,83	27,61	3,05	6,46	2,08	4,43	1,94
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-1,29	1,03	-1,81	-1,38	6,36	0,44	1,42
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	-1,1	0,93	-1,41	-0,91	0,16	0,74	1,34
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-1,57	4,51	-2,31	-2,65	11,96	-0,37	1,65
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,15	99,37	98,71	99,66	91,49	95,77	95,8
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	97,46	91,95	97,7	97,31	73,35	79,33	95,87
Mortalidade Infantil	14,9	13,4	13,8	13	14,4	15	15,4
IDHM	0,681	0,732	0,687	0,7	0,655	0,67	0,693
Taxa de Analfabetismo (em %)	19,36	9,72	16,55	16,36	18,74	17,5	15,83
Expectativa de Anos de Estudo	9,4	10,56	11,15	10,19	9,64	10,02	9,75
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	5,1	7,89	5,14	5,53	5,38	4,95	4,94
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	523,25	600,03	531,91	489,23	365,35	551,54	628,14
Coefficiente de Gini	0,41	0,45	0,5	0,43	0,58	0,49	0,52
% População Pobre	9,54	7,5	12,91	10,67	34,01	10,2	11,52
% População Extremamente Pobre	2,67	1,19	2,5	2,66	24,35	3,71	4,46
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	309	1.326	319	355	542	879	1.144
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	489.348	2.605.644	480.756	444.508	782.458	1.452.882	1.451.532
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	23,72	21,54	27,29	26,24	37,71	29,53	18,6
PIB (em R\$ 1.000)	39.693	102.342	40.989	38.501	30.266	82.641	302.759
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	5,62	3,93	2,41	-0,62	6,61	4,98	3,46
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	163	110	242	226	663	503	679
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	121	58	155	116	113	324	544
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	5.186	4.934	13.536	6.256	30.541	26.606	46.769
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	33.603	46.059	99.914	47.524	89.362	149.879	589.520
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	1	0	0	5	10	12

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 27 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Médio Araguaia, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Diorama	Doverlândia	Fazenda Nova	Iporá	Israelândia	Ivolândia	Jaupaci
População Total	2.479	7.892	6.322	31.274	2.887	2.663	3.000
População Urbana	1.506	4.916	4.078	28.545	2.249	1.535	2.358
População Rural	973	2.976	2.244	2.729	638	1.128	642
Área (Km²)	687,3	3.222,90	1.281,40	1.026,40	577,5	1.257,70	527,1
Densidade Demográfica (hab/Km²)	3,61	2,45	4,93	30,47	5	2,12	5,69
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,08	-0,78	-1,09	-0,01	-0,39	-1,1	-0,49
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,44	-0,78	-1,18	0,13	-0,21	0	-0,62
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-0,79	-0,78	-0,91	-1,22	-0,98	-2,26	0,02
% Pop. Dom. Energia Elétrica	98,48	99,3	98,28	99,75	99,85	99,91	92,99
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	94,83	97,37	95,49	99,19	97,63	97,03	95,29
Mortalidade Infantil	12,5	12,6	13,4	12,6	13,3	13,8	14
IDHM	0,729	0,668	0,685	0,743	0,711	0,704	0,689
Taxa de Analfabetismo (em %)	13,69	16,21	16,11	12,67	13,78	14,92	17,52
Expectativa de Anos de Estudo	11,64	9,75	8,95	10,66	11,5	9,38	9,63
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	4,94	4,75	4,84	8,2	4,89	5,23	5,24
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	494,6	563,89	519,87	757,39	498,82	551,05	479,14
Coefficiente de Gini	0,4	0,45	0,45	0,51	0,43	0,45	0,41
% População Pobre	9,99	8,41	11,14	6,36	7,55	6,87	11,44
% População Extremamente Pobre	3,69	2,2	3,03	2,04	3,04	3,54	3,98
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	198	616	541	1.303	296	205	276
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	294.386	1.079.088	763.560	1.762.062	407.424	327.208	583.590
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	22,49	22,74	23,88	11,35	28,51	20,88	25,39
PIB (em R\$ 1.000)	28.155	114.388	66.909	258.006	25.364	33.811	26.368
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	3,15	4,82	2,12	2,41	1,74	3,06	3,69
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	259	597	627	693	160	259	47
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	106	335	246	331	134	217	124
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	10.951	29.397	25.378	23.234	5.621	11.428	1.873
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	41.030	296.653	89.913	65.710	49.668	91.812	43.252
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	16	5	1	0	0	2

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 27 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Médio Araguaia, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Jussara	Moiporá	M. Claros de Goiás	Novo Brasil	Palestina de Goiás	Piranhas	Santa Fé de Goiás
População Total	19.153	1.763	7.987	3.519	3.371	11.266	4.762
População Urbana	15.207	1.133	5.325	2.274	2.180	9.071	3.811
População Rural	3.946	630	2.662	1.245	1.191	2.195	951
Área (Km²)	4.084,10	460,6	2.899,20	650	1.320,70	2.047,80	1.169,20
Densidade Demográfica (hab/Km²)	4,69	3,83	2,75	5,41	2,55	5,5	4,07
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,44	-1,29	-0,01	-1,58	0,19	-0,83	1,66
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	-0,27	-1,24	1,19	-1,16	1,98	-0,94	2,25
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-1,05	-1,37	-1,76	-2,27	-1,99	-0,36	-0,21
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,38	99,4	99,2	99,22	97,08	98,28	99,42
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	90,8	98,6	95,75	95,12	98,77	93	97,67
Mortalidade Infantil	12,5	14,5	15,5	13,6	12,9	12	12,1
IDHM	0,743	0,696	0,707	0,699	0,713	0,721	0,713
Taxa de Analfabetismo (em %)	13,39	16,65	12,62	13,98	9,86	15,52	13,67
Expectativa de Anos de Estudo	10,25	11,51	11,2	10,98	11,01	10,47	11,07
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	9,06	4,73	6,59	4,66	5,19	10,11	6,15
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	951,07	461,94	637,58	588,85	473,62	621,14	635,23
Coefficiente de Gini	0,66	0,43	0,49	0,43	0,38	0,49	0,48
% População Pobre	7,46	16,87	9,53	5,31	5,45	7,23	3,21
% População Extremamente Pobre	3	2,45	2,04	1,88	1,35	2,12	0,95
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	1.516	86	506	404	276	957	324
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	2.208.272	146.180	744.044	595.726	498.818	1.446.356	596.094
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	23,06	13,56	17,87	30,84	23,46	23,35	19,35
PIB (em R\$ 1.000)	228.397	20.761	126.246	39.180	42.130	132.486	131.899
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	2,44	3,21	5,15	3,64	5,02	3,83	4,67
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	510	125	381	253	292	423	146
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	300	104	308	238	153	362	101
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	21.437	4.181	19.445	8.163	20.180	24.739	8.780
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	364.196	34.481	236.988	55.334	90.657	179.379	90.050
Projetos Assentamento Reforma Agrária	2	0	0	1	1	2	1

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 28 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Vale do São Patrício, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Ceres	Goianésia	Ipiranga de Goiás	Itapaci	Jaraguá	Nova América	Nova Glória
População Total	20.722	59.549	2.844	18.458	41.870	2.259	8.508
População Urbana	19.790	55.660	1.272	16.675	35.328	1.647	5.730
População Rural	932	3.889	1.572	1.783	6.542	612	2.778
Área (Km²)	214,3	1.547,30	241,3	956,1	1.849,60	212	413
Densidade Demográfica (hab/Km²)	96,69	38,49	11,79	19,31	22,64	10,65	20,6
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,67	2,11	0,13	3,25	2,58	0,34	-0,49
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,92	2,39	-	3,95	4,32	1,53	0,07
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-7,72	-0,85	-4,4	-1	-2,4	-1,92	-1,47
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,76	99,11	99,57	99,78	99,87	99,59	99,93
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	98,26	92,78	98,5	93,09	94,49	95,77	97,13
Mortalidade Infantil	12,81	12,6	14,7	12,4	12,6	16,5	14,7
IDHM	0,775	0,727	0,696	0,725	0,699	0,678	0,681
Taxa de Analfabetismo (em %)	8,08	10,68	13,4	13,88	10,34	17,46	16,23
Expectativa de Anos de Estudo	10,77	10,21	10,33	10,64	9,3	10,94	9,91
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	11,17	8,17	3,95	5,51	5,54	6,59	4,2
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	865,23	701,38	436,1	705,2	595,02	447,78	476,52
Coefficiente de Gini	0,53	0,47	0,42	0,56	0,45	0,37	0,47
% População Pobre	4,43	4,61	14,96	8,42	7,26	10,91	14,49
% População Extremamente Pobre	0,71	1,09	4,35	2,36	2,84	1,37	3,87
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	1.053	2.699	308	1.292	3.052	195	756
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	1.656.450	4.412.066	485.928	2.075.834	5.001.326	274.622	1.113.780
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	14,69	13,85	29	19,87	21,63	24,15	24,96
PIB (em R\$ 1.000)	221.448	666.401	24.746	157.159	347.169	20.346	60.561
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	1,7	5,22	-	6,43	4,13	4,52	-5,08
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	288	452	353	289	950	199	374
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	89	368	62	121	620	67	87
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	6.098	12.575	8.015	8.702	25.074	6.717	7.394
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	11.407	116.854	10.526	51.329	122.576	14.449	31.944
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	3	0	2	0	0	1

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 28 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TR Vale do São Patrício, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Pilar de Goiás	Rialma	Rianápolis	Rubiataba	Santa Isabel	São Patrício	Vila Propício
População Total	2.773	10.523	4.566	18.915	3.686	1.991	5.145
População Urbana	1.201	9.798	4.081	16.184	1.367	1.171	1.504
População Rural	1.572	725	485	2.731	2.319	820	3.641
Área (Km²)	906,6	268,5	159,3	748,3	807,2	172	2.181,60
Densidade Demográfica (hab/Km²)	3,06	39,2	28,67	25,28	4,57	11,58	2,36
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-1,7	0,31	0,46	0,46	0,26	0,85	1,45
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,01	0,7	0,94	0,64	0,89	4,16	2,81
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-2,65	-3,12	-2,35	-0,52	-0,08	-1,87	0,97
% Pop. Dom. Energia Elétrica	96,04	99,89	99,94	99,71	99,74	99,77	97,59
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	85,1	94,95	97,38	97,28	97,58	95,94	90,11
Mortalidade Infantil	14,7	13,7	12,7	14,8	14,4	13,2	15,9
IDHM	0,684	0,727	0,693	0,719	0,683	0,693	0,634
Taxa de Analfabetismo (em %)	13	8,84	16,62	10,75	14,98	12,83	20,75
Expectativa de Anos de Estudo	11	10,65	10,17	11,19	10,37	10,33	9,46
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	3,39	6,12	4,64	6,87	4,87	4,93	2,93
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	467,97	616,74	529,17	573	480,67	509,66	401,84
Coefficiente de Gini	0,54	0,44	0,41	0,43	0,4	0,45	0,47
% População Pobre	19,75	5,45	8,09	7,47	8,58	9,57	19,77
% População Extremamente Pobre	12,44	0,44	1,23	1,86	2,57	2,73	9,72
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	312	615	253	1.370	319	201	561
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	506.592	953.030	393.000	1.899.884	478.164	319.878	956.998
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	35	17,49	16,74	20,56	23,92	28	33
PIB (em R\$ 1.000)	27.388	169.818	77.568	186.179	44.501	19.569	108.140
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	4,84	5,81	5,43	4,03	6,07	2,06	10,03
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	291	161	69	572	390	219	434
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	134	73	65	202	142	35	287
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	16.245	4.300	1.853	17.419	11.100	4.153	17.645
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	47.634	19.049	13.500	50.911	54.025	11.125	152.115
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	1	0	0	1	0	5

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 29 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios							
	Alto Paraíso de Goiás	Campos Belos	Cavalcante	Colinas do Sul	M. Alegre de Goiás	Nova Roma	São João d'Aliança	Teresina de Goiás
População Total	6.885	18.410	9.392	3.523	7.730	3.471	10.257	3.016
População Urbana	5.219	16.206	4.742	2.525	3.164	1.426	6.724	2.134
População Rural	1.666	2.204	4.650	998	4.566	2.045	3.533	882
Área (Km²)	2.593,9	724,1	6.953,70	1.708,20	3.119,80	2.136,00	3.327,40	774,6
Densidade Demográfica (hab/Km²)	2,65	25,43	1,35	2,06	2,48	1,63	3,08	3,89
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	1,14	0,8	0,26	-0,48	1,22	-0,66	5,23	1,67
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	2,49	1,41	2,98	1,23	1,52	0,63	6,06	2,02
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-1,68	-2,24	-1,54	-3,13	1,01	-1,39	3,87	0,89
% Pop. Dom. Energia Elétrica	93,22	97,19	57,57	93,57	81,52	97,91	98,34	94,76
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	91,60	92,17	61,77	85,31	65,86	88	92,59	84,38
Mortalidade Infantil	14,30	14,8	15,4	14,3	14,6	15	15	14,6
IDHM	0,713	0,692	0,584	0,658	0,615	0,634	0,685	0,661
Taxa de Analfabetismo (em %)	12,09	16,46	29,33	17,32	26,79	21,59	15,46	17,62
Expectativa de Anos de Estudo	9,56	9,79	8,14	9,36	8,04	8,5	9,23	9,78
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	11,44	8,73	4,28	4,96	3,4	3,07	5,53	5,08
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	719,11	487,96	324,92	410,83	317,66	323,19	457,89	394,33
Coefficiente de Gini	0,65	0,55	0,62	0,5	0,61	0,44	0,53	0,52
% População Pobre	17,22	22,46	42,96	23,57	39,81	22,5	19,77	29,11
% População Extremamente Pobre	5,27	8,95	28,11	8,59	24,06	14,05	9,35	9,59
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	637	2.208	1.341	443	1.212	472	1.025	472
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	1.145.256	3.337.662	2.632.390	920.580	2.204.106	909.396	1.751.814	1.070.948
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	28,16	39,16	48	38,54	52,54	41,35	32	54
PIB (em R\$ 1.000)	53.766	124.699	306.242	24.796	50.872	39.911	117.428	16.113
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	3,32	4,98	13,41	2,77	5,23	8,94	8,79	4,99
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	269	196	957	213	495	415	662	136
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	109	65	270	149	196	81	225	54
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	12.151	10.115	60.265	15.961	27.987	15.078	25.095	7.063
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	178.288	28.825	261.824	116.167	163.987	92.759	155.972	52.136
Projetos Assentamento Reforma Agrária	2	0	1	4	1	1	8	1

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 30 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Paran , 2010 e 2013

Variáveis	Municípios					
	Alvorada do Norte	Buritinópolis	Damianópolis	Divinópolis de Goiás	Flores de Goiás	Guarani de Goiás
População Total	8.084	3.321	3.292	4.962	12.066	4.258
População Urbana	6.873	1.885	1.853	3.491	3.170	1.763
População Rural	1.211	1.436	1.439	1.471	8.896	2.495
�rea (Km�)	1.259,40	247	415,3	831	3.709,40	1.229,10
Densidade Demográfica (hab/Km�)	6,42	13,44	7,93	5,97	3,25	3,46
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	0,69	-0,18	-0,03	-0,41	6,06	-0,9
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,13	1,42	2,34	1,66	4,25	0,32
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	5,67	-1,71	-2,01	-3,25	6,82	-1,6
% Pop. Dom. Energia Elétrica	96,07	98,99	97,47	93,5	92,84	91,74
% Pop. Dom. Banheiro e �gua Encanada	92,84	78,68	89,59	85,56	75,06	78,31
Mortalidade Infantil	14,4	14,9	14,7	14,9	16,1	14,8
IDHM	0,66	0,704	0,654	0,653	0,597	0,637
Taxa de Analfabetismo (em %)	18,81	20,35	20,91	22,9	18,61	24,46
Expectativa de Anos de Estudo	9,25	10,94	9,97	10,72	8,48	10,54
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	4,47	2,3	4,52	4,65	2,86	4,13
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	429,63	735,72	364,51	388,34	301,92	276,13
Coefficiente de Gini	0,48	0,77	0,55	0,57	0,63	0,48
% População Pobre	16,41	28,47	32,41	30,81	45,17	36,52
% População Extremamente Pobre	5,13	18,72	14,2	16,03	29,23	21
F�m�lias Beneficiárias PBF (2013)	969	449	526	859	1.552	642
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	1.672.422	724.740	1.170.874	1.974.296	3.027.384	1.207.880
% Estimado Pop. Benefic�ria PBF	38,31	45,32	48	53,45	38,13	51
PIB (em R\$ 1.000)	64.530	17.144	18.882	36.694	100.796	35.709
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	5,17	4,54	4,8	5,81	10,41	8,12
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	228	281	348	1.358	208	472
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	73	18	72	276	101	77
�rea Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	10.155	6.256	11.455	37.479	10.988	18.069
�rea Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	62.783	10.136	27.359	366.878	63.732	52.645
Projetos Assentamento Reforma Agrária	3	0	0	2	22	3

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Continuação: Tabela 30 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Vale do Paran , 2010 e 2013

Variáveis	Municípios					
	Iaciara	Mambaí	Posse	São Domingos	Simolândia	Sítio d'Abadia
População Total	12.427	6.871	31.419	11.272	6.514	2.825
População Urbana	9.300	4.802	23.939	5.774	5.378	994
População Rural	3.127	2.069	7.480	5.498	1.136	1.831
�rea (Km�)	1.550,40	880,6	2.024,50	3.295,70	348	1.598,30
Densidade Demográfica (hab/Km�)	8,02	7,8	15,52	3,42	18,72	1,77
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	1	4,2	2,23	1,7	0,47	0,54
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	1,63	5,92	3,02	3,02	0,34	1,67
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-0,52	1,36	0,24	0,57	1,14	0,01
% Pop. Dom. Energia Elétrica	96,34	99,57	97,81	81,41	96,7	95,02
% Pop. Dom. Banheiro e �gua Encanada	84,87	95,7	85	66,23	89,84	84,44
Mortalidade Infantil	13,8	14,6	14,4	13,5	13,8	15,9
IDHM	0,644	0,626	0,659	0,597	0,645	0,617
Taxa de Analfabetismo (em %)	21,2	21,98	16,54	25,19	19,25	26,08
Expectativa de Anos de Estudo	9,7	9,28	9,05	8,87	10,09	9,75
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	4,93	2,35	6,67	4,22	3,53	2,82
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	368,39	357,12	481,68	288,36	324,26	314,05
Coefficiente de Gini	0,53	0,53	0,54	0,6	0,47	0,56
% População Pobre	30,49	27,71	20,53	42,84	26,02	36,43
% População Extremamente Pobre	11,81	11,23	8,68	31,02	11,11	19,1
F�m�lias Beneficiárias PBF (2013)	1.806	1.068	3.581	1.372	981	459
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	3.234.180	1.834.102	6.381.194	2.164.496	2.127.696	848.414
% Estimado Pop. Benefic�ria PBF	49,82	50,05	36,97	38,59	51	52
PIB (em R\$ 1.000)	86.696	32.985	217.718	86.889	38.792	24.161
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	5,63	7,81	6,33	7,29	3,83	7,77
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	441	354	780	633	255	430
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	174	39	171	124	91	83
�rea Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	13.799	11.852	25.832	28.876	8.485	14.605
�rea Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	126.254	16.770	82.689	123.909	16.357	87.130
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	6	1	3	2	1

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 31 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC dos Mun. Agrop. com Menor IDHM, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Amaralina	Bonópolis	Campestre de Goiás	Campinaçu	Cocalzinho de Goiás	Faina	Guarinos
População Total	3.434	3.503	3.387	3.656	17.407	6.983	2.299
População Urbana	1.101	1.301	2.376	2.173	6.444	3.849	1.131
População Rural	2.333	2.202	1.011	1.483	10.963	3.134	1.168
Área (Km²)	1.343,20	1.628,50	273,8	1.974,40	1.789,00	1.945,70	595,9
Densidade Demográfica (hab/Km²)	2,56	2,15	12,37	1,85	9,73	3,59	3,86
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	1,17	3,48	0,69	-0,14	1,9	-0,59	-1,92
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	-0,6	1,5	1,95	1,55	0,74	0,41	-1,46
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	2,26	5,01	-1,42	-1,87	2,71	-1,58	-2,31
% Pop. Dom. Energia Elétrica	96,97	93,85	99,4	95,12	99,31	94,97	98,65
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	90,23	85,41	97,37	91,87	87,87	90,7	88,3
Mortalidade Infantil	14,9	14,9	16,1	14,4	13,8	16,1	14,7
IDHM	0,609	0,63	0,653	0,631	0,657	0,65	0,652
Taxa de Analfabetismo (em %)	16,85	20,55	13,77	14,29	13,47	19,59	14,9
Expectativa de Anos de Estudo	8,54	8,54	9,51	8,68	8,82	10,92	10,21
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	3,82	3,54	2,41	1,58	3,28	3,74	2,58
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	276,05	403,94	398,5	438,93	450,47	441,39	343,74
Coefficiente de Gini	0,53	0,41	0,42	0,49	0,47	0,44	0,43
% População Pobre	38,74	14,81	16,83	17,07	16,83	14,35	22
% População Extremamente Pobre	26,47	5,08	8	7,26	5,91	6,51	12,31
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	405	404	329	450	1.906	735	350
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	574.198	930.326	497.242	694.188	3.303.006	1.275.140	501.730
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	35,19	32,63	29,47	36,41	33,26	30,38	44,28
PIB (em R\$ 1.000)	33.491	40.573	37.348	31.286	127.155	69.116	20.974
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	6,64	7,01	3,83	4,28	4,6	4,86	4,82
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	509	206	139	278	304	615	305
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	127	189	121	268	296	338	64
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	25.999	8.361	3.184	15.011	8.818	24.551	11.194
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	99.440	154.320	21.214	106.117	112.193	93.319	28.474
Projetos Assentamento Reforma Agrária	4	4	0	1	2	7	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Cont.: Tabela 31 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC Mun. Agrop. com Menor IDHM, 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Montividiu do Norte	Mundo Novo	Nova Crixás	Nova Iguaçu de Goiás	Novo Planalto	Portelândia	Santa Rita do Novo Destino
População Total	4.122	6.438	11.927	2.826	3.956	3.839	3.173
População Urbana	1.347	3.767	7.728	2.024	2.587	3.110	1.113
População Rural	2.775	2.671	4.199	802	1.369	729	2.060
Área (Km ²)	1.333,00	2.146,60	7.298,80	628,4	1.242,70	556,6	956
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	3,09	3	1,63	4,5	3,18	6,9	3,32
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	0,88	-2,06	0,78	0,29	1,53	0,39	0,49
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	0,94	-2,2	0,96	2,45	-1,16	1,04	0,67
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	0,85	-1,86	0,46	-2,84	17	-1,71	0,39
% Pop. Dom. Energia Elétrica	85,88	99,04	97,44	97,87	88,95	99,14	99,26
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	74,28	84,11	88,96	91,17	80,99	98,84	91,3
Mortalidade Infantil	14,6	15	16,7	15	13,4	15,8	14,3
IDHM	0,613	0,634	0,643	0,655	0,658	0,654	0,634
Taxa de Analfabetismo (em %)	18,37	22,54	20,42	11,31	19,82	14,75	24,79
Expectativa de Anos de Estudo	9,13	9,67	9,07	9,85	9,12	8,79	10,61
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	4,1	3,54	4,21	5,07	4,95	4	3,68
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	291,78	434,73	531,22	435,91	387,14	550,39	425,3
Coefficiente de Gini	0,55	0,47	0,48	0,39	0,49	0,39	0,44
% População Pobre	40,12	17,2	10,42	9,47	22,2	5,12	16,14
% População Extremamente Pobre	23,81	8,86	4,97	1,42	14,87	0,47	6,7
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	680	626	1.179	271	559	262	373
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	1.451.444	1.246.988	2.053.744	422.180	771.336	433.032	658.136
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	50,47	29,88	28,42	27,97	38,96	20,39	36,61
PIB (em R\$ 1.000)	33.672	66.128	187.398	23.907	34.864	112.027	40.939
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	5,95	3,96	6,69	5,05	3,96	3,7	7,29
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	581	599	241	165	350	94	345
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	118	138	437	71	71	59	125
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	28.793	22.176	12.956	12.340	13.450	6.972	11.945
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	107.214	162.881	582.459	36.265	83.331	27.515	59.959
Projetos Assentamento Reforma Agrária	13	3	5	0	5	0	5

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 32 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC dos Mun. Agrop. com Maior IDHM , 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Água Limpa	Barro Alto	Cachoeira de Goiás	Caçu	Chapadão do Céu	Cumari	Edéia
População Total	2.013	8.716	1.417	13.283	7.001	2.964	11.266
População Urbana	1.426	6.251	1.171	10.735	5.878	2.419	9.538
População Rural	587	2.465	246	2.548	1.123	545	1.728
Área (Km ²)	452,9	1.093,20	422,8	2.251,00	2.185,10	570,5	1.461,50
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	4,45	7,97	3,35	5,9	3,2	5,2	7,71
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	-0,85	3,94	-0,54	2,56	8,53	-0,45	1,02
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	-0,82	5,89	-0,46	3,27	10,86	0,51	1,77
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	-0,91	0,64	-0,92	0,26	1,7	-3,22	-1,83
% Pop. Dom. Energia Elétrica	99,53	99,41	99,35	99,58	99,9	100	99,65
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	97,45	96,51	97,05	98,36	98,55	98,94	98,52
Mortalidade Infantil	14,2	11,6	12,8	12,6	12,9	14,3	13,8
IDHM	0,722	0,742	0,727	0,73	0,742	0,737	0,739
Taxa de Analfabetismo (em %)	10,79	13,59	15,18	9,48	4,76	9,4	13,3
Expectativa de Anos de Estudo	10,6	10,91	11,5	9,54	9,45	9,33	10,29
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	4,89	5,77	6,46	6,34	8,14	8,71	7,6
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	591,23	628,55	549,16	987,3	841,5	819,81	876,15
Coefficiente de Gini	0,46	0,44	0,47	0,53	0,41	0,58	0,53
% População Pobre	6,71	6,44	9,82	3,18	0,78	8,04	2,8
% População Extremamente Pobre	2,35	0,78	3,18	0,21	0,36	1,83	0,29
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	175	646	135	540	226	128	494
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	270.232	1.097.660	223.286	1.013.588	366.394	216.552	1.031.326
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	23,64	23,07	26,98	11,35	9,39	12,03	12,29
PIB (em R\$ 1.000)	27.162	124.326	18.478	187.193	682.943	47.202	304.972
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	2,69	10,05	5,38	6,4	9,16	6,28	5,95
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	161	176	42	447	41	184	257
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	84	118	71	282	78	110	219
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	7.588	6.232	2.026	19.232	1.237	10.320	9.591
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	36.035	61.900	31.417	173.414	129.855	31.370	118.386
Projetos Assentamento Reforma Agrária	0	1	0	4	1	0	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Cont.: Tabela 32 - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao GC Mun. Agrop. com Maior IDHM , 2010 e 2013

Variáveis	Municípios						
	Lagoa Santa	Mairipotaba	Montividiu	Morrinhos	Nova Aurora	S. Antônio de Goiás	São João da Paraúna
População Total	1.254	2.374	10.572	41.460	2.062	4.703	1.689
População Urbana	776	1.570	8.584	35.959	1.873	4.271	1.277
População Rural	478	804	1.988	5.501	189	432	412
Área (Km ²)	458,9	467,4	1.874,20	2.846,20	302,7	132,8	287,8
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	2,73	5,08	5,64	14,57	6,81	35,41	5,87
% Cresc. Anual Pop. Total (2000-10)	3,63	-0,12	3,67	1,21	0,7	5,14	-1,66
% Cresc. Anual Pop. Urbana (2000-10)	5,19	0,55	5,87	1,63	1,26	6,66	-0,59
% Cresc. Anual Pop. Rural (2000-10)	1,69	-1,21	-1,45	-0,92	-2,84	-2,03	-3,82
% Pop. Dom. Energia Elétrica	97,53	98,66	99,38	99,76	99,88	99,73	100
% Pop. Dom. Banheiro e Água Encanada	88,88	85,39	98,31	99,31	99,64	99,44	84,74
Mortalidade Infantil	10,5	12,9	13,7	12,3	12	13,3	14,5
IDHM	0,74	0,745	0,733	0,734	0,747	0,723	0,724
Taxa de Analfabetismo (em %)	7,03	12,2	10,13	8,55	10,71	9,31	12,75
Expectativa de Anos de Estudo	9,45	10,82	9,44	9,99	10,38	10,53	11,24
Pop. Ensino Superior Completo (em %)	11,03	7,36	5,11	8,99	7,61	5,61	8,09
Renda Média <i>per capita</i> (em R\$)	765,86	842,23	791,6	792,66	635,99	574,63	619,67
Coefficiente de Gini	0,52	0,66	0,49	0,49	0,43	0,43	0,49
% População Pobre	3,81	12,39	4,24	2,73	6,24	7,53	12,78
% População Extremamente Pobre	0,27	9,08	1,34	0,47	2,86	2,25	2,95
Famílias Beneficiárias PBF (2013)	120	259	511	1.655	111	278	135
Valor Total Recebido PBF (em R\$ - 2013)	208.472	391.072	937.888	2.857.004	197.152	480.536	211.406
% Estimado Pop. Beneficiária PBF	24,92	29,49	14,04	10,92	14,42	17,62	22,68
PIB (em R\$ 1.000)	17.977	30.864	335.728	683.299	23.117	43.286	24.770
Tx Anual Crescimento do PIB (em %)	-	2,87	1,76	4,87	4,48	8,33	2,24
Estab. Agropecuários Agr. Familiar	9	148	104	1.126	102	29	56
Estab. Agropecuários Agr. Não Familiar	70	125	173	669	43	43	34
Área Est. Agrop. Agr. Familiar (ha)	491	7.217	4.252	50.731	6.597	597	2.810
Área Est. Agrop. Agr. Não Familiar (ha)	53.300	33.413	175.664	204.286	15.889	9.998	17.086
Projetos Assentamento Reforma Agrária	3	0	0	3	0	0	0

Fontes: IBGE, 2016. PNUD, 2016.

Organização: Elaboração própria.

Quadro 14 - Resultados da Análise de Variância (ANOVA) com um único fator para as variáveis dos Territórios em Goiás, 2018

Variável	Variação entre grupos				Valor-P	Variação dentro dos grupos			Variação total	
	Soma dos Quadrados (SQ)	Graus de Liberdade (gl)	Quadrados Médios (QM)	Estatística F		Soma dos Quadrados (SQ)	Graus de Liberdade (gl)	Quadrados Médios (QM)	Soma dos Quadrados (SQ)	Graus de Liberdade (gl)
IDHM ¹	0,284	2	0,142	84,698	0,000	0,030	18	0,002	0,315	20
Mortalidade Infantil ¹	1.039,772	2	519,886	118,625	0,000	78,887	18	4,383	1.118,659	20
% pop. residente em domicílios com energia elétrica ¹	2.991,057	2	1495,528	12,717	0,000	2116,814	18	117,601	5.107,871	20
% pop. residente em domicílios com banheiro e água encanada ¹	7.137,635	2	3568,817	24,427	0,000	2629,773	18	146,099	9.767,408	20
Taxa de analfabetismo da população acima de 18 anos ¹	808,788	2	404,394	10,257	0,001	709,698	18	39,428	1.518,486	20
Expectativa de anos de estudo aos 18 anos ¹	16,709	2	8,354	18,412	0,000	8,167	18	0,454	24,876	20
% pop. acima de 18 anos com ensino fundamental completo ¹	2.435,590	2	1217,795	86,161	0,000	254,412	18	14,134	2.690,003	20
% pop. acima de 18 anos com ensino médio completo ¹	1.453,333	2	726,667	119,837	0,000	109,148	18	6,064	1.562,481	20
% pop. acima de 25 anos com ensino superior completo ¹	108,881	2	54,441	114,679	0,000	8,545	18	0,475	117,426	20
Renda <i>per capita</i> média ¹	344.200,611	2	172100,306	23,257	0,000	133198,841	18	7.399,936	477.399,452	20
Coefficiente de Gini ¹	0,013	2	0,006	8,166	0,003	0,014	18	0,001	0,026	20
% de pobres ¹	4.202,793	2	2101,396	16,566	0,000	2283,359	18	126,853	6.486,151	20
% de extremamente pobres ¹	811,865	2	405,933	5,678	0,012	1286,842	18	71,491	2.098,707	20
Nº de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família ²	282.680.390	3	94226796,7	8,693	0,000	260132770	24	10.838.865,4	542.813.160	27

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *software* Microsoft Excel 2013.

Notas:

¹Distribuição F de Snedecor - Área de 5% na cauda superior - Grau do numerador 2 - Grau do denominador 18 - Ftab = 3,555

²Distribuição F de Snedecor - Área de 5% na cauda superior - Grau do numerador 3 - Grau do denominador 24 - Ftab = 3,009

Tabela 33 - Proporção de população estimada beneficiária do Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás nos anos de 2004 e 2007 (em %)

Territórios	2004					2007				
	Famílias beneficiárias	Moradores por domicílio (Ano 2000)	População beneficiada estimada	População total estimada	Proporção (em %)	Famílias beneficiárias	Moradores por domicílio (Ano 2007)	População beneficiada estimada	População total estimada	Proporção (em %)
TC Das Águas Emendadas	8.252	3,92	32.343	220.608	14,66	11.604	3,54	41.047	151.059	27,17
TR Estrada de Ferro	3.159	3,34	10.552	130.804	8,07	6.655	3,14	20.889	129.759	16,10
TC Vale do Rio Vermelho	5.128	3,34	17.119	156.266	10,95	12.485	2,99	37.302	149.616	24,93
TR Médio Araguaia	6.380	3,28	20.897	165.832	12,60	11.762	2,98	35.071	162.790	21,54
TR Vale do São Patrício	3.592	3,44	12.351	182.619	6,76	11.350	3,07	34.844	187.006	18,63
TC Chapada dos Veadeiros	2.548	3,93	10.020	59.237	16,92	5.727	3,12	17.881	60.267	29,67
TC Vale do Paranã	3.003	4,61	13.851	95.217	14,55	8.237	4,07	33.562	102.927	32,61
Municípios Agrop. com Menor IDHM	2.448	3,62	8.861	76.433	11,59	5.848	3,25	18.980	75.084	25,28
Municípios Agrop. com Maior IDHM	3.185	3,26	10.387	97.822	10,62	5.326	3,06	16.320	99.235	16
Goiás	135.758	3,54	480.583	5.508.245	8,72	260.368	3,28	854.007	5.647.035	15,12
Brasil	6.571.839	3,76	24.710.115	181.581.024	13,61	11.043.076	3,55	39.202.920	183.987.291	21,31

Fonte: BRASIL, 2016. IBGE, 2016. IMB, 2017.

Organização: Elaboração própria.

Tabela 34 - Proporção de população estimada beneficiária do Programa Bolsa Família nos Territórios e Grupos Comparativos implantados em Goiás nos anos de 2010 e 2013 (em %)

Territórios	2010					2013				
	Famílias beneficiárias	Moradores por domicílio (Ano 2010)	População beneficiada estimada	População total	Proporção (em %)	Famílias beneficiárias	Moradores por domicílio (Ano 2010)	População beneficiada estimada	População total estimada	Proporção (em %)
TC Das Águas Emendadas	18.330	3,39	62.148	229.269	27,11	19.931	3,39	67.576	245.664	27,51
TR Estrada de Ferro	7.915	3,03	24.013	136.511	17,59	7.464	3,03	22.645	144.293	15,69
TC Vale do Rio Vermelho	13.103	2,87	37.629	156.355	24,07	12.590	2,87	36.156	160.904	22,47
TR Médio Araguaia	13.373	2,86	38.307	166.073	23,07	12.378	2,86	35.457	170.620	20,78
TR Vale do São Patrício	13.345	3,14	41.956	201.809	20,79	12.986	3,14	40.828	214.285	19,05
TC Chapada dos Veadeiros	7.451	3,43	25.531	62.684	40,73	7.810	3,43	26.761	66.188	40,43
TC Vale do Paranã	12.094	3,44	41.612	107.311	38,78	14.264	3,44	49.079	114.333	42,93
Municípios Agrop. com Menor IDHM	8.095	3,08	24.968	76.950	32,45	8.529	3,08	26.307	80.063	32,86
Municípios Agrop. com Maior IDHM	5.301	3,02	16.002	110.774	14	5.413	3,02	16.340	118.603	13,78
Goiás	326.084	3,16	1.030.425	6.003.788	17,16	340.341	3,16	1.075.478	6.434.052	16,72
Brasil	12.778.220	3,31	42.295.908	190.755.799	22,17	14.086.199	3,31	46.625.319	201.032.714	23,19

Fonte: BRASIL, 2016. IBGE, 2016. IMB, 2017.

Organização: Elaboração própria.